

**Hugo Miguel Oliveira Lopes**

**“Uma Luz ao Fundo do Túnel”: o FMI nos Debates  
Parlamentares 1977-1979**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo  
Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Novembro de 2015



“Uma Luz ao Fundo do Túnel”: o FMI nos Debates  
Parlamentares 1977-1979

Hugo Miguel Oliveira Lopes

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo  
Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Membros do Júri

Professora Doutora Conceição Meireles Pereira  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

*À Sara*



## Sumário

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução.....	14
Capítulo 1 - Fundo Monetário Internacional.....	25
1.1. Contexto Económico e Financeiro no Pós-Guerra.....	25
1.2. Plano Marshall – Programa de Recuperação Económica.....	27
1.3. As instituições de <i>Bretton Woods</i> .....	31
1.4. O primeiro relatório e adesão de Portugal ao FMI.....	33
1.5. Dos Estatutos do FMI às Emendas de 1969 e 1978.....	44
1.6. A Nova Ordem Económica e Política Mundial.....	54
1.6.1. O Princípio do fim do Keynesianismo.....	54
1.6.2. A Teoria e a Prática Neoliberal.....	57
1.6.3. As primeiras experiências Neoliberais.....	59
1.6.4. Meios e formas de afirmação do Neoliberalismo.....	61
Capítulo 2 - O Primeiro Programa <i>Stand-By</i> (1976-1977).....	65
2.1. Conjuntura Económica e Social.....	65
2.2. Negociações para um “Grande Empréstimo”.....	72
2.3. O Plano 25 de fevereiro – Uma “desvalorização à americana”.....	84
2.4. Revisão do Orçamento do Estado de 1977.....	91
2.5. O Ultimato de Soares.....	95
2.6. Moção de Confiança – A última cartada.....	102

Capítulo 3 - O Segundo Programa <i>Stand-By</i> (1978-1979).....	107
3.1. Programa, Plano e Orçamento do II Governo Constitucional: Uma coligação com sabor a “óleo de fígado de bacalhau” .....	107
3.2. Queda do II Governo Constitucional: O “Verão Cinzento de 1978” .....	117
3.3. Os Governos de Iniciativa Presidencial: A “Passagem” .....	124
3.3.1. Programa do III Governo Constitucional .....	126
3.3.2. Queda e Crise do III Governo Constitucional: O “Governo Nado-Morto” .....	131
3.3.3. Programa do IV Governo Constitucional .....	133
3.3.4. Plano e Orçamento Geral do Estado para 1979 e a Demissão do IV Governo Constitucional.....	140
3.3.5. Apresentação do Programa do V Governo Constitucional: “A Marcha dos Cem dias” .....	149
3.4. As conversações com o FMI .....	158
Conclusão .....	169
Fontes e Bibliografia .....	175
Anexos.....	179

## Agradecimentos

A conclusão do presente trabalho encerrou uma caminhada que durou cinco anos com a Licenciatura e depois com o Mestrado em História Contemporânea. Depois de algumas vicissitudes próprias da vida, aos 29 anos de idade entrei no curso que desde tenra idade sonhava frequentar. Mesmo sob a ameaça do desemprego, não olhei a meios para cumprir os objetivos definidos para concluir a Licenciatura na data que tinha determinado e depois, em consequência da inatividade laboral, empreendi esforços para concretizar a presente investigação. Foi um percurso difícil que lamentavelmente sacrificou o tempo com aqueles que mais gostava de estar: os meus amigos. Por isso, agradeço a ajuda e a compreensão de todos face ao meu afastamento quando esperariam pela minha presença.

Quero também agradecer aos meus colegas de curso, e depois da vivência com eles, amigos Hugo, Wilson e Ricardo, pelo apoio e aprendizagem partilhada até à conclusão dos nossos mestrados. As conversas sobre atualidade e as discussões sobre futebol foram sempre um “escape” agradável sob o intenso trabalho que tivemos. Também agracio o Leandro, mestrando em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela nossa mútua companhia durante o último ano, onde a presença um do outro foi sinal de apoio nos momentos de maior desânimo.

Quero deixar um enormíssimo obrigado a todos os professores que estiveram comigo no 1º ano do Mestrado em História Contemporânea, que partilharam a sua sapiência, tal como o meu orientador, professor Doutor Jorge Fernandes Alves, pela força e apoio que sempre me deu e por acreditar na pertinência do tema.

Por fim, recordo que foi durante este percurso de investigação que a Sara entrou definitivamente na minha vida. A ela, quero pedir desculpa da minha ausência quando precisou de mim e um obrigado pela compreensão, pela ternura e pelo amor.

## Resumo

No âmbito do Mestrado em História Contemporânea, o presente estudo pretendeu aprofundar o período histórico conducente aos primeiros dois programas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional em Portugal entre 1977-1979. Tomando como ponto de partida o pós Segunda Guerra Mundial, contextualizou-se o aparecimento do FMI e explicou-se a mutação ideológica ao nível económico que a “instituição especializada” da Organização das Nações Unidas sofreu com o crescimento da influência de ideias neoliberais sobre o keynesianismo.

Depois de contextualizado socialmente o período que enquadrou o objeto de estudo, o trabalho estruturou-se a partir de cada programa *stand-by* (1977) e (1978-1979) estudando o impacto dos programas sobre a vida política portuguesa, esclarecendo-se definitivamente o número exato de programas estabelecidos entre o Fundo e as autoridades portuguesas.

Esta tese é essencialmente política, mas as questões económicas nunca foram esquecidas pelos efeitos colaterais que provocaram na estabilidade governativa nos cinco Governos Constitucionais. A partir daí foram apresentadas propostas e contrapropostas que as diversas forças partidárias apresentaram durante uma época em que a democracia se consolidou com as sucessivas crises.

**Palavras-chave:** Fundo Monetário Internacional (FMI), programas *stand-by*, programas de ajustamento, austeridade, neoliberalismo, keynesianismo, Portugal.

## Abstract

To fulfil the purpose of this study in Contemporary History, this dissertation attempts to explore in detail the historic times relatively to the first two adjustments programs imposed by the International Monetary Fund (IMF) in Portugal between the years of 1977-1979. Taking the Second World War aftermath as a start point, this dissertation explains the context that IMF originated, and explains the ideological changes that its economic policies, from such “specialized institution” according to the United Nations, suffered with the growing influence of Neoliberal’ ideas over Keynesianism.

Having explained socially the period that this dissertation is focused, the following study is structured from every *stand-by* program (1977) and (1978-1979), analysing the impact that these programs had over the Portuguese Politics, and with it, clarifying the exact number of programs introduced between IMF and the Portuguese authorities.

Lastly, this dissertation essentially focuses on political aspects; however, the economic questions can not be forgotten due to the collateral effects that it had on the following five Constitutional Governments. From here onwards, diverse political parties presented many proposals and re-proposals during one decade where the democracy consolidated itself with successive crises.

**Keywords:** International Monetary Fund (IMF), *Stand-by* programs, adjustment programs, austerity, neo-liberalism, Keynesianism, Portugal.



## **Lista de abreviaturas e siglas**

- AR** – Assembleia da República
- ASDI** – Ação Social-Democrata Independente
- BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- CAP** – Confederação dos Agricultores de Portugal
- CDS** – Centro Democrático Social
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CGTP** – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- EFTA** – Associação Europeia de Comércio Livre
- COMECON** – Conselho para Assistência Económica Mútua
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- MAP** – Ministério da Agricultura e Pescas
- NATO** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OECE** – Organização Europeia de Cooperação Económica
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PCP** – Partido Comunista Português
- PPM** – Partido Popular Monárquico
- PRE** – Programa de Recuperação Económica ou Plano Marshall
- PS** – Partido Socialista
- PSD** – Partido Social Democrata
- PSP** – Polícia de Segurança Pública
- RFA** – República Federal da Alemanha
- UDP** – União Democrata Popular
- UGT** – União Geral dos Trabalhadores

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

Os anos seguintes ao 25 de abril de 1974 foram ricos em ocorrências sociais, económicas e políticas. Ao nível social, além das manifestações de júbilo pela liberdade conquistada, as reivindicações por melhores condições laborais, o aumento da população com o regresso de 600.000 retornados fruto da descolonização foram acontecimentos que marcaram os primeiros dias iluminados de Portugal. A instabilidade dos Governos Provisórios marcada por pressões ideológicas, a luta pelo espaço político dos novos partidos, as primeiras eleições livres para Assembleia Constituinte e todos os episódios que ocorreram durante o ano parlamentar da constituinte – nomeadamente o cerco ao parlamento – as primeiras eleições legislativas com a confirmação da hegemonia do Partido Socialista no panorama político e a vitória de Ramalho Eanes nas presidenciais marcaram o país no cenário político. As nacionalizações, as ocupações de terras visando a Reforma Agrária, as intervenções/desintervenções nas empresas e as reclamações sociais pautaram o ritmo económico do país. Toda esta “festa”, expressão usada por António José Telo, teve custos económicos e sociais que terão levado Portugal a recorrer ao auxílio do Fundo Monetário Internacional, segundo alguns autores.

Este trabalho empreende uma longa viagem no tempo: desde maio de 1945 para perceber a precedência do Fundo Monetário Internacional, até junho de 1979 com a discussão do programa de governo de Maria Lurdes Pintassilgo. A partir dos debates parlamentares entre janeiro de 1977 e junho de 1979 estudar-se-á o impacto político provocado pelos programas *Stand By*.

O primeiro pedido de ajuda surgiu numa carta assinada pelo Ministro das Finanças e Planeamento do Governo de Portugal – Medina Carreira – e do Governador do Banco de Portugal – Silva Lopes.<sup>1</sup> Os signatários da carta não se limitaram a pedir ajuda financeira na ordem dos 42,4 milhões de dólares como se comprometeram a aplicar um conjunto de medidas políticas e económicas para reforçar a balança de pagamentos para o desenvolvimento da economia portuguesa.<sup>2</sup> O programa teve a

---

<sup>1</sup>Relatório FMI: *Portugal - Request for Stand-By Arrangement*. 1977, 12 de abril. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>2</sup>Ibidem.

duração de um ano a partir do dia 25 de abril de 1977. Incluiria visitas por parte dos técnicos do FMI a Portugal ou troca de correspondência entre o Fundo e o Governo de Portugal. Uma das obrigações a que o executivo estava sujeito era informar sobre os desenvolvimentos económicos durante o programa.<sup>3</sup>

Concluído o primeiro programa com o FMI as dificuldades continuaram. Conforme uma carta endereçada por parte das autoridades portuguesas<sup>4</sup> ao FMI “*The pressures on Portugal's balance of payments have continued strong this past year, as internal and external disequilibria proved considerably more intractable than had earlier been expected, complicated as they are by serious structural maladjustments in the economy.*”<sup>5</sup> Não restou outra atitude a Portugal senão recorrer aos préstimos do Fundo Monetário Internacional, mas o programa comportou algumas diferenças face ao primeiro, a primeira das quais sobre o tipo de vigilância que o FMI efetuará a Portugal. O governo era agora obrigado a apresentar relatórios em datas combinadas sobre o desenvolvimento do programa sendo alvo de visitas por parte dos técnicos do Fundo.<sup>6</sup> Caso a avaliação fosse negativa o programa era suspenso.<sup>7</sup>

A ideia de um único programa de ajustamento para o período de 1977-1979 não é consensual entre vários autores, existindo alguma contradição sobre o seu início e a duração do mesmo. António José Telo defende que o programa *Stand By* arrancou em 1977 e terminou em 1978<sup>8</sup> com assinatura do “acordo formal”<sup>9</sup> em maio.<sup>10</sup> Mas há outros autores que se distanciam desta tese. Por exemplo, João Confraria refere o défice externo como causa da “restrição fundamental na política económica, estando, por duas vezes, na origem de programas de ajustamento negociados com o FMI, em 1977-

---

<sup>3</sup>Disponível em: <http://www.imf.org/External/Pubs/FT/AA/index.htm#art4>. [Consult. 21junho2014].

<sup>4</sup>Signatários da Carta: Silva Lopes continuava como o Governador do Banco de Portugal, enquanto o Ministro das Finanças e Planeamento era Vítor Constâncio.

<sup>5</sup>Relatório do FMI: *Portugal - Request for Stand-By Arrangement*. 1978, 09 de maio. [Consult. 09 setembro2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>6</sup>Relatório do FMI: *Portugal - Stand-By Arrangement* 1978, 06 de junho. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>7</sup>Ibidem.

<sup>8</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de abril à atualidade*. Vol I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 282-283.

<sup>9</sup>Ibidem, p. 282.

<sup>10</sup>Ibidem.

1979...”<sup>11</sup>. Isto mesmo é defendido na mesma obra por Nuno Valério e Ana Bela Nunes.<sup>12</sup>

José da Silva Lopes confirma as medidas restritivas em 1977 sendo ampliadas no acordo assinado em 1978,<sup>13</sup> mas nunca refere qualquer programa *Stand By* assinado em 1977. Em conformidade com o antigo Governador do Banco de Portugal está uma antiga técnica do FMI responsável por avaliar o cumprimento do programa *Stand By* em Portugal entre 1983-1985: Teresa Ter-Minassian. Num pequeno trabalho expõe a carta do pedido de ajuda por parte das autoridades portuguesas correspondente ao ano de 1978 e nunca refere outro acordo ou programa durante o ano anterior.<sup>14</sup> Mas existe uma incongruência no título da obra em ao seu conteúdo. O título *FMI: Os acordos com Portugal, 1977 - 1983 – 1984* assinala o ano de 1977 como o ano do acordo omitindo o ano do pedido de resgate defendido no livro. A contradição é evidente e nada esclarece quanto ao número de programas e ao início e fim dos mesmos. Esta circunstância de termos duas pessoas que estiveram envolvidas no período em questão a contrariar a tese de dois programas *Stand By* em dois anos entre 1977-1979 e face aos relatórios apresentados criou-nos dúvidas e incertezas que serão esclarecidas ao longo do presente trabalho.

Falta bibliografia historiográfica na área da economia e nos estudos sociais sobre este período e o exemplo que corrobora esta perceção é a incongruência face a uma questão por esclarecer: 1977-1979, período de um ou dois programas *Stand By* em Portugal?

Não poderíamos tratar os programas nos debates parlamentares sem deixar de perceber toda a realidade e história do Fundo Monetário Internacional. Como poderíamos perceber o impacto político das suas medidas económicas e financeiras sem perceber o contexto da fundação do FMI e as doutrinas económicas que pautaram os receituários impostos aos seus países membros. Explicaremos de que modo se

---

<sup>11</sup>CONFARRIA, João – *Política Económica*. In. LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira - *História Económica de Portugal 1700-2000*. Vol 3. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2005, p. 407.

<sup>12</sup>NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – *Moedas e Bancos*. In. LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira - *História Económica de Portugal 1700-2000*. Vol 3. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2005, p. 245.

<sup>13</sup>LOPES, José Silva – *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 30.

<sup>14</sup>TER-MINASSIAN, Teresa – *FMI: Os acordos com Portugal, 1977 - 1983 - 1984*. Bnomics: 2011, p. 25-32.

processou a adesão de Portugal ao Fundo em 29 de março de 1961, qual a conjuntura envolvente durante as negociações, quais as expectativas das autoridades do regime do Estado Novo e qual a leitura das autoridades do FMI sobre a economia portuguesa. Como não poderia deixar de ser, as negociações entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional, em que se acordaram os programas *Stand By*, com o Grande Empréstimo de 750 milhões de dólares como pano de fundo, merecerão o óbvio destaque sobre as incidências que pautaram todo o processo negocial, os avanços e recuos, os jogos políticos de bastidores e as pressões daí adjacentes.

A conjuntura económica e social antes, durante e depois dos programas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional presenteia outra perspetiva das narrativas utilizadas pelos governos e forças da oposição durante os debates parlamentares. Uma das metáforas utilizadas por António José Telo para descrever a estratégia económica depois do 25 de abril de 1974 foi comparar o governo ao “bombeiro”, cuja preocupação se prendia com “apagar os fogos onde e quando eles surgem, sendo dada a prioridade ao fogo mais próximo e mais intenso...”.<sup>15</sup> O autor afirma que a estratégia foi seguida por vários governos até 1985.<sup>16</sup>

O primeiro programa de ajustamento terminou a 25 de abril de 1978<sup>17</sup> e foi executado pelo governo socialista liderado por Mário Soares. O segundo começou a 5 de junho de 1978<sup>18</sup> e terminou em março do ano seguinte tendo sido aplicado por três Primeiros-Ministros: Mário Soares, Alfredo Nobre da Costa e Carlos Mota Pinto, os dois últimos nomeados por iniciativa presidencial. Quando Maria de Lurdes Pintassilgo foi nomeada para Primeiro-Ministro por iniciativa do general Ramalho Eanes, o segundo programa tinha sido concluído há dois meses. Referenciados os primeiros-ministros que governaram sob a tutela do Fundo Monetário Internacional durante o programa, uma das questões que se colocam recai sobre as medidas e propostas destes governos, quais foram as críticas e contrapropostas apresentadas pelas bancadas da oposição e qual o impacto no discurso político, partidário e ideológico no seio dos

---

<sup>15</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de abril à atualidade*. Vol I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 264.

<sup>16</sup>Ibidem, p. 265.

<sup>17</sup>Relatório FMI: *Portugal – Stand-By Arrangement*. 1977, 27 de abril. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>18</sup>Relatório FMI: *Portugal -Review of Stand-By Arrangement*. [Consult.09 setembro2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

debates parlamentares. Por fim, será útil perceber o impacto dos programas *Stand By* e das políticas de austeridade que daí decorreram sobre a instabilidade permanentemente, com a formação e queda dos governos constitucionais, no seio da própria Presidência da República e entre os vários órgãos de soberania – Presidente da República, Parlamento e Governo – e se terá ou não contribuído para a própria estabilidade da jovem e frágil democracia e de que forma.

No que toca à produção científica acerca do tema pouco foi produzido. Se as passagens do Fundo Monetário Internacional por Portugal são referenciadas pelas grandes obras da História de Portugal dirigidas por José Mattoso, no VIII volume de José Medeiros Ferreira<sup>19</sup>, por Rui Ramos na obra<sup>20</sup> por si coordenada e no I volume da *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*,<sup>21</sup> do António José Telo, estas não fazem mais do que breves alusões. Claro que é fundamental termos essa informação contextual que suporte todo o trabalho de investigação, tal como as obras de vertente mais económica: *A História Económica de Portugal 1143-2010*,<sup>22</sup> coordenada por Leonor Freire Costa e Susana Munch Miranda e o III volume da *História Económica de Portugal 1700-2000*,<sup>23</sup> organizada por Álvaro Ferreira da Silva e ambas por Pedro Lains. Esta última mais técnica e economicista do que a primeira, mas ambas tratando com pouca profundidade a passagem do FMI por Portugal. Por exemplo, na *História Económica de Portugal 1143-2010*, as duas intervenções do FMI são relatadas num único parágrafo.<sup>24</sup> Mas Pedro Lains não se ficou por aqui, publicando em 2003 *Os*

---

<sup>19</sup>FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe 1974-1985*. In. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994,

<sup>20</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, Vol. VIII. Lisboa: Esfera dos Livros.

<sup>21</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de abril à atualidade*. Vol I. Lisboa: Editorial Presença, 2007

<sup>22</sup>COSTA, Leonor Freire; MIRANDA, Susana Munch; LAINS, Pedro – *História Económica de Portugal 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

<sup>23</sup>SILVA, Álvaro Ferreira; LAINS, Pedro – *História Económica de Portugal 1700-2000: o século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, vol. III.

<sup>24</sup>COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch – *História Económica de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2012, p. 402.

*progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992.*<sup>25</sup> Eugénia Mata e Nuno Valério apresentam-nos outra importante *História Económica de Portugal. Uma Perspetiva Global.*<sup>26</sup> Fora do âmbito historiográfico, o economista José da Silva Lopes apresenta neste quadro bibliográfico dois trabalhos sobre *A economia portuguesa no século XX*<sup>27</sup> e *A economia portuguesa desde 1960.*<sup>28</sup>

Quanto a obras nacionais sobre a intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal, temos o *Portugal Agrilhado: a economia cruel na era do FMI*,<sup>29</sup> publicado em 2011, ano da intervenção da Troika. O autor, Francisco Louçã, professor catedrático de Economia e coordenador do Bloco de Esquerda, disserta sobre o programa de ajustamento (2011-2014) que começara a ser aplicado em Portugal. Relativamente a obras estrangeiras sobre o FMI, a obra *A Globalização da Pobreza e a nova ordem mundial*,<sup>30</sup> da autoria de Michel Chossudovsky<sup>31</sup>, explica-nos que os programas de ajustamento aplicados nos países resgatados com uma doutrina neoliberal têm um impacto negativo na economia, nas finanças, na ordem política e social, tendo como principal objetivo a destruição das economias mais pobres enriquecendo as economias mais fortes. O *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*<sup>32</sup> do Tony Judt e *A Era dos Extremos: Histórias Breve do Século XX, 1914-1991*<sup>33</sup> de Eric Hobsbawm são de algumas história gerais de índole internacional que tratam sobretudo o contexto envolvente da fundação do FMI.

Para compreender as várias mudanças estatutárias que se deram no Fundo, o artigo de Michel Lelart, *Les Statuts du FMI*, dão-nos a conhecer três emendas

---

<sup>25</sup>LAINS, Pedro – *Os progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

<sup>26</sup>MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma Perspetiva Global.* Lisboa: Editorial Presença, 1994.

<sup>27</sup>LOPES, José da Silva – *A economia portuguesa no século XX.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.

<sup>28</sup>LOPES, José da Silva – *A economia portuguesa desde 1960.* Lisboa: Gradiva, 1996.

<sup>29</sup>LOUÇÃ, Francisco – *Portugal Agrilhado: a economia cruel na era do FMI.* Lisboa: Bertrand, 2011.

<sup>30</sup>CHOSSUDOVSKY, Michel – *A Globalização da Pobreza e a nova ordem mundial.* Lisboa: Caminho, 2003.

<sup>31</sup>Professor Emérito de Economia na Universidade de Ottawa, Canadá.

<sup>32</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945.* Coimbra: Edições 70, 2006.

<sup>33</sup>HOBSBAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX, 1914-1991.* Lisboa: Editorial Presença, 1996.

estatutárias ao longo da história do FMI: 1969, 1978 e 1992.<sup>34</sup> Do mesmo autor temos mais dois artigos, um para conhecer os *Les directeurs généraux du FMI*<sup>35</sup> e outro artigo sobre uma *L'Assemblée générale du «Fonds monétaire international»*, realizada em Manila, de 04 a 08 de outubro de 1976.<sup>36</sup> Mas, se o FMI foi e continua a ser olhado de forma maniqueísta e perversa, houve quem pensasse que seria um bom remédio para todos os seus problemas. Majda Pawel disse isso mesmo no artigo *L'importance du Fonds Monétaire Internationale pour la Pologne et les autres pays de l'Europe orientale*, fundamentando a importância da entrada da Polónia no FMI para a sua economia e liberdade económica. Chega mesmo a utilizar o exemplo da Roménia, quando afirma que era "...membro do FMI desde 1972 e, como sugere o "The Banker", a principal razão de sua adesão é de natureza política. A Roménia queria aproveitar a sua independência em política exterior."<sup>37</sup> Para perceber como o Fundo Monetário

---

<sup>34</sup>PERSEE. Revues Scientifiques [Em linha]. LELART, Michel – Les Statuts du FMI. *Revue d'économie financière*. Bretton Woods: mélanges pour un cinquantenaire, (1994), p. 525-531. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi\\_0987-3368\\_1994\\_hos\\_4\\_1\\_5676?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut\\_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi_0987-3368_1994_hos_4_1_5676?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free).

<sup>35</sup>PERSEE. Revues Scientifiques [Em linha]. LELART, Michel – Les directeurs généraux du FMI. In. *Revue d'économie financière*. Bretton Woods: mélanges pour un cinquantenaire. Hors-série, 1994, p. 502. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi\\_0987-3368\\_1994\\_hos\\_4\\_1\\_5667?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut\\_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi_0987-3368_1994_hos_4_1_5667?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free).

<sup>36</sup>PERSEE. Revues Scientifiques [Em linha]. LELART, Michel – L'Assemblée général du «Fonds monétaire international». *Tiers-Monde*. Vol. 18, n° 70, (1977), pp. 436-442. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/tiers\\_0040-7356\\_1977\\_num\\_18\\_70\\_2722?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/tiers_0040-7356_1977_num_18_70_2722?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free).

<sup>37</sup>PERSEE. Revues Scientifiques [Em linha]. PAWEL, Majda – L'importance du Fonds Monétaire Internationale pour la Pologne et les autres pays de l'Europe orientale. In. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*. Vol. XIII, n°4, 1982, p. 92. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/receo\\_0338-0599\\_1982\\_num\\_13\\_4\\_2405?luceneQuery=%28%2B%28authors%3APAWEL%5E5.0%29+%2B%28au](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/receo_0338-0599_1982_num_13_4_2405?luceneQuery=%28%2B%28authors%3APAWEL%5E5.0%29+%2B%28au)

Internacional atuava sobre economias resgatadas, o artigo de Chantal Thévenin sobre *Le rôle du Fonds monétaire international dans la politique économique péruvienne (1975-1978)*<sup>38</sup> explica-nos qual o “cardápio” que apresentavam às autoridades peruanas. A partir daí perceber se atuavam ou não da mesma forma, cuja intervenção no Perú aconteceu por alturas da intervenção do Fundo em Portugal. Antes de concluir este ponto sobre artigos do FMI, faltava um que nos guiasse para as origens do Fundo. Jean-François Crombois escreveu um artigo sobre *Le Fonds Monétaire International, le plan Marshall et la reconstruction des économies européennes 1946-1951*.<sup>39</sup>No pós-guerra, o aparecimento do FMI surgiu para estabilizar as moedas e liberalizar as trocas comerciais.<sup>40</sup> Para terminar, Teresa Ter-Minassian, a técnica que preparou o programa *Stand By* de 1983 e avaliou o respetivo plano publicou em 2011 *FMI: Os acordos com Portugal, 1977 - 1983 - 1984*. É um pequeno trabalho de cariz pouco reflexivo, expondo os pedidos das autoridades portuguesas e os respetivos programas de ajustamento. No prefácio, a autora diz que o programa foi pouco profundo e benéfico para a economia portuguesa.<sup>41</sup>

---

[thors%3AMajda%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=PAWEL&words=Majda&words=revue&words=free.](#)

<sup>38</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. THÉVENIN, Chantal – Le rôle du Fonds monétaire international dans la politique économique péruvienne (1975-1978). In. *Revue française d'histoire d'outre-mer*. Vol. 66, n° 244-245. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [<sup>39</sup>PERSEE. \*Revue Scientifiques\* \[Em linha\]. CROMBOIS, Jean-François – Le Fonds Monétaire International, le plan Marshall et la reconstruction des économies européennes 1946-1951. \*Revue belge de philologie et d'histoire\*. Tomo 82, fasc. 4, \(2004\), p. 997. \[Consult. 10setembro2015\]. Disponível em \[<sup>40</sup>Ibidem.\]\(http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph\_0035-0818\_2004\_num\_82\_4\_4874?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ACROMBOIS%5E5.0%29+%2B%28authors%3A%28Jean+Fran%3A%28A7ois%22%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\_right%3A%28free%29+%29&words=CROMBOIS&words=Jean%20Fran%3A%28A7ois&words=revue&words=free.</a></p></div><div data-bbox=\)](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/outre_0300-9513_1979_num_66_244_2204?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AChantal%5E5.0%29+%2B%28authors%3A%28Th%3A%28A9venin%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=Chantal&words=Th%3A%28A9venin&words=revue&words=free.</a></p></div><div data-bbox=)

<sup>41</sup>TER-MINASSIAN, Teresa – *FMI: Os acordos com Portugal, 1977 - 1983 - 1984*. Bnomics, 2011, p 5-9.

Durante a história do Fundo Monetário Internacional temos duas doutrinas económicas que foram pautando as medidas aplicadas pelo Fundo. Numa primeira fase o modelo económico de Keynes vigorou até ao primeiro choque petrolífero em 1973, perdendo terreno para o neoliberalismo, que ganhou total ascendência com Margaret Thatcher e Ronald Reagan a chefiar os seus respetivos executivos.<sup>42</sup> O pequeno trabalho de Pierre Delfaud, *Keynes e o Keynesianismo* ajuda-nos a perceber que tipo de modelo económico traduzia as medidas keynesianas. Quanto ao neoliberalismo, temos três artigos que nos ajudarão a perceber de que tipo de medidas se trata: *Le néolibéralisme comme programme de recherche et comme idéologie* de Maurice Lagueux,<sup>43</sup> *Le risque d'un discours sur le pauvre sans le pauvre. De l'interprétation des théologies de libération en contexte de néolibéralisme*<sup>44</sup> de André Beauregard, e, por fim, Pierre Chambat, na revista *Annales*, escreveria, em 1990, *Service public et néolibéralisme*<sup>45</sup>. Além destes artigos, a *Breve historia del Neoliberalismo*<sup>46</sup>, de David Harvey, geógrafo britânico conhecido pelas suas tendências marxistas, explica, segundo o seu ponto de vista, a história de um modelo económico que começou a vigorar durante a década de

---

<sup>42</sup>DELFAUD, Pierre – *Keynes e o Keynesianismo*. 2ª ed. Lisboa: Europa-América, 1988, p. 18.

<sup>43</sup>PERSEE. *Revue Scientifique* [Em linha] LAGUEUX, Maurice – Le néolibéralisme comme programme de recherche et comme idéologie. In. *Cahiers d'économie politique*. Le libéralisme économique. Interprétations et analyses. N° 16-17, (1989). [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cep\\_0154-8344\\_1989\\_num\\_16\\_1\\_1080?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALAGUEUX%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMaurice%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LAGUEUX&words=Maurice&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cep_0154-8344_1989_num_16_1_1080?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALAGUEUX%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMaurice%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LAGUEUX&words=Maurice&words=revue&words=free).

<sup>44</sup>PERSEE. *Revue Scientifique* [Em linha].BEAUREGARD, André - Le risque d'un discours sur le pauvre sans le pauvre. De l'interprétation des théologies de libération en contexte de néolibéralisme. In. *Cahiers d'éthique sociale et politique*. N° 64, (1999). [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/chris\\_0753-2776\\_1999\\_num\\_64\\_1\\_2162?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AAndr%C3%A9%5E5.0%29+%2B%28authors%3ABeauregard%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=Andr%C3%A9&words=Beauregard&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/chris_0753-2776_1999_num_64_1_2162?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AAndr%C3%A9%5E5.0%29+%2B%28authors%3ABeauregard%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=Andr%C3%A9&words=Beauregard&words=revue&words=free).

<sup>45</sup>PERSEE. *Revue Scientifique* [Em linha]. CHAMBAT, Pierre – Service public et néolibéralisme. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. N°3, (1990). [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess\\_0395-2649\\_1990\\_num\\_45\\_3\\_278861?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ACHAMBAT%5E5.0%29+%2B%28authors%3APierre%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=CHAMBAT&words=Pierre&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1990_num_45_3_278861?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ACHAMBAT%5E5.0%29+%2B%28authors%3APierre%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=CHAMBAT&words=Pierre&words=revue&words=free).

<sup>46</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007.

70 no FMI com as devidas consequências. Sendo que o neoliberalismo terá vingado através de uma narrativa, o professor Florian Schui do departamento de História da Universidade de Londres, explicou a história da *Austeridade: Breve História de um grande erro*<sup>47</sup> onde dá a conhecer de forma mais aprofundada a narrativa que levou de vencida o keynesianismo estabelecendo uma nova ordem económica mundial denominada por neoliberalismo.

Para analisar os debates parlamentares teremos de ter em conta as forças que assentam na câmara dos deputados: os partidos. Para os perceber temos *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*<sup>48</sup> de Carlos Jalali. Na revista *Análise Social* destaque para o artigo que se centra no papel dos partidos na democracia pluralista: *A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991)*<sup>49</sup> de Marina Costa Lobo, *Do CDS ao CDS-PP: O Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa*<sup>50</sup> de Richard Robinson que trabalhou essencialmente o papel do CDS na democracia portuguesa. Sobre o papel do Presidente da República na democracia, nomeadamente nos governos de iniciativa presidencial o artigo *O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português*<sup>51</sup> de Manuel Braga da Cruz ajuda-nos a perceber toda essa conjuntura.

A fonte principal deste trabalho assentou nos debates parlamentares sendo que a sua análise se focou desde janeiro de 1977 até junho de 1979. Na imprensa periódica o semanário *Expresso* coadjuvou toda a análise efetuada sobre a fonte principal com notícias, crónicas e alguns artigos de opinião do economista Alfredo de Sousa. No arquivo digital do Fundo Monetário Internacional referenciei quarenta e nove

---

<sup>47</sup>SCHUI, Florian – *Austeridade: Breve História de um Grande Erro*. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

<sup>48</sup>JALALI, Carlos – *Partidos e Democracia em Portugal 1974-1975: Da Revolução ao Bipartidarismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007.

<sup>49</sup>LOBO, Marina Costa – A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 31 (1996).

<sup>50</sup>ROBINSON, Richard – Do CDS ao CDS-PP: O Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 31 (1996).

<sup>51</sup>CRUZ, Manuel Braga – O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 29 (1994).

documentos entre Portugal-FMI desde 1948-1979: relatórios sobre atividade económica de Portugal, correspondência, pedidos de resgate e programas de ajustamento.

Antes de dissertar sobre a intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal era importante perceber que foi e o que é esta instituição. Qual foi o contexto do seu aparecimento, as doutrinas que pautaram a política económica e financeira ao longo da sua história. Explicar as negociações entre Portugal e o FMI até à sua efetividade como membro do Fundo e as relações diplomáticas destes até ao primeiro programa de ajustamento aplicado entre 1977-1978 pelos Governos Constitucionais da República Portuguesa.

# Capítulo 1 - Fundo Monetário Internacional

## 1.1. Contexto Económico e Financeiro no Pós-Guerra

O final da II Grande Guerra em 1945 não representou o fim definitivo de todos os problemas causados pelo conflito. Se a paz ficou estabelecida, esta não tirou a Europa da sua posição de cócoras, devastada física, financeira e psicologicamente. Através das fotografias e documentários da época, Tony Judt faz-nos um retrato desolador da Europa no pós-guerra:

Crianças órfãs vagueiam desoladas à frente de grupos de mulheres exaustas, vasculhando destroços de casas em ruínas. Deportados com as cabeças rapadas e internados em campos de concentração, vestindo pijamas às riscas, olham apaticamente para a câmara, esfomeados e doentes. Até mesmo os elétricos, seguindo irregularmente ao longo das linhas danificadas, movidos por uma corrente elétrica intermitente, parecem traumatizados pelos rebentamentos das granadas. Tudo e todos – com a notável exceção das bem alimentadas forças de ocupação aliadas – parecem gastos, sem recursos, exaustos.<sup>52</sup>

Perante este retrato, urgia encontrar para os países europeus com uma economia debilitada um plano que os reabilitasse da anemia em que haviam mergulhado. Diversos Estados europeus quiseram controlar setores estratégicos da economia. Foi assim, limitadamente através das nacionalizações, que a Grã-Bretanha passou a controlar o sector mineiro, os caminho-de-ferros, o transporte de mercadorias e os serviços públicos e médicos. Em França, em dezembro de 1945, Jean Monnet apresentava ao Presidente De Gaulle o *Plan de Modernisation et d'Equipement*, o qual foi aprovado sem contestação, em 1947. Era um plano que se focava na modernização da sua indústria, definindo metas e não quotas de produção como o modelo soviético.<sup>53</sup> Tinha como objetivo aumentar a produção e o rendimento do trabalho, garantir o pleno emprego da mão-de-obra e melhorar o nível de vida da população. Sem dinheiro privado para investir, o objetivo principal da Europa era o investimento público e a partir dos anos

---

<sup>52</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 33.

<sup>53</sup>Ibidem, p. 95-97.

cinquenta o plano francês serviu de modelo para outros países do continente europeu.<sup>54</sup> Os Estados com escassos recursos tiveram de fazer escolhas delicadas, investindo primordialmente nas indústrias à custa do consumo interno, habitação e serviços. Foi também no meio das dificuldades do pós-guerra que começou a surgir timidamente o Estado-Providência. Por exemplo, em 1946, eram aprovadas prestações para os serviços médicos para a toda a família em Inglaterra.<sup>55</sup> No entanto, a maioria dos Estados não possuía dinheiro para financiar o Estado-Providência e daí a necessidade de recorrer a medidas de austeridade que levaram a consequências tais como greves e manifestações que foram fomentando o crescimento do Partido Comunista.<sup>56</sup> No entanto outros investiram forte em reformas do âmbito económico e social o que representou igualmente um grande encargo financeiro aos cofres do Estado. Além deste défice outra dívida crescia sobre a balança de pagamentos e a restrição de dólares na maioria dos países da Europa retardava a sua reconstrução.<sup>57</sup>

Este era o panorama que ia minando aos poucos os partidos moderados na Europa durante o pós-guerra. O crescimento do comunismo sob a fragilidade dos partidos moderados era uma das preocupações dos Estados Unidos da América no final da II Guerra Mundial. A fome e as ruínas alimentavam a radicalização e a revolução social incompatibilizava o sistema de livre empresa, comércio e investimento.<sup>58</sup> Os países europeus desejavam meter mãos à obra, mas a escassez de matérias-primas e a falta de dinheiro para financiar as importações fizeram com que caíssem num ciclo vicioso: só exportando poderiam importar matérias-primas, mas sem estas não poderiam produzir para exportar.<sup>59</sup>

Posto isto, o ano de 1947 foi o ponto de viragem para Europa. Se havia escassez na alimentação, esta foi mais profunda depois do rigoroso inverno de 1946-47. O carvão começou a não satisfazer a procura, a indústria entrou em crise (se alguma vez saiu) e

---

<sup>54</sup>DUPEUX, Georges – *Guerras e Crises 1914-1947*. In. LEÓN, Pierre – *História Económica e Social do Mundo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, Vol., V, Tomo II, 1977, p. 497-498.

<sup>55</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 102.

<sup>56</sup>Ibidem, p. 98.

<sup>57</sup>DUPEUX, Georges – *Guerras e Crises 1914-1947*. In. LEÓN, Pierre – *História Económica e Social do Mundo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, Vol., V, Tomo II, 1977, 501-502.

<sup>58</sup>HOBSBAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX, 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 230.

<sup>59</sup>ZAMAGNI, Vera – *Historia Económica de la Europa Contemporánea*. Barcelona: Editorial Crítica, 1999, p. 220-221.

faltou dinheiro para que os países europeus pudessem importar.<sup>60</sup> Na opinião de muitos, na primavera desse ano, o Velho Continente estava perto de um abismo do qual seria complicado voltar.

Hamilton Fish, editor do *Foreign Affairs*, descreveu desta forma a Europa:

Há muito pouco de todas as coisas: muito poucos comboios, elétricos, autocarros e automóveis para transportar as pessoas a fim de começarem a trabalhar a horas, para não falar de as levar para férias; muito pouca farinha para fazer pão sem componentes que o adulterem e, mesmo assim, muito pouco pão para fornecer as energias necessárias ao trabalho duro; muito pouco papel para que os jornais relatem mais do que apenas uma pequena parte das notícias do mundo; muito poucas sementes para semear e muitos poucos adubos para as alimentar; muito poucas casas para viver e vidro para as dotar de janelas; muito poucas peles para sapatos, lã para camisolas, gás para cozinhar, algodão para fraldas, açúcar para compotas, gordura para fritar, leite para os bebés, sabão para as lavagens.<sup>61</sup>

Perante esta imagem elucidativa, o Primeiro-Ministro (socialista) da França chegava a Washington de mão estendida e de bolsos vazios, advertindo as autoridades políticas dos EUA que sem qualquer apoio económico, era provável “que se inclinasse para os comunistas”<sup>62</sup>.

## **1.2. Plano Marshall – Programa de Recuperação Económica**

Face às dificuldades existentes na Europa e depois das negociações falhadas com a União Soviética, que solicitava a colaboração com vista a solucionar o problema da Alemanha e da Europa Ocidental, o Secretário de Estado norte-americano George Marshall disse que “algo radical tinha de ser feito, e bem depressa”<sup>63</sup>.

No famoso discurso de encerramento do ano letivo na Universidade de Harvard, a 5 de junho de 1947, George Marshall propôs um plano para recuperar a economia europeia, quebrando o círculo vicioso da pobreza, restaurando a confiança do povo

---

<sup>60</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 114-118.

<sup>61</sup>Ibidem, p. 118.

<sup>62</sup>HOBSBAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX, 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 231.

<sup>63</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 119.

européu num futuro económico mais próspero.<sup>64</sup> O objetivo do programa prendia-se com a redução dos *deficits* da balança de pagamentos dos países europeus a fim de permitir a recuperação dos seus processos produtivos. O modelo de crescimento proposto pelos americanos era o seu, baseado num aumento de produtividade, na organização científica do trabalho<sup>65</sup> e na cooperação entre o trabalho e o capital.<sup>66</sup> Por isso, o Plano Marshall era um programa de desenvolvimento e não um auxílio para fazer face à catástrofe no pós-guerra.<sup>67</sup>

O mecanismo de distribuição da ajuda passava pela transferência direta dos bens requeridos pelos países abrangidos pelo programa, qualquer decisão tinha de ser acordada com os americanos e teriam de ser abertos departamentos em cada um dos países que aderissem ao programa para negociar os bens sobre a base de um plano para quatro anos de crescimento. Os conselheiros americanos deveriam ter um papel proeminente na administração dos fundos. Alistando a percentagem de material que foi enviado para a Europa, é revelado o predomínio de bens necessários para pôr em marcha o processo produtivo: 33% de matérias-primas, 29% de produtos alimentares e fertilizantes, 16% de produtos energéticos (carvão e petróleo), 17% de maquinaria e meios de transporte e 5% de outros bens.<sup>68</sup>

Este tipo de assistência financeira teria de ser repartida durante alguns anos. Os países que foram convidados a fazer parte deste plano foram: Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Grécia, Turquia, Irlanda, Áustria e Portugal. Tanto a Turquia como Portugal foram países periféricos ao conflito que arruinou quase toda a Europa, mas segundo a autora Vera Zamagni na obra *Historia Económica de la Europa Contemporânea*, estes foram convidados mais por razões de estratégia geopolítica. Os países convidados a receberem este plano não eram obrigados a aceitá-lo, mas houve quem sob domínio da União Soviética demonstrasse um interesse inicial pelo Programa de Recuperação Económica: Polónia, Checoslováquia, Hungria, Bulgária e a Albânia. Mas, o programa era olhado

---

<sup>64</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 118-129.

<sup>65</sup>ZAMAGNI, Vera – *Historia Económica de la Europa Contemporânea*. Barcelona: Editorial Crítica, 1999 cf. p. 220-221.

<sup>66</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 118-129.

<sup>67</sup>*Ibidem*.

<sup>68</sup>ZAMAGNI, Vera – *Historia Económica de la Europa Contemporânea*. Barcelona: Editorial Crítica, 1999 cf. p. 220-221.

com desconfiança por parte de Estaline porque era incompatível com a planeada e fechada economia soviética. Para Tony Judt, a não-aceitação do plano por parte do líder soviético foi um dos maiores erros estratégicos. Os americanos não teriam meios suficientes para incluir a URSS e seus países satélites no programa. Com isto, houve dois caminhos com dois destinos diferentes nas duas metades do continente europeu.<sup>69</sup> Paralelo ao Plano Marshall, os países do bloco soviético criaram o Conselho para a Assistência Económica Mútua (COMECON), que se transformou num sorvedouro das economias dos Estados-Satélite criando um sentimento opositor face à URSS.<sup>70</sup>

França e Inglaterra foram os que receberam a maior fatia da ajuda, mas foi na Áustria e em Itália que o programa teve o maior impacto. Os italianos começaram a utilizar os seus recursos ao estilo do planeamento económico dos países do leste europeu, investindo só em infraestruturas e mantendo os níveis de consumo alimentar anteriores aos da guerra. Esta política foi alterada por influência dos planeadores americanos que convenceram tanto a Itália como a Alemanha Ocidental em apostar nas políticas sociais e económicas afastadas da perspectiva deflacionista. Por isso, foi um programa que obrigou os governos europeus, empresas e sindicatos a colaborarem e a planearem futuros investimentos e níveis de produção.<sup>71</sup>

O interesse norte-americano pelo PRE (Programa de Recuperação Económica) relacionava-se com a sua crise nas exportações durante os anos trinta e por isso não se pouparam a esforços para convencer os países europeus a adotarem tarifas liberalizadas para um comércio livre. Assim, os EUA beneficiariam ao recuperar o seu maior parceiro comercial, em vez de reduzi-lo a uma dependência financeira. Por isso, caíram todas as esperanças francesas em obter reparações de guerra por parte da Alemanha, porque os norte-americanos requereram o levantamento de todas as restrições que foram erguidas à produção da Alemanha Ocidental para que esta desse maior contributo para a economia europeia.<sup>72</sup>

O programa a curto prazo serviu para fornecer créditos em dólares funcionando como garantia a défices comerciais para facilitar a importação das matérias-primas. Sem esta ajuda seria difícil ultrapassar a escassez de combustíveis, algodão e de outras

---

<sup>69</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 118-129.

<sup>70</sup>GILBERT, Martin – *História do Século XX*. Expresso, Vol. IV, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2009, p. 79.

<sup>71</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 118-129.

<sup>72</sup>Ibidem, p. 118-129.

mercadorias consideradas essenciais a um preço bastante razoável. Com isto, o Plano Marshall não foi só um programa económico, mas um programa político que evitou uma grave crise nos países ocidentais e por conseguinte o colapso da Europa Ocidental.<sup>73</sup>

Por isso, o Plano Marshall foi visto como uma estratégia da qual deu uma nova consciência à Europa no pós-guerra. Na sequência deste plano, criou-se em Paris, um Comité para a Cooperação Económica Europeia, com representantes de todos os países abrangidos pelo programa. A tarefa do comité era realizar estudos técnicos sobre a economia europeia e para que cada país formulasse o seu próprio plano para quatro anos. Foi a partir deste grupo que a 16 de abril de 1948 nascia a OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica). Os EUA confiaram a esta organização a distribuição dos fundos do Plano Marshall entre os países europeus.<sup>74</sup>

Dentro desta conjuntura de florescimento de novas instituições internacionais, as Nações Unidas foram constituídas formalmente em outubro de 1945. Além da manutenção da paz, os povos que a constituíam declaravam através do preâmbulo da Carta da ONU que estavam resolvidos a “promover o progresso económico e social de todos os povos.” A expressão Nações Unidas surgiu pela primeira vez durante uma declaração do Presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em 01 de janeiro de 1942, quando vinte e seis nações resolveram combater as potências do Eixo.<sup>75</sup> Após a sua fundação, a ONU foi constituída por seis órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Tutelar, Tribunal de Justiça Internacional, Secretariado e o Conselho Económico e Social. As funções deste último passavam por realizar trabalhos de ordem económica e social que competiam à ONU, fazer recomendações a fim de assegurar o respeito efetivo pelos direitos do Homem e concluir acordos com “instituições especializadas” aglutinadas à ONU. Uma dessas “instituições especializadas” era o Fundo Monetário Internacional tal como eram a Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial de Saúde, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e o Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio. O FMI é uma organização com carácter intergovernamental, sendo autónomo,

---

<sup>73</sup>JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006, p. 118-129.

<sup>74</sup>ZAMAGNI, Vera – *Historia Económica de la Europa Contemporânea*. Barcelona: Editorial Crítica, 1999, p. 225.

<sup>75</sup>Ibidem, p. 5-6.

mas com um elo de ligação às Nações Unidas por intermédio de acordos especiais.<sup>76</sup> Apesar desta autonomia, a ONU, segundo o artigo 58 da Carta das Nações Unidas, poderia coordenar os programas e as atividades do Fundo e todos os órgãos subsidiários necessários seriam criados em harmonia com a carta tal como as demais instituições especializadas.<sup>77</sup>

### **1.3. As instituições de *Bretton Woods***

O desabrochamento de instituições internacionais de índole económica era o resultado da lição tirada das duas grandes guerras e da Grande Depressão no final dos anos vinte e princípio dos anos trinta que havia sugerido a necessidade de controlar o desenvolvimento e as inevitáveis perturbações económicas que o mundo estava destinado a sofrer. Tudo era realizado para os países que sofreram com o conflito entre 1939-1945 se reerguessem das cinzas da II Grande Guerra, para que alimentassem as exportações americanas que tinham descido ao longo dos anos trinta e quarenta e para evitar ressentimentos entre os países vencedores e derrotados. Exemplo disso, foi o levantamento de todas as restrições produtivas por parte dos EUA à Alemanha Ocidental. O Governo norte-americano sabia que com esta medida ajudaria a aumentar a capacidade produtiva da Europa e assim alimentar as suas exportações. Dentro deste pensamento e ainda durante o conflito, em abril de 1943, começou a estudar-se a possibilidade da criação de um fundo que suspendesse os vários tipos de câmbios em vigor. Se a pressão política deste tipo de iniciativa vinha dos EUA, as ideias vinham sobretudo da Grã-Bretanha.<sup>78</sup> Harry White por conta dos Estados Unidos e John Keynes dando voz às contrapostas face aos planos que o representante norte-americano apresentava, assumiram uma defesa de planos e ideologias económicas distintas para a criação desse fundo.

Face à proposta inicial de Harry White quanto à reintrodução do padrão ouro, Keynes preparou uma contraposta. Propôs que as quotas iniciais assinadas entre os países, mediante a criação de crédito por parte de uma espécie de banco central do mundo, representava um direito de utilização da própria conta internacional. Dever-se-

---

<sup>76</sup>FEIO, Noronha – *O que é a ONU*. Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, p. 5-18.

<sup>77</sup>Ibidem, p. 29-46.

<sup>78</sup>HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX, 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 271.

iam aplicar deliberadamente medidas corretivas aos sócios mais fortes do Fundo e era importante ter uma atenção diferente e especial aos países mais pobres.

As propostas de Harry White diferenciavam-se em alguns aspetos face ao plano de Keynes: as quotas representavam um direito de compra e não de utilização por parte dos países sócios, ou seja, os sócios ganhavam direito de adquirir e não utilizar os fundos. Outro dos pontos prendia-se com uma atitude mais coerciva face aos países mais frágeis e ao contrário das propostas keynesianas, não defendia uma política económica de expansão na liquidez. Também Keynes entendia que se deveria eliminar o desequilíbrio da balança de pagamentos através de uma monitorização que introduzisse elementos dissuasores para os países com *deficit* e com *superavit*.<sup>79</sup>

Após longo debate entre White e Keynes, em julho de 1944, foi convocada uma reunião na cidade americana *Bretton Woods*, onde se discutiu o projeto que foi ratificado por 45 países fundando o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, passando a ser conhecidas como as instituições de *Bretton Woods*.<sup>80</sup>

Perante as tarefas e objetivos destas instituições concluiu-se que a doutrina económica que prevaleceu foi o plano de John Keynes. Dessa forma, o Banco Mundial não deveria reconstruir a Europa mas participar no desenvolvimento dos países mais atrasados economicamente. Quanto às tarefas do FMI cobria sobretudo a supervisão do novo sistema de câmbios e a intervenção com um apoio financeiro aos países em dificuldades económicas e financeiras. Aí, o Fundo teria de inspecionar o país que pedisse um empréstimo, acordando um plano de medidas de política económica.<sup>81</sup>

Para Hobsbawm, não foram a opinião e o plano de Keynes que prevaleceram, mas sim os de Harry White. Segundo o autor, as instituições de *Bretton Woods* tornaram-se subordinadas à política americana que através da crescente supremacia dos EUA na nova ordem política mundial foi implementando uma nova ordem económica liberal. Esta tese faz algum sentido visto que ao longo da história o Fundo teve duas doutrinas económicas que pautaram a política monetária internacional: inicialmente foi executado o plano de John Keynes dando lugar ao longo dos anos às políticas neoliberais.

---

<sup>79</sup>ZAMAGNI, Vera – *Historia Económica de la Europa Contemporânea*. Barcelona: Editorial Crítica, 1999, p. 231-232.

<sup>80</sup>Ibidem, p. 232.

<sup>81</sup>Ibidem, p. 233.

O que nos importará agora situar neste contexto do aparecimento das instituições de *Bretton Woods* era qual a posição de Portugal face a esta conjuntura política e económica mundial e que olhar teve o Fundo sobre Portugal no pós-guerra através do primeiro relatório sobre a economia portuguesa no ano de 1948 e o caminho que percorreu até à sua adesão em 1961.

#### **1.4. O primeiro relatório e adesão de Portugal ao FMI**

Com a derrota dos países fascistas no final da guerra, Portugal teve que se reorientar no panorama político internacional. Primeiro, de forma cautelosa, afastou-se da Espanha de Franco. Depois, alguns ideólogos do regime viram no corporativismo uma antecipação do Estado-Providência ocidental. Rui Ramos refere que o próprio Salazar, em 1945, ao olhar a democracia com um alcance social, considerou os verdadeiros democratas o próprio Estado Novo,<sup>82</sup> o que levou o Presidente do Conselho de Ministros a reorganizá-lo com novos objetivos políticos através da aprovação de decretos-lei que demoraram a ser efetivos.

Se passarmos às realizações sociais, de que beneficia a grande massa da população, não pode haver o menor receio de proclamar a benemerência, a justiça, a ousadia da nossa obra, comparativamente com as promessas vagas e os tímidos voos da anterior legislação. Certamente trabalhamos com os nossos princípios e organizações e pelos métodos que nos parecem melhores. Mas, em igualdade de condições e na precariedade das circunstâncias atuais, duvido que algures se tenha ido mais longe. O salário, a habitação, a escola, o recreio, as férias, a saúde, a reforma, as possibilidades de acesso, a dignidade da função — tudo o que material ou moralmente pode interessar ao trabalhador foi assente em alicerces para poder desenvolver-se e perdurar, e é nos diversos domínios da economia nacional mais do que promessa ou esperança — é realidade já viva. Eu não quero forçar conclusões, mas, se a democracia pode ter, além do seu significado político, significado e alcance social, então os verdadeiros democratas somos nós. Afirmo-o, sem acrimónia, mas convicto; nem tal conclusão

---

<sup>82</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, Vol. VIII. Lisboa: Esfera dos Livros, p. 6-7.

poderia ter o ar de desafio em boca de quem sempre proclamou não sermos todos demais para servir Portugal.<sup>83</sup>

Durante a guerra, Salazar jogou na ambiguidade ao dispensar as Lages às forças aliadas dos EUA e também na venda de volfrâmio tanto à Alemanha como à Inglaterra. Esta estratégia visava, primeiro, impedir ao máximo qualquer tentativa da Alemanha invadir a Península Ibérica, segundo, para que Salazar pudesse “durar” e perdurar juntamente com o regime.<sup>84</sup> Plano que foi resultando quando em 1948, o Partido Trabalhista inglês concluiu que o regime português deveria ser visto como uma variante do fascismo porque os presos políticos não eram maltratados sob o espírito de opressão que caracterizou os países fascistas europeus.<sup>85</sup>

Neste contexto Salazar quis mostrar abertura com eleições em 1945: após o anúncio para a realização das eleições, um grupo de advogados requereu autorização para fundar o Movimento de Unidade Democrática, tendo em vista que participar nas eleições de novembro desse ano; houve um alívio da pressão da censura ao aumentar o número de periódicos contra o regime; o Governo amnistiou 110 presos do Tarrafal; extinguiu os tribunais militares e Salazar afirmou em entrevista ao Diário de Notícias que as eleições seriam “tão livres como na livre Inglaterra”.<sup>86</sup> O Presidente do Conselho de Ministros ainda teve que lidar no final da Segunda Guerra com um aumento da militância comunista no país e da oposição democrática no país, mas os atos eleitorais de 1945 e de 1949 acabaram por reforçar o regime, não pela vontade popular mas pelo recuo da oposição na apresentação de alternativas, perante a máquina repressiva do regime.<sup>87</sup>

Para o historiador Rui Ramos, o período da II Grande Guerra foi fértil em bons negócios para Portugal. Os lucros dos bancos triplicaram, o nível das exportações aumentou para níveis superiores a 10,6% e com isso foi possível reunir reservas de ouro

---

<sup>83</sup>SALAZAR, António de Oliveira – *Diário da Assembleia Nacional*, p. 468-472, Lisboa, 18 maio 1945, III Legislatura, 19 maio 1945.

<sup>84</sup>ROSAS, Fernando – *O Estado Novo*. In. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 318-322.

<sup>85</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, vol. VIII, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 5-6.

<sup>86</sup>Ibidem, p. 8.

<sup>87</sup>Ibidem, p. 10.

e divisas.<sup>88</sup> Mas, para Fernando Rosas os níveis das exportações até nem subiram, descendo a um maior ritmo face às importações. Os resultados positivos ao nível das exportações resultaram mais na subida dos valores unitário e global compensando a diminuição quantitativa e o encarecimento das importações.<sup>89</sup> Relativamente aos cofres da banca portuguesa recheados em ouro, Rosas pegou numa expressão dos diplomatas ingleses que compararam Portugal a um “homem com os bolsos cheios e o estômago vazio”. Houve assim carestia de vida com filas intermináveis para obtenção de senhas de racionamento,<sup>90</sup> faltou transporte nas estradas e procedeu-se à poupança da energia. Controlaram-se salários e preços e verificou-se uma quebra na produção agrícola. Ao nível social verificaram-se no norte motins por causa dos abastecimentos enquanto em Lisboa o congelamento de salários e o aumento do horário de trabalho provocou uma série de greves. A burocracia e a corrupção na administração e nos órgãos corporativos e o número de funcionários aumentavam.<sup>91</sup> Perante a falta de crescimento, Ferreira Dias lançou um plano de Eletrificação Nacional e de Fomento e Reorganização Industrial, “sob a barragem de pressões e protestos liderados pelos meios agrários”, que precipitaram a sua saída do cargo de subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.<sup>92</sup>

Portugal subscreveu entre março e setembro de 1948 a Convenção da Organização Económica de Cooperação Europeia. Recusando inicialmente e depois resistindo, Portugal recorreu ao auxílio financeiro do Plano Marshall. A resistência portuguesa em abraçar o programa foi demonstrada por uma proposta do Ministro das Finanças João Lumbrals, em junho de 1948, sugerindo uma transferência para os EUA de 40 milhões de libras do crédito de Portugal sobre a Inglaterra evitando dessa forma o pedido de auxílio através do Plano Marshall. Apesar da recomendação favorável do embaixador norte-americano em Lisboa, a proposta recebeu um “não” redondo por parte

---

<sup>88</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, vol. VII, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 89-90.

<sup>89</sup>ROSAS, Fernando – *O Estado Novo*. In. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 332.

<sup>90</sup>Ibidem, p. 352

<sup>91</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, vol. VII, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 89-90.

<sup>92</sup>ROSAS, Fernando – *O Estado Novo*. In. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 452.

do próprio George Marshall.<sup>93</sup> Perante as hesitações de Salazar em aderir ao programa, este começou a ponderar essa hipótese durante o mês de julho. Em agosto, foi preparada legislação que conduziu à criação da Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia. Um dia antes da assinatura do acordo que confirmava Portugal participante do Programa de Recuperação Económica, em 27 de setembro de 1948, o representante português apresentou informalmente<sup>94</sup> um pedido no valor de 625 milhões de dólares que foi recusado,<sup>95</sup> mas que seria aceite mais tarde com um quarto do valor inicialmente requerido a rondar os 90 milhões de dólares.<sup>96</sup>

Este era o quadro político, económico e financeiro que Portugal vivia no pós-guerra: tinha um regime de cariz totalitário com algumas relações diplomáticas entre os países democráticos, conseguiu reforçar a posição do Estado Novo entre portas, aderiu à OECE e ao Plano Marshall. Ainda não era membro da ONU e nem do Fundo Monetário Internacional, mas mereceu um destacado relatório apresentado a 16 de julho de 1948, sobre a sua economia que vai ao encontro do quadro esboçado nas linhas antecedentes.

No início do relatório foi apresentado um resumo da economia portuguesa predominantemente agrícola e com uma população em rápido crescimento. Foi referido que o plano económico que o país vinha adotando nos últimos vinte anos incidia na irrigação, hidroelétrica e transportes. Havia uma indústria atrasada devido à falta de ferro e carvão. As matérias-primas eram importadas e os produtos acabados eram produzidos para o mercado interno ou para exportação (principalmente para as colónias). As exportações incidiam nas seguintes matérias-primas: cortiça, volfrâmio e estanho. A indústria de conservas de peixe era o segundo produto mais importante nas exportações alimentares portuguesas, enquanto as importações eram constituídas pelo carvão, derivados de petróleo, ferro, aço e maquinaria. Relativamente à balança de pagamentos durante a Segunda Guerra, houve um excedente que resultou numa acumulação substancial de ouro pelo Banco de Portugal. Com efeito, a circulação das

---

<sup>93</sup>ROLLO, Fernanda – *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra: O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 195-202.

<sup>94</sup>Ibidem.

<sup>95</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, vol. VIII, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 23-24.

<sup>96</sup>ROLLO, Fernanda – *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra: O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 195-202.

notas expandiu dos 2,28 milhões de contos em 1938 para 8,7 milhões de contos em 1947. O preâmbulo do relatório terminava com uma perspectiva positiva de Portugal perante o Plano Marshall, declarando que o país podia contribuir com alimentos e exportações de matérias-primas sobre o crédito a outros membros do Plano Marshall e com capacidade de pagar as suas próprias importações sem recorrer à moeda estrangeira.<sup>97</sup>

Era um documento que estava dividido pelas seguintes temáticas: território e população, características gerais da economia, finanças públicas, evolução monetária, evolução dos preços, comércio exterior, balança de pagamentos, câmbios e crédito, política cambial e a evolução do valor do escudo.

Sobre o território e população, Portugal era considerado juntamente com a Grã-Bretanha, França, Holanda e Bélgica como uma das cinco grandes potências imperiais. O rio Tejo era tido como uma linha imaginária que dividia o país em duas partes diferentes: ao nível do clima e da sua geografia. A população estava estimada nos 8,3 milhões, em 1947, havendo aumentos médios de 50.000 pessoas por ano. Metade da população trabalhava na agricultura, 15% na pesca e nas indústrias adjacentes e 12% na indústria e construção. O relatório referia que se tinha procedido a uma modernização do país num plano para quinze anos: tinha-se desenvolvido a irrigação e recursos hidroelétricos, construção de estradas e o sistema ferroviário unificado.<sup>98</sup>

Quanto às características gerais da economia, 15.601 pessoas estavam empregadas na construção de navios em 1944. Em 1938, Portugal era o principal exportador de sardinha no mundo. Relativamente à produção de azeite o país empregava 22.000 pessoas. O relatório referia que os recursos minerais eram mal explorados devido à falta de instalações, carvão, transporte adequado, falta de capital e de conhecimento técnico. A falta de carvão, ferro, capital nacional e o baixo nível de educação impedia o desenvolvimento industrial.<sup>99</sup>

O relatório referia que o orçamento era equilibrado depois da reforma monetária de 1929 feita por Salazar. As despesas ordinárias eram cobertas por receitas ordinárias. As despesas extraordinárias eram cobertas por receitas de empréstimos públicos ou dos excedentes do orçamento. Foi desta forma que foi conseguido o equilíbrio orçamental.

---

<sup>97</sup>THOUVENIN, V; BERTRAND, R – Relatório FMI: *Economic Survey of Portugal*, 1948, 16 de julho. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx>.

<sup>98</sup>Ibidem.

<sup>99</sup>Ibidem.

A maior parte das receitas era conseguida através dos impostos diretos e indiretos. Em 1944, houve uma diminuição do *superavit* em 126 milhões de escudos devido ao investimento na assistência pública e educação, serviços do governo, obras públicas, desmobilização e reorganização económica, administrativa, militar e financiamento da colónia de Timor, despesas de rearmamento, aquisição de novas unidades navais e aéreas.<sup>100</sup> O investimento público e industrial seria aplicado segundo o plano estruturado pelo engenheiro Ferreira Dias através das leis de Eletrificação Nacional e de Fomento e Reorganização Industrial.

Em relação à dívida pública, em 1928, os 329 milhões de escudos totalizavam 20% das receitas. Em 1941, o valor da dívida desceu para os 308 milhões que correspondiam a 11% das receitas. O aumento do débito público a partir de 1942 era o resultado da inflação que atingiu o país durante a Segunda Guerra.<sup>101</sup>

Durante este período houve um aumento da reserva do ouro que foi acompanhado pelo aumento de depósitos que não corresponderam de todo a uma expansão dos empréstimos. Neste ponto sobre a evolução monetária, o relatório justificava a ausência de empréstimos para fazer face a uma escassez de géneros alimentícios devido ao aumento da população, à seca e às restrições que a guerra impôs ao transporte. Também durante este período houve um aumento da circulação de notas devido ao excesso de exportação. No relatório foi referido que no verão de 1947, o Governo de Salazar tinha empreendido uma política deflacionista destinada a reduzir o custo de vida com base nas restrições ao crédito. O Ministro da Economia Daniel Barbosa iniciou um movimento de queda dos preços nos produtos alimentares e vestuário. A diminuição dos depósitos que decorreu nesse ano foi resultado de um aumento da atividade de investimentos que houve na construção e na expansão industrial.<sup>102</sup>

A evolução dos preços tinha assumido um padrão de inflação a partir do 3º trimestre de 1939. Essa tendência de crescimento continuou até aos inícios do ano de 1947, porque o Ministro da Economia Rafael Duque estava convencido de que os

---

<sup>100</sup>THOUVENIN, V; BERTRAND, R – Relatório FMI: *Economic Survey of Portugal*, 1948, 16 de julho. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx>.

<sup>101</sup>Ibidem.

<sup>102</sup>Ibidem.

preços elevados eram resultado da atividade do mercado negro e da escassez, provocados, deliberadamente, pelos agricultores e produtores.<sup>103</sup>

No relatório foi referido que, durante a guerra, o excedente criado pelo comércio externo se deveu à neutralidade de Portugal durante o conflito. Vendeu estanho e volfrâmio (o principal cliente foi a Alemanha de Hitler) a preços altíssimos que resultou na acumulação de ouro e divisas. Os fornecedores mais importantes antes da guerra eram: Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, França, Noruega, Holanda e Suíça. Após a guerra o principal fornecedor passou a ser os EUA. O padrão das exportações mostrava um aumento para as colónias portuguesas. No relatório, o FMI acreditava que o valor das exportações para as colónias prometia ser uma característica do comércio português.<sup>104</sup>

Após a conclusão do Programa de Recuperação Económica o saldo da balança de pagamentos deveria estar em equilíbrio de acordo com um conjunto de estudos realizados pelo Fundo. Neste ponto, o relatório refere que o Governo português pretendendo economizar os seus recursos colocava uma proibição das importações de luxo.<sup>105</sup>

Relativamente à política cambial havia restrições à importação e exportação de notas estrangeiras. Era uma medida de controlo que tinha sido imposta pelos aliados, mas o relatório referia que estas medidas seriam pouco rigorosas. Depois, foi descrito um conjunto de operações que se procediam entre Portugal-Suécia e Portugal-Suíça. Neste ponto, o Fundo Monetário Internacional classificava como potencialmente perigoso um conjunto de legislação que obrigava a inscrição obrigatória e antecipada de todas as operações comerciais.<sup>106</sup>

O último ponto do relatório sobre a economia portuguesa em 1948 era sobre a evolução do valor do escudo. A 9 de junho de 1931, o escudo tinha sido estabelecido em 110 escudos por libra. O passo seguinte seria colocar o escudo no padrão ouro, decisão que foi tomada a 29 de junho de 1931. Mas, a 29 de dezembro do mesmo ano, os laços do escudo com o ouro foram cortados devido ao facto de a libra esterlina ter abandonado o padrão-ouro. Relativamente aos salários, em 1947, estavam 30% acima

---

<sup>103</sup>THOUVENIN, V; BERTRAND, R – Relatório FMI: *Economic Survey of Portugal*, 1948, 16 de julho. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivscatalog.imf.org/brief.aspx>.

<sup>104</sup>Ibidem.

<sup>105</sup>Ibidem.

<sup>106</sup>Ibidem.

do período antes da guerra o que representava, segundo o relatório, um declínio considerável na qualidade de vida dos portugueses. O escudo estaria 23% sobrevalorizado em comparação com a libra. Tal sobrevalorização tenderia a estimular as importações e restringir as exportações para o Reino Unido, fornecendo o mercado interno com mais bens e ajudando a corrigir os desajustes dos preços internos para restabelecer o equilíbrio na oferta. O relatório refere que este seria o objetivo do governo português ao sobrevalorizar o escudo em relação à libra, mas o FMI não concordava com esta estratégia, porque não estimularia as exportações britânicas para Portugal face à reduzida capacidade da Grã-Bretanha para produzir. O Fundo chegou a propor ao Governo de Salazar uma promoção às exportações para a Grã-Bretanha e que se estreitasse a margem da sobrevalorização do escudo.<sup>107</sup>

Resumidamente, o primeiro relatório do Fundo Monetário Internacional descreve a economia portuguesa marcadamente agrícola, pouco industrializada, com um orçamento equilibrado mas com poucos investimentos e erróneos, pobre, com uma população pouco preparada tecnicamente, com governos a optar por decisões economicamente desajustadas e um país que não soube aproveitar da melhor forma a sua neutralidade durante o período da II Grande Guerra. Continuava a ser um país fechado ao mundo, com receio em aderir a planos de desenvolvimento internacionais, como foi o caso do Plano Marshall. Mas, depois de aderir a esse plano, Portugal, paulatinamente foi aderindo a vários organismos internacionais.

Como já referi anteriormente, em 1948, Portugal integrava a Organização Económica de Cooperação Europeia (OECE) hoje conhecida por OCDE. Os membros que constituíam esta organização internacional debatiam entre si se a cooperação deveria consistir em políticas comuns ou apenas comércio livre. Desse debate resultou a fundação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1957. Portugal, tal como a Inglaterra, não entraram nessa comunidade, tendo estes sido fundadores da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960.<sup>108</sup>

Naquele momento houve vários fatores que impediram Portugal de ter uma integração mais efetiva e plena na CEE. O primeiro dos quais quanto às características

---

<sup>107</sup>THOUVENIN, V; BERTRAND, R – Relatório FMI: *Economic Survey of Portugal*, 1948, 16 de julho. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx>.

<sup>108</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, vol. VIII, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 23-24.

do próprio regime que então vigorava: o totalitarismo e o domínio colonial não eram de todo compatíveis com os auspícios dos países fundadores da Comunidade Económica. Dentro desse âmbito, Portugal pretendia promover uma espécie de mítico mercado único nacional com o domínio colonial africano integrado. Outro motivo, mais tardio aliás, foi a guerra colonial em África que durou desde 1961 até 1974.<sup>109</sup>

Estes foram alguns dos fatores que foram isolando Portugal na senda internacional. Não ignorando o movimento de integração que se propagava pela Europa Ocidental e com o intuito de não perder o seu principal mercado exportador (11% para o Reino Unido) nunca pondo em causa o seu mercado colonial, os governantes portugueses decidiram apanhar o comboio da EFTA. Com efeito, a crescente internacionalização da economia portuguesa teve maior grau de integração europeia do que colonial, onde 40,5% das exportações e 59,9% das importações dirigiam-se e provinham da CEE e da EFTA.<sup>110</sup>

Dentro desta corrente integradora europeia, em 1962, Portugal requereu um estatuto de membro associado da CEE, justificando que o desenvolvimento da economia portuguesa era indissociável das exportações de mercadorias e serviços para a Europa do Norte.<sup>111</sup>

Neste contexto de internacionalização da economia portuguesa, em julho de 1959<sup>112</sup>, através do embaixador em Washington, Luís Esteves Fernandes, o Governo de Portugal pediu formalmente adesão ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.<sup>113</sup>

Nas conversações iniciais Portugal e o FMI estabeleceram um conjunto de condições. Uma das quais era a comparticipação de uma quota de 60 milhões de dólares e que 25% dessa subscrição seria paga em ouro. O pagamento nominal deveria ser feito até aos trinta dias após o acordo enquanto o pagamento em ouro deveria ser pago no dia

---

<sup>109</sup>ROMÃO, António – *A Inserção da Economia Portuguesa na Economia Mundial: Evolução Recente e Perspetivas*. In. FERREIRA, Eduardo de Sousa; OPELLO, Walter – *Conflitos e Mudanças em Portugal*. Lisboa: Teorema, 1985, p. 269-270.

<sup>110</sup>Ibidem, p. 269-270.

<sup>111</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalves; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, vol. VIII, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 24.

<sup>112</sup>NUNES, Manuel Jacinto – *Memórias Soltas*. Lisboa: Alêtheia, 2009, p. 69.

<sup>113</sup>FERNANDES, Esteves – Relatório FMI: *Application for Membership*. 1959, 05 de agosto. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx?gotopage=2>.

da assinatura do acordo para adesão. As autoridades portuguesas passavam a estar dependentes de consultar o FMI para qualquer alteração à taxa de câmbio em vigência e, por último, num prazo de seis meses, poderiam pedir uma prorrogação da sua adesão ao Fundo que seria considerado pelo Diretor Executivo.<sup>114</sup> Estas considerações seriam todas confirmadas pelo Conselho de Governadores e pela Direção Executiva do FMI através de um relatório destinado ao responsável pelo Comité para Adesão de Portugal ao Fundo, Rodrigo Gomez.<sup>115</sup>

Julgando pela data do pedido de adesão, Portugal tornar-se-ia membro do Fundo nos primeiros meses de 1960. Esta situação, por diversos motivos, só se verificaria depois dos três pedidos de prorrogação à sua adesão.

Em fevereiro de 1960, em nome do governo português, o embaixador Luís Esteves Fernandes endereçava uma carta dirigida ao próprio Diretor do FMI, Per Jacobsson, solicitando uma prorrogação de seis meses. Portugal admitia que tinha tomado as medidas necessárias para assinar e depositar o valor correspondente à sua quotização. Mas justificava o período de prorrogação com a necessidade de dar uma melhor garantia a essa adesão.<sup>116</sup> O adiamento foi deferido até 31 de julho de 1960.<sup>117</sup>

Dentro do formato e dos intervenientes anteriores, numa carta datada a 28 de junho, o representante português em Washington requeria um novo prolongamento do período para adesão para novembro, admitindo que circunstâncias imprevistas não tinham permitido Portugal completar todo o regime de exigências do FMI.<sup>118</sup>

Chegados a novembro, uma nova prorrogação era solicitada caso os documentos necessários para adesão ao FMI e BIRD chegassem atrasados. As autoridades portuguesas tinham previamente publicado no Diário do Governo do dia 21 de novembro, a autorização para o Governo português aderir às duas organizações em questão. Em resposta à carta do embaixador Luís Esteves Fernandes, o Fundo aceitava um novo prolongamento para adesão até 31 de março de 1961, alegando que, mesmo

---

<sup>114</sup>Relatório FMI: *Application for Membership*. 1959, 24 de setembro. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx?gotopage=2>.

<sup>115</sup>Ibidem.

<sup>116</sup>FERNANDES, Esteves – Relatório FMI: *Membership*. 1960, 17 de fevereiro. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx?gotopage=2>.

<sup>117</sup>Relatório FMI: Portugal – *Extension of the period for accepting membership*. 1960, 29 de fevereiro. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx?gotopage=2>.

<sup>118</sup>Relatório FMI: *Extension of the Period for Accepting Membership*. 1960, 07 de julho. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx?gotopage=2>.

que os documentos chegassem antes de 30 novembro, estes ainda teriam de ser avaliados para confirmar a adesão.<sup>119</sup>

A adesão de Portugal ao Fundo, em março de 1961, não vai ao encontro das memórias de Manuel Jacinto Nunes<sup>120</sup>, o qual foi um dos negociadores da adesão. Nas suas *Memórias Soltas*, Jacinto Nunes menciona que adesão se efetivou em novembro de 1960. Mas o relatório do FMI datado a 29 de março confirma oficialmente a primeira versão da adesão ao Fundo no primeiro trimestre de 1961:

Portugal tornou-se hoje membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), quando os Estatutos dessas instituições foram assinados em Washington, em nome do Governo de Portugal, pelo Embaixador, Sua Excelência Luís Esteves Fernandes.<sup>121</sup>

O Estado português, através do Banco de Portugal, participou com os 65 milhões de dólares: 25% em ouro e os restantes 75% em escudos. O Vice-Governador do Banco de Portugal seria designado Governador no FMI em representação portuguesa.<sup>122</sup>

Foi desta forma que Portugal iniciou o seu caminho de abertura da economia portuguesa no início dos anos 60, década que marcou douradamente a história recente com um crescimento médio de 6% ao ano. A estrutura da economia mudava, onde o

---

<sup>119</sup>FERNANDES, Esteves – Relatório FMI: *Extension of the Period for Accepting Membership*. 1960, 28 de novembro. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx?gotopage=2>.

Relatório do FMI: *EBM/60/51*. 1960, 09 de dezembro. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/brief.aspx?gotopage=2>.

<sup>120</sup>Licenciou-se em Economia e Finanças no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeira da Universidade Técnica de Lisboa. Em 1957, concluiu o Doutoramento em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Entre 1959 e 1965, representou Portugal no Comité da Política Económica, participando durante este período nas negociações com o Fundo Monetário Internacional. A partir de 1960, foi Vice-Governador do Banco de Portugal até 1974, tendo sido nomeado à data Governador da mesma instituição até 1975. Foi Governador em representação portuguesa no FMI entre 1960-1975 e 1980-1985. Por fim, foi Vice Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia e Ministro das Finanças e do Plano no IV Governo Constitucional.

<sup>121</sup>Relatório do FMI: *Portugal joins Fund and Bank*. 1961, 29 de março. [Consult. 09setembro2015]. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/detail.aspx?parentpreref=125031199>.

Ver anexo nº 1, p. 178.

<sup>122</sup>NUNES, Manuel Jacinto – *Memórias Soltas*. Lisboa: Alêtheia, 2009, p. 70.

valor da produção industrial ultrapassou a produção agrícola. Entre 1960 e 1974, o PIB *per capita* cresceu de 47% para 65% da média dos 15 países que integravam a CEE em 1990. Foi um crescimento que, segundo Rui Ramos, permitiu melhorar a redistribuição dos benefícios: o peso dos salários no rendimento nacional bruto evoluiu de 39,4% em 1950 para 44,3% em 1964. No ano seguinte, elementos do governo já clamavam um país diferente. O consumo crescia, os partos em estabelecimentos de saúde aumentavam, a mortalidade infantil diminuía, mas, em 1970, ainda havia uma grande parte da população que permanecia nos campos.<sup>123</sup> Para alguns autores, o crescimento económico que se deu nos anos 60 em Portugal, foi uma consequência da abertura da economia portuguesa à internacionalização. Face a estas circunstâncias o país estaria inevitavelmente vulnerável perante uma crise económica de grandes proporções.

Para o Ministro das Finanças António Pinto Barbosa (1955-1965), Salazar preocupou-se primordialmente com a manutenção do regime, contendo nos gastos públicos, subindo gradualmente os impostos, evitando qualquer tipo de inflação ou crise na balança de pagamentos.<sup>124</sup> Nunca houve uma profunda reforma económica e financeira durante os anos do Estado Novo. Mesmo com a envergonhada abertura económica verificada entre 1948 e 1963, a economia corporativista e protecionista nunca esteve preparada para o abalo económico que se verificaria com o choque do petróleo em 1973. Mas sobre isto, falaremos no capítulo seguinte. Agora abordaremos a constituição dos estatutos e emendas do Fundo Monetário Internacional que decorreram durante o período em estudo.

## **1.5. Dos Estatutos do FMI às Emendas de 1969 e 1978**

Houve três regras principais que estiveram na génese do Fundo Monetário Internacional em *Bretton Woods*: os Estados-Membros do Fundo teriam de aplicar uma rigorosa disciplina monetária, normas relativas à formação e utilização dos recursos do FMI e princípios institucionais que determinariam o funcionamento da estrutura e dos

---

<sup>123</sup>RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In. RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalves; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Expresso, vol. VIII, Lisboa: Esfera dos Livros, p. 25-28.

<sup>124</sup>Ibidem, p. 28.

órgãos do próprio Fundo. Sob essas três traves mestras, seriam assinados os estatutos por trinta e cinco Estados, em Washington, a 27 de dezembro de 1945.<sup>125</sup>

A organização do Fundo estruturou-se da seguinte forma: Conselho de Governantes, Comité Executivo e um Diretor Geral. A autoridade máxima estava concentrada no Conselho de Governantes que era composto por um governador e um vice-governador. Por indicação de cada um dos países membros estes cargos eram ocupados por Ministros das Finanças ou por Governadores dos Bancos Centrais. Era um órgão que delegava a maioria das suas funções no Comité Executivo responsável por executar decisões permanentes tais como: supervisionar políticas de câmbio, assistir financeiramente os membros e consultá-los periodicamente, e eleger o Diretor-Geral do FMI.<sup>126</sup>

A influência das decisões no seio do FMI repousava no sistema das quotas. O número de votos dentro dos órgãos de decisão era determinado pelo montante de direitos de impressão sobre os recursos do Fundo e pelas contribuições de cada membro. Os Estados Unidos eram os principais contribuintes e por isso beneficiaram de uma posição privilegiada no seio do FMI. Este critério de influência e de decisão mereceu um coro de protestos por parte dos Estados europeus criticando o domínio do bloco americano no seio do Fundo.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. FOCSANEANU, Lazar – La modification des statuts du Fonds Monétaire International et la création des droits de tirage spéciaux. *Annuaire français de droit international*. Vol. 15, (1969), p. 491-492. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi\\_0066-3085\\_1969\\_num\\_15\\_1\\_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free).

<sup>126</sup>PALA, Gianfranco – *O Funcionamento do Fundo Monetário Internacional*. [Consult. 18MAR2015]. Disponível em [http://www.contraddizione.it/pt\\_fmi.rtf](http://www.contraddizione.it/pt_fmi.rtf).

<sup>127</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. CROMBOIS, Jean-François – Le Fonds Monétaire International, le plan Marshall et la reconstruction des économies européennes 1946-1951. *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tomo 82, fasc. 4, (2004), p. 997. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph\\_0035-0818\\_2004\\_num\\_82\\_4\\_4874?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ACROMBOIS%5E5.0%29+%2B%28authors%3A%22Jean+Fran%3A%20ois%22%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=CROMBOIS&words=Jean%20Fran%3A%20ois&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph_0035-0818_2004_num_82_4_4874?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ACROMBOIS%5E5.0%29+%2B%28authors%3A%22Jean+Fran%3A%20ois%22%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=CROMBOIS&words=Jean%20Fran%3A%20ois&words=revue&words=free).

O FMI passava a definir as paridades monetárias. O sistema de *Bretton Woods* inaugurava um regime de trocas fixas baseadas na convertibilidade do dólar pelo ouro. As variações ocorriam para fazer face a uma situação de desequilíbrio com o fim de garantir a estabilidade das paridades.<sup>128</sup>

A supervisão de políticas e consultas periódicas a cada um dos Estados-Membros, realizadas sob o artigo IV dos estatutos do Fundo, são do âmbito económico, monetário, financeiro, fiscal e a balança de pagamentos é acompanhada de forma regular dando relevo às implicações internacionais de tais políticas. O FMI pode encorajar os Estados a adotarem políticas económicas que sejam adequadas ao investimento e para sustentar um desenvolvimento económico e inflacionário.<sup>129</sup>

Os procedimentos de supervisão ao abrigo do artigo V são diferentes porque se destinam a assegurar um apoio financeiro externo. Os recursos do Fundo são utilizados para reestabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos e assim desenvolver de forma sustentável a economia. Este crescimento deverá ser compatível com a possibilidade de obedecer a um programa de pagamento da dívida ao Fundo mas sem recorrer às restrições de comércio e sobre pagamentos correntes.<sup>130</sup>

Inicialmente estas operações eram financiadas através do próprio capital do FMI. Mas, a partir de 5 de janeiro de 1962, através dos Acordos Gerais de Empréstimos, o Fundo começou a contrair empréstimos para reforçar os seus recursos e dessa forma financiar os desequilíbrios da balança de pagamentos dos Estados em dificuldades.<sup>131</sup>

---

<sup>128</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. CROMBOIS, Jean-François – Le Fonds Monétaire International, le plan Marshall et la reconstruction des économies européennes 1946-1951. *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tomo 82, fasc. 4, (2004), p. 998. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph\\_0035-0818\\_2004\\_num\\_82\\_4\\_4874?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ACROMBOIS%5E5.0%29+%2B%28authors%3A%22Jean+Fran%C3%A7ois%22%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=CROMBOIS&words=Jean%20Fran%C3%A7ois&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph_0035-0818_2004_num_82_4_4874?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ACROMBOIS%5E5.0%29+%2B%28authors%3A%22Jean+Fran%C3%A7ois%22%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=CROMBOIS&words=Jean%20Fran%C3%A7ois&words=revue&words=free).

<sup>129</sup>Ibidem.

<sup>130</sup>Ibidem.

<sup>131</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. FOCSANEANU, Lazar – La modification des statuts du Fonds Monétaire International et la création des droits de tirage spéciaux. *Annuaire français de droit international*. Vol. 15, (1969), p. 493-496. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi\\_0066-3085\\_1969\\_num\\_15\\_1\\_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2)

Estas operações foram financiadas, até outubro de 1970, através da moeda nacional dos dez países mais industrializados por um valor equivalente a 6 bilhões de dólares. Este valor serviu para combater qualquer tipo de ameaça contra o sistema monetário internacional e para financiar os acordos *stand-by* que eram acordados entre o FMI e os seus Estados-Membros.<sup>132</sup> Estes tinham direito a obter diretamente do Fundo promessas antecipadas tais como: sacar determinadas quantias de dinheiro que seriam aceites pelo Fundo dentro de determinados períodos e limites sem ser preciso recorrer a uma nova análise ao Estado devedor.<sup>133</sup>

À medida que o tempo ia passando a caminho da primeira emenda aos estatutos do FMI, a 31 de março de 1965, ocorreu o segundo aumento de quotas dos seus Estados-Membros (uma subida de 25 por cento), que foram sendo pagas em cinco parcelas anuais.<sup>134</sup> Estas decisões tais como outras tomadas após o ano da fundação do FMI são consideradas decisões preambulares à 1ª emenda aos estatutos do Fundo em 1969.

A alteração aos Estatutos, em 28 de julho de 1969, ocorreu em duas categorias distintas: adição de doze novos artigos numerados do XXI ao XXXII e quatro novos anexos designados pelas letras F, G, H e I. Destinavam-se a alterar os velhos artigos e anexos, mas sobretudo a introduzir um novo meio de pagamento internacional administrado pelo próprio Fundo Monetário Internacional: os Direitos de Saque Especial.<sup>135</sup>

Mas antes de chegar a este resultado, em 1964, o FMI reconheceu a necessidade de gerar novos meios para financiar os desequilíbrios das balanças comerciais. Para isso propôs a criação de um grupo de estudo para analisar diferentes proporções para novos

---

[B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free.](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free)

<sup>132</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. FOCSANEANU, Lazar – La modification des statuts du Fonds Monétaire International et la création des droits de tirage spéciaux. *Annuaire français de droit international*. Vol. 15, (1969), p. 500. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi\\_0066-](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free)

[3085\\_1969\\_num\\_15\\_1\\_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free.](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free)

<sup>133</sup>Ibidem, p. 498.

<sup>134</sup>Ibidem, p. 503.

<sup>135</sup>Ibidem, p. 505.

ativos de reserva: o Grupo dos Dez, constituído pelos países mais industrializados. Deste grupo de trabalho resultou uma comunicação a 26 de julho de 1966, com um conjunto de recomendações que ressaltava a necessidade do país mais forte economicamente preparar um apoio financeiro através da abertura de linhas de crédito especiais para o Fundo ou aceitar o compromisso de manter novos ativos de reserva. Por fim, uma outra recomendação consistiu num apelo para que fossem realizadas reuniões conjuntas entre este grupo e os próprios governadores do FMI. Desta forma resultaram quatro reuniões desde novembro de 1966 até junho de 1967: Washington 28 a 29 de novembro de 1966, Londres 25 a 26 de janeiro de 1967, Washington 25 a 26 de abril de 1967 e por último em Paris de 19 a 21 de junho de 1967.<sup>136</sup>

Após a reunião de Londres, o grupo de trabalho apresentou um projeto para a criação de Direitos de Saque Especial esperando que este fosse sujeito à aprovação na reunião anual de Governadores do FMI convocada para o Rio de Janeiro entre 25 a 29 de setembro de 1967:

1. O estabelecimento da quantidade de novos Direitos de Saque Especial seria votado por maioria de 85% pelo Conselho de Governadores do FMI;
2. Os Estados que utilizassem Direitos de Saque Especial seriam obrigados a reconstruir a sua posição no Fundo com base no valor das taxas utilizadas durante o período de utilização;
3. Era desejável que os Estados-Membros mantivessem um equilíbrio entre os Direitos de Saque Especial e as suas outras reservas.<sup>137</sup>

A última reunião do Grupo dos Dez realizou-se em Estocolmo, entre 29 e 30 de março de 1968. Conforme o mandato recebido pelo Conselho de Governadores do FMI, este grupo de trabalho redigiu o projeto de alteração aos estatutos do FMI para introduzir os Direitos de Saque Especial. O texto foi submetido à consideração do grupo tendo recebido o apoio da maioria dos países exceto da França. A 16 de abril, os

---

<sup>136</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. FOCSANEANU, Lazar – La modification des statuts du Fonds Monétaire International et la création des droits de tirage spéciaux. *Annuaire français de droit international*. Vol. 15, (1969), p. 505-506. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi\\_0066-3085\\_1969\\_num\\_15\\_1\\_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free).

<sup>137</sup>Ibidem, p. 507.

Diretores do FMI aprovaram o relatório e a 31 de maio o Conselho de Governadores votou através da correspondência e aprovou por maioria a emenda aos estatutos, entrando em vigor a 28 de julho de 1969.<sup>138</sup>

Com a introdução desta emenda o FMI subdividiu-se em duas contas: Conta Saque Especial e Conta Geral. Nesta conta seriam realizadas todas as operações envolvendo bens móveis e imóveis. Na Conta Saque Especial passavam a ser realizadas todas as operações relativas aos Direitos de Saque Especial contando apenas com recursos limitados. Os Estados que desejassem utilizar de uma só vez todos os seus recursos nesta conta poderiam fazê-lo desde que a sua balança de pagamentos ou as suas reservas o requeressem. A forma de utilização era através de uma transferência desses direitos para outro Estado trocando o equivalente de moeda estrangeira. Este tipo de operações não seria permitido para liquidar dívidas intergovernamentais.<sup>139</sup>

A segunda emenda aos estatutos do Fundo Monetário Internacional entrou em vigor no dia 01 de abril de 1978. Mas entre esta e a primeira emenda ocorreu uma série de episódios determinantes no texto e no espírito da segunda emenda: o Choque do Petróleo em 1973, reforma do sistema monetário internacional entre 1972 e 1974 e o fim da convertibilidade do dólar em ouro em 1971.

Em 15 de agosto de 1971, o governo norte-americano informou o FMI do fim da convertibilidade do dólar em ouro para os pagamentos internacionais. No mesmo ano, a 18 de dezembro, houve um realinhamento das moedas dos países industriais que se consolidaram a partir de 19 de março de 1973, quando a Comunidade Económica Europeia introduziu o seu próprio sistema monetário europeu de flutuação ligado ao dólar.<sup>140</sup>

No ano anterior, a 26 de julho de 1972, o Fundo Monetário Internacional nomeou uma comissão para reformar o sistema monetário internacional, tendo daí saído

---

<sup>138</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. FOCSANEANU, Lazar – La modification des statuts du Fonds Monétaire International et la création des droits de tirage spéciaux. *Annuaire français de droit international*. Vol. 15, (1969), p. 507-509. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi\\_0066-3085\\_1969\\_num\\_15\\_1\\_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free).

<sup>139</sup>Ibidem, p. 511-513.

<sup>140</sup>PALA, Gianfranco – *O Funcionamento do Fundo Monetário Internacional*. [Consult. 18março2015]. Disponível em [http://www.contraddizione.it/pt\\_fmi.rtf](http://www.contraddizione.it/pt_fmi.rtf).

algumas linhas gerais para adotar um sistema de câmbio flutuante. Durante este período estalou uma crise internacional: o choque do petróleo. Dessa crise saiu o *Plano Kissinger*, considerado pelo autor Gianfranco Pala<sup>141</sup> revestido na sua essência de um neocorporativismo planetário que representaria uma nova ordem económica mundial. O objetivo do *Plano Kissinger* era centralizar os capitais existentes juntamente com a retoma do comando absoluto sobre o trabalho e dessa forma combater a crise que tinha despoletado em 1973.<sup>142</sup>

Dentro desse contexto de crise profunda que afetou a economia mundial na década de 70, a segunda emenda aos estatutos do FMI iria consentir aos seus Estados-Membros a adoção de um sistema de livre-câmbio.

No seguimento desta política, a introdução da secção 2, 3, 5 e 6 do VIII artigo, demonstrou uma crescente preocupação do Fundo em evitar restrições monetárias entre os Estados. A alínea a) da secção 2 obrigava todos membros a pedirem aprovação ao Fundo para qualquer tipo de medidas que enveredassem pelo caminho das restrições de pagamentos correntes, sendo que a secção 3 da mesma alínea recomendava evitar qualquer prática monetária discriminatória.<sup>143</sup> As determinações pareciam repetir-se desde os primeiros estatutos aprovados em dezembro de 1945, e não transparecia qualquer tipo de novidade normativa às leis estatutárias do FMI. As alterações preconizadas mais não eram do que reorientações e prevenções para qualquer tipo de política protecionista que os Estados poderiam acometer face à crise que grassava ao longo da década de 70. O Fundo passou a solicitar informações que considerasse necessárias para o equilíbrio da economia do Estado membro, tais como: a situação da balança de pagamentos, o nível de investimentos realizados, o rendimento nacional, os índices de preços praticados, etc...<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup>Professor titular de Economia Industrial na Università degli Studi di Roma “La Sapienza”.

<sup>142</sup>PALA, Gianfranco – *O Funcionamento do Fundo Monetário Internacional*. [Consult. 18março2015]. Disponível: [http://www.contradizione.it/pt\\_fmi.rtf](http://www.contradizione.it/pt_fmi.rtf).

<sup>143</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. LELART, Michel – Les Statuts du FMI. *Revue d'économie financière*. Bretton Woods: mélanges pour un cinquantenaire, (1994), p. 525-531. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi\\_0987-3368\\_1994\\_hos\\_4\\_1\\_5676?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut\\_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi_0987-3368_1994_hos_4_1_5676?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free).

<sup>144</sup>Ibidem.

Depois do fim da convertibilidade do dólar em ouro para pagamentos internacionais, o metal dourado perdia o carácter monetário na segunda emenda dos estatutos do FMI. A secção 12a do V artigo permitia a livre negociação do ouro por parte dos bancos centrais sem a interferência do Fundo em qualquer tipo de estabelecimento de preços. A secção 3 do mesmo artigo determinava que o FMI deveria examinar qualquer pedido de compra para determinar se a proposta era ou não compatível com as disposições estatutárias.<sup>145</sup> Esta ideia distanciava-se em certa medida daquela esfera de pensamento patente na primeira emenda aos estatutos em 1969, quando os Estados poderiam utilizar livremente os Direitos de Saque Especial até ao limite dos seus recursos no Fundo, tendo que os restituir à taxa em vigor. Com a crise que se abatera na economia mundial na década de 70, o papel do Fundo junto dos seus Estados-Membros vai se alterando, isto é, podemos falar de uma crescente falta de confiança do FMI sobre as operações realizadas pelos seus Estados-Membros. Mas daqui outra conclusão se tira: a evidente predominância dos Estados Unidos na instituição e a decrescente disponibilidade de financiarem qualquer tipo de operação financeira perante uma crise económica mundial que os afetava de forma gravosa.

Por último, uma nova obrigação era introduzida. Com o décimo segundo artigo, intitulado “Obrigações Gerais dos Participantes”, o Fundo passava a impedir os seus participantes de fazerem dos direitos de impressão especial o principal instrumento de reserva do sistema monetário internacional.<sup>146</sup>

Antecedendo a entrada em vigor da segunda emenda, na Assembleia Geral do Fundo Monetário Internacional, entre 4 a 8 de outubro de 1976, em Manila, constatou-se que os estatutos então em vigor muito se distanciavam dos precedentes herdados de *Bretton Woods*. Se a estabilidade das moedas continuaria consagrada, o FMI passava a defender uma maior flexibilização e liberdade na economia do país e continuaria a

---

<sup>145</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. LELART, Michel – Les Statuts du FMI. *Revue d'économie financière. Bretton Woods: mélanges pour un cinquantenaire*. (1994), p. 525-531. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi\\_0987-3368\\_1994\\_hos\\_4\\_1\\_5676?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut\\_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecofi_0987-3368_1994_hos_4_1_5676?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28aut_hors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free).

<sup>146</sup>Ibidem.

exercer uma vigilância sobre as políticas nacionais de troca.<sup>147</sup> Uma das conclusões da assembleia realizada em Manila era o domínio dos EUA que vinham exercendo através de reformas no seio do FMI, conseguindo obter um abandono dos constrangimentos ligados à estabilidade das trocas e à convertibilidade das moedas em reserva.<sup>148</sup> Tais medidas eram estimulantes para as suas exportações, que tinham abrandado com a crise do petróleo em 1973.

Também por esta altura os Estados Unidos começaram a defender políticas de ajustamento e programas de estabilização para reequilibrar as balanças de pagamentos. Em Manila, estas medidas foram vistas de difícil adoção por parte dos países em desenvolvimento que teriam de recorrer mais frequentemente a empréstimos para financiar a sua balança comercial.<sup>149</sup>

Todas as linhas reflexivas e orientadoras dessa assembleia vão reflectir-se na segunda emenda dos estatutos e propagar-se ideologicamente no seio do FMI até à terceira emenda em 1992. Em 1979, o Comité Executivo adotou linhas de conduta para encorajar os seus Estados-Membros a aplicar medidas corretivas. Os programas do FMI passavam a ter como referência o recuo do crédito interno, do sector público e da dívida externa. Durante um programa de assistência financeira o Fundo Monetário Internacional controlaria o programa de reformas do país intervencionado. Admitia-se consequências relevantes após os programas sobre a distribuição de rendas e serviços. Verificar-se-ia durante um breve período custos sociais que recairiam sobre os grupos sociais mais débeis.<sup>150</sup>

Os programas *stand-by* emprestavam trimestralmente uma determinada quantia num prazo estabelecido. O programa acordado recaía sobre o controlo dos gastos públicos, vínculos de pagamentos, comércio internacional e sobre os níveis de reserva. Geralmente os programas duravam ano e meio e a restituição deveria ser feita em cinco

---

<sup>147</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. LELART, Michel – L'Assemblée général du «Fonds monétaire international. *Tiers-Monde*. Vol. 18, n° 70, (1977), pp. 436-437. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/tiers\\_0040-7356\\_1977\\_num\\_18\\_70\\_2722?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/tiers_0040-7356_1977_num_18_70_2722?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALELART%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMichel%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LELART&words=Michel&words=revue&words=free).

<sup>148</sup>Ibidem, p. 442.

<sup>149</sup>Ibidem, p. 439.

<sup>150</sup>PALA, Gianfranco – *O Funcionamento do Fundo Monetário Internacional*. [Consult. 18março2015]. Disponível: [http://www.contraddizione.it/pt\\_fmi.rtf](http://www.contraddizione.it/pt_fmi.rtf).

anos. Havia outro tipo de programas que pretendiam resolver os problemas da balança de pagamentos devido aos problemas estruturais que requeriam dessa forma um período de “ajuste”. Esses financiamentos duravam três anos e a restituição poderia ser feita em 10 anos.<sup>151</sup>

Quanto à dívida externa o FMI visava assegurar aos países devedores que alcançassem um desenvolvimento sustentável com uma balança de pagamentos confiável. Para isso, defendia a redução de débitos e dos seus serviços para que os países membros readquirissem acesso ao mercado de crédito.<sup>152</sup>

Como se pode depreender, o FMI depois da segunda emenda em 1978, entrou numa nova fase. O espírito de *Bretton Woods* vinha-se desvanecendo, nomeadamente após o choque do petróleo em 1973. Concebido como uma instituição de auxílio financeiro, destinado a dar confiança aos Estados economicamente fracos, o Fundo Monetário Internacional parecia cada vez mais destinado a prestar assistência aos Estados mais ricos. Esta situação ficou patente na atribuição dos Direitos de Saque Especial aos membros do “Grupo dos Dez” que ficaram premiados com uma dotação de 62,4%. A partir daqui o Fundo contribuirá cada vez mais para a defesa do dólar como moeda-chave das relações económicas internacionais.<sup>153</sup> Exemplo dessa ingerência, o antigo Presidente norte-americano Ronald Reagan ameaçou retirar os EUA do FMI caso este não abandonasse definitivamente a política keynesiana que vinha sendo seguida originariamente e para que enveredasse por uma nova ordem económica mundial.

---

<sup>151</sup>PALA, Gianfranco – *O Funcionamento do Fundo Monetário Internacional*. [Consult. 18março2015]. Disponível: [http://www.contraddizione.it/pt\\_fmi.rtf](http://www.contraddizione.it/pt_fmi.rtf).

<sup>152</sup>Ibidem.

<sup>153</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. FOCSANEANU, Lazar – La modification des statuts du Fonds Monétaire International et la création des droits de tirage spéciaux. *Annuaire français de droit international*. Vol. 15, (1969), p. 521. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi\\_0066-3085\\_1969\\_num\\_15\\_1\\_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1969_num_15_1_1557?luceneQuery=%28%2B%28authors%3AFOCSANEANU%5E5.0%29+%2B%28authors%3ALazar%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=FOCSANEANU&words=Lazar&words=revue&words=free).

## 1.6. A Nova Ordem Política Mundial: o Neoliberalismo

### 1.6.1. O Princípio do fim do Keynesianismo

Para sair da grande depressão que os EUA tinham mergulhado, em 1933, o antigo Presidente norte-americano Franklin Roosevelt introduziu uma nova política económica: o keynesianismo. Os frutos positivos dessa política aliada à publicação da *Teoria Geral* em 1936 serão argumentos que farão prevalecer o keynesianismo como motor recuperador de economias destruídas após a II Grande Guerra.

Antes da publicação da *Teoria Geral* em 1936, John Keynes recomendou a supressão do padrão ouro para que o sistema monetário não fosse um obstáculo a uma economia de mercado. Na obra que o consagraria, Keynes defendeu o fim às restrições orçamentais para que houvesse uma taxa de desemprego reduzida, caminhando dessa forma para o pleno emprego.<sup>154</sup>

O keynesianismo contribuiu dessa forma para um Estado Social cujos sucessos se fizeram sentir desde o fim da II Guerra Mundial até à década de 70 do século passado. Mas a crise do choque do petróleo em 1973, a estagflação e outros fatores que analisaremos de seguida contribuíram para um *Welfare State* burocrático. Era o princípio do fim do keynesianismo.<sup>155</sup>

O gasto público e as intervenções estatais promoveram uma economia social e moral tendo contribuído para taxas de crescimento espetaculares, nomeadamente na década de 60, conhecida como a década de ouro da economia. Foi um ciclo económico conduzido por medidas fiscais e monetárias keynesianas, mas não só.<sup>156</sup> O autor Michel Beaud descreve de forma clara como se deu esse crescimento nos anos 60, demonstrando que o consumo e a intervenção estatal estiveram por detrás deste crescimento dourado na década de 60:

---

<sup>154</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. LAGUEUX, Maurice – Le néolibéralisme comme programme de recherche et comme idéologie. In. *Cahiers d'économie politique*. Le libéralisme économique. Interprétations et analyses. N° 16-17, (1989), p. 135. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cep\\_0154-8344\\_1989\\_num\\_16\\_1\\_1080?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALAGUEUX%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMaurice%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LAGUEUX&words=Maurice&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cep_0154-8344_1989_num_16_1_1080?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALAGUEUX%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMaurice%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LAGUEUX&words=Maurice&words=revue&words=free).

<sup>155</sup>Ibidem, p. 135-137.

<sup>156</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, p. 18.

Este crescimento traduz-se por um aumento da construção de habitação e por um novo impulso da urbanização; por um desenvolvimento da rede rodoviária e de autoestradas; pela expansão das saídas aos fins-de-semana e dos êxodos das férias anuais; por um alargamento das despesas com a saúde; pela generalização do recurso ao crédito não só para a compra de habitação própria mas também para a compra de automóveis e de bens duradouros. Se o “mais”, o aumento, é inegável, o “melhor”, a melhoria é mais fácil de aprender: assim o carro torna-se uma necessidade para as deslocações de trabalho, e muitas vezes um encargo e uma preocupação; e os gastos com o lazer, com as férias e com a saúde tornam-se também necessárias em virtude dum ritmo de vida e de trabalho mais acelerados...<sup>157</sup>

Este crescimento levou o economista keynesiano Paul Samuelson a declarar, em 1971, que a política keynesiana teria permitido criar um poder de compra que evitaria as grandes crises e saberíamos como evitar uma recessão crónica.<sup>158</sup> Mas, segundo Florian Schui, a expansão do consumo levaria ao problema da poupança excessiva que poderia ser uma das causas da crise da década de 70. O crescimento dos salários ultrapassou a produtividade nas “décadas douradas”, o investimento limitado baixou a capacidade produtiva e, como a procura se manteve forte, o resultado foi a inflação. Segundo este autor, John Keynes teria previsto nos anos trinta do século XX uma crise deste tipo e que perante ela não restava outra atitude do Estado do que retirar a decisão do investimento das mãos dos particulares. Florian Schui defende que os governos não enveredaram por esse caminho por razões políticas. Ninguém à época desejava aumentar o papel do Estado na economia perante o domínio da esquerda na Europa e ninguém desejava tornar a sua economia planificada como a dos países do leste europeu.<sup>159</sup>

Como bem sabemos, os anos dourados de 60 iriam ser postos em causa com o choque do petróleo em 1973, mas alguns sinais evidentes de crise já se sentiam nos finais dos anos 60: crescimento do desemprego e da inflação pronunciavam uma estagflação que se prolongaria ao longo da década de 70 do século XX.

---

<sup>157</sup>BEAUD, Michel – *História do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1981, p. 257-258.

<sup>158</sup>Ibidem, p. 259.

<sup>159</sup>SCHUI, Florian – *Austeridade: Breve História de um Grande Erro*. Lisboa: Editorial Presença, 2015, p. 125-127.

A queda dos impostos e as grandes despesas sociais provocaram graves crises fiscais em vários Estados na década de 70. Eram sinais de que o keynesianismo não estaria a resultar e que uma nova alternativa seria necessária. Mas houve outros fatores decisivos para a derrota do keynesianismo. Tudo começou quando os dólares norte-americanos depositados nos bancos europeus escaparam ao controlo dos Estados Unidos. Consequentemente abandonou-se os câmbios fixos e em 1971 abandonou-se o ouro como base metálica na divisa internacional, depois de Keynes o ter defendido no início da década de 30. Esta medida permitiu melhorar a situação das indústrias americanas face às concorrentes europeias e japonesas. Foi neste contexto que o Congresso norte-americano controlado pelo Partido Democrata gerou um conjunto de reformas legislativas keynesianas, desde a segurança até à saúde no trabalho, o que levou Richard Nixon a observar que “agora todos somos keynesianos”.<sup>160</sup>

Mas, nos inícios da década de 70, estas soluções keynesianas, que se aplicaram nos Estados Unidos e na Europa, revelaram-se incompatíveis com o crescimento das exigências do capital e com a crise que ia grassando. Em grande parte dessas regiões, as forças de esquerda iam-se mobilizando face à subida do desemprego e da inflação. Isto suscitou uma clara ameaça política às elites económicas dominantes. Portanto, com a crescente crise económica da década de 70 que ameaçava essas elites, estas prepararam uma alternativa política para restabelecer uma mudança económica e assim proteger os seus interesses face às forças de esquerda e populares que iam reivindicando os seus direitos.<sup>161</sup> Esta preocupação das elites não surgiu imediatamente com a crise no início da década de 70, mas com os movimentos populares e com as constantes manifestações contra a guerra no Vietnam nos finais da década de 60. Portanto, a neoliberalização surgiu como um “utopismo” teórico. Foi um argumento que funcionou como um sistema de legitimação para restaurar e criar um poder dessa elite económica.<sup>162</sup> Com o neoliberalismo, as elites tinham finalmente concertado uma estratégia para derrubar o keynesianismo que começava a colocar em causa a acumulação do capital e dessa forma defender os seus interesses e derrotar qualquer tentativa de assalto das forças de esquerda ao poder.

---

<sup>160</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, p. 18-19.

<sup>161</sup>Ibidem, p. 20.

<sup>162</sup>Ibidem, p. 25.

### 1.6.2. A Teoria e a Prática Neoliberal

Quando as elites apoiaram financeiramente colóquios, reuniões e publicações sobre a teoria neoliberal, esta não surgia do nada, mas era aproveitada por uma ideia que vinha sendo difundida por um grupo intitulado *Mont Pelerin Society*<sup>163</sup> liderado pelo filósofo austríaco, Friedrich von Hayek. O restante grupo era constituído pelo economista Milton Friedman e durante algum tempo pelo filósofo Karl Popper. Constituído em 1947, percebe-se a declaração fundacional da sociedade defendendo questões relacionadas com a dignidade e liberdade humana que estavam sob ameaça das políticas desenvolvidas à época. Entendiam que a “mão invisível” do mercado, teoria defendida por Adam Smith, era o melhor mecanismo para mobilizar o desejo de riqueza em prol do bem comum. Face a estes primeiros pensamentos do grupo, alguns autores da época entenderam que a teoria neoliberal vinha opor-se às teorias de intervenção estatal defendida por Keynes.<sup>164</sup>

Ainda durante a II Guerra Mundial, um grupo de poderosos indivíduos e empresários norte-americanos, avessos a qualquer forma de intervenção estatal, pretendeu imediatamente organizar uma oposição a este tipo de economia e dessa forma tentar desenvolver uma espécie de economia mista. Receosos de alguma aliança entre a União Soviética e os Estados Unidos e de que qualquer tentativa de economia dirigida se pudesse materializar, estes empresários estavam dispostos abraçar qualquer coisa com o objetivo de não perderem o seu poder. Mas este movimento permaneceu às margens de qualquer influência política e académica até à crise da década de 70 do século passado. A teoria neoliberal começou a ganhar grande respeitabilidade e uma crescente influência académica através da Universidade de Chicago onde dominava Milton Friedman, um dos fundadores da sociedade *Mont Pelerin*, e graças à concessão do Prémio Nobel da Economia a Hayek em 1974 (repartido com Gunnar Myrdal, economista socialista sueco) e a Friedman em 1976. Segundo o autor David Harvey, este prémio terá sido concedido sob o controlo da elite bancária sueca.

À volta da Universidade de Chicago nascem estudos a criticar o Estado Social, o seu custo excessivo e o efeito adverso que teria esta política aos olhos dos neoliberais. Para eles a luta contra a pobreza nunca iria ajudar aqueles que são realmente pobres, os impostos progressivos teriam um impacto negativo sobre a produção e o salário mínimo

---

<sup>163</sup>O nome provém de localidade Suíça onde se celebrou a primeira reunião em 1947.

<sup>164</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, p. 25-26.

teria uma influência direta no aumento do desemprego. Mas defendiam a intervenção do Estado num programa de subsídios para a Educação Pública para promover o desenvolvimento de instituições privadas de maior qualidade para os ricos.<sup>165</sup> Tal como Adam Smith, toleravam menos intervenções por parte do Estado na economia, considerando que o mercado seria capaz de resolver os problemas adequadamente. Portanto, a propriedade privada deveria ser respeitada como um facto natural. Os sindicatos e outras organizações do tipo poderiam dificultar os planos daqueles que detêm o poder económico, mas a existência destes deveria ser respeitada em nome da liberdade de associação.<sup>166</sup>

O autor David Harvey defende que há algumas diferenças entre a teoria e a prática neoliberal. A teoria liberal defende os direitos da propriedade privada e as instituições do livre mercado e livre comércio. Chaves da inovação e da criação de riqueza são a melhor forma de assegurar a eliminação de qualquer tipo de pobreza. A privatização e a desregulação servem para eliminar a burocracia, incrementar a eficiência e a produtividade, melhorar a qualidade das mercadorias e reduzir custos para o consumidor através da redução das cargas fiscais. Responsabilização de cada indivíduo à esfera do sistema social, educativo, sanitário e pensões. Por último, os neoliberais favorecem formas de governos dirigidos por elites e tecnocratas.<sup>167</sup>

Os Estados sociais-democratas no pós-guerra mantiveram durante algum tempo sectores chave da economia sob sua influência, tais como os da saúde, educação e habitação, argumentando que estes sectores de necessidades básicas deveriam ficar fora das forças de mercado. Até a própria Margaret Thatcher, grande responsável pelo pontapé de saída neoliberal na Europa, resistiu durante muito tempo à transformação de todo este sistema. Os Estados em vias de desenvolvimento que se tornaram conseqüentes com a neoliberalização aceitaram as regras de livre comércio, mas não deixaram de intervir ativamente criando infraestruturas que fossem ótimas para o

---

<sup>165</sup>PERSEE. *Revue Scientifiques* [Em linha]. LAGUEUX, Maurice – Le néolibéralisme comme programme de recherche et comme idéologie. In: *Cahiers d'économie politique*. Le libéralisme économique. Interprétations et analyses. N° 16-17, (1989), p. 140. [Consult. 10setembro2015]. Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cep\\_0154-8344\\_1989\\_num\\_16\\_1\\_1080?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALAGUEUX%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMaurice%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess\\_right%3A%28free%29+%29&words=LAGUEUX&words=Maurice&words=revue&words=free](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cep_0154-8344_1989_num_16_1_1080?luceneQuery=%28%2B%28authors%3ALAGUEUX%5E5.0%29+%2B%28authors%3AMaurice%5E5.0%29%29+AND+%28+%2Bpole%3A%28revue%29+%2Baccess_right%3A%28free%29+%29&words=LAGUEUX&words=Maurice&words=revue&words=free).

<sup>166</sup>Ibidem p. 148-151.

<sup>167</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, p. 71-74.

negócio. No plano internacional, em 1982, os Estados neoliberais deram ao FMI e ao Banco Mundial plena autoridade para renegociarem a dívida dos países em vias de desenvolvimento para proteger as principais instituições financeiras. Esta prática, segundo o autor David Harvey, não tinha justificação neoliberal, já que os investidores deveriam assumir a responsabilidade dos seus próprios erros. Por isso, alguns defensores mais radicais do neoliberalismo acreditavam que o FMI deveria ser abolido. O investimento imprudente deveria castigar-se com a perda de dinheiro por parte dos investidores. No plano interno, a teoria neoliberal defende a liberdade de associação, mas segundo os neoliberais, a prática é verdadeiramente hostil a qualquer forma de solidariedade que entorpece qualquer modo de acumulação de capital. Portanto, qualquer sindicato ou associação terá de ser disciplinado ou destruído com o argumento a favor da liberdade individual. Para se chegar a este caminho, os Estados neoliberais tomaram um conjunto de medidas para fragilizar este sistema. Através da narrativa da flexibilidade laboral diminuiu-se salários, perderam-se benefícios e outras formas de proteção laboral aumentando-se dessa forma a insegurança no trabalho. Com a neoliberalização há uma crescente dependência entre o consórcio público e privado. O acesso ao sistema judicial é igualitário mas na prática torna-se extremamente caro favorecendo aqueles que ostentam o poder económico.<sup>168</sup>

Esta expansão das liberdades de mercado pode levar a alguma falta de controlo por parte do Estado e gerar dessa forma uma falta substancial de coesão social. Segundo David Harvey, através desta ausência do Estado poderá surgir a criminalidade, pornografia ou a escravização de outras pessoas.<sup>169</sup>

Depois de analisarmos a teoria e a prática neoliberal, vejamos as primeiras experiências neoliberais. Quando foram introduzidas, de que forma e por quem, quais os motivos e as medidas que foram aplicadas.

### **1.6.3. As primeiras experiências Neoliberais**

A primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile, depois do Golpe de Estado em 1973. Uma operação comandada pelo General Pinochet e Gustavo Leigh e pelos poderes económico-financeiros domésticos que estavam a sentir-se ameaçados pelas medidas socialistas do Presidente Allende. A oposição organizou-se através de um

---

<sup>168</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, p. 78-85.

<sup>169</sup>Ibidem, p. 87.

grupo chamado *El Clube de los lunes*, financiando trabalhos de um grupo conhecido por “rapazes de Chicago”. Estes economistas tinham recebido formação académica financiada pelos Estados Unidos desde 1950, como parte de um programa da Guerra Fria destinado a opor-se às tendências de esquerda na América Latina. Em 1975, depois de Pinochet afastar definitivamente o General Gustavo Leigh (defensor de políticas keynesianas), colocou aquele grupo de neoliberais no governo negociando créditos com o FMI. Em sintonia com as suas teorias, privatizaram ativos públicos, abriram recursos naturais à iniciativa privada, privatizaram a Segurança Social e facilitaram o investimento estrangeiro. Fomentou-se o crescimento na exportação substituindo as importações e o único sector que se reservou ao Estado foi a exploração do cobre. A acumulação de capital e as elevadas taxas de crescimento que resultaram destas medidas foram todas postas em causa com a crise da dívida que fustigou a América Latina em 1982.<sup>170</sup>

Outra das experiências pioneiras verificou-se na crise fiscal e na fraca acumulação de capital em Nova Iorque na década de 70 do século passado. A resolução desta crise instaurou o princípio que em caso de conflito entre as instituições financeiras e o bem-estar social dos cidadãos os responsáveis políticos optariam sempre por defender os interesses do poder financeiro, argumentando que o papel do governo seria criar um bom clima para os negócios.<sup>171</sup> Em 1985, a partir deste problema local, o jornalista Thomas Edsall analisando o crescente poder das empresas, observou que durante a década de 70, a legislação ia no sentido da obstrução dos direitos do consumidor e do trabalhador e do claro reforço de poderes no mundo empresarial. Para concretizar estes objetivos os empresários necessitaram de um instrumento político com uma base popular forte: capturaram o Partido Republicano e fizeram dele quartel de ataque de todos os intentos empresariais e neoliberais.<sup>172</sup>

A administração Reagan foi um fruto que se colheu dessas sementes lançadas pela base empresarial norte-americana durante a década de 70. Quando foi eleito Presidente dos Estados Unidos em 1980, o keynesianismo continuava a ser uma cartilha fundamental na política económica do Fundo Monetário Internacional, apesar de haver alguns sinais evidentes de que o neoliberalismo estava num processo ascendente: primeira experiência neoliberal no Chile; prémio Nobel em Ciências Económicas para

---

<sup>170</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, p. 12-15.

<sup>171</sup>Ibidem, p. 54.

<sup>172</sup>Ibidem.

Hayek em 1974 e Milton Friedman em 1976; e a vitória de Margaret Thatcher, em maio de 1979, na Inglaterra, com a promessa de uma verdadeira reforma económica neoliberal.

O FMI já se havia posicionado contra o endividamento excessivo e ordenava aos Estados executarem políticas de restrição fiscal e de austeridade orçamental. Mas, em todos os casos esta austeridade era aceite sob um forte poder sindical e de compromissos de construção do Estado Social. Por isso, Reagan durante o seu primeiro mandato ameaçou retirar o apoio dos Estados Unidos ao FMI. Sob esta ameaça todas as teorias keynesianas foram purgadas no Fundo Monetário Internacional até 1982.<sup>173</sup> Portanto, passada quase uma década da crise de 1973 a mudança consumou-se definitivamente no FMI. Após esta metamorfose económica, aos países endividados exigia-se cortes no gasto social, legislação laboral mais flexível e a opção pelas privatizações. É esta a origem dos “programas de ajustamento” de que o México se tornaria o primeiro país a passar por essa experiência.<sup>174</sup>

#### **1.6.4. Meios e formas de afirmação do Neoliberalismo**

Se os partidos mais conservadores começaram a ser importantes para implementação de políticas neoliberais, antes de tudo teve de haver uma estratégia de propagação ideológica. Como sabemos, inicialmente os neoliberais tiveram muita dificuldade em difundir as suas teorias através dos grandes colóquios. Mas houve um meio mais eficaz na conquista de adeptos do neoliberalismo: a comunicação social. Este meio ao longo da década de 60 foi-se tornando cada vez mais subordinado aos interesses financeiros. Exemplo disso foi o *Financial Times*, um dos mais acérrimos difusores da teoria neoliberal, defendendo que a liberdade e os direitos estavam cada vez mais asfixiados perante a burocracia estatal.<sup>175</sup> Foi com a captura de partidos conservadores e dos meios de comunicação, aliada à conversão de muitos intelectuais que se foi originando um clima bastante favorável à propagação neoliberal e à defesa da liberdade individual.

Assim se consolidou o neoliberalismo na Grã-Bretanha levando Margaret Thatcher à vitória em 1979, com o compromisso de uma verdadeira reforma na

---

<sup>173</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, 29-34.

<sup>174</sup>Ibidem, p. 34.

<sup>175</sup>Ibidem, p. 63.

economia. Ela aceitou de imediato abandonar o keynesianismo implementando medidas que pressupunham uma verdadeira revolução na política fiscal e social. Desta forma, Margaret Thatcher predisps-se a enfrentar o poder dos sindicatos: desmantelou todos os compromissos protegidos pelo Estado Social, privatizou empresas públicas, reduziu impostos, incentivou a iniciativa empresarial para criar um bom clima para os negócios e induziu o investimento estrangeiro. A *Maggie*, como também era conhecida, levou a que todas as formas de solidariedade fossem dissolvidas a favor do individualismo e da propriedade privada.

Como verificámos em exemplos anteriores a revolução neoliberal consumou-se através dos meios democráticos (Inglaterra e Estados Unidos) e autoritários (Chile). Primeiramente, para que tal fosse possível, foi necessária uma prévia construção da narrativa política num espectro amplo da população, para ganhar eleições. Autoritariamente a revolução neoliberal foi apoiada por um grupo social economicamente poderoso e tradicional, seguindo-se uma repressão sobre todas as formas de solidariedade instauradas no seio da força de trabalho e nos movimentos sociais.<sup>176</sup>

Para vencer a crise da década de 70, a austeridade de Hayek sobrepôs-se à expansão de Keynes. Este defendia a fixação das taxas de juro num nível baixo como uma das possíveis medidas para combater a crise. Dessa forma facilitar-se-ia o acesso dos empresários a empréstimos para aumentarem o volume de dinheiro para investimentos. O aumento da despesa do Estado para pagar as dívidas durante um período de recessão seria outra das soluções. Uma das determinantes da crise poderia ser o aumento da poupança por parte das famílias de maiores rendimentos. Por isso, John Keynes defendia uma maior redistribuição desses proveitos pelos mais pobres apesar de acreditar que esta medida nunca ajudaria verdadeiramente este estrato social, porque seria sempre maioritário.<sup>177</sup> Por conseguinte, o autor defendia que a poupança podia ser uma das causas da crise, aliás, muitos keynesianos apontaram que o crescente número da poupança ao longo da década de 60 foi uma das causas da crise dos anos 70.

Para Hayek, um modelo de expansão económica e de intervenção do Estado, sob um programa de obras públicas, travaria o investimento privado, distorceria a lógica competitiva do mercado e, sob o ponto de vista neoliberal, seria uma forma de interferir

---

<sup>176</sup>HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007, p. 45.

<sup>177</sup>SCHUI, Florian – *Austeridade: Breve História de um Grande Erro*. Lisboa: Editorial Presença, 2015, p. 91-95.

e atacar a liberdade individual. O autor deu o exemplo dos anos de *Weimar* para sustentar a sua opinião. Chegou a pensar que a intervenção do Estado através das obras públicas e do aumento do défice do Estado estimularia o crescimento económico e reduziria o desemprego. Mas, para Hayek estes resultados seriam obtidos numa perspectiva de curto prazo e tornar-se-iam ineficazes a longo prazo. Para este autor austríaco, a crescente liquidez defendida por Keynes, só criaria um efeito de inflação distorcendo os preços e desincentivando a poupança privada. Os objetivos políticos primordiais de Hayek estabeleciam-se em orçamentos equilibrados e numa inflação reduzida. A vantagem de deixar a economia entregue ao mercado livre, para Hayek e os seus descendentes neoliberais, prendia-se com resultados a longo prazo. Segundo estes autores, as crises e os períodos de desequilíbrio adaptam-se melhor numa evolução de longo prazo.<sup>178</sup>

Outro argumento que os neoliberais usavam contra o crescente poder do Estado seria o constante sentimento de segurança que levava homens e mulheres a deixarem-se atender aos seus próprios recursos e criatividade o que os conduziria a tornarem-se mais fracos e ociosos.<sup>179</sup>

Hayek demorou a conquistar a opinião pública dominante, as academias e outros círculos da economia internacional. O seu reconhecimento veio com o prémio Nobel de 1974 e após esta distinção as suas teorias ganharam mais credibilidade em diversos países. Os fracos desempenhos económicos das suas medidas não colocaram em causa o neoliberalismo onde o sofrimento era o preço a pagar pela liberdade.<sup>180</sup>

Depois da metamorfose económica e ideológica do Fundo Monetário Internacional, muitos dos princípios de Hayek passaram a estar estabelecidos nos seus “programas de ajustamento”: política monetária rígida com taxas de juro elevadas, equilíbrio orçamental e diminuição do tamanho do Estado, redução na despesa da segurança social e tentativa de limitar a influência dos sindicatos no mercado de trabalho.<sup>181</sup> Toda esta cartilha e teoria neoliberal passaram a ser defendidas como se de uma fé se tratasse. Margaret Thatcher foi a voz bem audível desse sentimento de que a austeridade e o neoliberalismo eram a única saída para uma crise que se tinha instalado

---

<sup>178</sup>SCHUI, Florian – *Austeridade: Breve História de um Grande Erro*. Lisboa: Editorial Presença, 2015, p. 95-117.

<sup>179</sup>Ibidem, p. 118.

<sup>180</sup>Ibidem, p. 129.

<sup>181</sup>Ibidem, p. 120.

durante a década de 70<sup>182</sup>: *Esta é a minha fé. Isto é aquilo em que acredito com paixão. Se também acreditais, então vinde comigo*<sup>183</sup>.

---

<sup>182</sup>SCHUI, Florian – *Austeridade: Breve História de um Grande Erro*. Lisboa: Editorial Presença, 2015, p.129.

<sup>183</sup>Ibidem.

## Capítulo 2 - O Primeiro Programa *Stand-By* (1976-1977)

Depois do 25 de abril de 1974, o destino para uma sociedade socialista parecia inevitável. Mas com as mutações ideológicas que se tinham verificado nas instituições financeiras, económicas e também académicas de índole internacional, aliadas à crise que levou o Fundo Monetário Internacional a intervir em Portugal com um programa de ajustamento económico, Mário Soares foi forçado<sup>184</sup> a meter o “socialismo na gaveta”<sup>185</sup>, aplicando algumas medidas revestidas de tendência neoliberal. Nos próximos dois capítulos não nos prenderemos a escrever e a reescrever todas as medidas económicas e financeiras que foram prescritas durante o programa de ajustamento do FMI aplicado desde 1977 até 1979. Com o intuito de contextualizar, faremos uma breve síntese da conjuntura económica e social para depois aprofundarmos os acontecimentos políticos mais importantes dos anos de ajustamento e percebermos o impacto político que as medidas de austeridade provocaram e desencadearam nesses acontecimentos.

### 2.1. Conjuntura Económica e Social

Até à Revolução dos Cravos, Portugal desenvolveu estratégias económicas timidamente limitadas que não rentabilizaram eficazmente o crescimento dourado verificado nos anos 60. Com a crescente integração verificada na Europa nos finais da década de 50, o Estado Novo, por preceitos já conhecidos, optou por decisões timidamente integradoras e sobejamente nacionalistas. Outra estratégia deliberadamente assumida como forma de não colocar em causa o regime político em vigor foi a integração na EFTA.

A década de 60 foi o último período da história económica portuguesa onde não se verificou qualquer tipo de financiamento externo devido à média de crescimento económico de 6% e a uma balança de pagamentos favorável por causa da expansão das remessas dos emigrantes e ao maior volume das exportações sobre as importações,<sup>186</sup> mas no entanto, beneficiou ao longo do período o investimento estrangeiro. Este crescimento sofreu um abalo violentíssimo com o choque do petróleo em 1973

---

<sup>184</sup>Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional (1976-1977).

<sup>185</sup>Expressão utilizada por Mário Soares aquando da aplicação das primeiras medidas de austeridade em 1977.

<sup>186</sup>LOPES, José da Silva – *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 135-136.

agravando-se com o desenvolvimento do Processo Revolucionário em Curso. O 25 de abril de 1974 iluminou uma sociedade obscurecida durante 48 anos, mas ao nível económico provocou vários focos de incêndio, aos quais os governos provisórios tiveram de aplicar a política do “bombeiro”<sup>187</sup>, apagando todas as reivindicações sociais aliada à falta de uma estratégia económica, provocando custos financeiros elevados para os depauperados cofres portugueses.<sup>188</sup>

Apesar dos efeitos positivos que teve na revitalização da economia, o regresso dos 600.000 retornados das ex-colónias portuguesas resultou no aumento do número de desempregados. Houve a necessidade de um conjunto de subsídios de assistência que resultaram em pressões sobre a balança de pagamentos e nas despesas orçamentais.<sup>189</sup>

Mas este não foi o único efeito negativo sobre a economia. O período revolucionário foi bastante feraz em episódios reivindicativos das classes trabalhadoras, pela subida do valor dos salários, diminuição do número de horas de trabalho e subsídios sociais que até então não existiam. Outro dos aspetos marcantes foi a constante paralisação das fábricas e empresas através das greves e tomadas da administração, com muitos patrões a debandarem, criando com isso dificuldades na rede de negócios das empresas. Estes episódios levaram à intervenção do Estado e nacionalização de várias empresas de inúmeros sectores da economia portuguesa: banca, energia, telecomunicações, transporte, etc... Estas ocorrências levaram à diminuição da produção e as reivindicações concedidas provocaram um aumento do consumo que foi alimentado pelo relaxamento do crédito e pela manutenção de um escudo forte. Face às circunstâncias, a balança comercial teve um saldo pelo um saldo negativo que inicialmente foi comportado pelas divisas que o Estado tinha garantido ao longo da década de 60. A inflação que tinha alcançado um valor significativo em 1973 com 7,8%, teve um aumento explosivo em 1974 para 27,9%, mantendo-se alta (20,5%) em 1975.<sup>190</sup>

Este período revolucionário até ao 25 de novembro de 1975 foi marcado por decisões manifestamente prejudiciais para a economia. Segundo António José Telo,

---

<sup>187</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 264.

<sup>188</sup>Ibidem, p. 254-255.

<sup>189</sup>LOPES, José da Silva – *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 25.

<sup>190</sup>Ibidem, p. 29. TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 262-263.

essas deliberações foram sempre tomadas num “clima de festa social” que começou a fugir:

ao inicialmente planeado pelos seus promotores [...], como se os vapores do álcool tivessem subido à cabeça dos convidados [...], que perderam as inibições e mostraram a sua real natureza. Como é normal nestas ocasiões, há sempre quem comece com desacatos e a partir a louça, sem pensar muito nas consequências. Os cacos vão-se amontoando no chão, à mistura com algumas cabeças partidas, enquanto as pessoas que não gostam destes ambientes fogem da festa [...]; dos que ficaram, ninguém se preocupa muito com isso, enquanto restar comida e bebida na mesa. Simplesmente, tal como acontece nas festas, mais tarde ou mais cedo a comida e a bebida chega ao fim, a noite acaba e, depois de uma ressaca, tanto mais dolorosa quando mais álcool se ingeriu, as pessoas apercebem-se do estado degradado em que a casa ficou com os excessos da noite anterior, e começam a pensar na sua limpeza.<sup>191</sup>

Com o esgotamento das reservas de pagamento que permitiram financiar de forma incontrolada toda esta “festa”, o Governo Provisório de Pinheiro Azevedo começou por tentar arrumar a casa aplicando muito timidamente algumas medidas de austeridade. Mas as verdadeiras providências de combate à crise foram sendo renunciadas até 1976 devido à proximidade das primeiras eleições legislativas e após estas face às forças de bloqueio no interior do I Governo Constitucional.

O Partido Socialista foi o vencedor desse ato eleitoral e após a formação do governo, o Primeiro-Ministro Mário Soares reuniu-se com vários agentes e sectores para avaliar de forma concreta o estado da economia portuguesa. O quadro traçado não foi pintado a cores o que colocou algum travão na euforia do sector “desenvolvimentista” do governo que era encabeçado pelo Ministro do Plano e da Coordenação Económica Sousa Gomes.<sup>192</sup> Estava lançado o mote para que o sector dos “financeiros” liderado pelo Ministro das Finanças Medina Carreira se sobrepusesse à outra facção do governo.

Contudo, os primeiros meses de governação foram marcados por medidas de expansão económica: integrou os retornados na sociedade portuguesa absorvendo-os nos sectores públicos administrativos e empresariais e na concessão de alguns

---

<sup>191</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 278.

<sup>192</sup>Ibidem, p. 280.

subsídios.<sup>193</sup> Mas, na tentativa de reverter o descalabro, o governo socialista ainda apostou num conjunto de medidas que continuavam a ser infrutíferas para a resolução dos problemas da economia portuguesa: liberalização e aumento dos preços que até então eram controlados, reforço do protecionismo contra a concorrência externa, imposição dos limites salariais, devolução das empresas intervencionadas, delimitação dos sectores público e privado e promulgação da lei das indemnizações aos acionistas das empresas nacionalizadas. Estas medidas revelavam a falta de coragem do governo socialista em aplicar medidas de contração. A introdução das primeiras medidas de austeridade aconteceu quando os bancos credores perceberam o crescimento imparável da dívida portuguesa. Perante isto, começaram a exigir que os seus empréstimos fossem adjacentes a um aval do FMI e a um conjunto de medidas que começaram a ser introduzidas em fevereiro de 1977, sendo ampliadas após o segundo acordo, assinado em maio de 1978: subida das taxas de juro, restrições ao crédito, depreciação da taxa de câmbio e cortes orçamentais,<sup>194</sup> e um teto de 20% inferior ao ritmo da inflação para o aumento do salário.<sup>195</sup>

Alguns autores, tal como o próprio Fundo Monetário Internacional, defenderam que o programa foi bastante positivo e apontaram-no como um dos seus casos de sucesso: crescimento do consumo público, aumento da procura externa devido à desvalorização do escudo e à queda dos salários o que provocou um crescimento da taxa do turismo e das remessas dos emigrantes. A balança das operações não monetárias passou de um défice de -55,4 milhões de contos em 1977 para um saldo positivo de 9,5 milhões em 1978.<sup>196</sup>

Outros propugnaram que o programa teve um impacto negativo no ritmo do crescimento da economia, no investimento e na inovação com uma queda bastante acentuada na produtividade. O crescimento do PIB desceu dos 6% em 1976 para 3,4% em 1978. A indústria transformadora viu reduzido o seu crescimento dos 9,4% em 1977 para 3,3% em 1978 enquanto agricultura estagnou nos -10% em 1977. A balança de

---

<sup>193</sup>MATA, Eugénio; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma perspetiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 226.

<sup>194</sup>LOPES, José da Silva – *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 29-30.

<sup>195</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 283.

<sup>196</sup>Ibidem, p. 283-284.

transações correntes continuou negativa em -3,9% em 1978 e a dívida pública no mesmo ano subiu 37,2%.<sup>197</sup>

Apesar da aparente normalização política restabelecida após o 25 de novembro de 1975, a sociedade continuava muito conturbada com as constantes lutas dos trabalhadores por melhores salários e contra a contínua subida da taxa de desemprego. Numa primeira fase, após o 25 de abril de 1974, o regresso dos retornados das antigas colónias e a própria instabilidade política, social e empresarial contribuíram para esse aumento. Depois, numa segunda fase, após o 25 de novembro, são as próprias circunstâncias e os efeitos da crise económica e financeira que contribuíram de forma acentuada para a subida da taxa de desemprego. Em janeiro de 1977, num artigo publicado no *Expresso*, era referido que 14% da população portuguesa estava desempregada, com um número total de 503.700 desempregados, dos quais, 200.000 procuravam o primeiro emprego e 178.000 procuravam um novo. Os restantes 125.000 eram retornados, um número bem menor daqueles que tinham regressado logo após abril de 1974.<sup>198</sup> Durante o ano de 1977, o número de desempregados não cessou, havendo vários fatores que contribuíram para esse crescimento. O chamado «pacote 2» de medidas de austeridade que autorizava as empresas intervencionadas ou privadas em situação económica difícil a suspender os trabalhadores durante um ano.<sup>199</sup> Por último, a União de Sindicatos de Lisboa atribuía a esse mesmo pacote responsabilidades por 8 mil desempregados desde janeiro a setembro de 1977, muitos dos quais por resultado de despedimentos e outros por não receberem qualquer tipo de salário.<sup>200</sup>

Perante a instabilidade social e a crise económica e financeira, o I Governo Constitucional viu-se forçado aplicar um conjunto de medidas impopulares, mas, para isso, era essencial estabelecer alguma paz social que poderia ser efetivada através da concertação social. Não se conhece de forma alguma dificuldades de entendimento entre o executivo e as associações patronais. Mas as plataformas de entendimento entre o governo e a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) foram sempre mais difíceis e conforme o grau de relacionamento entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Português. O conflito estalou a propósito da legislação sindical. O PCP

---

<sup>197</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 283-284.

<sup>198</sup>503,7 mil portugueses estão desempregados. *Expresso*. Lisboa, nº 222, 28 janeiro 1977, p. 10.

<sup>199</sup>Empresas em dificuldades podem suspender. *Expresso*, Lisboa, nº 253, 03 setembro 1977, p. 10.

<sup>200</sup>8 mil despedimentos nos primeiros 9 meses de 1977. *Expresso*, Lisboa, nº 262, 05 novembro 1977, 12.

defendia a unicidade sindical, onde haveria sindicatos únicos para cada setor, enquanto as forças mais conservadoras defendiam a liberdade de sindicalização. Estava o caminho aberto para a União Geral dos Trabalhadores. A fundação da UGT retirou o monopólio reivindicativo da CGTP, enfraquecendo-o até a um certo ponto, mas nunca pondo em causa a força social do sindicato afecto ao PCP, estabelecendo-se por isso um novo sistema de relações para a concertação social.<sup>201</sup>

Um estudo de opinião realizado pelo *Expresso* e publicado em novembro de 1977 revelava que 66% dos portugueses consideravam que a situação económica tinha piorado no semestre anterior, enquanto 5% julgavam que tinha melhorado. Destes números, o pessimismo era urbano, enquanto os nortenhos e as donas de casa eram menos pessimistas face à conjuntura vivida. Outro ponto de análise estava relacionado com a idade, que crescia proporcionalmente com o otimismo.<sup>202</sup> Esta relação otimismo/pessimismo entre a área geográfica do país e a faixa etária dos cidadãos demonstrava uma conformidade entre os referidos aspetos e o nível habilitacional e cultural dos portugueses. Quanto mais habilitados, mais capacitados estariam para interpretar os sinais e as leituras da crise económica e financeira.

Foi também neste período que se deu as grandes transformações sociais. Após a Revolução dos Cravos, a população portuguesa aumentou devido a três fatores: diminuição da vaga emigratória, fim da Guerra Colonial e regresso de 600.000 retornados de África. Este aumento teve uma consequência direta: uma pausa no envelhecimento da população.<sup>203</sup> A diminuição do número de nascimentos (1974 – 171.979, 1979 – 160.311) e da mortalidade (1974 – 97.034, 1979 – 92.732)<sup>204</sup> demonstra um melhoramento nos cuidados médicos e uma maior preocupação no

---

<sup>201</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 200. RODRIGUES, H. Nascimento – *Os Acordos de Concertação Social*. In. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p. 500.

<sup>202</sup>Os portugueses e a situação económica do país: Do pessimismo urbano ao otimismo (relativo) dos mais idosos. *Expresso*. Lisboa, nº 262, 05 novembro 1977, 12.

<sup>203</sup>BARRETO, António – *Três décadas de Mudança Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 40-41.

<sup>204</sup>BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas – *Indicadores da Evolução Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 68.

planeamento familiar face à descida da taxa de natalidade. Em 1975, quase dois terços dos partos beneficiaram de assistência médica em estabelecimentos de saúde. O número de hospitais e de camas diminuiu, o que parecia um contrassenso com o aumento da despesa na área da saúde após 1974.<sup>205</sup> Mas o sociólogo António Barreto defende que esta diminuição se deveu às mudanças das práticas hospitalares.<sup>206</sup> Quanto ao número de médicos, estes triplicaram durante a primeira metade da década de 70.

Também foi durante este período que as mulheres passaram a ter acesso garantido a todas as profissões, tais como a magistratura, forças armadas, polícias, etc.<sup>207</sup> A educação em Portugal foi outro dos sectores que beneficiou com o aumento da despesa pública, duplicando o investimento (1,7%-3,8%)<sup>208</sup> entre 1970-1975 que acompanhou simultaneamente um aumento da população com cursos completos ou a frequentar no Ensino Básico Primário e nos Cursos Médios e Superiores.<sup>209</sup> Em 1970, eram quase três milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever. Passada uma década, 300.000 pessoas tinham saído dessa estatística.<sup>210</sup>

Educação e Saúde para todos iam sendo garantidas com o aumento da despesa pública nos respetivos sectores; a Paz estava estabelecida com o fim da Guerra Colonial; o Pão, apesar das dificuldades inerentes aos anos de austeridade, era assegurado com políticas sociais tal como o cabaz de compras. Após o 25 de abril de 1974, a habitação fazia parte deste conjunto de preceitos essenciais para a consolidação da democracia. No último ano do Estado Novo e no primeiro ano do novo regime institucional a produção do número de fogos aumentou (42.580) verificando-se uma

---

<sup>205</sup>BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas – *Indicadores da Evolução Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 77.

<sup>206</sup>BARRETO, António – *Três décadas de Mudança Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 45.

<sup>207</sup>Ibidem, p. 41-42.

<sup>208</sup>Ibidem, p. 46.

<sup>209</sup>BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas – *Indicadores da Evolução Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 89.

<sup>210</sup>Ibidem.

queda até 1976 (29.290).<sup>211</sup> A partir dos anos dos programas *stand-by* houve uma subida na produção habitacional que terminaria em 1982 (38.279).<sup>212</sup> Esta tendência terá sido o reflexo da intervenção direta do Estado no setor.<sup>213</sup>

Houve uma diminuição no arrendamento de 53,6% para 4,9% nos anos de 1974 – 1979. Relativamente às vendas verificou-se uma subida mais de 100%: 46,4% para 95,1%. Face a este registo, conclui-se que as alterações estruturais ocorridas após o 25 de abril se traduziram rapidamente na inflexão do destino da produção entre 1974 e 1977.<sup>214</sup>

Pudemos verificar que durante este período houve evoluções sociais bastante significativas para a população portuguesa. O que mais impressionou foi ela ter acontecido num clima de instabilidade política, económica, financeira e social. Historiograficamente considera-se a data 25 de novembro como um marco que consolidou definitivamente a democracia afastando as forças revolucionárias e os movimentos populares impondo-se dessa forma uma democracia de tipo ocidental. Mas a consolidação ao nível das instituições democráticas terá ocorrido durante os programas de ajustamento do FMI em Portugal, entre 1977 e 1979, apesar de todas as medidas de austeridade que estes provocaram e desencadearam nesses acontecimentos.

## 2.2. Negociações para um “Grande Empréstimo”

O 25 de novembro de 1975 determinou o fim da “festa” económica. Como já referimos anteriormente, o último governo provisório tentou, em certa medida, “arrumar a casa” e aplicou timidamente algumas medidas de austeridade face à crescente falta de divisas. Para isso, recorreu ao financiamento externo para cumprir com as suas responsabilidades e acudir às necessidades básicas da população portuguesa. Se a

---

<sup>211</sup>BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas – *Indicadores da Evolução Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 672.

<sup>212</sup>BARRETO, António – *Três décadas de Mudança Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 45.

<sup>213</sup>BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas – *Indicadores da Evolução Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996, p. 673.

<sup>214</sup>Ibidem, p. 675.

consolidação democrática se verificou com o recolher das tropas aos seus quartéis, juntamente com as primeiras eleições livres no dia 25 de abril do mesmo ano; a “habitação”, o “pão” e a crescente empregabilidade no sector público para diminuição da taxa de desemprego, seriam também sectores fundamentais para a consolidação das instituições democráticas.

Nesta aceção e face às dificuldades financeiras inerentes na reta final do seu governo, o Primeiro-Ministro Pinheiro Azevedo realizou pedidos de financiamento ao Fundo, dentro de um programa de Financiamento Compensatório de Flutuações de Exportação para suportar o défice da balança de pagamentos referente ao ano de 1975. Um acordo que consistiu na recompra de moedas estrangeira no valor de 58,5 milhões de dólares.<sup>215</sup> Esta operação financeira não foi o único pedido de financiamento, mas terá sido o primeiro entre o FMI e Portugal.

Perante as dificuldades financeiras e económicas que a jovem democracia portuguesa passava, os pedidos de financiamento juntamente com as operações financeiras efetuadas com o Fundo terão implicado um primeiro relatório do FMI sobre a economia portuguesa. As temáticas sobre a política monetária, instituições financeiras, população, trabalho e desemprego, finanças públicas, política fiscal e balança comercial foram abordadas pelos técnicos e autores do documento. Relativamente à política monetária, abordaram o impacto negativo que tiveram os aumentos dos salários sobre o aumento desmesurado no consumo, provocando uma subida nas importações sobre as exportações, levando a balança comercial a um défice nas suas contas. Quanto às instituições financeiras foram referidos os aumentos dos empréstimos e uma diminuição da poupança que terá criado passivos nos bancos comerciais. No trabalho e desemprego o FMI advertiu a alta taxa de desemprego devido à crise económica e financeira e a instabilidade social sentida face a vários fatores tais como as greves e o regresso dos 600.000 retornados das antigas colónias. Por último, o crescimento do sector público à custa de políticas sociais foi apontado como um dos problemas das finanças públicas que tinha de ser resolvido.<sup>216</sup>

---

<sup>215</sup>Relatório FMI: *Portugal – Use of Fund Resources - Compensatory Financing*, 1976, 18 de junho. [Consult. 21maio2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx). Ver anexo nº 2, p. 179.

<sup>216</sup>MITCHELL, A; STUART, B; BIBBEE – *Portugal Recent Economic Developments*, 1976, 31 agosto. [Consult. 21maio2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx). Ver anexo nº 3, p. 180.

Nos primeiros meses do I Governo Constitucional, Lamberto Dini<sup>217</sup>, diretor executivo do FMI, produziu um relatório das intenções portuguesas para reverter a grave crise financeira e económica: congelamento do aumento dos salários, redução dos subsídios às empresas, aumento das retribuições à segurança social e uma disciplina mais restrita na distribuição de benefícios sociais tinham em vista uma diminuição do défice da previdência social. Com o objetivo de aumentar a produtividade e estimular o investimento, o governo de Portugal comprometeu-se a rever a lei dos despedimentos e a não executar mais nacionalizações na economia portuguesa. Prometeu devolver as empresas sob a intervenção do Estado ao sector privado e deixar cair as economicamente inviáveis. De modo a reduzir a balança de pagamentos iriam fomentar as exportações e aumentar a sobretaxa nas importações.<sup>218</sup>

As intenções do I Governo Constitucional de aplicar as medidas num período curto e limitado não eram infundadas devido às circunstâncias. Em primeiro lugar, o governo chefiado por Mário Soares venceu as primeiras eleições legislativas com uma minoria parlamentar, optando por formar governo “Só, só, só PS”<sup>219</sup> e não solicitou qualquer apoio de outro partido com assento parlamentar para obter uma maioria que desse estabilidade executiva. Aliás, Mário Soares estava convencidíssimo de que o seu executivo duraria os quatro anos.<sup>220</sup> Mas os problemas que o líder socialista possuía em mãos tinham também outras variantes: não reforçou a sua vitória nas legislativas com uma Moção de Confiança na Assembleia da República – se inicialmente o tivesse feito seria aprovada sem qualquer obstrução – e tinha um governo dividido quanto às políticas económicas a adotar para a saída da crise. O setor dos financeiros conduzido pelo Ministro das Finanças Medina Carreira defendeu a aplicação das medidas clássicas de austeridade, enquanto o setor dos desenvolvimentistas liderado pelo Ministro do Plano e Coordenação Económica Sousa Gomes propugnou uma receita keynesiana em

---

<sup>217</sup>Formou-se em economia. Em 1959, integrou os quadros do FMI. De 1976-1979, foi diretor executivo do FMI, representando a Itália, Portugal, Grécia e Malta. Em 1979, integrou os quadros do Conselho de Administração do Banco de Itália. Em 1994, foi nomeado Ministro do Tesouro. Durante o ano de 1995 foi Primeiro-Ministro. Em 1996, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 2001, foi nomeado para o Senado italiano.

<sup>218</sup>Relatório FMI: *Statement by Mr. Dini on Portugal*, 1976, 16 setembro. [Consult. 21maio2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx). Ver anexo nº 4, p. 186

<sup>219</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 192.

<sup>220</sup>Ibidem, p. 198.

resposta à crise.<sup>221</sup> Por último, o próprio Partido Socialista estava dividido relativamente à política económica aplicar: uma parte do PS defendia uma sociedade centrada no sector público e na propriedade do Estado. Diante destes, Mário Soares foi exprobrado por enfiar o “socialismo na gaveta” quando aplicou as medidas impopulares de austeridade. Quanto ao outro setor, encabeçado pelo próprio secretário-geral, defendia que a “economia mista” consagrada na Constituição era um equilíbrio necessário de momento face às circunstâncias.<sup>222</sup> Mário Soares admitiu que, em tempos de exílio, defendera uma rutura completa com o capitalismo. Mas o exemplo jugoslavo terá servido para demonstrar que uma sociedade completamente estatizada e com a vacuidade da propriedade privada retiraria qualquer tipo de liberdade possível. A partir de uma realidade vivida, Mário Soares e os seus correligionários no partido passaram a defender um socialismo meio-termo tipicamente ocidental, ou seja, mais social-democrata.<sup>223</sup> Um socialismo provocado por uma rutura com o capitalismo poderia alinhar em demasia com o socialismo operado na União Soviética, o que para Mário Soares seria “uma estupidez, [...] significava perder novamente a liberdade conquistada.”<sup>224</sup>

Face a esta conjuntura, a aplicação das medidas de austeridade traria instabilidade social e política originando dificuldades executivas ao I Governo Constitucional, por isso, no relatório apresentado por Lamberto Dini, o governo português introduziu outro tipo de objetivos moderando os seus compromissos: investimentos no domínio das obras públicas, na habitação, na administração, na produção de energia elétrica e nas indústrias pesadas, com o intuito de desenvolver o país e criar postos de trabalho.<sup>225</sup> Estavam assim refletidas as posições dos dois sectores que se opunham dentro do governo.

Após vários empréstimos obtidos em 1976, no ano seguinte Portugal realizou um conjunto de operações de alto grau de complexidade junto de várias fontes de

---

<sup>221</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 198-201.

<sup>222</sup>Ibidem, p. 193.

<sup>223</sup>POUCHIN, Dominique – *Mário Soares: Memória Viva*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2003, p. 162-163.

<sup>224</sup>Ibidem, p. 163.

<sup>225</sup>Relatório FMI: *Statement by Mr. Dini on Portugal*, 1976, 16 de setembro. [Consult. 21maio2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

financiamento, que resultou num gradual agravamento das medidas de austeridade e para cobrir o défice previsto de 800 milhões de dólares na balança de pagamentos foi necessário obter um empréstimo de grandes proporções onde as autoridades portuguesas negociaram um Grande Empréstimo com um consórcio de países.

Estas negociações andaram a par das conversações para um programa *Stand By* com o FMI. Simultaneamente, Portugal negociou um empréstimo de 300 milhões de dólares com os EUA, que recebeu em fevereiro de 1977, para financiar as importações alimentares.<sup>226</sup> Esse acordo terá custado uma diminuição de 46.205,757 quilos nas reservas de ouro nos cofres do Banco de Portugal.<sup>227</sup> Durante o mês de junho, um segundo empréstimo do mesmo valor foi aprovado para cobrir a balança de pagamentos,<sup>228</sup> mas depois, não houve qualquer referência a que Portugal o tivesse recebido.

Numa deslocação a Washington, Mário Soares negociou um empréstimo bilateral no valor de 600 milhões de dólares com o governo norte-americano para contribuir para o Grande Empréstimo. Poderia supor-se que os anteriores empréstimos negociados poderiam fazer parte da importância do anterior empréstimo referenciado, mas conforme tinha avançado o *Expresso*, os primeiros 300 milhões de dólares recebidos em fevereiro já tinham esgotado em julho, através da aquisição de produtos alimentares. Por isso, havia alguma ansiedade que Portugal recebesse “os primeiros 300 milhões do “grande empréstimo” de 750 milhões de dólares”, para fazer face às dificuldades para importar produtos alimentares.<sup>229</sup> Perante esta notícia, deduz-se que os primeiros empréstimos referenciados não fizeram parte da operação e que os últimos 300 milhões não terão sido recebidos por duas razões:

1. Conjuntura económica e financeira: houve um gradual agravamento da dívida portuguesa entre os meses de fevereiro e agosto de 1977;<sup>230</sup>

---

<sup>226</sup>Mais dois pontos quentes na Assembleia: 6 (mais 1) empréstimos de autorização incerta. *Expresso*. Lisboa, nº 247, 23 julho 1977, p. 1.

<sup>227</sup>Reembolso de empréstimo baixa reservas de ouro em 5 por cento. *Expresso*. Lisboa, nº 256, 24 setembro 1977, p. 10.

<sup>228</sup>Nova reunião para decidir «grande empréstimo». *Expresso*. Lisboa, nº 242, 18 junho 1977, p. 10.

<sup>229</sup>Mais dois pontos quentes na Assembleia: 6 (mais 1) empréstimos de autorização incerta. *Expresso*. Lisboa, nº 247, 23 julho 1977, p. 1.

<sup>230</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 281.

2. Grande Empréstimo: estava prevista uma comparticipação de 300 a 600 milhões de dólares por parte dos EUA no consórcio de países para apoiar Portugal na cobertura do défice da balança de pagamentos.

O primeiro motivo terá resultado na desconfiança das autoridades norte-americanas sobre a capacidade de Portugal conseguir cumprir os seus compromissos, e como teriam de participar no consórcio para o Grande Empréstimo terão eventualmente anulado o último de 300 milhões aprovados em junho de 1977.

As negociações para o Grande Empréstimo foram dificultadas pelo consórcio de países (EUA, RFA, Japão, Venezuela, Canadá, Noruega, Inglaterra, Itália, Suíça e mais um pequeno grupo de países que pertenciam à CEE) à medida que as condições económicas e financeiras se agravavam ao longo do ano de 1977. Inicialmente o valor para esta mega operação previa 1 bilião e meio de dólares do qual foi descendo para metade ao ritmo das exigências e restrições para que o empréstimo fosse efetivado:<sup>231</sup> o ouro português não serviria de aval para o empréstimo mas para ser vendido em várias etapas, teriam de indemnizar expropriados e nacionalizados, e por fim, era exigido que Portugal negociasse um programa *stand by* com o FMI. Sem este acordo, o Grande Empréstimo não seria efetuado. Para cumprir estas vontades, os técnicos do FMI vieram a Portugal no início de 1977 para avaliar a situação económica do país e negociar o programa *stand by*.<sup>232</sup> As autoridades portuguesas aprovaram as medidas de austeridade com o Plano Económico e Financeiro de 25 de fevereiro, do qual sairia a célebre desvalorização de 15% do escudo. Por último, durante o mês de abril, as autoridades portuguesas endereçaram ao FMI a Carta de Intenções pedindo oficialmente a sua intervenção com um programa *stand by*, negociando a *tranche* condicionada ao valor de 49 milhões de dólares (1,9 milhões de contos).<sup>233</sup>

As negociações entre Portugal e o FMI terão sido concretizadas rapidamente face às crescentes dificuldades para se materializar o Grande Empréstimo. Durante uma deslocação de Mário Soares a Washington, ter-lhe-ão feito saber que a hipótese para um consórcio tinha sido afastada pelo grupo de países da Comunidade Económica Europeia

---

<sup>231</sup>Angariação em Paris começa segunda-feira: US\$250 milhões, precisam-se. *Expresso*. Lisboa, nº 237, 14 maio 1977, p. 1.

<sup>232</sup>Os EUA não põem condições para a concessão do empréstimo. *Expresso*. Lisboa, nº 219, 07 janeiro 1977, p. 1.

<sup>233</sup>FMI: 1ª “Tranche” negociada e 1 milhão de contos em Julho. *Expresso*. Lisboa, nº 235, 29 abril 1977, p. 10.

por causa dos entraves e condições que começaram a colocar,<sup>234</sup> mas as autoridades norte-americanas estariam dispostas a participar com 40% do valor que tinham acordado inicialmente para o Grande Empréstimo, mesmo com a oposição do Senado.<sup>235</sup> Perante o surgimento deste obstáculo, as autoridades portuguesas pensaram num sistema bilateral para a concessão deste empréstimo.<sup>236</sup>

Reduzido o valor inicial para metade, o termo Grande Empréstimo não caiu do léxico gramatical dos negociadores que continuavam exigir contrapartidas de estabilização económica através das negociações com o FMI, tendo em vista novas negociações para obter uma 2ª *tranche*, cuja operação era cada vez mais considerada um instrumento de salvação da democracia portuguesa.<sup>237</sup>

Para resolver o arrastamento das negociações, realizaram-se em Paris algumas reuniões. O êxito destas deveu-se ao embaixador norte-americano em Lisboa, Frank Carlucci. Para receber os primeiros 300 milhões de dólares, Portugal teria que negociar com o Fundo Monetário Internacional um segundo acordo *stand by* e seria necessário aplicar uma série de medidas económicas: contenção dos gastos do Estado e controlo apertado na emissão monetária. A chegada da primeira parcela do Grande Empréstimo, sendo este distribuído em várias parcelas durante 18 meses, estava previsto para outubro.<sup>238</sup> Mas os EUA e a República Federal da Alemanha<sup>239</sup>, tal como outros países, foram adiando a contribuição do Grande Empréstimo por três motivos:

1. Agravamento da crise económica, financeira e social;
2. Demora nas negociações entre Portugal e o FMI quanto à 2ª *tranche*;

Crise política: a posição frágil do governo minoritário do Partido Socialista, o Memorando de Mário Soares e a Moção de Confiança derrotada na Assembleia da República com a respetiva queda do governo.

---

<sup>234</sup>Falhou criação de um consórcio para o bilião e meio? *Expresso*. Lisboa, nº 233, 15 abril 1977, p. 1.  
CEE diz «não» ao Grande Empréstimo. *Expresso*. Lisboa, nº 236, 07 maio 1977, p. 14.

<sup>235</sup>Encontro Carter-Soares. *Expresso*. Lisboa, nº 234, 22 abril 1977, p. 1.

<sup>236</sup>CEE diz «não» ao Grande Empréstimo. *Expresso*. Lisboa, nº 236, 07 maio 1977, p. 14.

<sup>237</sup>COSTA, Luís Penha – Situação financeira resolvida até ao fim de 1977 e novas medidas na forja. *Expresso*. Lisboa, nº 239, 28 maio 1977, p. 10.

<sup>238</sup>Nove perguntas e respostas sobre um empréstimo lento (e avultado). *Expresso*. Lisboa, nº 243, 25 junho 1977, p. 1.

<sup>239</sup>A propósito da Reunião do FMI. Prossegue «laborioso parto» do grande empréstimo. *Expresso*. Lisboa, nº 257, 01 outubro 1977, p. 10.

No final do ano de 1977, Portugal ainda não tinha recebido qualquer parcela do Grande Empréstimo. A situação governativa adia por um período indefinido a conclusão das negociações quanto a um segundo acordo *stand by* com o FMI, protelando o Grande Empréstimo.

Durante o primeiro trimestre de 1977, haveria técnicos do Fundo em Portugal para avaliar a situação económica e financeira do país. O *staff* que terá efetuado essas visitas para avaliação foram: P. de Fontenay, A. Mitchell, R. Hicks, B. Stuart, A. Muirragui e C. Nguyen.<sup>240</sup> Uma das primeiras condições que terão imposto foi a instituição de um contrato social entre governo, sindicatos e empresas e o pagamento das indemnizações aos acionistas das empresas nacionalizadas.<sup>241</sup>

Antes de discutir quais as bases do programa, os técnicos do Fundo Monetário Internacional fizeram uma avaliação da situação financeira e económica do país. Ao nível da produção e procura constataram que a subida das importações se deveu ao aumento da procura de matérias-primas e bens intermediários. Consideraram que a poupança estaria a crescer face à redução dos salários. Os preços aumentaram a uma taxa anual de 30% através de taxas e impostos indiretos, mas também foram provocados pela escassez de certos bens. A taxa de desemprego seria elevada perante o regresso dos 600.000 retornados das ex-colónias, mas também face às leis que proibiam os despedimentos individuais e coletivos desencorajando novas contratações. Entre 1976-1977, os défices do sector público, segurança social e balança de pagamentos dilataram, agravando o défice do orçamento para 1976. Ao nível da política monetária houve um aumento da circulação da moeda entre os anos de 1973-1975, havendo um decréscimo após esta data.<sup>242</sup>

A Carta de Intenções das autoridades portuguesas a solicitar um programa *stand by* para um ano continha algumas medidas aprovadas no Plano Económico e Financeiro de 25 de fevereiro, tal como a desvalorização do escudo que visava estimular um aumento do investimento e das exportações.<sup>243</sup>

---

<sup>240</sup>Relatório FMI: *Portugal - Request for Stand-By Arrangement*. 1977, 12 abril, p. 1-3. [Consult. 21maio2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>241</sup>60 milhões de dólares em “stand-by” do FMI precedem empréstimo de 1,5 biliões. *Expresso*. Lisboa, nº 220, 14 janeiro 1977, p. 12.

<sup>242</sup>Relatório FMI: *Portugal - Request for Stand-By Arrangement*. 1977, 12 abril, p. 3-8. [Consult. 21maio 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>243</sup>Ver anexo nº 5, p. 189.

Relativamente às recomendações da parte dos técnicos do FMI para reduzir o desemprego, aconselhavam reformar alguns sectores da economia portuguesa: a agricultura, educação, sector público e privado, recomendavam moderação por parte dos trabalhadores nas reivindicações e determinação por parte do governo na contenção de despesas. Indo ao encontro dos estatutos do Fundo, os técnicos lamentavam a opção das autoridades portuguesas em colocar algumas medidas restritivas sobre o comércio e pagamentos com o objetivo de equilibrar a sua balança. Tinham acordado rever este tipo de medidas restritivas no comércio depois do ajustamento na economia.

Quanto ao orçamento para 1977, as previsões apontavam para uma redução do défice do sector público, uma diminuição na taxa de desemprego e, caso houvesse um aumento, este dever-se-ia a um acréscimo do investimento público. Estava definido um aumento de impostos e dos prémios da segurança social e o aumento do salário na função pública seria limitado. Por último, era necessário equilibrar as contas da segurança social e limitar o crédito bancário ao sector público.

A partir da avaliação e das recomendações prescritas por parte dos técnicos do FMI e da Carta de Intenções dos signatários portugueses – o Governador do Banco de Portugal, José da Silva Lopes, e o Ministro das Finanças, Medina Carreira – percebe-se quais foram as cedências em ambas as partes. Se o Fundo desejava reduzir o défice do sector público, as autoridades portuguesas aceitavam-no como um objetivo, mas justificavam uma possível subida com o aumento do investimento para diminuir o desemprego. Se os técnicos do FMI e o governo de Portugal apontavam para a extrema necessidade do equilíbrio da balança de pagamentos através da redução e congelamento de salários, restrição ao crédito e aplicação de altas taxas de juro para abrandar o consumo e aumentar a poupança diminuindo o valor das importações, as autoridades portuguesas não desejavam “apertar mais o cinto” aos portugueses, colocando em causa uma das regras fundamentais dos estatutos do FMI impondo taxas para restringir as importações.

Com isto, a Carta de Intenções das autoridades portuguesas era aprovada pela direção do FMI. O empréstimo *stand-by* no valor de 49 milhões de dólares seria pago em duas prestações: uma prontamente no mês de abril, num valor a rondar os 900 mil contos e a 2ª prestação (1 milhão de contos) seria creditada em julho de 1977. Um

acordo para durante um ano a ser pago entre 3 e 5 anos a uma taxa de juro de 4,3%, acrescida a uma taxa de 0,5% no final do primeiro ano e subsequentes.<sup>244</sup>

Alcançado o acordo com o Fundo, aplicadas as primeiras medidas de austeridade e recebida a primeira prestação, estavam reunidas as condições para receber as primeiras *tranches* do Grande Empréstimo. Mas as crescentes exigências verificadas pelo consórcio de países face ao agravamento da crise retardaram o recebimento da primeira parcela.

Uma dessas exigências seria outra negociação com o Fundo relativamente a um segundo acordo *stand-by*. Por isso, a equipa técnica do FMI desembarcou em Lisboa, durante o mês de julho, com novas leis económicas para votar e para preparar as negociações para esse acordo que se iniciariam em outubro.<sup>245</sup> Dessa forma, o Grande Empréstimo ficava cada vez mais condicionado à concretização de um novo acordo *stand-by* de 50 milhões de dólares.

Da visita efetuada pelos técnicos do Fundo a Portugal resultou um relatório muito inquietante sobre a economia portuguesa: a situação cambial portuguesa era muito preocupante, era indispensável reduzir o défice público, restringir o crédito ao sector público, os juros e os preços de alguns bens teriam de aumentar, as restrições às importações teriam de prosseguir e consideraram insuficientes as medidas do Plano Económico e Financeiro de 25 de fevereiro.<sup>246</sup>

No dia previsto para receber as primeiras parcelas do Grande Empréstimo da parte dos EUA, o Ministro da Economia Sousa Gomes encontrou-se com o diretor geral do FMI – Johan Witteveen –<sup>247</sup> para iniciar as conversações para a concessão de um novo acordo *stand-by*.<sup>248</sup> Sousa Gomes foi advertido quanto à necessidade de traçar

---

<sup>244</sup>FMI: 1ª “Tranche” negociada e 1 milhão de contos em Julho. *Expresso*. Lisboa, nº 235, 29 abril 1977, p. 10.

<sup>245</sup>Equipa do FMI desembarca em Lisboa com leis económicas por votar. *Expresso*. Lisboa, nº 246, 16 julho 1977, p. 1.

<sup>246</sup>Relatório apresentado há 8 dias: FMI considera muito grave a situação cambial portuguesa. *Expresso*. Lisboa, nº 248, 30 julho 1977, p. 1.

<sup>247</sup>Nasceu em Zeist na Holanda em 1921. Licenciou-se em Economia em 1946, e trabalhou no Departamento de Análise Política e Económica até 1963. Foi nomeado Ministro das Finanças até 1965. Em 1967, torna a ser nomeado para o mesmo cargo em acumulação com o de Vice Primeiro-Ministro. Foi diretor geral do FMI entre 1973-1978.

<sup>248</sup>A propósito da Reunião do FMI. Prossegue “laborioso parto” do grande empréstimo”. *Expresso*. Lisboa, nº 257, 01 outubro 1977, p. 10.

objetivos e cumpri-los com eficácia. Terá sido posta a possibilidade antes do final do ano de apresentar um terceiro pacote de austeridade. Por último, o ministro tomaria conhecimento dos entraves à concessão dos empréstimos relativos ao Grande Empréstimo enquanto não se concluíssem as negociações com o FMI.<sup>249</sup>

As negociações entre o Fundo Monetário Internacional e as autoridades portuguesas decorreram durante o mês de outubro até à segunda semana de novembro. O Fundo terá cedido em muitos aspetos, mas tal não se terá verificado com a delegação portuguesa, por isso, os técnicos do FMI terão partido sem cumprirem a sua missão.<sup>250</sup> Esgotadas todas as possibilidades, as negociações foram suspensas por mútuo acordo até dezembro. Até lá, as autoridades portuguesas tentariam obter apoios através dos canais diplomáticos para as suas contrapropostas.<sup>251</sup> Mesmo perante o impasse, havia ainda algum otimismo quanto a uma assinatura do acordo para 15 de dezembro.<sup>252</sup>

Um das primeiras referências na Assembleia da República relativamente às negociações entre o Fundo e as autoridades portuguesas aconteceu com um pedido de esclarecimento por parte do deputado Acácio Barreiros para clarificar qual o papel de Manuel Espírito Santo<sup>253</sup> numa comissão portuguesa para estabelecer contactos com o FMI. O chefe do gabinete do Ministro das Finanças negou qualquer envolvimento do antigo presidente do Banco Espírito Santo nas negociações com o Fundo, explicando de seguida o tipo de acordo que estava a ser negociado.<sup>254</sup> A UDP não era favorável às negociações com o FMI<sup>255</sup>, explicando que um acordo com o Fundo serviria para inundar Portugal com produtos dos países “imperialistas”, esmagando a agricultura portuguesa, e aumentando preços e limitando o teto salarial em 15% curvando-se às

---

<sup>249</sup>FMI “oferece” modelo a Portugal. *Expresso*. Lisboa, nº 258, 08 outubro 1977, p. 1.

<sup>250</sup>A delegação portuguesa que acompanhou as negociações com os técnicos do FMI para a 2ª *tranche*: Governador do Banco de Portugal Silva Lopes, Vice-Governador Vítor Constâncio e Ministro da Economia Sousa Gomes. Quanto à delegação do Fundo foi chefiada por Hans Schmitt.

<sup>251</sup>FMI deixou Lisboa – voltará em breve. *Expresso*. Lisboa, nº 263, 12 novembro 1977, p. 1.

<sup>252</sup>FMI ainda não chegou a Lisboa. *Expresso*. Lisboa, nº 267, 10 dezembro 1977, p. 1.

<sup>253</sup>Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, desde 1955 até 14 de março de 1975, em virtude do decreto-lei nº 132-A que nacionalizava o banco.

<sup>254</sup>*Diário da Assembleia da República*, suplemento nº90, Lisboa, 24 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 25 de março 1977.

<sup>255</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 4293-4295, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 julho 1977.

“exigências” para reduzir o consumo.<sup>256</sup> Por último, criticou a liberalização das importações como um fator da falência das empresas contribuindo para o aumento do desemprego.<sup>257</sup>

A UDP era o único partido que rejeitava liminarmente qualquer tipo de negociação com o Fundo. Os restantes partidos tinham posições modeláveis conforme a conjuntura política e social. O PCP tinha o braço armado da CGTP para contestar política e socialmente o governo, por isso, demonstrava um comportamento mais moderado, não rejeitando em absoluto as negociações com o FMI, mas também não aceitando algumas das condições impostas: redução dos défices, as limitações impostas à expansão económica, liberalização das importações e desvalorização do escudo.<sup>258</sup>

Enquanto as negociações para o Grande Empréstimo decorriam havia mais de meio ano, tendo sido assinado o primeiro acordo *stand-by* em abril e com o consequente pagamento de 50% da 1ª *tranche* dos 49 milhões de dólares, o deputado Sousa Franco revelou desconhecimento sobre as condições das negociações dos empréstimos. Isto mostrava a falta de informação por parte do executivo ao parlamento sobre as conversações. Face a isto, Sousa Franco exigiu, tal como acontecia com os outros empréstimos, que fosse a Assembleia da República a autorizá-los.<sup>259</sup> Perante um conjunto de sacrifícios exigidos através das medidas do FMI, o Partido Social Democrata achava necessário um programa de expansão económica dando “significado aos sacrifícios que têm de ser pedidos ao povo português.”<sup>260</sup>

Os democratas cristãos não concordavam com os sofrimentos impostos através das conclusões negociais devido às consequências gravosas que teriam na economia e no tecido social, mas estavam de acordo com o governo quanto à necessidade de negociar com o Fundo Monetário Internacional para combater a crise.<sup>261</sup>

---

<sup>256</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 530-532, Lisboa, 07 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 09 de dezembro 1977.

<sup>257</sup>Ibidem, p. 569-571.

<sup>258</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 601-608, Lisboa, 07 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 09 de dezembro 1977.

<sup>259</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 4288-4293, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

<sup>260</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 532-540, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

<sup>261</sup>COSTA, Amaro – *Diário da Assembleia da República*, p. 589-595, Lisboa, 07 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 09 de dezembro 1977.

Mário Soares em nome do governo desconstruiu a ideia de anuência a todas as condições impostas pelo FMI. Durante o debate da Moção de Confiança – as negociações para um segundo programa *stand-by* tinham sido interrompidas devido à crise política – o Primeiro-Ministro referiu que a única condição que o governo terá aceiteado foi a diminuição do défice da balança de transações para 1978, de 1 bilião e 200 milhões de dólares para os 800 milhões de dólares. Explicou a “importância” das negociações com o Fundo que não decorreria do empréstimo que Portugal tinha recebido (49 milhões de dólares) e do outro que negociava (50 milhões de dólares), mas pelo do facto do FMI constituir um “aval” para o Grande Empréstimo.<sup>262</sup>

### **2.3. O Plano 25 de fevereiro – Uma “desvalorização à americana”<sup>263</sup>**

As primeiras medidas de austeridade – ainda que timidamente – foram aplicadas pelo último Governo Provisório chefiado por Pinheiro de Azevedo e depois pelo I Governo Constitucional na tentativa de reverter o sentido negativo da economia portuguesa. Os preços fixos foram abandonados para facilitar a retoma empresarial e contrariar a alta dos salários e aplicou-se a primeira desvalorização do escudo em 1976 no sentido de promover as exportações. O crédito interno era abundante e barato o que estimulou a procura privada e pública que terá provocado em 1976 dois fatores paralelos na economia portuguesa: uma retoma da economia que levou ao agravamento do saldo negativo das contas com o exterior – balança comercial entre 1975-1976, -49 para -68 milhões de contos; o saldo da balança de transações, -25 para -43 milhões de contos – que ameaçou com a rotura do sistema financeiro.<sup>264</sup>

Para fazer face à degradação da balança comercial e de transações, as autoridades portuguesas encetaram um processo negocial com um consórcio de países com vista a receber um Grande Empréstimo. Durante as conversações surgiram exigências para que o FMI avalizasse esta operação através de um conjunto de medidas

---

<sup>262</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 481-488, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

<sup>263</sup>RODRIGUES, Aires – *Diário da Assembleia da República*, p. 2937, Lisboa, 17 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 18 de março 1977.

<sup>264</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 278-279.

económicas que visasse a estabilização da economia portuguesa. Estas condições obrigariam Portugal a ser mais incisivo nas medidas de austeridade a aplicar.

Cumprindo esse pressuposto, o I Governo Constitucional aprovou o “1º pacote” de medidas de austeridade intitulado Plano Económico e Financeiro de 25 de fevereiro durante a reunião do Conselho de Ministros.<sup>265</sup>

Amaro da Costa comparou o “último 25 de fevereiro” ao “25 de novembro”, considerando uma vitória da democracia ao nível económico.<sup>266</sup> Para o CDS a austeridade começou a sério com o Plano 25 de fevereiro estando totalmente de acordo com as medidas aprovadas no Conselho de Ministros para combater a crise: controlo do défice da balança de pagamentos, combate à inflação, tentativa de diminuir a austeridade junto dos sectores sociais mais desfavorecidos, condições para o funcionamento da economia social de mercado, apoio preferencial aos sectores mais atingidos pela crise (agricultura e pequenas e médias empresas) e pagamentos das indemnizações por nacionalização. Mas o CDS possuía também algumas reservas: insuficiência no equacionamento de alguns efeitos internos resultantes da desvalorização do escudo, ausência de uma perspetiva ousada e correta no uso dos instrumentos de política fiscal, desconsideração ao combate ao desemprego, insuficiência da política monetária e exageros nos projetados aumentos do imposto de transações. Apesar de concordar na generalidade com as medidas, Adelino Amaro da Costa chamou a atenção à vulnerabilidade da classe média face à austeridade, porque seria a partir desse estrato social que se avançaria para uma democracia socialmente forte. Posto isto, apresentou um rol de medidas de carácter social do qual o governo deveria ter apresentado para fazer face à crise: definição de uma política concertada de preços e rendimentos, envolvendo sindicatos, consumidores e empresários e estabilização das relações laborais.<sup>267</sup> Esta posição iria ser corroborada pelo próprio presidente do partido durante o debate requerido pelo PSD para esclarecimento das medidas do Plano.<sup>268</sup> Mas Freitas do Amaral achou o Plano insuficiente quanto à

---

<sup>265</sup>CORREIA, Sérvulo – *Diário da Assembleia da República*, p. 2731-2734, Lisboa, 01 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 02 de março 1977.

<sup>266</sup>COSTA, Adelino Amaro – *Diário da Assembleia da República*, p. 2731-2734, Lisboa, 01 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 02 de março 1977.

<sup>267</sup>Ibidem, p. 2731-2734.

<sup>268</sup>CORREIA, Sérvulo – *Diário da Assembleia da República*, p. 2731-2734, Lisboa, 01 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 02 de março 1977.

absorção do desemprego. Propugnou pelo investimento privado como motor para o desenvolvimento, não acreditando no expansionismo e no investimento público como formas para sair da crise. Por último, de uma coisa discordaram as principais figuras do CDS: Amaro da Costa realçou o papel das pequenas e médias empresas para sair da crise, enquanto Freitas do Amaral defendeu que somente os sectores de capital intensivo poderiam eliminar a taxa de desemprego.<sup>269</sup>

No início do debate parlamentar, com vista a esclarecer as medidas do Plano, Barbosa de Melo disse que as medidas aprovadas a 25 de fevereiro produziriam um efeito positivo na credibilidade e na sobrevivência das instituições políticas, mesmo considerando que seriam aproveitadas pelos inimigos da democracia com o encarecimento do custo de vida. Mas Sousa Franco foi muito crítico de alguns caminhos tomados pelo governo. No início da sua intervenção começou por isentar o PS da responsabilidade face à crise financeira atribuindo uma quota-parte ao PCP, apontando-o como o principal responsável pelos episódios ocorridos durante o processo revolucionário, os quais ficaram intimamente ligados à crise financeira e económica. Aliás, esta narrativa foi constantemente usada pelo próprio governo e pelos chamados partidos do “arco da governabilidade” (PS, PSD e CDS), apontando o período gonçalvista (julho 1974-setembro 1975) como o principal responsável pela crise. Depois, lembrando alguns procedimentos do Estado Novo, evidenciou algumas medidas que deveriam ser evitadas por parte do governo e das instituições políticas por representarem um risco para a democracia: o culto das finanças sãs à custa de uma economia doente, a defesa de uma moeda forte face a uma economia atrasada, sacrificar o desenvolvimento à estabilidade financeira, a institucionalização da injustiça no sistema social e um dirigismo e protecionismo que não desenvolveram de forma alguma a economia.<sup>270</sup>

Para diminuir o défice da balança comercial, o PSD propôs os seguintes objetivos: reduzir as importações fomentando as exportações. Relativamente ao sector exportador era necessário reduzir a burocracia e atribuir benefícios fiscais às empresas exportadoras. Sugeriu novas regras quanto à conjugação dos preços e rendimentos, ao estatuto da iniciativa privada, contratos programa para o desenvolvimento e a

---

<sup>269</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 2925-2927, Lisboa, 16 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 17 de março 1977.

<sup>270</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 2900-2906, Lisboa, 16 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 17 de março 1977.

reformulação da política de incentivos fiscais e acesso ao crédito. O Partido Social Democrata considerou estas medidas necessárias para o equilíbrio e sucesso do programa de austeridade. Sousa Franco criticou o governo por não ter ouvido primeiramente o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços relativamente a alguns objetivos do Plano Económico e Financeiro do 25 de fevereiro que teriam um impacto negativo: o aumento da poupança e a restrição do consumo privado através da desvalorização do escudo e do aumento de preços e tarifas teriam um efeito no alto custo de vida e numa inflação que rondaria os 24%. Considerou corretas as medidas que tendiam a corrigir o desequilíbrio no financiamento das unidades produtivas e na delimitação mais precisa do sistema económico: sector público, privado e cooperativo.<sup>271</sup>

Uma das últimas intervenções do PSD coube ao deputado Sérvulo Correia. Recordou que a interpelação convocada pelo seu partido ficou a dever-se à ausência de um pacote de medidas sociais para acompanhar a política de austeridade, a urgência de reformas num sector público pouco produtivo face a um sector privado que era considerado fundamental para a produtividade e criticou o Plano por não ter equacionado uma interligação entre os investimentos projetados e um conjunto de medidas de política de emprego. Propôs a criação de um suplemento ao Abono de Família para famílias numerosas e a redução da comparticipação dos pensionistas na aquisição de medicamentos. Indo ao encontro de uma das propostas do Fundo Monetário Internacional, sugeriu um “Pacto Social” entre sindicatos e associações patronais, aproveitando o ensejo para apresentar e defender o projeto do PSD para criar um sindicato “livre e atuante” face à instrumentalização da CGTP pelo Partido Comunista Português.<sup>272</sup>

A União Democrata Popular e o PCP eram os partidos que se situavam mais à esquerda do espectro político, por isso, os mais ferozes opositores ao governo. Mas entre a UDP e o PCP, este era o mais moderado na Assembleia da República. A radicalidade deste partido estaria nas ruas, nas fábricas, nas terras e na função pública, provocando crises, instrumentalizando a CGTP e nunca se expondo diretamente face

---

<sup>271</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 2900-2906, Lisboa, 16 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 17 de março 1977.

<sup>272</sup>CORREIA, Sérvulo – *Diário da Assembleia da República*, p. 2977-2981, Lisboa, 17 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 18 de março 1977.

àqueles que criticavam a desestabilização social.<sup>273</sup> Por isso, os discursos, as propostas e as críticas parecem sempre subtilmente equilibradas. Posto isto, os deputados comunistas que intervieram durante este debate criticaram a desvalorização do escudo por provocar uma diminuição dos salários reais e um agravamento da dívida externa. O único aspeto positivo que realçaram desta medida foi o melhoramento da situação líquida nas empresas, realçando em tom pejorativo que o objetivo seria entregá-las aos antigos patrões. Apresentaram um rol de medidas que teriam sido sugeridas ao governo e que este não terá contemplado no Plano: fixação das taxas de câmbio especiais à exportação, corte nos consumos dos altos rendimentos, uma política de substituição das importações e diversificação das relações económicas externas. Defendiam uma política de austeridade no sentido de reanimar a economia e não da contração.<sup>274</sup>

Relativamente à UDP estava representada no parlamento por um deputado: Acácio Barreiros. Criticou a desvalorização do escudo e relacionou a medida com a operação do Grande Empréstimo no valor de 1,5 biliões de dólares. Para o deputado esta medida prendia-se com as hipotéticas exigências do “imperialismo” norte-americano em constituir mão-de-obra barata, ameaçada pelo desemprego e insegurança social e económica, e seria simultaneamente um bónus aos monopolistas que teriam fugido com dinheiro português para o estrangeiro. Face ao argumento positivo da medida quanto ao contributo para a entrada de remessas dos emigrantes, Acácio Barreiros justificou que somente aconteciam para fazer face às dificuldades das suas famílias perante o aumento do custo de vida. Por último, apresentou um conjunto de propostas contra a desvalorização do escudo: fiscalização para impedir a fuga de capitais, apoio aos trabalhadores das empresas intervencionadas e, tal como o PCP defendia, uma política fiscal sobre os grandes rendimentos e diversificação das relações comerciais externas.<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup>JALALI, Carlos – *Partidos e Democracia em Portugal 1974-1975: Da Revolução ao Bipartidarismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007, p. 157-164.

<sup>274</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 2800, Lisboa, 08 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 09 de março 1977. CARVALHAS, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 2927-2928, Lisboa, 16 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 17 de março 1977.

<sup>275</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 2763-2764, Lisboa, 04 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 05 de março 1977. BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 2965-2967, Lisboa, 17 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 18 de março 1977.

Os discursos do Partido Socialista durante o debate afirmaram o apoio às medidas decretadas pelo governo. A deputada Teresa Ambrósio limitou-se a responder ao PSD realçando o conjunto de medidas de carácter social que o Plano comportava: subsídios de alimentação, transportes gratuitos, cobertura de medicamentos, aumento das pensões de reforma, alargamento da pensão social, apoio aos desalojados e à terceira idade.<sup>276</sup>

Salgado Zenha, uma das figuras mais proeminentes do PS, limitou-se primeiramente a desferir ataques ao PCP. Referiu que tanto a URSS como a Polónia estariam também a braços com uma grave crise económica e financeira, tendo recorrido a empréstimos no mundo ocidental, atingindo uma dívida externa a rondar 1 bilião e 600 milhões de contos. Depois, comparou o general Vasco Gonçalves ao general Sinel Cordes<sup>277</sup> por ambos terem deixado as finanças públicas num estado lastimoso. Mas depois serve-se da desvalorização do escudo a 1600% tomada por Sinel Cordes, para dar pouco valor à desvalorização de 15% tomada pelo governo de Mário Soares. Realçou que a estabilização política e económica vinha desde os tempos do VI Governo Provisório e que o cerne da crise estaria no défice da balança comercial de 1976. Por último, pediu ao governo que algumas medidas fossem revistas: o sistema fiscal que deixava intactos os lucros dos especuladores e defendeu um maior investimento em diversos sectores da atividade económica, tal como agricultura, pecuária, pescas e energia, lembrando que “nestes sectores não podemos ser forretas [...]. Ser forreta significará estrangular o nosso futuro”.<sup>278</sup>

Os ministros do Plano e Coordenação Económica e das Finanças limitaram-se a apresentar e explicar o Plano refutando algumas críticas apresentadas durante o debate. Sousa Gomes apresentou algumas medidas no que respeita à política de preços: alteração do regime de preços e fixação do cabaz de compras. Para corrigir o défice da balança comercial o Plano previa isenções fiscais para as empresas que exportassem e um aumento de produtos sujeitos a sobretaxa de importação. O controlo do crédito

---

<sup>276</sup>AMBRÓSIO, Teresa – *Diário da Assembleia da República*, p. 2959-2961, Lisboa, 17 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 18 de março 1977.

<sup>277</sup>Depois do 28 de maio de 1926, foi nomeado Ministro das Finanças por três vezes. Negociou com a Sociedade das Nações um empréstimo de 12 milhões de esterlinas para evitar a bancarrota. Saiu do Ministério das Finanças em abril de 1928.

<sup>278</sup>ZENHA, Salgado – *Diário da Assembleia da República*, p. 2975-2976, Lisboa, 17 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 18 de março 1977.

abundante e barato estabeleceu-se a partir de uma nova taxa de desconto do Banco de Portugal, limites de cobrança de juros nas operações, definiu-se um regime sobre crédito ou investimento ou atribuição de subsídios em operações de crédito para saneamento financeiro de empresas em dificuldades, criação do Fundo de Riscos Cambiais, alargamento do crédito à agricultura e para estimular a poupança como via para o investimento no futuro com vista a absorver o desemprego alteraram-se as taxas de juro de depósito a prazo ou à ordem. Neste sentido, emitiram-se certificados de aforro com seguros de vida, obrigações para o fomento de investimento público e facilidades para os depósitos das poupanças dos emigrantes. Para incentivar a atividade produtiva haveria contratos de viabilização de empresas que estariam em dificuldades, novas condições para reavaliar ativos, concessão de benefícios fiscais e indemnizações provisórias para os titulares dos bens que tinham sido nacionalizados. Em resposta àqueles que criticavam o governo por não ter contemplado medidas de carácter social no Plano Económico e Financeiro, Sousa Gomes declarou que as medidas desse âmbito englobavam o alargamento de atribuição de subsídios de desemprego, melhoramento nos regimes de reforma para os trabalhadores que tivessem exercido a sua atividade independente. O único efeito negativo que resultaria do Plano de 25 de fevereiro seria a desvalorização da moeda em 15% que provocaria uma inflação.<sup>279</sup>

Medina Carreira explicou que a desvalorização serviria para financiar 15% as exportações. O ministro apontou as medidas de fevereiro para uma redução do que era supérfluo nas importações. Em resposta ao deputado Sousa Franco, justificou as medidas de austeridade no sector privado, com a contenção prevista no sector público limitando despesas desnecessárias, como a racionalização da utilização das viaturas. Por fim, para incrementar o investimento, atribuíram-se bonificações nos juros para o investimento e foi criado um esquema de refinanciamento através da Caixa Geral de Depósitos.<sup>280</sup>

Coube a Mário Soares encerrar o debate. Justificou o carácter impopular do Plano de 25 de fevereiro com a tentativa de se afastar da situação do Chile – episódio

---

<sup>279</sup>GOMES, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 2907-2913, Lisboa, 16 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 17 de março 1977. CARREIRA, Medina – *Diário da Assembleia da República*, p. 2913-2919, Lisboa, 16 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 17 de março 1977.

<sup>280</sup>CARREIRA, Medina – *Diário da Assembleia da República*, p. 2913-2919, Lisboa, 16 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 17 de março 1977.

referenciado no capítulo anterior. Face às críticas do PSD e CDS relativas ao governo aplicar tardiamente as medidas na economia portuguesa, o Primeiro-Ministro argumentou que para tirar proveito da desvalorização seria necessário primeiramente restituir o clima de confiança aos empresários e investidores, melhorar as relações de trabalho, diminuir o absentismo nas empresas e aumentar a produtividade. Terminou a sua oratória defendendo a coexistência do sector público e privado para o crescimento da economia e que esta posição não significaria um abandono do socialismo mas uma “marcha” para um “socialismo democrático”.<sup>281</sup>

## **2.4. Revisão do Orçamento do Estado de 1977**

No final do primeiro semestre, o governo teria percebido o impacto negativo das medidas de austeridade sobre a economia e nomeadamente nas contas públicas. Perante a conjuntura, o executivo socialista decidiu propor a revisão do orçamento do Estado.

Medina Carreira abriu o debate defendendo a Revisão Orçamental com apresentação dos resultados económicos e financeiros obtidos durante o primeiro semestre de 1977. Os impostos indiretos teriam aumentado 50%, o consumo não diminuía face à tributação indireta e apesar da deterioração da balança comercial no primeiro trimestre de 1977, advertiu que as medidas protecionistas desapareceriam nas próximas propostas orçamentais. Justificou a subida de 16 milhões de contos nas despesas orçamentais no período homólogo com o aumento da despesa de pessoal e que os encargos da dívida pública tinham atingido os 2 milhões de contos face ao custo do pagamento de juros.<sup>282</sup>

Medina Carreira declarou que a Revisão Orçamental pretendia não agravar o défice orçamental para evitar o agravamento das tensões inflacionistas e o desequilíbrio da balança de pagamentos. Por isso, face aos pedidos de todos os ministérios para um reforço no valor de 37 milhões recorreu-se ao excedente de 12,7 milhões de contos da matéria coletável, da elevação das taxas e da recuperação de atrasos verificados na cobrança de impostos. O que provocou desconfiança na oposição foram as declarações do Ministro das Finanças ao longo do seu discurso quanto ao aumento da despesa face a

---

<sup>281</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 3001-3005, Lisboa, 17 de março 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 18 de março 1977.

<sup>282</sup>CARREIRA, Medina – *Diário da Assembleia da República*, p. 4270-4273, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

um défice inalterado do orçamento que era revisto. Acréscimo orçamental de 10,5 milhões de contos na despesa corrente, de 3 milhões de contos em subsídios à atividade produtiva, reforço do Fundo de Fomento de Exportação para estimular atividade correspondente e aumento das despesas no Fundo de Desemprego com a extensão do subsídio. Mas, o Ministro das Finanças estava otimista quanto à previsão das receitas da Revisão do Orçamento: 112 milhões de contos, mais 11% do que tinha inicialmente previsto e mais 5 milhões de contos vindos do imposto de transações, representando 26% da receita fiscal e mais 57% do valor arrecadado em 1976.<sup>283</sup>

Na sessão de perguntas ao executivo, o CDS questionou-o como iria compatibilizar um aumento de 8% de despesas na Revisão Orçamental com as medidas que andava a negociar com o FMI, mostrando simultaneamente alguma preocupação com os encargos que o Grande Empréstimo teria no futuro na dívida pública. O défice do orçamento revisto mereceu um julgamento desfavorável face a um aumento de 13 milhões de contos nas despesas. Classificaram os impostos indiretos como “cegos” na medida que indiscriminava os diversos estratos sociais e acusaram o governo de falta de sensibilidade ao nível da justiça fiscal demonstrando que o executivo não olharia a meios para obter receitas através dos impostos para fazer face ao défice corrente. Por fim, criticaram o governo por não ter apresentado uma proposta de lei de reorganização das finanças locais no sentido de uma descentralização.<sup>284</sup>

O Partido Comunista Português elencou algumas razões que levaram à sua abstenção na votação do orçamento para 1977: não abrir uma crise política que colocaria em causa a estabilidade democrática das instituições, o comprometimento do governo em promover a justiça fiscal evitando a fuga ao fisco dos altos rendimentos, contenção das despesas para reduzir o défice orçamental, canalizar os recursos públicos para investimentos, garantir a contenção dos preços dos produtos do cabaz de compras e satisfazer os direitos dos trabalhadores desempregados. O deputado Veiga de Oliveira alegou que o executivo em nada cumpriu com os compromissos estabelecidos com o PCP e que nem sequer deu a conhecer a Carta de Intenções enviada pelo governo ao

---

<sup>283</sup>CARREIRA, Medina – *Diário da Assembleia da República*, p. 4270-4273, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

<sup>284</sup>COSTA, Amaro – *Diário da Assembleia da República*, p. 4273-4274, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977. PEREIRA, Macedo – *Diário da Assembleia da República*, p. 4275-4282, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

Fundo Monetário Internacional e quais as condições a que se submeteu. Criticou estas negociações e referiu que os empréstimos significariam a dependência do país ao exterior. Por último, propôs um sistema fiscal estruturado com vista à repartição igualitária da riqueza e para o concretizar apresentou perante o plenário da Assembleia da República as seguintes propostas: melhorar a fiscalização tributária através do controlo operário, tributar todos os rendimentos ou operações de capital e alargamento dos prazos de execução fiscal.<sup>285</sup>

Os aumentos das despesas militares mereceram uma feroz crítica por parte da UDP, propondo que se aumentasse 2400\$00 os salários da função pública. Acácio Barreiros sustentou este aumento pela verba que estaria destinada às Forças Armadas: 1.700.000 contos. Para este deputado, a Revisão Orçamental respondia aos objetivos do FMI e argumentou que os empréstimos concedidos pelos EUA teriam como condição comprar material de guerra norte-americano. Criticou a quebra de 25% de receitas no Ministério dos Assuntos Sociais e o aumento dos impostos indiretos no valor de 17,4 milhões de contos, afetando mais a classe trabalhadora, enquanto os diretos atingiam os 7,7 milhões de contos.<sup>286</sup>

O deputado do PSD Sousa Franco criticou a administração financeira, considerando que os orçamentos dos Fundos e Serviços Autónomos deveriam ser discutidos e votados na A.R. Reprovou o governo pela falta de informação prestada trimestralmente à Assembleia da República relativamente aos empréstimos contraídos e pelo não cumprimento integral dos pontos dispostos na Lei do Orçamento 1977. Referiu a ausência de medidas para realizar crédito e canalizar as poupanças para o investimento, assinalou o aumento dos avales externos relacionando-os com a falta de capacidade de algumas unidades produtivas de aceder ao crédito internacional. Traçou um quadro económico difícil para Portugal: o défice da balança comercial tinha aumentado no primeiro trimestre 5.700.000 contos, a inflação subido, os preços dilatado, os investimentos estagnados, tal como se verificava na construção, o que se refletiria no elevado desemprego. Os únicos sinais coloridos que o deputado pintou no quadro económico foram: a retoma das remessas dos emigrantes, as boas perspetivas do sector turístico e a expansão de alguns sectores da indústria. Sousa Franco concluía que

---

<sup>285</sup>OLIVEIRA, Veiga – *Diário da Assembleia da República*, p. 4285-4287, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

<sup>286</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 4293-4295, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

a Revisão Orçamental agravaria ainda mais a crise: aumento das despesas do consumo público, as subvenções e subsídios às empresas públicas e o endividamento das atividades económicas ou administrativas improdutivas.<sup>287</sup>

Da parte do Partido Socialista, Manuel Moura limitou-se a responder àqueles que criticaram o governo de não possuir uma política de investimento, argumentando com o aumento de 4 milhões de contos de despesa para a educação na revisão orçamental, mais 7 milhões de contos para o sector dos transportes e comunicações. Por fim, realçou o aumento das receitas de 3,8 milhões de contos no orçamento da previdência social.<sup>288</sup>

Na intervenção final, que ficou a cargo do Ministro das Finanças, este confirmou ao plenário que, para além do aumento das despesas enunciadas pelo deputado Manuel Moura, outras havia no setor da habitação e equipamentos públicos. Refutou as críticas da falta de justiça fiscal, argumentado que a subida de 37,6% nos impostos diretos era maior do que a de 37,1% nos impostos indiretos. Ao concluir e em resposta ao deputado da UDP, lembrou a descida acentuada nas despesas militares que se verificou entre 1973 – 32,6% até 1977 – 10,9% e que o aumento das despesas verificado no sector se destinava ao aumento de salários.<sup>289</sup>

A proposta de Revisão do Orçamento de 1977 foi aprovada somente com os votos favoráveis do PS, com as abstenções do PSD, CDS e PCP, sendo que a UDP e os deputados independentes votaram contra o projeto lei.<sup>290</sup>

Assim, o Governo liderado por Mário Soares resistiu a mais uma prova de fogo. Um executivo com apoio minoritário na Assembleia da República conseguia passar como quem passa “entre os pingos da chuva” sem sequer ser molhado. Resistiu à aprovação do orçamento para 1977, ao Plano Económico e Financeiro de 25 de fevereiro e sobreviveu à Revisão do Orçamento em paralelo ao agravamento da crise. A proposta de lei 73/I passou dentro de um contexto político em que era difícil justificar o

---

<sup>287</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 4275-4293, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

<sup>288</sup>MOURA, Manuel – *Diário da Assembleia da República*, p. 4295-4296, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

<sup>289</sup>CARREIRA, Medina – *Diário da Assembleia da República*, p. 4305-4308, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

<sup>290</sup>FERNANDES, Vasco da Gama – *Diário da Assembleia da República*, p. 4308, Lisboa, 30 de junho 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 01 de julho 1977.

derrube do governo. O I Governo Constitucional não tinha feito um ano da tomada de posse, e em dezembro de 1976, o Partido Socialista tinha vencido as eleições autárquicas. Por isso, o desgaste do I Governo Constitucional durante o primeiro semestre – com aprovação das primeiras medidas de austeridade em fevereiro de 1977, o acordo relativo ao primeiro programa *stand-by* com o FMI e as negociações para um segundo programa, as negociações para o Grande Empréstimo que decorriam havia alguns meses sem fim à vista e com o discurso do Presidente da República Ramalho Eanes, no dia das comemorações do 25 de abril, alertando o governo e os partidos da oposição para a necessidade de um acordo tripartido entre PS-PSD-CDS – não terá sido suficiente para a perda do apoio social e político. Para concluir, após as palavras proferidas pelo Presidente da República nas comemorações da Revolução dos Cravos, os partidos com assento parlamentar – exceto a UDP – iniciaram um jogo de bastidores que teriam em vista uma “convergência democrática” para um governo de “salvação nacional”. As negociações para cada partido teriam diferentes objetivos: para o PSD e CDS, o objetivo seria chegarem à tal “convergência democrática” que poderia passar por acordos parlamentares ou por um governo tripartido. O PCP defendeu um governo de “plataforma de esquerda”, enquanto o PS, durante a maratona negocial, teve o objetivo de manter o governo “só, só, PS” o mais tempo possível, eventualmente até ao fim da legislatura.

## 2.5. O Ultimato de Soares

O discurso do Presidente da República Ramalho Eanes nas comemorações do 25 de abril serviu de pretexto para que os partidos da oposição endurecessem as suas posições face ao I Governo Constitucional. A sua exposição oral incidiu sobretudo na crise económica, financeira e política, fazendo um reparo subtil ao governo e à oposição para que a crise fosse ultrapassada. Criticou a narrativa do governo para justificar a crise a partir dos erros económicos e financeiros praticados pelo Estado Novo e pelos governos provisórios liderados por Vasco Gonçalves: “Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado”.<sup>291</sup> Apontou a falta de coragem do governo em aplicar “reformas profundas que o desvario revolucionário” tinha fechado.

---

<sup>291</sup>EANES, Ramalho – *Diário da Assembleia da República*, p. 3370-3372, Lisboa, 25 de abril 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 26 de abril 1977.

Desta forma, Ramalho Eanes acusou o governo de Mário Soares de estagnar a economia com as medidas de austeridade impostas pelo FMI e que qualquer intento expansionista seria visto como cedência ao PCP, precisamente o partido culpado pelos desvarios do gonçalvismo. Por último, chamou a atenção para a “intolerância introduzida na sociedade portuguesa” que manteve “ainda afastados do contributo que devem à pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do país.” Ramalho Eanes fazia um apelo aos patrões das empresas intervencionadas, nacionalizadas e ocupadas por trabalhadores que regressassem e chamava atenção ao parlamento para que decretasse mecanismos para uma compensação financeira para que os “quadros qualificados e motivados” realizassem “programas audaciosos” e que multiplicassem “os empregos”. Concluindo, o Presidente da República apelou à regulamentação das greves e aos modos de intervenção dos trabalhadores.<sup>292</sup>

Antes da intervenção de Ramalho Eanes, o líder carismático do PSD, Francisco Sá Carneiro, começara, no início do ano de 1977, a estabelecer contactos com Belém e o CDS, tendo em vista uma plataforma de “convergência democrática” para a formação de um governo de “salvação nacional” com o PS.<sup>293</sup> Estas conversações intensificaram-se após o discurso proferido pelo Presidente da República, terminando com a apresentação de uma Moção de Confiança por parte do I Governo Constitucional na Assembleia da República no final do ano.

Estas iniciativas por parte do PSD e a sua maior radicalização a partir de setembro seriam uma resposta por parte do líder democrata face ao desgaste que também sofria dentro do partido pelo resultado de mais de um ano na oposição. Sá Carneiro lidou com um partido dividido cuja aproximação ao PS para aprovar algumas leis estruturantes na Assembleia da República alimentou a discórdia entre aqueles que achavam urgente desbaratar os aspetos económicos do gonçalvismo e outros que defendiam não fazer qualquer tipo de concessões mesmo que fossem leis estruturantes para o país.<sup>294</sup> Face a esta conjuntura, Sá Carneiro deu um passo em frente na tentativa de cercar o PS e o seu governo. Após as férias, foi marcado um Conselho Nacional para Bragança entre os dias 14-15 de outubro. A Comissão Política do PSD recusava

---

<sup>292</sup>EANES, Ramalho – *Diário da Assembleia da República*, p. 3370-3372, Lisboa, 25 de abril 1977, I Série, I Legislatura, I Sessão Legislativa, 26 de abril 1977.

<sup>293</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 202-203.

<sup>294</sup>Ibidem.

qualquer tipo de contrato para manter o I Governo Constitucional, mostrando-se aberta ao estudo de um Plano Económico de Emergência para ultrapassar a crise – uma espécie de miniplano Marshall – e manifestou-se disposta a dialogar com o PS, visando um novo esquema governativo com a participação dos sociais-democratas, mas num prazo limitado ao segundo trimestre de 1978.<sup>295</sup>

Até ao Conselho Nacional, alguns episódios inflamaram a direção social-democrata. Uma dessas ocorrências prendeu-se com um grupo de trabalho constituído por economistas afetos ao PS em Belém sob o patrocínio do general Ramalho Eanes. A incumbência destes seria proceder a uma análise do sistema económico do país e preparar um documento com várias medidas. O desconforto do Partido Social Democrata deveu-se a não haver qualquer economista seu nesse grupo de trabalho.<sup>296</sup>

Mário Soares sacudiu a responsabilidade quanto ao grupo de trabalho apontando o Presidente da República como o principal responsável pelo decorrer das negociações e somente após a conclusão destas a plataforma seria constituída por personalidades afetas ao PSD e CDS. O Primeiro-Ministro começava a admitir a hipótese de uma coligação governamental com independentes sociais-democratas e democratas-cristãos, mas só após a votação de duas moções de censura ou rejeição de uma Moção de Confiança, aproveitando estes mecanismos parlamentares para explicar ao eleitorado do PS o abandono do governo “Só, Só, PS”.<sup>297</sup>

Mas havia ainda alguma resistência dentro do Partido Socialista para aceitar esse cenário. O partido receava hostilizar o PCP e sofrer todas as consequências de instabilidade social que daí advinha. Por isso, prefeririam cumprir com a promessa eleitoral argumentando que o Partido Socialista seguiria por “fatalidade” o papel de “medianeiro” entre a esquerda e a direita na vida política e social portuguesa.<sup>298</sup>

Depois de Mário Soares conceder uma entrevista a um jornalista britânico, este concluiu que o Primeiro-Ministro português tencionava sê-lo até 1980 e que os contactos realizados com PSD e CDS não representavam qualquer concessão, mas para

---

<sup>295</sup>PS e PSD: «Contrato de Legislatura» marca passo. *Expresso*. Lisboa, nº 254, 10 setembro 1977, p. 1.

<sup>296</sup>Sob o patrocínio de Ramalho Eanes: Grupo de trabalho em Belém motiva críticas do PSD. *Expresso*. Lisboa, nº 255, 17 setembro 1977, p. 1.

<sup>297</sup>Soares propôs a Freitas do Amaral: Conversações PS/PSD/CDS em Belém sobre plataforma política e remodelação de Governo. *Expresso*. Lisboa, nº 256, 24 setembro 1977, p. 1.

<sup>298</sup>AVILEZ, Maria João; CARVALHO, Augusto – Eanes e Soares com telefone para Carter. *Expresso*. Lisboa, nº 256, 24 setembro 1977, p. 2.

explicar a posição do governo em vários domínios. Esta condição terá sido apresentada pelo próprio Mário Soares a Magalhães Mota e Sousa Franco durante um jantar, explicando que a Plataforma de Emergência teria um conteúdo essencialmente económico para que as questões fundamentais não fossem constantemente postas em causa.<sup>299</sup>

A expectativa quanto ao Conselho Nacional do PSD seria concretizada na apresentação de uma Moção de Censura contra o governo de Mário Soares se o PS não aceitasse as negociações com o PSD para celebrar uma Plataforma Política Global. Face às possíveis moções de censura por parte do PSD e CDS, e dentro de um clima de crescente animosidade, Mário Soares apelou ao diálogo para que o clima catastrofista construído pela oposição não alimentasse os intentos da extrema-direita.<sup>300</sup>

Durante uma entrevista concedida à BBC, Amaro da Costa disse que o Partido Socialista poderia contar com a atitude responsável do CDS, mas que essa posição não invalidaria uma Moção de Censura para promover a queda do governo.<sup>301</sup> Foi precisamente esse preceito legislativo que os democratas-cristãos anunciaram no final de uma reunião da Comissão Política do partido em Viana do Castelo. A Moção de Censura seria apresentada no final do mês de novembro caso a negociação entre CDS, PS e o PSD não terminasse num acordo para uma Plataforma Tripartida que excluísse o PCP. A plataforma até poderia ficar sem efeito e mostravam-se até dispostos a aceitar um governo socialista com independentes, desde que o PS aceitasse um conjunto de princípios: defesa da democracia pluralista, superação da crise económica e financeira, adesão à Europa, entre outros...<sup>302</sup>

A suposta apresentação de duas moções de censura por parte do PSD e CDS fez soar os alarmes no Partido Socialista quanto à hipótese do partido recorrer à abstenção do Partido Comunista Português para derrotar os partidos promotores. Estas iniciativas,

---

<sup>299</sup>Mais episódios do período pós-Nafarros: do jantar PS/PSD ao encontro de Mário Soares com Sá Carneiro. *Expresso*. Lisboa, nº 257, 01 outubro 1977, p. 1.

<sup>300</sup>Conselho Nacional do PSD em Bragança: Possível moção de censura a partir de 1 de Novembro? *Expresso*. Lisboa, nº 259, 15 outubro 1977, p. 1. Mário Soares apela ao diálogo. *Expresso*. Lisboa, nº 259, 15 outubro 1977, p. 2.

<sup>301</sup>Amaro da Costa prevê moção de censura ao Governo. *Expresso*. Lisboa, nº 254, 10 setembro 1977, p. 2.

<sup>302</sup>Em menos de 24 horas Freitas do Amaral esteve com Eanes, Soares e Sá Carneiro. *Expresso*. Lisboa, nº 257, 01 outubro 1977, p. 2.

para Jaime Gama, demonstravam uma crescente radicalização da oposição face aos resultados económicos positivos que estariam a ser alcançados.<sup>303</sup>

Esta radicalização dos partidos resultava da necessidade de tanto o PSD como o CDS marcarem e ocuparem uma posição na direita portuguesa face à oposição ao I Governo Constitucional. Essa luta hegemónica na direita portuguesa vinha desde os tempos do chefe militar da casa civil do Presidente da República Spínola, quando endereçou um convite a Freitas do Amaral para formar um partido moderado, liberal e de centro direita, tendo como premissa revestir o PSD de uma aparência de “centro de esquerda”. Com a oposição constitucional o CDS tentou retirar vantagem dessa posição sendo um reduto para os descontentes do processo revolucionário e dos 600.000 retornados.<sup>304</sup>

Dentro desta conjuntura de disputa pela hegemonia na direita portuguesa e face à necessidade de responder aos apelos feitos pelo Presidente da República Ramalho Eanes, o CDS procurou conquistar os descontentes da crise, tentando deslocar-se da direita para o centro.<sup>305</sup> Enquanto os sociais-democratas tentavam perceber o melhor caminho foram-no percorrendo contra-atacando cada decisão do CDS com posições semelhantes. Esta estratégia coadunou-se com o agendamento de uma Moção de Censura por parte do PSD para o início do mês de novembro, numa clara tentativa de antecipação ao CDS que primeiramente agendara a sua moção para o final do mês de novembro, sobre o falhanço de uma série de condições.<sup>306</sup>

Face aos prazos expostos para apresentar as moções de censura, o Partido Socialista escalonou o seu comportamento político em três etapas: negociar com outros partidos e forças sociais as condições apresentadas pelo FMI, eventual remodelação governativa e votação do orçamento com a garantia do PCP. As vantagens da estratégia política do Partido Socialista, segundo algumas colunas de opinião, prendiam-se com manter os partidos e forças sociais concentradas nas condições do FMI, adiando uma

---

<sup>303</sup>Com aproximação do 15 Eanes prepara discurso e partidos aceleram. *Expresso*. Lisboa, nº 258, 08 outubro 1977, p. 1. Jaime Gama: «O PSD não cortou o seu cordão umbilical com a direita». *Expresso*. Lisboa, nº 261, 29 outubro 1977, p. 3.

<sup>304</sup>ROBINSON, Richard – Do CDS ao CDS-PP: O Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 31 (1996) 958-960.

<sup>305</sup>Ibidem.

<sup>306</sup>Acordos PS-PSD e PS-PSD-CDS perdem probabilidades. *Expresso*. Lisboa, nº 261, 29 outubro 1977, p. 6.

remodelação governamental. Face à crescente oposição por parte dos socialistas e centristas, era necessário passar o projecto de lei do Orçamento com o apoio do PCP.<sup>307</sup> Esta estratégia política foi o espelho fiel do modelo de governação do I Governo Constitucional até ao memorando de Mário Soares às forças políticas e sociais. Um estilo de governação com entendimentos ali e acolá, passando sempre entre os pingos da chuva sem sequer ser molhado por uma grave crise política.

Com o PSD e o CDS a apertarem o cerco, a falta de entendimento entre os partidos e do governo com as forças sociais, e em resposta às possíveis moções de censura, Mário Soares fez um “ultimato” com um memorando que foi objeto de debate na Assembleia da República com o objetivo de estabilizar e “regular” o “funcionamento das instituições democráticas” e para “recuperar o país financeira e economicamente”.<sup>308</sup> A consequência imediatas do documento foi a suspensão das negociações com o FMI e, caso não se concretizassem até ao dia 30 de novembro, as negociações para viabilizar os acordos propostos, o governo apresentaria uma Moção de Confiança à Assembleia da República.<sup>309</sup>

Durante o debate, o Partido Comunista pediu a marcação de eleições gerais antecipadas ou uma plataforma para uma “maioria de esquerda”. Frisou que haveria outras alternativas às propostas apresentadas pelo governo e que a resolução dos problemas de tesouraria não se limitava à venda do ouro ou às negociações com o FMI<sup>310</sup>, apesar de apoiar grosso modo as negociações com o Fundo e estar disposto a apoiar o governo Socialista na sua atual formação e composição.<sup>311</sup> Por último, Carlos Brito desmentiu o memorando negando qualquer proposta do PCP para formar um governo no qual estivesse incluído o PSD e o CDS.<sup>312</sup>

---

<sup>307</sup>Acordos PS-PSD e PS-PSD-CDS perdem probabilidades. *Expresso*. Lisboa, nº 261, 29 outubro 1977, p. 6.

<sup>308</sup>*Diário da Assembleia da República*, p. 257-263, Lisboa, 17 de novembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 18 de novembro 1977. Ver anexo nº 6, p. 190.

<sup>309</sup>*Ibidem*.

<sup>310</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 257-263, Lisboa, 17 de novembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 18 de novembro 1977.

<sup>311</sup>Quem seriam os Primeiros-Ministros independentes na hipótese de o Governo cair? *Expresso*. Lisboa, nº 264, 26 novembro 1977, p. 3.

<sup>312</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 257-263, Lisboa, 17 de novembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 18 de novembro 1977.

O PSD lembrou as propostas que saíram do Conselho Nacional de Bragança para a resolução da crise, que passavam pela constituição de um novo governo que fosse votado expressamente pela Assembleia da República. Criticou o governo pela indefinição no decorrer das negociações com o FMI e pelas cedências “encapuzadas” ao PCP pela falta de regulamentação ou execução da lei da delimitação dos sectores da economia, a lei das indemnizações e a lei da Reforma Agrária,<sup>313</sup> excluindo por isso qualquer hipótese de acordo entre PS e PCP e a inclusão de sociais democratas num novo governo.<sup>314</sup>

Quanto ao CDS, Freitas do Amaral criticou o Partido Socialista por apresentar tardiamente as suas propostas para uma plataforma com os partidos da oposição, lembrando o tempo perdido de três meses que levou a não aproveitar um “clima social excepcionalmente favorável” para vencer a crise apontando, por isso, uma “incapacidade” do governo em atuar com eficácia, que seria uma consequência da fórmula minoritária do I Governo Constitucional.<sup>315</sup>

As leituras face ao “ultimato” de Mário Soares eram diversas. A primeira hipótese aventada, e que se concretizaria mais tarde, era o PS e CDS chegarem a um acordo. Outra, mas apontada como de concretização difícil, seria um acordo com o Partido Social Democrata. O que terá obstado a concretização de um governo PS-PSD foi a própria instabilidade dentro do Partido Social Democrata e qualquer pacto alcançado seria interpretado pelas bases do PSD de cedência face ao executivo. Por último, os partidos da direita do espectro político da Assembleia da República recusavam-se pagar no futuro a fatura de um desgaste sem ter um acordo geral.<sup>316</sup> A inexistência de qualquer acordo político entre os partidos e o governo levaria à apresentação de uma Moção de Confiança. Se não fosse derrotada com o apoio do PCP, o Primeiro-Ministro poderia pedir mesmo assim a demissão. Face a este cenário havia a suposição de Mário Soares ser novamente convidado a formar governo, sendo pouco

---

<sup>313</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 257-263, Lisboa, 17 de novembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 18 de novembro 1977.

<sup>314</sup>Quem seriam os Primeiros-Ministros independentes na hipótese de o Governo cair? *Expresso*. Lisboa, nº 264, 26 novembro 1977, p. 3.

<sup>315</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 257-263, Lisboa, 17 de novembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 18 de novembro 1977.

<sup>316</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 203.

provável que o aceitasse. Perante esta conjuntura e face à representação na A.R seria complicado Ramalho Eanes convidar outra figura política a formar governo, ficando forçado a formar um executivo de sua confiança pessoal.<sup>317</sup>

Perante um governo de independentes, o Partido Socialista poderia não autorizar um militante seu nesse governo, tese que terá sido defendida pelo próprio Mário Soares numa reunião com Freitas do Amaral. Haveria sectores dentro do PS que defendiam o cancelamento da apresentação da Moção de Confiança e que se deveria aguardar pelos resultados da votação do orçamento para 1978.<sup>318</sup> Não se chegou a esperar pelo debate para o orçamento e o I Governo Constitucional apresentaria a sua Moção de Confiança na Assembleia da República logo no início do mês de dezembro. Segundo o próprio Primeiro-Ministro, ele não acreditava de forma alguma na rejeição da moção apresentada: “julguei que não haveria coragem para, numa coligação negativa, contranatura, suspeitíssima, votar contra a moção proposta, derrubando o Governo. Enganei-me.”<sup>319</sup>

## **2.6. Moção de Confiança – A última cartada**

Nas vésperas do debate da Moção de Confiança na Assembleia da República, Sousa Franco<sup>320</sup> não acreditava que o PS fosse negociar qualquer apoio com o PCP para formar governo. Apesar do ceticismo, havia alguns sinais que apontavam o contrário o que levou alguma preocupação aos partidos da direita portuguesa. Um desses indícios foi a mudança de postura dos comunistas face às negociações com o FMI, passando de um tom mais crítico para uma condição mais favorável julgando negativamente a eventualidade de eleições antecipadas. Outra indicação foi o falhanço das negociações entre PS, PSD e CDS. O fracasso destas conversações abria a possibilidade para uma “maioria de esquerda” contra a qual o próprio Partido Socialista se manifestava publicamente contra, tal como o líder interino dos sociais-democratas, defendendo que uma “maioria de esquerda” dividiria o país. Quanto à votação por parte dos comunistas

---

<sup>317</sup>Depois do «ultimato» de Mário Soares. *Expresso*. Lisboa, nº 264, 19 novembro 1977, p. 1.

<sup>318</sup>PS poderá não autorizar militantes seus num Governo de independentes. *Expresso*. Lisboa, nº 264, 26 novembro 1977, p. 1.

<sup>319</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 204.

<sup>320</sup>Assumiu a presidência do PSD após a demissão de Francisco Sá Carneiro durante o mês de novembro.

favorável à Moção de Confiança, Freitas do Amaral não acreditava que tal acontecesse.<sup>321</sup>

Mário Soares usou a dúvida lançando um engodo ao PSD e CDS afim de ainda obter algum acordo com estes nas vésperas do debate. O Primeiro-Ministro serviu-se de uma conferência de imprensa para fazer isso mesmo, o que os partidos da direita consideraram um “bluff”. Mário Soares fez passar a ideia que mesmo com o voto favorável do Partido Comunista na Moção de Confiança, tanto ele como o governo não pediriam a demissão face ao apoio parlamentar de uma “maioria de esquerda”.<sup>322</sup>

O Primeiro-Ministro abriu o debate realçando a crise política vivida como consequência de uma aprendizagem democrática. Assentou o seu discurso em três premissas: desconstruiu a ideia de que a posição minoritária do seu governo impediu a aprovação de reformas estruturais, apontou dificuldades de subsistência de outros governos com outras configurações e, por último, referiu as negociações com o FMI. Quanto à tese da necessidade de um governo com apoio parlamentar maioritário, Mário Soares recordou que a própria assembleia foi conferindo continuamente apoio maioritário a um grande número de diplomas: Plano e Orçamento para 1977, ratificação do pedido de adesão à CEE, Lei da Separação dos Sectores Público e Privado, Lei das Indemnizações, Reforma Agrária, Lei do Planeamento e Lei do Alargamento das Águas Territoriais. Concluiu que a própria A.R foi mais severa com os seus próprios diplomas, todos os partidos sem exceção votaram algumas leis com o PCP e declarou que se recusava a fazer maioria quer à esquerda quer à direita. Argumentou a pouca eficácia das coligações governamentais apontando para o período dos governos provisórios, desafiou a A.R – em caso de rejeição da Moção de Confiança – a formar governo sem o PS e colocou em pé de igualdade as possibilidades de subsistência na A.R tanto de um governo “Só, só, PS” como um governo de coligação PS-CDS mais independentes. Para aqueles que defendiam a marcação de eleições gerais antecipadas para a resolução da crise, apontou um possível impasse caso o resultado fosse o quadro parlamentar da I Legislatura. Relativamente às negociações com o FMI, recordou que qualquer aceitação das condições se prendia com imperativos de carácter nacional e que, quando o Fundo quis ir mais além na austeridade, foi o governo que colocou um travão, fixando metas. Advertiu a oposição para o indispensável sucesso das negociações para o Grande

---

<sup>321</sup>E agora, oposição? *Expresso*. Lisboa, nº 266, 03 de dezembro 1977, p. 1.

<sup>322</sup>O como e o porquê da Conferência de Imprensa de Soares: Ameaça de «maioria de esquerda parlamentar» é «bluff» para PSD e CDS? *Expresso*. Lisboa, nº 266, 03 de dezembro 1977, p. 1.

Empréstimo, criticando as medidas expansionistas de alguns partidos considerando-as um “mito”. Ao concluir o seu discurso, realçou o papel intermediário do Partido Socialista face a um país dividido, função que o PSD estaria ainda longe de assumir e, caso os sociais-democratas assumissem a liderança governativa, encostariam o PS à direita com os riscos que esse quadro comportava com graves desequilíbrios para a sociedade portuguesa. O outro perigo chamava-se PCP e os descontentamentos que acarretava a seu favor.<sup>323</sup>

Freitas do Amaral realçou o papel do CDS face ao do PSD, lembrando que foi o seu partido responder ao apelo do Presidente da República no dia das comemorações do 25 de abril, tomando a iniciativa de convocar um conjunto de reuniões para resolver a crise. Nesses encontros, tanto CDS como PSD concluíram que não desejavam partilhar o poder com o Partido Socialista, mas estariam dispostos a um apoio parlamentar tripartido a um governo do PS com independentes. Querendo o líder dos democratas-cristãos realçar o papel “responsável” e “colaborante” do seu partido para resolver a crise, passou ao ataque enumerando um conjunto de razões para não manter a confiança no governo.

A primeira razão que levaria o CDS a passar a Moção de Confiança seria não interromper uma ação governativa em curso. Apesar de valorizar o pedido de adesão à CEE, Freitas do Amaral contrapô-lo a aspetos negativos da ação governativa: o investimento não tinha recuperado o emprego, os preços continuavam a subir, os défices das balanças não paravam de crescer, o valor externo do escudo era baixo e a dívida pública era alta, criticou a falta de metas para recuperação económica, acusou o governo de encarar a estabilização económica em termos de contração económica fechando as portas ao desenvolvimento e de não conseguir travar o aumento da inflação. Perante o rol negativo apontado por Freitas do Amaral o partido que liderava não estava disposto a avalizar tal política.<sup>324</sup>

Outro motivo: criar condições para a resolução da crise económica. Freitas do Amaral apontou o insucesso negocial com o FMI para negar a confiança que o governo requereu. Um dos argumentos que poderia levar o CDS a votar favoravelmente a moção seria o perigo da maioria de esquerda, e o governo usou esse argumento tentando

---

<sup>323</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 481-488, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

<sup>324</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 503-512, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

encostar os centristas e os sociais-democratas à parede para os levar a votar favoravelmente a Moção de Confiança. Perante isto, Freitas do Amaral declarou que o seu partido não se iria deixar levar por qualquer tipo de chantagem. Por último, face à narrativa de não deixar cair o país num beco sem saída por uma crise política provocada pela rejeição, o CDS apontou as eleições gerais antecipadas.<sup>325</sup>

Quanto ao PSD, partilhava algumas das críticas do CDS ao governo no plano económico e financeiro, mas aceitava, tal como os democratas-cristãos, mas com algumas nuances, as negociações com o FMI. Criticou a falta de política de apoio à produção e enquanto o Partido Socialista propunha o Grande Empréstimo para cobrir a falta de divisas, o PSD sugeria um Plano de Desenvolvimento para vários anos no sentido de reequilibrar a balança de pagamentos. Por fim, criticou o governo por não desenvolver uma política familiar.<sup>326</sup>

Para o Partido Comunista a Moção de Confiança do governo culminou com o fracasso da política de recuperação capitalista e imperialista e também demonstrou o insucesso do modelo governativo aliado à direita, por isso, a única fórmula para resolver a crise seria um entendimento entre os socialistas e comunistas. Acácio Barreiros usando da mesma narrativa relativamente às críticas económicas, financeiras e sociais, declarou que após a Moção de Confiança o governo ofereceria mais do mesmo: o pacote 3, aumentando os preços alimentares; a inflação iria largamente ultrapassar os 30%; os salários não subiriam mais de 15% e estaria a ser elaborada mais uma nova lei dos despedimentos.<sup>327</sup>

O Partido Socialista defendeu o governo contrapondo com uma realidade bem diferente da exposta pelos partidos da oposição: a produção industrial teria crescido, o sector da construção civil recuperado, o crescimento turístico teria contribuído para o aumento das exportações, uma inflação controlada, um aumento do investimento

---

<sup>325</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 503-512, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

<sup>326</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 532-540, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977. CORREIA, Sérvulo – *Diário da Assembleia da República*, p. 572-577, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

<sup>327</sup>SERRA, Jaime – *Diário da Assembleia da República*, p. 518-524, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977. BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 530-532, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

privado que teria ajudado a manter o nível do emprego e a diminuição do déficit das finanças públicas. Face à possibilidade de eleições antecipadas, Jaime Gama colocou uma série de questões corresponsabilizando o CDS para uma possível crise política: questionou se o partido asseguraria os empréstimos de forma a não haver rutura cambial, se arcava com a responsabilidade pela paragem da atividade económica e pelo risco que comportariam umas eleições gerais antecipadas para o regime democrático.<sup>328</sup>

No encerramento do debate, coube a Mário Soares as últimas alegações sobre a ação do I Governo Constitucional. Começou por contra-atacar os cinco fundamentos que poderiam levar o CDS a votar desfavoravelmente a Moção de Confiança. Relativamente à putativa interrupção da ação governativa, Mário Soares acreditava que o CDS não estaria preparado para ser governo e perguntava “Porquê então interrompê-la...”. Interrogava o Primeiro-Ministro se a maneira preferencial de negociar os empréstimos seria derrubar o governo e, face a essa possibilidade, qual o futuro dos portugueses perante uma rotura financeira. Rejeitou qualquer tipo de chantagem relacionada com a hipótese do PCP votar favoravelmente a moção. Por último, perante o cenário de eleições gerais antecipadas, Mário Soares interrogou quais os outros elementos necessários para que se efetivasse o avanço do fascismo.<sup>329</sup>

A exposição do Primeiro-Ministro no final do debate não bastou para que a moção requerida passasse na assembleia. Foi rejeitada maioritariamente provocando a queda do I Governo Constitucional. Estava dado o pontapé de saída para uma maratona negocial que terminaria num acordo de incidência parlamentar com o CDS, viabilizando a constituição do II Governo Constitucional com três militantes democratas cristãos como ministros independentes.<sup>330</sup>

---

<sup>328</sup>GAMA, Jaime – *Diário da Assembleia da República*, p. 581-585, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

<sup>329</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 636-643, Lisboa, 06 de dezembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de dezembro 1977.

<sup>330</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 204.

## Capítulo 3 - O Segundo Programa *Stand-By* (1978-1979)

### 3.1. Programa, Plano e Orçamento do II Governo Constitucional: Uma coligação com sabor a “óleo de fígado de bacalhau”<sup>331</sup>

Depois da Moção de Censura provocar a queda do I Governo Constitucional na Assembleia da República, o general Ramalho Eanes convidou Mário Soares a formar novo governo com maioria parlamentar estável.

As negociações entre os partidos foram tensas e todos tinham perspetivas diferentes quanto à orgânica do governo. O Partido Comunista Português também participou nessas conversações e muitos foram os “boatos” sobre a possibilidade de se constituir um governo de “maioria de esquerda”. Mas esta hipótese não terá sido mais do que isso e só terá servido para alimentar uma novela que durou quase um mês e três semanas.

O Partido Socialista defendeu um executivo sob sua responsabilidade formado por personalidades independentes, tal como o próprio CDS, enquanto o PSD propugnava o mesmo, mas sob a liderança de Mário Soares.<sup>332</sup>

O II Governo Constitucional acabou por ser formado através de um “acordo de cavalheiros”<sup>333</sup>. O CDS viabilizou o governo chefiado por Mário Soares no parlamento e o Partido Socialista aceitou integrar três militantes democratas-cristãos como ministros independentes.<sup>334</sup> Este acordo, segundo António José Telo, traria imensas vantagens aos centristas aproveitando a profunda divisão no seio do PSD após a saída de Sá Carneiro da liderança social-democrata, conquistando o CDS o espaço político do PSD a partir do executivo.<sup>335</sup>

---

<sup>331</sup>MOTA, Magalhães – *Diário da Assembleia da República*, p. 1229, Lisboa, 08 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 09 de fevereiro 1978.

<sup>332</sup>Eanes «ataca» a partir de 2ª feira. *Expresso*. Lisboa, nº 271 07 de janeiro 1978, p. 1.

<sup>333</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 204.

<sup>334</sup>Sá Machado – Ministro dos Negócios Estrangeiros. Rui Pena – Ministro da Reforma Administrativa. Basílio Horta – Ministro do Comércio e Turismo.

<sup>335</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 204.

Durante a tomada de posse do II Governo Constitucional, o Presidente da República demonstrou alguma expectativa quanto à introdução de benefícios sociais em contraponto com a austeridade. Quanto a Mário Soares lembrou que a consolidação da democracia passava por superar a crise financeira<sup>336</sup> reduzindo o défice da balança de pagamentos e que para isso o país precisava de pôr em prática a política de austeridade, sendo obrigado a negociar com o FMI empréstimos e financiamentos indispensáveis.<sup>337</sup>

Mário Soares abriu e encerrou o debate sobre o Programa do II Governo Constitucional. Defendeu o aumento salarial mas não acima dos 15 a 20% para não agravar a inflação e para manter o mais baixo possível o défice da balança de pagamentos e a taxa de desemprego. Desejava ativar a política de segurança social evitando desperdícios a rondar os 60 milhões de contos. Por último, em matéria de política externa prometeu prosseguir as negociações com a CEE para harmonizar as políticas sectoriais.<sup>338</sup>

O vice-governador do Banco de Portugal Vítor Constâncio assumiu a pasta do ministério das Finanças e Plano e durante a apresentação do Programa apresentou três metas prioritárias para vencer a crise económica e financeira: dar prioridade ao equilíbrio da balança de pagamentos, reduzir o desemprego e a inflação. Criticando a estrutura produtiva portuguesa e as empresas sorvedoras de financiamento estatal que prosseguiam a sua atividade com prejuízos avultados, advertiu que o Estado não poderia continuar a financiar estruturas produtivas de rendimentos ou despesas que não eram viáveis. Para equilibrar a balança de pagamentos, Vítor Constâncio expôs cinco medidas: financiar o défice, alterar as estruturas produtivas, desvalorizar a moeda, adotar restrições às importações e conter a expansão da despesa interna.<sup>339</sup> Uma das propostas do Partido Comunista para reduzir o défice da balança de transações passaria pelo controlo direto dos preços, fiscalização direta dos stocks, acordos de compensação em espécie com os países do bloco comunista, o que levou o Ministro das Finanças a

---

<sup>336</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 1484-1491, Lisboa, 11 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de fevereiro 1978.

<sup>337</sup>Na tomada de posse do II Governo Constitucional Eanes e Soares definem necessidades. *Expresso*. Lisboa, nº 275, 04 de fevereiro 1978, p. 2.

<sup>338</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 1191-1199, Lisboa, 02 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 03 de fevereiro 1978.

<sup>339</sup>CONSTÂNCIO, Vítor – *Diário da Assembleia da República*, p. 1373-1381, Lisboa, 10 de fevereiro 1979, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 11 de fevereiro 1979.

caracterizar essas medidas próprias de uma economia fechada acarretando várias consequências: fim das negociações com o FMI e com a Comunidade Económica Europeia, recusa por parte de alguns países de participarem no consórcio para o Grande Empréstimo, desconfiança dos mercados financeiros internacionais o que levaria Portugal a ficar reduzido às suas reservas.<sup>340</sup>

Depois, o Ministro das Finanças começou por apresentar a política macroeconómica que integraria o Programa de Estabilização para 1978, aduzindo algumas medidas que iriam resultar das negociações com o Fundo Monetário Internacional: estabilização do consumo público através da política fiscal, aumentando o seu peso através do aumento de receitas, tributando os altos rendimentos, controlando a margem de lucro das empresas através do Código de Preços e colmatando algumas lacunas na legislação fiscal portuguesa. O governo também propôs algumas medidas de desagravamento fiscal: aumento do nível de isenções no imposto complementar pelo cônjuge pelos filhos, imposto profissional, desagravamento fiscal na contribuição predial com o objetivo de estimular o mercado de habitação. Para aumentar a poupança propôs reduzir a liquidez na economia e desse modo diminuir o défice da balança de pagamentos.<sup>341</sup> Apresentou uma política monetária e de crédito mais restritiva do que aquela verificada em 1977, moderando o crescimento dos rendimentos salariais e não salariais disponíveis para consumo. Por fim, o Programa de Estabilização para 1978 anunciado pelo II Governo Constitucional previu um aumento do investimento e por consequência uma maior taxa de empregabilidade.<sup>342</sup>

Na apresentação do Orçamento Geral e Plano para 1978, o Ministro das Finanças e Plano, Vítor Constâncio, começou por declarar que o cenário de crise era bem mais grave do que inicialmente se tinha projetado. Deste modo, o Ministro das Finanças preparou os deputados e os portugueses para um maior agravamento das medidas de austeridade.<sup>343</sup>

---

<sup>340</sup>CONSTÂNCIO, Vítor – *Diário da Assembleia da República*, p. 2340-2346, Lisboa, 13 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 14 de abril 1978.

<sup>341</sup>CONSTÂNCIO, Vítor – *Diário da Assembleia da República*, p. 2131-2137, Lisboa, 06 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de abril 1978.

<sup>342</sup>CONSTÂNCIO, Vítor – *Diário da Assembleia da República*, p. 1373-1381, Lisboa, 10 de fevereiro 1979, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 11 de fevereiro 1979.

<sup>343</sup>Ibidem.

Em 1977, o desequilíbrio externo na balança de pagamentos agravou-se em 9% do PIB. Para reduzir o défice o ministro esperava um aumento em 10% da produção agrícola, uma política seletiva de investimento e o início do pagamento das indemnizações que seriam importantes para o surgimento de novos investimentos face à política de crédito restritiva.<sup>344</sup> Depois, apresentou o ponto de situação sobre as negociações com o FMI e a importância destas para a saída da crise. Perante a maior utilização de reservas, Vítor Constâncio interrogou quais seriam as alternativas. Face a esta conjuntura, o ministro apresentou aos deputados um cenário sem qualquer acordo com o FMI: como se financiava um défice sem qualquer fonte de financiamento e com a desconfiança da comunidade financeira internacional.<sup>345</sup> Face à crítica social-democrata quanto ao aumento de despesas previsto no Orçamento Geral do Estado para 1978 e que tal rubrica não se coadunaria com a prometida austeridade do governo, Vítor Constâncio respondeu que esse aumento de 11 milhões de contos se devia à inclusão de despesas relativas à ação médico-social que anteriormente não eram incluídas no orçamento<sup>346</sup>

O Partido Social Democrata iniciou a participação no debate com a apresentação de uma Moção de Rejeição ao Programa do governo,<sup>347</sup> tal como fez o Partido Comunista Português pela voz do deputado Carlos Brito numa fase mais adiantada do debate.<sup>348</sup> A apresentação deste documento num momento precoce do debate prendeu-se com a necessidade do PSD conquistar um espaço na opinião pública face ao afastamento de Francisco Sá Carneiro da liderança do partido e da necessidade de os dirigentes democratas darem provas de “dureza” para reconquistarem as bases.<sup>349</sup>

---

<sup>344</sup>CONSTÂNCIO, Vítor – *Diário da Assembleia da República*, p. 1373-1381, Lisboa, 10 de fevereiro 1979, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 11 de fevereiro 1979.

<sup>345</sup>Ibidem.

<sup>346</sup>CONSTÂNCIO, Vítor – *Diário da Assembleia da República*, p. 2340-2346, Lisboa, 13 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 14 de abril 1978.

<sup>347</sup>CORREIA, Sérvulo – *Diário da Assembleia da República*, p. 1253, Lisboa, 08 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 09 de fevereiro 1978. Ver anexo nº 7, p. 197.

<sup>348</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 1373, Lisboa, 10 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 11 de fevereiro 1978. Ver anexo nº 8, p. 198.

<sup>349</sup>Quem é oposição neste país? Como é provável que atue? *Revista Expresso*. Lisboa, nº 276, 11 fevereiro de 1978, p. 5.

Ângelo Correia responsabilizou o I Governo Constitucional pela dupla falência do país.<sup>350</sup> Depois, tentou descredibilizar o II Governo com a incongruência das posições do CDS quando na oposição com as posições defendidas enquanto governo, nomeadamente quanto à sua posição face à Constituição que não se coadunaria com o apoio ao executivo, comportamento que, segundo o próprio deputado, poderia afetar a credibilidade fazendo com que as palavras proferidas pelos políticos perdessem valor.<sup>351</sup> Criticou o governo pelo papel demasiado interventivo na economia fixando margens de lucro, preços, crédito, taxas de juro, recursos a aplicar na agricultura, nas pequenas e médias empresas, na indústria, no cabaz de compras, em vez de sugerir uma perspetiva de desconcentração, regionalização e simplificação. Esta interferência, segundo Ângelo Correia, era um indício da desconfiança do governo no mercado.

Relativamente à matéria fiscal, o PSD criticou o imposto complementar que agravaria os impostos dos casais face àqueles que viviam à “margem” da lei civil.<sup>352</sup> O privilégio do rendimento do capital sobre os rendimentos do trabalho com o argumento de se incentivar à poupança particular e de evitar fugas do capital para o exterior também não merecia a concordância dos sociais-democratas, argumentando que esta medida contribuiria para a saída de quadros especializados para o exterior. O deputado António Rebelo de Sousa criticou as restrições em matéria fiscal ao nível das importações nas matérias-primas e nos bens de equipamento, medidas que, segundo o deputado social-democrata, poderiam afetar negativamente várias unidades de produção, levando à sua inviabilização económico-financeira, com efeito negativo na taxa de desemprego.<sup>353</sup>

Na intervenção final no debate sobre o Orçamento Geral do Estado e Plano para 1978, o deputado social-democrata Sousa Franco referiu que o documento que fora debatido naqueles dias no plenário provocava mais austeridade aos particulares do que ao próprio Estado mencionando o aumento de despesas de quase 21 milhões de contos em despesas excecionais e de 11,2 milhões de contos para despesas comuns

---

<sup>350</sup>CORREIA, Ângelo – *Diário da Assembleia da República*, p. 1340-1344, Lisboa, 10 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 11 de fevereiro 1978.

<sup>351</sup>Ibidem.

<sup>352</sup>GONÇALVES, Bento – *Diário da Assembleia da República*, p. 2238-2240, Lisboa, 11 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de abril 1978.

<sup>353</sup>SOUSA, António Rebelo – *Diário da Assembleia da República*, p. 2294-2296, Lisboa, 12 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de abril 1978.

aumentando os gastos no Ministério das Finanças entre 1977-1978 dos 33,3 para os 76,6 milhões de contos. Não concordava com a austeridade feita à custa do investimento e previu que essa política estivesse para lá do ano de 1978. Por último, o Partido Social Democrata propôs outro tipo de financiamento em vez do Grande Empréstimo, obtendo créditos em vários países para que Portugal não se comprometesse a qualquer acordo com o FMI.<sup>354</sup>

A UDP acompanhou o PSD nas duras críticas ao Fundo Monetário Internacional relativamente à “receita” que era imposta a Portugal lembrando casos em que a intervenção do Fundo em alguns países resultou no prolongamento da crise. O deputado Acácio Barreiros expôs o exemplo da Turquia que vinha recebendo a intervenção do FMI há alguns anos, mas que não terá servido para amortizar uma dívida que não parou de crescer até aos biliões de dólares.<sup>355</sup> Posto isto, o deputado da UDP referiu que o Programa do II Governo Constitucional estaria dependente das condições impressas do FMI e apelidando o governo de fascista criticou a presença de militantes centristas em cargos ministeriais e na própria chefia do ministério.<sup>356</sup> Refutou a ideia de que o motor do desenvolvimento da economia deveria estar assente em sectores virados para a exportação e antes propôs um reforço das barreiras alfandegárias a fim de desenvolver a indústria nacional e um maior aproveitamento dos recursos naturais, pescas e agricultura portuguesas para substituir as importações e dessa forma resolver o défice da balança de pagamentos.<sup>357</sup> Depois, o deputado lembrou a austeridade prevista sobre a generalidade do povo enquanto o crédito era cortado às cooperativas. Recordou as pequenas e médias empresas agrícolas e industriais empurradas para a ruína devido às elevadas taxas de juro e criticou as indemnizações previstas no programa para serem pagas aos monopolistas.<sup>358</sup>

Durante o debate do Orçamento Geral do Estado e Plano para 1978, Acácio Barreiros recordou um discurso do deputado do PSD, Magalhães Mota, sobre a inflação,

---

<sup>354</sup>SOUSA, António Rebelo – *Diário da Assembleia da República*, p. 2294-2296, Lisboa, 12 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de abril 1978.

<sup>355</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 2279-2282, Lisboa, 12 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de abril 1978.

<sup>356</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 1450-1453, Lisboa, 11 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de fevereiro 1978.

<sup>357</sup>Ibidem.

<sup>358</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 1231-1234, Lisboa, 08 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 09 de fevereiro 1978.

comparando o caso de Portugal com o da Alemanha após a 1ª Grande Guerra. O deputado da UDP, fazendo uso dessa analogia, lembrou que a Alemanha vinha de uma derrota tendo por isso de pagar indemnizações aos vencedores, enquanto Portugal vinha de uma vitória sobre o fascismo após a Revolução dos Cravos, mas teria de pagar um grande número de indemnizações aos vencidos do 25 de abril: os monopolistas. Fazendo-se valer de um relatório do Banco Mundial, contradisse os membros do executivo referindo que as indemnizações não teriam qualquer impacto na economia e achava mesmo que o dinheiro entrando em circulação na economia provocaria indiretamente um aumento dos preços e o crescimento da inflação de forma incontrolada.<sup>359</sup>

O Partido Comunista também se opunha às indemnizações criticando as desintervenções e caracterizando-as a um “revanchismo” por parte do CDS às classes trabalhadoras.<sup>360</sup> Para combater o défice da balança de transações o PCP propôs o aumento da produção nacional reduzindo a importação de bens supérfluos,<sup>361</sup> maximizando as exportações através da diversificação de mercados, desenvolvendo iniciativas que conduzissem ao incremento dos ingressos externos, reduzindo a saída de divisas e aplicação de uma política de crédito de apoio às pequenas e médias empresas. Perante aqueles que impunham os compromissos internacionais como entraves às propostas apresentadas e às restrições de importações, Carlos Carvalhas lembrou que “os Estados Unidos” eram “os campeões do protecionismo”<sup>362</sup>

Durante o debate do orçamento, o deputado Sousa Marques atribuiu diversos fatores ao défice da balança de pagamentos: uma dívida externa galopante, que o deputado atribuiu à crise capitalista internacional, uma estrutura económica herdada do fascismo, multinacionais com baixa produção e o conseqüente desemprego, transferências de fundos para o estrangeiro, deterioração dos termos de troca, aumento espetacular da população residente, devido à quebra drástica da emigração e ao retorno

---

<sup>359</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 2279-2282, Lisboa, 12 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de abril 1978.

<sup>360</sup>ABRANTES, Domingos – *Diário da Assembleia da República*, p. 1348-1352, Lisboa, 10 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 11 de fevereiro 1978.

<sup>361</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 1466-1471, Lisboa, 11 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de fevereiro 1978.

<sup>362</sup>CARVALHAS, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 2161-2163, Lisboa, 07 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 08 de abril 1978.

de nacionais e uma política externa e comercial virada para a criação de dificuldades nas relações comerciais com os novos países de África. Por último, e de forma nada inocente, atribuía a partir do VI Governo Provisório o agravamento da política de recuperação capitalista.<sup>363</sup> O deputado da bancada comunista assacou ao FMI uma quota-parte da responsabilidade pela crescente crise. O objetivo do Fundo para Sousa Marques seria submeter Portugal aos ditames imperialistas através da “liberalização do comércio externo, da desvalorização do escudo, do aumento das taxas de juro, tudo isto enquadrado numa política contraccionista de produção e consumo” que recairia “sobre os trabalhadores.”<sup>364</sup> Carlos Carvalhas criticou o aumento da carga fiscal que se refletira entre 1975-1978, nomeadamente o maior agravamento da carga fiscal sobre o consumo em relação à carga fiscal sobre lucros e propriedades, havendo por isso uma maior injustiça na repartição fiscal.<sup>365</sup> Segundo a narrativa governativa apontada pelo deputado Sousa Marques, o aumento dos impostos serviria para cobrir as suas responsabilidades financeiras reprovando por isso a diminuição de despesas em diversos sectores, tais como a saúde, educação e habitação social. Se por um lado os impostos aumentavam e as despesas diminuía, o Partido Comunista realçava o aumento da dívida em mais de 100% entre 1975-1977.<sup>366</sup> O PCP não propunha um orçamento sem qualquer défice, mas sugeria que este correspondesse a investimentos produtivos, devendo ser coberto pela captação da poupança e reduzido através do aumento de receitas a partir de uma política fiscal. Sugeria a institucionalização do controlo de preços, das margens de comercialização e da reorganização da fiscalização económica,<sup>367</sup> defendendo uma economia mais controlada pelo Estado.

Em sentido inverso, Salgado Zenha referiu que existiriam no Programa tendências libertadoras da corrente do Estado.<sup>368</sup> Dentro desta orientação, o deputado

---

<sup>363</sup>MARQUES, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 2268-2270, Lisboa, 12 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de abril 1978.

<sup>364</sup>Ibidem.

<sup>365</sup>CARVALHAS, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 2161-2163, Lisboa, 07 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 08 de abril 1978.

<sup>366</sup>MARQUES, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 2268-2270, Lisboa, 12 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de abril 1978.

<sup>367</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 2334-2337, Lisboa, 13 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 14 de abril 1978.

<sup>368</sup>ZENHA, Salgado – *Diário da Assembleia da República*, p. 1284-1287, Lisboa, 09 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 10 de fevereiro 1978.

propôs medidas que permitissem aos bancos portugueses depositar livremente moeda estrangeira pagável na mesma espécie. Mas depois, seguindo o seu espírito crítico no seio do partido, o deputado atacou o modelo económico prosseguido pelo executivo, revelando possuir uma ligeira sensação de a economia ter “transitado de um corporativismo fascista para um corporativismo liberal.”<sup>369</sup>

Refutando as críticas da oposição dirigidas ao Programa face à ausência de qualquer tipo de medidas de carácter social, o deputado socialista António Portugal relatou um rol de propostas que estariam presentes no documento: reconhecimento de um subsídio às mulheres em situação de inatividade por ameaça de aborto, definição de valores máximos e mínimos para subsídio de doença, revisão do mecanismo do controlo de baixa para atribuição de subsídios, atualização das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, uniformização das pensões dos trabalhadores rurais e a elaboração de nova regulamentação de abono de família para ascendentes.<sup>370</sup>

Durante o debate para o orçamento, António Guterres justificou o défice da balança de pagamentos com uma enraizada política industrial aplicada durante o Estado Novo pelo Ministro Ferreira Dias. Para o deputado, o Programa do II Governo Constitucional aludia à resolução do desemprego e do défice externo como prioritários para o equilíbrio da economia. Para isso, o deputado achava fundamental a entrada de Portugal na CEE para se proceder às mudanças estruturais necessárias que visariam o reequilíbrio externo da economia visando grandes níveis de crescimento.<sup>371</sup>

Coube ao líder do CDS defender a coligação e justificar o que levou os democratas-cristãos a aceitarem tacitamente uma coligação governativa com o Partido Socialista nos termos já referidos. Começou por declarar que PS e CDS eram partidos ideologicamente diferentes. Mas, depois realçou o que haveria em comum neles enumerando algumas premissas que Freitas do Amaral considerou fundamentais para que a coligação se efetivasse: estavam de acordo quanto ao conceito de democracia política, aceitavam a participação de Portugal na NATO, desejavam integrar o país no Mercado Comum Europeu, encontravam-se de acordo quanto à necessidade de acatar e

---

<sup>369</sup>ZENHA, Salgado – *Diário da Assembleia da República*, p. 2337-2340, Lisboa, 13 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 14 de abril 1978.

<sup>370</sup>PORTUGAL, António – *Diário da Assembleia da República*, p. 1336-1338, Lisboa, 09 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 10 de fevereiro 1978.

<sup>371</sup>GUTERRES, António – *Diário da Assembleia da República*, p. 2298-2302, Lisboa, 12 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de abril 1978.

fazer acatar a Constituição e concordavam em não prosseguir com novas nacionalizações. Depois, apresentou os motivos que terão levado o PS e o CDS a formarem governo: evitar as eleições gerais antecipadas que, segundo o deputado, só viriam agravar mais a crise e conseqüentemente poriam em causa as negociações com o FMI na urgência de encontrar uma solução financeira de que o país tanto precisava.<sup>372</sup>

As moções de rejeição ao Programa do II Governo Constitucional foram rejeitadas com 141 votos contra do PS, CDS e deputados independentes Galvão de Melo, Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira.<sup>373</sup>

Quanto ao Plano e Orçamento Geral do Estado para 1978, debatido e votado quase dois meses depois da discussão do Programa, fora aprovado com 127 votos a favor do PS e CDS, contra os 100 votos do PSD, PCP, UDP e deputados independentes Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues<sup>374</sup> (antigos deputados do Partido Socialista). Após a aprovação do Plano e Orçamento para 1978, as negociações com o Fundo Monetário Internacional para um novo programa *Stand-By* iriam chegar a um bom porto viabilizando dessa forma a operação para o Grande Empréstimo. A partir daí algumas posições moderadas dentro do panorama político deixavam de o ser com o decorrer do tempo.<sup>375</sup> O Presidente da República repetia a dose do ano anterior, proferindo um duro discurso durante as comemorações do 25 de abril contra a coligação e criando um mal-estar dentro do CDS e conseqüentemente alguma instabilidade no seio do executivo que eclodiria meses mais tarde na queda do II Governo Constitucional.

---

<sup>372</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 1235-1240, Lisboa, 08 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 09 de fevereiro 1978.

<sup>373</sup>*Diário da Assembleia da República*, p. 1496, Lisboa, 11 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de fevereiro 1978.

<sup>374</sup>FERNANDES, Vasco da Gama – *Diário da Assembleia da República*, p. 2347, Lisboa, 13 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 14 de abril 1978.

<sup>375</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 205.

### 3.2. Queda do II Governo Constitucional: O “Verão Cinzento de 1978”<sup>376</sup>

No dia em que se comemorava o quarto aniversário da Revolução dos Cravos, o Presidente da República Ramalho Eanes lançou de forma indireta algumas críticas ao II Governo Constitucional e recordou que, apesar das virtudes e defeitos da Constituição de 1976, esta possuía “flexibilidade suficiente para permitir uma interpretação adequada às necessidades nacionais”.<sup>377</sup> Ramalho Eanes dirigir-se-ia ao partido minoritário em número de deputados no governo: o CDS era o único partido com assento na Assembleia da República que tinha votado contra a Constituição. Depois, criticou o próprio Partido Socialista e aqueles que tinham figurado no I Governo Constitucional pelas leis promulgadas que ainda não tinham merecido a sua aplicação.<sup>378</sup> Ramalho Eanes estar-se-ia a referir à Lei das Indemnizações e à Reforma Agrária. Além da leitura que fez da sociedade portuguesa referindo-se às crescentes dificuldades dos portugueses, o Presidente da República tentou ao longo do seu discurso corresponsabilizar o executivo pela “perda do sonho e da confiança”<sup>379</sup> dos portugueses num futuro melhor. Estava dado o tiro de partida. Ao primeiro abalo, a coligação desmoronar-se-ia rapidamente.

Este discurso provocou alguma instabilidade no CDS, que terá ponderado a hipótese de demissão, tendo Mário Soares feito alguma pressão sobre os dirigentes centristas para ponderarem qualquer decisão. Freitas do Amaral e Mário Soares terão falado particularmente com o Presidente da República, tendo obtido a informação de que o discurso proferido por Ramalho Eanes nunca terá tido o objetivo de derrubar o governo “mas prevenir alternativas para o futuro.”<sup>380</sup>

Outro fator que marcou a crise e queda do II Governo Constitucional foi a evolução do PSD ao longo do 1º semestre de 1978. Depois da demissão de Sá Carneiro no final do ano de 1977, a liderança do partido ficaria entregue no começo do ano

---

<sup>376</sup>CID, Luís – *Diário da Assembleia da República*, p. 1602-1604, Lisboa, 2 de abril 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 3 de abril 1979.

<sup>377</sup>EANES, Ramalho – *Diário da Assembleia da República*, p. 2471-2474, Lisboa, 25 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 26 de abril 1978.

<sup>378</sup>Ibidem.

<sup>379</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 207.

<sup>380</sup>Discurso do PR divide políticos em dois grupos. *Expresso*. Lisboa, nº 287, 29 de abril 1978, p. 1.

seguinte a um não fundador: Sousa Franco. A linha oficial do partido era marcadamente moderada, contrária à posição firme e sem qualquer tipo de cedências de Sá Carneiro face ao I Governo Constitucional e mais tarde ao próprio Ramalho Eanes perante uma via presidencialista que se desenhava na vida política portuguesa. A falta cerca de um mês para o congresso que elegeria novamente Sá Carneiro para a liderança do partido, um grupo de 44 personalidades do PSD apresentava um documento intitulado de “Opções Inadiáveis” defendendo uma estratégia contrária à de Sá Carneiro.<sup>381</sup> Segundo o autor António José Telo, o PSD estaria a retirar dividendos da política de austeridade, teoria que em parte era desmentida por uma sondagem realizada pelo *Expresso*.<sup>382</sup> Se as eleições legislativas fossem realizadas em junho de 1978, o Partido Socialista mesmo desgastado venceria as eleições mas sem maioria absoluta. Se a conjuntura não prejudicava o PS numa putativa vitória nas eleições legislativas, prejudicava na perda de votos verificada na sondagem de junho de 1978 face ao resultado das eleições de 1976. Mas este estudo de opinião revelava outra coisa: que a falta de clareza do PSD quanto à estratégia tomada face ao Governo e o contínuo foco de instabilidade não ajudava de forma alguma o Partido Social Democrata a ultrapassar o Partido Socialista nas sondagens. Mesmo com o PSD dividido, o cerco ao PS e ao governo apertou nomeadamente após a assinatura de um segundo acordo *Stand By* com o FMI e com a eleição de Francisco Sá Carneiro para a liderança dos sociais-democratas.

Mas alguns episódios antes assinatura do acordo com o FMI, protagonizados pelo Presidente da República, iriam também contribuir para a queda do II Governo Constitucional. Um deles prendeu-se com um aspeto formal, tendo Melo Antunes comunicado ao líder do governo uma viagem a Luanda em representação do Conselho da Revolução. O problema não estaria na jornada nem mesmo no alto valor diplomático que representaria, mas no facto de ter sido combinada entre Melo Antunes e o Presidente da República sem qualquer conhecimento ou assentimento por parte do governo.<sup>383</sup>

As relações entre os dois partidos que formavam a coligação governamental também se iam agravando muito por culpa própria. Um dos primeiros casos de fricção entre ministros afetos ao PS e a bancada do CDS estarão relacionados com o projeto

---

<sup>381</sup>Discurso do PR divide políticos em dois grupos. *Expresso*. Lisboa, nº 287, 29 de abril 1978, p. 1.

<sup>382</sup>Soares mantém a liderança (embora alguns pontos abaixo) e Sá Carneiro recupera (em parte). *Expresso*. Lisboa, nº 294, 24 de junho 1978, p. 6.

<sup>383</sup>S. Bento – Belém – CDS mais duro. *Expresso*. Lisboa, nº 290, 20 de maio 1978, p. 1.

chamado Serviço Nacional da Saúde. Numa reunião entre o Ministro dos Assuntos Sociais António Arnaut e a Comissão Parlamentar da Segurança Social e Saúde para apresentação do projeto, os deputados centristas terão faltado com o argumento de que não valeria estar presente na apresentação do projeto quando este teria sido tornado público. Além disso, a bancada centrista teria uma proposta alternativa sobre o Serviço Nacional de Saúde em vez daquela apresentada pelo governo.<sup>384</sup>

Mas o caso que despoletaria o início do fim do II Governo Constitucional envolveria um nome: Luís Saias, Ministro da Agricultura e Pescas. O deputado da UDP durante o debate para o Programa deste governo já teria prognosticado que o ministro se poderia demitir meia dúzia de meses mais tarde face à promessa de encetar uma guerra aos intermediários no sector das pescas.<sup>385</sup>

O problema terá surgido quando circulou um rumor de que o ministro estaria a refletir sobre a extinção da Secretaria de Estado do Comércio e Indústria Agrícolas dentro de uma remodelação orgânica no Ministério da Agricultura.<sup>386</sup> O secretário de Estado era Alcino Cardoso militante do CDS. Este facto nunca chegou a efetivar-se e não se chega a perceber publicamente qualquer problema entre o secretário de Estado e o ministro. Mas, a hipótese de um acordo parlamentar entre o PCP e o Partido Socialista, o qual nunca chegou a existir, mas era cada vez mais usado pela CAP<sup>387</sup>, e sentindo o CDS pressão da parte da Igreja, imprensa e associações patronais, verificando-se até o descontentamento de alguns setores da direita do próprio Partido Socialista<sup>388</sup> perante esse putativo acordo, poderá ter contribuído para algumas divergências entre o Ministro Luís Saias e o Secretário de Estado Alcino Cardoso.

Perante os acontecimentos, o Secretariado do CDS reuniu-se um dia antes do Conselho Nacional, do qual sairia, pela voz do presidente do partido Freitas do Amaral, um “ultimato” ao PS para que demitisse o ministro Luís Saias do MAP. Na reunião do Secretariado tinha ficado claro para todos que a única saída para o CDS se

---

<sup>384</sup>CDS vai apresentar proposta alternativa para o Serviço Nacional de Saúde. *Expresso*. Lisboa, nº 292, 03 de junho 1978, p. 4.

<sup>385</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 1463-1466, Lisboa, 11 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de fevereiro 1978.

<sup>386</sup>Tentativa de extinguir Sec. Estado do CDS. *Expresso*. Lisboa, nº 293, 09 de junho 1978, p. 6.

<sup>387</sup>Confederação dos Agricultores de Portugal.

<sup>388</sup>Amaral viu-se obrigado a jogar na antecipação perante o "ambiente tenso" no CDS. *Expresso*. Lisboa, nº 298, 15 de julho 1978, p. 16.

desempeçar da carga negativa da política de austeridade seria “pedir a cabeça” de Luís Saias, António Campos e Azevedo Gomes do Ministério da Agricultura e Pescas e desse modo provocar uma crise governativa e a conseqüente queda do executivo.<sup>389</sup> Esse “ultimato” foi ratificado no Conselho Nacional do CDS a 8 de julho. Mas, em algumas reuniões que se foram realizando, vai-se constatando que Mário Soares nunca abriria esse precedente correndo o risco de o Partido Socialista ficar definitivamente nas mãos do CDS.<sup>390</sup> Mas, Mário Soares terá mesmo pensado em reformular o MAP, nomeando António Guterres como Ministro da Agricultura, ficando Saias com o Ministério das Pescas.<sup>391</sup>

Passados quase quinze dias do “ultimato”, não havia qualquer avanço para a resolução da crise. O Presidente do CDS terá mesmo recusado uma proposta de reformulação do ministério mantendo Saias nas Pescas. Face à possibilidade iminente da demissão dos ministros centristas, os socialistas assumiam-na sem qualquer drama, acreditando que o Partido Socialista continuaria dessa forma a governar com Mário Soares assumindo a pasta dos Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos o Ministério do Comércio e Almeida Santos ficaria com a Reforma Administrativa, tudo pastas que pertenciam aos militantes do CDS.<sup>392</sup>

Depois do “ultimato” e da firme posição de Mário Soares, os centristas em mais um Conselho Nacional a 23 de julho aprovavam a proposta de saída imediata dos ministros e secretários de Estado do CDS do governo, mas mostravam-se dispostos a negociar com o PS uma nova remodelação governativa. Esta decisão demonstrava que o CDS não cedia nas suas pretensões, mas ao mesmo tempo mantinha a esperança que através de uma remodelação governamental fossem conseguidos os seus intentos. Mário Soares responderia negativamente a esta remodelação durante um encontro com Freitas do Amaral na presença do Presidente da República. Depois desta reunião, Ramalho

---

<sup>389</sup>Amaral viu-se obrigado a jogar na antecipação perante o "ambiente tenso" no CDS. *Expresso*. Lisboa, nº 298, 15 de julho 1978, p. 16.

<sup>390</sup>Ibidem. TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 207.

<sup>391</sup>A crise institucionaliza-se e as interrogações andam no ar. *Revista Expresso*. Lisboa, nº 298, 15 de julho 1978, p. 1.

<sup>392</sup>Freitas do Amaral ao *Expresso*. "Não cederemos". *Expresso*. Lisboa, nº 299, 22 de julho 1978, p. 1.

Eanes concluiu que teria condições de exonerar Mário Soares.<sup>393</sup> Ainda deu um prazo de alguns dias para que os partidos com assento na Assembleia da República se entendessem. Findo esse prazo, Mário Soares era exonerado do cargo de Primeiro-Ministro, mantendo-se em funções a Assembleia da República.

Com o regresso de Francisco Sá Carneiro à liderança do partido, o renovado Partido Social Democrata não encontraria melhor conjuntura para ganhar pontos aos agastados partidos do II Governo Constitucional. O PSD defendia duas soluções: um III Governo liderado pelo PS apostando dessa forma ainda mais no desgaste do partido ou convocação de eleições gerais antecipadas. Quanto ao PCP defendia uma posição muito parecida com a dos sociais-democratas, mas com uma ressalva: que o novo executivo fosse constituído com base numa maioria parlamentar da Assembleia da República<sup>394</sup> que poderia passar por um governo de “maioria de esquerda”, hipótese pouco provável face ao acordo em vigor com o FMI.

Relativamente ao Partido Socialista, havia quem defendesse uma oposição por parte do partido ao Presidente da República e ao terceiro governo que estaria para se formar. Uma outra linha propugnava uma maior flexibilidade de posições por parte do partido e manifestava vontade em participar na formação do próximo executivo que teria de ser constituído com figuras ligadas ao PS, CDS e PSD, mas este último com figuras afetas às “Opções Inadiáveis”. Quanto ao CDS, defendia um governo que fosse chefiado por um Primeiro-Ministro civil e ligado ao Partido Socialista preenchendo requisitos de experiência governativa, política e sobretudo económica.<sup>395</sup>

Com a exoneração de Mário Soares do cargo de Primeiro-Ministro e depois de consultados os partidos e o Conselho de Revolução e sem nada que o previsse, o Presidente da República indigitou o ex-Ministro da Indústria do I Governo Constitucional Nobre da Costa para chefe do novo executivo. Ainda decorria o processo de formação do III Governo Constitucional, a Assembleia da República decidiu convocar uma sessão suplementar a 22 de agosto, tendo em vista dois pontos: primeiro, debater a crise decorrente e depois dar a conhecer quatro projetos de lei apresentados durante o período de férias por parte do PCP e PSD sobre matéria eleitoral. Na

---

<sup>393</sup>Seis documentos (fundamentais) de uma crise de Governo. *Revista Expresso*. Lisboa, nº 300, 29 de julho 1978, p. 1.

<sup>394</sup>PCP: solução parlamentar ou eleições antecipadas. *Expresso*. Lisboa, nº 300, 29 de julho 1978, p. 1.

<sup>395</sup>Amaral encontra-se com Soares, Carneiro reuniu com Sousa Franco - "Inadiáveis" repetem o seu não. *Expresso*. Lisboa, nº 301, 05 de agosto 1978, p. 1.

conclusão deste debate, o parlamento aprovou um requerimento do Partido Comunista conferindo urgência na discussão dos projetos de legislação eleitoral e uma proposta do mesmo partido adotando um processo de urgência para votação na especialidade da proposta de lei 132/1 sobre o recenseamento eleitoral.<sup>396</sup> Perante estes factos, só nos resta duas leituras possíveis: os principais partidos receavam a ameaça dos governos de iniciativa presidencial quanto ao perigo que representavam para o sistema tradicional dos partidos e a atualização da legislação eleitoral prendia-se com o ensejo de marcação de eleições gerais antecipadas tentando matar à nascença este tipo de executivos.

Preliminarmente intervieram vários deputados em declarações políticas comentando a crise política. Só o Partido Social Democrata optou por não o fazer. Na declaração proferida pelo deputado Salgado Zenha, foram pronunciadas duras críticas ao Presidente da República. Começou por recordar as promessas do Partido Socialista e do general Ramalho Eanes durante as campanhas para as eleições legislativas e para as presidenciais. Mário Soares prometeu governar sozinho caso ganhasse, o que veio a cumprir-se, tal como Ramalho Eanes prometera nomear Mário Soares para Primeiro-Ministro, lembrando ao Presidente da República que estaria somente a cumprir com as suas obrigações constitucionais respeitando a autonomia partidária, recordando a Ramalho Eanes que não pertencia a “nenhum partido” e também não poderia ser “chefe de nenhum partido, e nomeadamente do PS”.<sup>397</sup> Depois, criticou o argumento muitas vezes usado pelo Presidente da República quanto à necessidade de haver “unidade nacional” para se vencer a crise. Para o deputado socialista, a “unidade nacional” poderia ser bem maior quanto mais for “assumida na diversidade e na democracia”. Terminou o raciocínio declarando que a “unidade nacional” não era “sinónimo nem de União Nacional nem de unicidade nacional.”<sup>398</sup> Focando-se cada vez mais nas últimas decisões presidenciais, Salgado Zenha destacou que a democracia era a “separação de poderes” e que se eles passassem a ser confundidos deixaria de “haver democracia” para passar “haver monocracia”.<sup>399</sup>

---

<sup>396</sup>*Diário da Assembleia da República*, p. 3363, Lisboa, 22 de agosto 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 23 de agosto 1978.

<sup>397</sup>ZENHA, Salgado – *Diário da Assembleia da República*, p. 3365-3367, Lisboa, 22 de agosto 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 23 de agosto 1978.

<sup>398</sup>*Ibidem*.

<sup>399</sup>*Ibidem*.

Quanto a Carlos Brito pelo Partido Comunista, lembrou o objetivo principal da sessão suplementar da Assembleia da República que se destinava a adaptar o texto constitucional de modo a permitir a realização de eleições antecipadas para Assembleia da República antecipadamente. Deste modo, o deputado aproveitou para declarar que a única solução que se impunha face à crise política seria a realização de eleições antecipadas para que se assegurasse a recuperação económica desejada.<sup>400</sup>

O deputado Acácio Barreiros também alinou ao lado do PCP quanto à necessidade de eleições gerais antecipadas para a resolução da crise e não se coibiu de classificar a atuação do Presidente da República de anticonstitucional subalternizando o papel da Assembleia da República durante este processo desde a exoneração de Mário Soares até à indigitação de Nobre da Costa para Primeiro-Ministro, acusando uma certa “direita reacionária” de impor o seu governo à revelia do parlamento. Recordou as suas palavras pronunciadas em janeiro acerca da entrada do CDS no executivo e o perigo que representaria para as forças democráticas. Segundo o deputado da UDP, a estratégia da “direita reacionária” fora finalizada com a exoneração de Mário Soares do cargo de Primeiro-Ministro. Por fim, Acácio Barreiros considerou que os ideólogos da “direita reacionária” teriam o objetivo final de liquidar o Conselho de Revolução, concentrar os poderes no Presidente da República e rever a Constituição de 1976. Antes de concluir, o deputado também não se esqueceu de criticar o partido que lutava pelo mesmo espaço eleitoral: o PCP. Criticou a ambiguidade demonstrada pelos seus dirigentes quando exigiram do PS firmeza absoluta face à chantagem do CDS. Agora criticavam o Partido Socialista pela forma como tem depreciado as decisões do Presidente da República que, segundo o deputado da UDP, estariam a dar cobertura só ao CDS. Acácio Barreiros atacou o PCP face à possibilidade de avalizar o governo dependendo dos nomes e do próprio programa.<sup>401</sup>

Coube a Amaro da Costa concluir esta linha de declarações políticas sobre a crise que decorria desde a queda do II Governo Constitucional. Começou por explicar que as eleições gerais antecipadas ofereceriam inúmeras desvantagens e uma delas seria a impossibilidade de “centenas de milhares de desalojados de África, de jovens e de emigrantes” não participarem no ato eleitoral. Isto significava que o partido sabia que

---

<sup>400</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 3367-3368, Lisboa, 22 de agosto 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 23 de agosto 1978.

<sup>401</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 3368-3370, Lisboa, 22 de agosto 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 23 de agosto 1978.

estaria ali muito da força do seu eleitorado.<sup>402</sup> Ao contrário daqueles que criticavam a crescente participação do Presidente da República na esfera executiva, Amaro da Costa teria uma visão muito diferente de um sistema semipresidencialista reconhecendo uma “necessidade de uma solidariedade ativa entre os dois órgãos chave do Poder Executivo, isto é, o Presidente da República e o governo.” Pelas palavras que destacamos do deputado centrista, deparamos que este consideraria o lugar do Presidente da República um órgão de soberania executivo.<sup>403</sup>

O próximo debate parlamentar decorreria sobre o Programa apresentado pelo III Governo Constitucional. Na ótica presidencial, a demissão dos ministros do CDS do II Governo Constitucional acarretava o esgotamento da maioria o que por si só implicaria demitir Mário Soares do cargo de Primeiro-Ministro. Face à não obrigatoriedade de não nomear para Primeiro-Ministro o líder do partido com maior representação parlamentar, Ramalho Eanes decidiu escolher Nobre da Costa para liderar um governo de independentes.<sup>404</sup>

### **3.3. Os Governos de Iniciativa Presidencial: A “Passagem”<sup>405</sup>**

O semipresidencialismo português surgiu na Constituição de 1976 como um meio-termo entre o fracasso do parlamentarismo da 1ª República e a degeneração do modelo presidencialista durante o Estado Novo. Outra razão conjuntural que motivou este modelo foi a necessidade de dotar de legitimidade política a liderança militar de transição para a democracia. A normalização política com a retirada das Forças Armadas da vida política portuguesa exigiu uma autoridade forte do ponto de vista político mas também militar. Por isso, quando eleito, o Presidente da República passava a ser também simultaneamente Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Para

---

<sup>402</sup>ROBINSON, Richard – Do CDS ao CDS-PP: O Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 31 (1996) 960.

<sup>403</sup>COSTA, Amaro – *Diário da Assembleia da República*, p. 3370-3371, Lisboa, 22 de agosto 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 23 de agosto 1978.

<sup>404</sup>CRUZ, Manuel Braga – O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 29 (1994) 245-246.

<sup>405</sup>NUNES, José Luís – *Diário da Assembleia da República*, p. 3379-3381, Lisboa, 29 de agosto 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 30 de agosto 1978.

desempenhar este papel, fora eleito Ramalho Eanes, que era já Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Segundo a análise de Adriano Moreira sobre a revolução, o Presidente da República passava a ser o “agente obediente” das Forças Armadas e simultaneamente o condutor delas para a “completa submissão soberana à lei”.<sup>406</sup> Com a eleição do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas o Conselho da Revolução ficou subalternizado ao Presidente da República até à Revisão Constitucional de 1982.<sup>407</sup>

A minoria do I Governo Constitucional e a maioria presidencial obtida nas eleições presidenciais de 1976 encorajaram um protagonismo crescente do Presidente da República na vida política, como também houve quem interpretasse a nomeação do I Governo Constitucional como uma renúncia do Presidente da República ao uso da sua maioria sobre a minoria parlamentar revelando dessa forma um sinal de força do parlamento.<sup>408</sup> Esse sinal de força foi uma presença constante à medida que os primeiros governos constitucionais se iam formando e depois caindo. Isto é, houve um confronto direto entre dois órgãos de soberania durante o período vigente dos governos presidenciais: a Presidência da República e Assembleia da República. Se o Presidente da República teria força para nomear os chefes do governo a partir da sua confiança pessoal e política, o Parlamento teria a força para os derrubar.

Os governos de iniciativa presidencial surgiram numa conjuntura particular: descontentamento generalizado pela política de austeridade e pela divisão interna dos próprios partidos<sup>409</sup> o que à partida inviabilizaria qualquer acordo interpartidário para formação de um novo executivo. Face a isto, não terá resultado outra alternativa ao Presidente da República do que tomar a iniciativa de promover governos indigitando Primeiros-Ministros da sua confiança pessoal. O primeiro com este formato foi o de Nobre da Costa e foi de curta duração.

---

<sup>406</sup>CRUZ, Manuel Braga – O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 29 (1994) 238-242.

<sup>407</sup>FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe 1974-1985*. In. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 229-230.

<sup>408</sup>CRUZ, Manuel Braga – O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 29 (1994) 243.

<sup>409</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 209.

### 3.3.1. Programa do III Governo Constitucional

Na sequência da saída dos elementos do CDS do II Governo Constitucional e perante a falta de entendimento entre os partidos, não terá restado ao Presidente da República outra hipótese do que exonerar Mário Soares do cargo de Primeiro-Ministro. Aventava-se cada vez mais a nomeação de um governo de iniciativa presidencial com personalidades independentes:<sup>410</sup> ventilava-se o nome de Vítor Constâncio, ex-ministro socialista do II Governo Constitucional, o social democrata Ernâni Lopes, próximo das “Opções Inadiáveis”, Sousa Franco que poderia recolher apoio presidencial e multipartidário e por fim o nome de Mota Pinto que tinha sido ministro do I Governo Constitucional.<sup>411</sup>

A escolha recairia em Nobre da Costa, que, depois de ter ponderado o convite do Presidente da República para chefiar o III Governo Constitucional, se lançou na dura tarefa de formar o executivo. A reação do Partido Socialista face a esta nomeação foi de proibir qualquer militante seu em participar no novo executivo,<sup>412</sup> enquanto o Partido Social Democrata não poria qualquer entrave à participação dos seus militantes no governo. Segundo alguns observadores políticos à época, este comportamento do PSD seria uma tentativa de tirar algum proveito face à obstrução do PS à participação de seus militantes no executivo.<sup>413</sup>

O Primeiro-Ministro Nobre da Costa na abertura do debate referiu que se o Programa não fosse rejeitado o governo governaria, se fosse, o governo permaneceria em funções, mas demissionário, prometendo criar condições que facilitassem a sua substituição. Depois, lembrou ao hemiciclo que a crise vivida não seria da responsabilidade do seu governo e referiu algumas condicionantes que teria de enfrentar: clivagens na sociedade portuguesa, situação social e qualidade de vida anómalas, défice da balança de transações e de pagamentos e aumento do nível de desemprego. Lembrou opções anteriores com as quais concordava e prometia não as ignorar prossequindo com as negociações: adesão à CEE, continuidade na NATO e

---

<sup>410</sup>Dez nomes possíveis para S. Bento: 5 militares e 5 civis. *Revista Expresso*. Lisboa, nº 301, 05 de agosto 1978, p. 1.

<sup>411</sup>5 mais 5 para S. Bento. *Revista Expresso*. Lisboa, nº 301, 05 de agosto 1978, p. 2.

<sup>412</sup>Secretários de Estado: PSD e Governo. *Expresso*. Lisboa, nº 305, 02 de setembro 1978, p. 1.

<sup>413</sup>Apoio do PSD compensa "colagem" do CDS ao PS. *Expresso*. Lisboa, nº 302, 12 de agosto 1978, p. 12.

cumprimento da Carta de Intenções ao FMI. Garantiu rapidez no recenseamento eleitoral cumprindo a lei já aprovada. Quanto à execução do Orçamento Geral do Estado de 1978 referiu que havia despesas a processar-se a um ritmo superior às previsões do orçamento, o que iria obrigar o executivo a aplicar medidas de contenção.<sup>414</sup> No encerramento do debate, Nobre da Costa prometeu pagar as indemnizações e as desintervenções seriam para cumprir.<sup>415</sup>

Salgado Zenha concluiu que o Programa do III Governo Constitucional tinha similitudes com o Programa do governo anterior, caracterizando o executivo de Nobre da Costa tanto de esquerda como de direita. Criticando indiretamente Ramalho Eanes e diretamente o governo de Nobre da Costa, reprovou um espírito de “unicidade partidária” que se ia sedimentando na sociedade portuguesa, concluindo que o “suprapartidário” não representaria um “sintoma de pureza de espírito expurgado” lembrando que a “unidade na diversidade, ou seja, pluralismo partidário” não seria qualquer “vício imperdoável”. No final da sua intervenção, declarou que o Partido Socialista apresentaria no final do debate uma Moção de Rejeição ao Programa.<sup>416</sup>

Coube a Mário Soares no encerramento do debate defender a moção, justificando-a como uma questão de “princípio” pela defesa do “regime de partidos”. Comentando a eventualidade de se cruzarem três moções de rejeição no parlamento e o III Governo Constitucional passar entre elas, o secretário-geral do PS consideraria o governo no final do debate “politicamente ferido de morte desde o primeiro dia”, porque no conjunto dessas moções teriam votado cerca de 75% dos deputados do plenário.<sup>417</sup>

Se o Partido Socialista demonstrou uma oposição clara ao governo, o mesmo não se depreendeu quanto à posição do Partido Comunista. Isso mesmo ficou patente, quando Carlos Brito disse que o executivo teria pessoas “empenhadas em dar boa solução aos problemas nacionais”, mas sublinhou negativamente a equipa constituída pelo Ministério da Agricultura e Pescas, como logo de seguida declarou que o PCP não

---

<sup>414</sup>COSTA, Nobre da – *Diário da Assembleia da República*, p. 3453-3472, Lisboa, 07 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 08 de setembro 1978.

<sup>415</sup>COSTA, Nobre da – *Diário da Assembleia da República*, p. 3683-3687, Lisboa, 14 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 15 de setembro 1978.

<sup>416</sup>ZENHA, Salgado – *Diário da Assembleia da República*, p. 3479-3482, Lisboa, 11 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de setembro 1978. Ver anexo nº 9, p. 199.

<sup>417</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 3678-3683, Lisboa, 14 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 15 de setembro 1978.

adotaria qualquer posição contestatária ao executivo procurando dialogar tal como teria feito com outros governos, preocupando-se em garantir a estabilidade das instituições democráticas e opondo-se a qualquer conflito entre o Presidente da República e a Assembleia da República. Independentemente da passagem do III Governo Constitucional no final do debate, o PCP estabeleceu uma alternativa democrática que pressupunha uma decisão favorável do Presidente da República, a participação ou acordo do PS para um governo ou um entendimento entre o PS e o PCP. Não sendo possível o cumprimento desses pressupostos, Carlos Brito lembrou que havia outra saída democrática: a marcação de eleições legislativas antecipadas. No final da sua intervenção, Carlos Brito apresentou a Moção de Rejeição do PCP.<sup>418</sup>

Coube a Freitas do Amaral apresentar à mesa a Moção de Rejeição do CDS, mas apressou-se a justificar que este documento não significava de forma alguma um “desafio ou uma afronta ao Chefe do Estado”. Estando numa posição para decidir da “sorte” do III Governo Constitucional, essa seria aplicada segundo a “consciência” dos centristas. Lembrou que o Presidente da República exerceu os seus poderes nomeando o executivo liderado por Nobre da Costa, explicando de seguida que não haveria qualquer exorbitação de poderes dos deputados por rejeitar o Programa do Governo, realçando dessa forma a separação de poderes entre o Chefe do Estado e a Assembleia da República. Em seguida, Freitas do Amaral apresentou três motivos que levaram o CDS a apresentar uma Moção de Rejeição ao Programa: a natureza do governo, a composição dele e o Programa do executivo. O líder do CDS até admitia um governo de independentes, mas de duração curta e tendo como objetivo a preparação das eleições. Quanto à orgânica do executivo, o CDS não aceitava elementos à esquerda do PS e muito mais ligados ao Partido Comunista que desse modo afastava a confiança dos investidores em apostar em Portugal.<sup>419</sup> No discurso de encerramento, sugeriu várias alternativas pós queda do III Governo Constitucional: um acordo interpartidário partindo de uma base de uma maioria parlamentar, abrangendo o PS, o PSD e o CDS, mas sem coligação. Outra alternativa seria um acordo firmado diretamente entre os partidos e o Presidente da República para formação de um executivo de consenso nacional de âmbito maioritário. Por fim, se estas duas alternativas falhassem, Freitas do

---

<sup>418</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 3482-3485, Lisboa, 11 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de setembro 1978. Ver anexo nº 10, p. 200.

<sup>419</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 3485-3493, Lisboa, 11 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de setembro 1978.

Amaral propunha novamente um governo de independentes mas com o mero objetivo de gestão.<sup>420</sup>

A UDP era a única força partidária que não poderia apresentar qualquer Moção de Rejeição ao Programa conforme o Regimento Parlamentar. Perante isso, não lhe restou outra alternativa do que apoiar as moções de rejeição apresentadas pelo PS e pelo PCP. Por conseguinte, criticou o Partido Comunista por se ter comprometido a votar somente a sua Moção de Rejeição. Demarcando-se da posição do PCP, o deputado da UDP declarou que votaria nas duas moções apresentadas pelos comunistas e socialistas. Não questionou a independência dos membros do governo face aos partidos, mas criticou as origens empresariais de alguns nomeadamente a ligação destes com os grandes grupos monopolistas. Por isso, para o deputado da UDP, os membros do executivo estariam ao serviço da direita e prova disso mesmo seria o estabelecimento de um prazo de noventa dias no Programa para o pagamento das indemnizações aos “capitalistas”. Criticou a ausência de qualquer medida para preservar a produção nacional para corrigir o défice da balança de pagamentos e o congelamento do projeto do Serviço Nacional de Saúde.<sup>421</sup>

O PSD foi mais tolerante para com o executivo de Nobre da Costa. Sá Carneiro fez questão de lembrar que o III Governo Constitucional do ponto de vista político era “legítimo e constitucional” declarando que o seu partido não votaria qualquer Moção de Rejeição. Sá Carneiro entendia que este executivo deveria continuar em funções por vários motivos: a paralisação da marinha mercante estaria por resolver, a reabertura das aulas em outubro e atribuição do crédito agrícola até 30 de setembro.<sup>422</sup> Quanto ao Programa, Sousa Franco apontou a falta de democratização da economia e especialmente a ausência de um novo modelo económico. Criticou o excesso de execução orçamental e, segundo o deputado do PSD, o Programa revelava dificuldades na contenção do défice programado na Lei do Orçamento e continuavam a ser

---

<sup>420</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 3669-3674, Lisboa, 14 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 15 de setembro 1978.

<sup>421</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 3498-3500, Lisboa, 11 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de setembro 1978.

<sup>422</sup>CARNEIRO, Sá – *Diário da Assembleia da República*, p. 3506-3512, Lisboa, 14 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 15 de setembro 1978.

excessivas as subvenções e subsídios atribuídos ao sector nacionalizado. Para aumentar o investimento, Sousa Franco sugeriu o pagamento rápido das indemnizações.<sup>423</sup>

O novo Ministro das Finanças e do Plano era o antigo Governador do Banco de Portugal Silva Lopes e coube-lhe defender o Programa. Propugnou uma redução das necessidades de financiamento, reduzindo os seus défices e moderando o seu investimento. Respondendo ao deputado Carlos Brito quanto à submissão fatalista aos empréstimos do FMI, Silva Lopes lembrou que seria necessário continuar a recorrer a eles para evitar uma maior crise económica e financeira no país. Argumentou que, caso Portugal não cumprisse o seu acordo com o Fundo, mais tarde teria dificuldades em se financiar e também em renovar os empréstimos a curto prazo. Haveria também quem defendesse a renegociação do acordo com o FMI e perante essas opiniões Silva Lopes demonstrou que uma putativa renegociação que poderia ocorrer em janeiro de 1979 só seria benéfica caso Portugal caminhasse para o cumprimento dos objetivos, de outro modo essa renegociação poderia sair bem mais cara do que aquilo do que se esperava. Depois, lembrou a data do termo do acordo e sublinhou que para Portugal continuar a ter acesso aos financiamentos externos seria mais do que necessário estabelecer um novo acordo com o FMI.<sup>424</sup> Prosseguindo com a sua intervenção, o ministro propôs três “vias” para financiar o défice da balança de pagamentos: utilizar as reservas de ouro, reduzir o défice ou os empréstimos externos. Para reduzir essa dependência face ao financiamento externo, Silva Lopes propôs novamente “três vias” de resolução: aumentar a exportação, reduzir a dependência das importações ou afrouxar o ritmo de crescimento do produto nacional. Apontou o caminho da CEE como um objetivo animador para aumentar a possibilidade de aumento das exportações.<sup>425</sup>

No final do debate a Moção de Rejeição do Partido Socialista foi aprovada com os votos do PS, CDS, UDP e dos deputados independentes Galvão de Melo, Aires Rodrigues, Brás Pinto, Carmelinda Pereira, Lopes Cardoso e Vital Rodrigues, contabilizando 141 votos contra os 71 do PSD e dos deputados independentes António Barreto e Medeiros Ferreira, tendo-se absterido o Partido Comunista Português. Com este

---

<sup>423</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 3506-3512, Lisboa, 11 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de setembro 1978.

<sup>424</sup>LOPES, Silva – *Diário da Assembleia da República*, p. 3622-3629, Lisboa, 13 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 14 de setembro 1978.

<sup>425</sup>Ibidem.

resultado, a moção comunista já não era colocada à votação.<sup>426</sup>

### 3.3.2. Queda e Crise do III Governo Constitucional: O “Governo Nado-Morto”<sup>427</sup>

Aberta a crise política com a rejeição do Programa, o Presidente da República lançou duras críticas ao PS e ao CDS quando foram governo, por não terem preparado medidas legislativas quanto ao recenseamento eleitoral para que se procedesse à marcação de eleições antecipadas. Justificando a falta de entendimento entre os partidos, não lhe restou outra alternativa senão enveredar por um governo através da sua iniciativa. Por fim, “ratificou” antecipadamente todas as decisões do executivo de Nobre da Costa além das meras medidas de gestão “porque um governo responsável assegurará, tal como está determinado na Constituição e o mais elementar bom senso político exige, a gestão dos assuntos correntes do Estado até que exista um novo governo empossado” contrastando com o comportamento do II Governo Constitucional “que se recusou na prática e em muitas áreas a executar as suas funções”.<sup>428</sup>

Ao contrário das condições estabelecidas por Ramalho Eanes aquando da formação do III Governo Constitucional, o Presidente da República estabeleceu um prazo mais prolongado para que os partidos chegassem a acordo. Findo o prazo e face à ausência de qualquer acordo, o Presidente da República interviria, uma vez mais, na formação do próximo executivo e os partidos teriam de explicar publicamente as razões do falhanço. O Partido Socialista fez saber que não iria efetuar qualquer acordo interpartidário e não prestaria qualquer depoimento sobre as suas razões, enquanto o PSD propôs um governo de “Salvação Nacional”. O CDS sugeriu um executivo com PS, PSD e CDS e, por fim, até o Partido Comunista Português demonstrou disponibilidade para acordos pontuais com o governo, incluindo com o Partido Social Democrata e com o CDS.<sup>429</sup> Uma das outras condições propostas por Ramalho Eanes estava relacionada com a durabilidade do governo. Se este passasse com apresentação

---

<sup>426</sup>FERNANDES, Vasco da Gama – *Diário da Assembleia da República*, p. 3690-3691, Lisboa, 14 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 15 de setembro 1978.

<sup>427</sup>CARDOSO, Lopes – *Diário da Assembleia da República*, p. 3563, Lisboa, 12 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de setembro 1978.

<sup>428</sup>Oposição política ao Presidente deve ter a coragem de se assumir sem subterfúgios. *Expresso*. Lisboa, nº 308, 23 de setembro 1978, p. 16.

<sup>429</sup>PSD diz não ao PCP e PS estuda carta do CDS. *Expresso*. Lisboa, nº 309, 30 de setembro 1978, p. 1.

do seu programa e com um acordo multipartidário estável, este executivo manter-se-ia até 1980, caso contrário, o Presidente da República dissolveria a Assembleia da República no início de 1979 com a marcação de eleições antecipadas.<sup>430</sup>

A rejeição do Programa foi aproveitada por alguns partidos que estavam contra o aumento da ingerência por parte do Presidente da República sobre o governo para pedirem a demissão imediata do general Ramalho Eanes da Presidência da República. Esta relação Presidente da República e parlamento foi dissertada pelo deputado Amaro da Costa declarando que os democratas-cristãos terão sido o único partido a defender em Portugal uma maior identificação “entre a maioria presidencial e a maioria parlamentar de apoio ao governo”. Quanto à resolução da crise governativa após a rejeição do Programa do III Governo Constitucional, o CDS defendeu a disponibilidade por parte dos partidos para “construir uma sociedade moderna, humanista, descentralizada e criativa, de forma a melhorar a qualidade e o conteúdo” da democracia e poderiam contar com o apoio dos centristas para a realização de eleições legislativas antecipadas. Se não fosse possível, o próximo executivo deveria ter o encargo da gestão do país até ao momento da realização de eleições ou através do atual quadro parlamentar viabilizar uma fórmula governativa que durasse até 1980 “sem prejuízo dos indispensáveis ajustamentos intermédios.” Não colocou qualquer entrave à participação de militantes do seu partido no próximo governo, comprometendo-se o CDS a não apresentar qualquer Moção de Rejeição ou não apoiar outra apresentada por outros partidos, revelando que não votariam contra a Lei do Orçamento para 1979. Enumerou algumas tarefas para que o governo ficasse automaticamente vocacionado para exercer as suas funções até 1980: proceder à aplicação de leis fundamentais no sector económico, adotar, completar e sistematizar a legislação laboral, propor um planeamento para médio prazo, racionalizar o sector público, descentralizar as finanças locais, reformar o sector da educação e saúde, lançar uma política de infraestruturas e dialogar com os parceiros sociais. Concluindo, o deputado teve uma interpretação diferente dos restantes partidos quanto aos limites do mandato do III Governo Constitucional após a rejeição do Programa, considerando que o executivo não estava a

---

<sup>430</sup>Cenário 2 é o mais provável (com 1º Ministro independente). *Expresso*. Lisboa, nº 310, 07 de outubro 1978, p. 1.

exceder os limites do seu mandato, revelando “coragem” na aplicação da lei da Reforma Agrária.<sup>431</sup>

Acácio Barreiros da UDP pensou de outra forma ao criticar a exorbitação de funções de um executivo que viu o seu programa ser rejeitado, mas não deixou de aplicar a Reforma Agrária e de continuar com a política de desintervenções. Culpou Ramalho Eanes pela afronta que o governo Nobre da Costa provocava à Constituição e pelo agravamento da ofensiva “reacionária” que seria encabeçada pelo Presidente da República e que somente o recurso a eleições antecipadas poderia derrotar.<sup>432</sup>

O Partido Comunista Português afirmou que a estratégia das forças reacionárias seria o prolongamento e agudização da crise e a partir daí tirariam partido dela. O deputado Carlos Brito lembrou que a situação presente na abertura de uma nova sessão da legislatura seria bem pior do que aquela que se vivia no encerramento da última e que havia mais de três meses que Portugal não possuía um governo na “plenitude das suas competências”. O PCP anunciou que estava disponível para aceitar as responsabilidades de governo e que permitiria aos seus militantes a participação num futuro executivo para governar até 1980 ou para preparar eleições legislativas antecipadas.<sup>433</sup>

Mas não seria desta que o Presidente da República marcaria eleições legislativas antecipadas, optando por indigitar um Primeiro-Ministro: Mota Pinto, professor de Direito na Faculdade de Coimbra, seria o escolhido e esta opção seria interpretada por diversos círculos da política portuguesa como uma alfinetada a Francisco Sá Carneiro, pelo facto da constituição do governo ficar entregue a dissidentes do PSD.<sup>434</sup>

### **3.3.3. Programa do IV Governo Constitucional**

Nobre da Costa e Silva Lopes terão alimentado a esperança de serem indigitados para chefiar o IV Governo Constitucional. O motivo que sustentou esta questão foi a

---

<sup>431</sup>COSTA, Amaro – *Diário da Assembleia da República*, p. 27-31, Lisboa, 17 de outubro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 18 de outubro 1978.

<sup>432</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 32-33, Lisboa, 17 de outubro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 18 de outubro 1978.

<sup>433</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 34-36, Lisboa, 17 de outubro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 18 de outubro 1978.

<sup>434</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 210-211.

incessante atividade governamental mesmo no término das suas funções: execução das Bases da Reforma Agrária e aumento do preço dos combustíveis líquidos e gasosos. Por detrás desta decisão terá estado o Ministro das Finanças e Plano José Silva Lopes que terá insistido na concretização desta medida face à possibilidade de ser o próximo Primeiro-Ministro.<sup>435</sup>

Mas o nome escolhido foi o de Mota Pinto, dissidente do PSD e muito próximo do grupo das “Opções Inadiáveis” do partido que se distanciava cada vez mais das posições oficiais da Comissão Política Nacional a qual defendeu uma contestação e rejeição ao Programa do IV Governo Constitucional. Aliás, Sá Carneiro, novamente líder do PSD, pautava cada vez mais a sua atuação política na antecipação das eleições legislativas.<sup>436</sup> O grupo das “Opções Inadiáveis” demarcava-se de Francisco Sá Carneiro defendendo um executivo que não fizesse qualquer tipo de concessão ao PS e ao CDS, impedindo a realização de eleições antecipadas e estabilizando o executivo até 1980 com a concretização de reformas vitais para o país. Quanto ao PS e CDS, interpretaram a indigitação de Mota Pinto como um claro recuo da linha presidencialista e esperavam do Primeiro-Ministro uma total abertura para um acordo interpartidário, enquanto Sá Carneiro esperava que o Primeiro-Ministro indigitado pudesse manter a maioria dos elementos independentes do governo de Nobre da Costa, o que significaria não fazer qualquer tipo de concessão ao PS e ao CDS.<sup>437</sup> Aliás, Meneres Pimentel acreditava que quanto mais forte fosse o governo politicamente, maior seria o confronto entre este e Assembleia da República que resultaria na “inevitabilidade de eleições antes da data normal.”<sup>438</sup>

Os democratas-cristãos, após um dos encontros que mantiveram com Mota Pinto, esperavam a concretização da “segunda alternativa” do Presidente da República, isto é, a integração no executivo de elementos ligados aos partidos políticos, supondo

---

<sup>435</sup>Entre Nobre da Costa e Mota Pinto Eanes optou por um estilo político. *Revista Expresso*. Lisboa, nº 313, 28 outubro 1978, p. 1.

<sup>436</sup>Continuam tensões no PSD. *Revista Expresso*. Lisboa, nº 312, 21 de outubro 1978, p. 24.

<sup>437</sup>Da tentativa de esbater a força do PSD à criação prematura de um novo partido político. *Revista Expresso*. Lisboa, nº 313, 28 de outubro 1978, p. 2-3.

<sup>438</sup>Os partidos e o Governo Mota Pinto. *Expresso*. Lisboa, nº 314, 04 de novembro 1978, p. 1 e 16.

que o Primeiro-Ministro poderia aproveitar alguns elementos do governo de Nobre da Costa que beneficiaram de uma “imagem mais positiva”.<sup>439</sup>

Antes da discussão sobre o Programa especulava-se sobre as consequências do resultado. Havia quem prognosticasse a marcação de eleições antecipadas para depois de junho/julho de 1979 caso o Programa passasse, mas havia quem antevisse a marcação de eleições presidenciais antecipadas caso o Programa fosse aceite no parlamento. O objetivo desta antecipação de Ramalho Eanes prender-se-ia com a liderança de um bloco político ligado a dissidentes independentes do PS e PSD procurando ganhar condições para uma maioria parlamentar nas eleições legislativas de 1980.<sup>440</sup>

Na apresentação do Programa do Governo, Mota Pinto propôs-se governar até 1980 e prometeu preparar todos os mecanismos necessários para o aprontamento eleitoral<sup>441</sup> recusando-se a apresentar uma Moção de Confiança na Assembleia da República.<sup>442</sup> Para o Primeiro-Ministro o fortalecimento do regime democrático passava pelo reforço das instituições através da disciplina no trabalho, pela redução dos défices orçamentais, melhoramento do investimento privado<sup>443</sup> e aplicação da lei da Reforma Agrária. Perante as questões colocadas quanto ao prosseguimento ou não da política de estabilização, Mota Pinto comprometeu o governo a explorar as suas “virtualidades”, declarando que a taxa de crescimento para 1979 não se deveria afastar da de 1978, entendendo que a política de curto prazo eliminava o “travão” para uma política desenvolvimentista. Encerrando um conjunto de respostas, o Primeiro-Ministro confirmou a intenção do executivo em renegociar com o FMI um acordo, mas lembrou que para reforçar a posição negocial de Portugal à mesa das negociações era fundamental a economia portuguesa apresentar resultados positivos relativamente aos pontos fixados na Carta de Intenções.<sup>444</sup>

---

<sup>439</sup>PS e CDS interpretam de modo diferente intenção de Mota Pinto. *Expresso*. Lisboa, nº 314, 04 de novembro 1978, p. 1.

<sup>440</sup>Enquanto o PS se mantém enigmático: Passagem do IV Governo poderá originar presidenciais antecipadas. *Expresso*. Lisboa, 318, 30 de novembro 1978, p. 1.

<sup>441</sup>PINTO, Mota – *Diário da Assembleia da República*, p. 369-370, Lisboa, 04 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 05 de dezembro 1978.

<sup>442</sup>Ibidem, p. 380-384.

<sup>443</sup>Ibidem, p. 369-370.

<sup>444</sup>Ibidem, p. 380-384.

O deputado Acácio Barreiros defendeu a rejeição do Programa do IV Governo Constitucional. Criticou os “elogios” do Partido Social Democrata ao governo de Mota Pinto, quando o mesmo partido defendia para resolução da crise a antecipação das eleições gerais e que para concretizar este cenário não restava outra opção do que rejeitar o Programa.<sup>445</sup> Fazendo uso da ironia, criticou a possibilidade do Partido Socialista não rejeitar o Programa só pelo “simples facto de o Presidente da República ter neste caso comunicado ao PS o nome do Primeiro-Ministro antes de o divulgar publicamente.” Referindo-se ao Conselho Nacional do PSD do fim-de-semana anterior que serviu para provocar uma reviravolta estratégica na política dos sociais-democratas, considerou que só terá acontecido face à possibilidade de apoio do Partido Socialista ao executivo de Mota Pinto.<sup>446</sup> Caracterizou o Programa de IV Governo como sendo igual aos dos governos constitucionais anteriores, não acreditou na promessa da não subida da taxa do desemprego e da diminuição da inflação.<sup>447</sup> Face ao compromisso desenvolvimentista do Programa, Acácio Barreiros considerou-a submissa “às exigências imperialistas” e que se destinaria a “agravar ainda mais as condições de vida dos portugueses.” Advertiu para o perigo que representava a concentração de poderes político e militar nas mãos do Presidente da República, o que poderia levar à revisão constitucional através de um referendo. Terminou declarando que a UDP iria votar a favor a Moção de Rejeição do PCP.<sup>448</sup>

Vital Moreira anunciou a Moção de Rejeição ao Programa<sup>449</sup> do Governo pelas seguintes razões: um governo extraparlamentar e extrapartidário que se apresentava sem qualquer limite temporário ou transitório como se de um executivo normal se tratasse situando-se o mais à direita possível desde o 25 de abril de 1974 estando ligado ao “grande capital” e ao “imperialismo”. Criticou a constituição do governo, nomeadamente a equipa ligada à economia e finanças, por não defender escrupulosamente o setor público e nacionalizado, porque os seus elementos teriam

---

<sup>445</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 370-372, Lisboa, 04 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 05 de dezembro 1978.

<sup>446</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 581-584, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

<sup>447</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 370-372, Lisboa, 04 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 05 de dezembro 1978.

<sup>448</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 581-584, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

<sup>449</sup>Ver anexo nº 11, p. 201.

ligações ao “capital privado”. Face a uma putativa inconstitucionalidade do executivo, o PCP propôs a convocação de eleições gerais antecipadas e a constituição de um executivo de gestão até à realização do ato eleitoral.<sup>450</sup> Vital Moreira realçou alguns conceitos que estariam a ser utilizados de forma insistente no programa, tais como «disciplina», «autoridade», «segurança», «ordem», «hierarquia», dando uma imagem de «lei e a ordem» que seriam tão típicas dos “regimes autoritários”. Através destas palavras de ordem, o executivo comprometeu-se com o respeito escrupuloso das leis e Vital Moreira perguntou se essa execução passaria pela Lei Barreto.<sup>451</sup> Carlos Brito na intervenção final do PCP consubstanciou a política económica e financeira do governo à restrição do crédito, altas taxas de juro, redução dos impostos sobre os lucros e altos rendimentos, redução dos subsídios, diminuição dos investimentos, liberalização dos preços e a desvalorização do escudo. Os despedimentos, o pagamento das indemnizações e a invasão do setor público pelo setor privado seriam medidas que comprometeriam a independência nacional face à submissão da política externa portuguesa ao FMI e à CEE.<sup>452</sup>

Quanto ao CDS declarou na abertura do debate que o partido não inviabilizaria o Programa do executivo de Mota Pinto. Rui Pena para justificar o apoio destrinçou o comportamento do IV Governo Constitucional do executivo de Nobre da Costa referindo-se à “arrogância anti partidos” do III Governo Constitucional. A vacatura governamental desde a demissão do II Governo Constitucional preocupava os centristas por isso votariam favoravelmente o Programa de Mota Pinto somente para ultrapassar a crise política.<sup>453</sup> Amaro da Costa no encerramento do debate dissertou sobre a virtude ou não dos partidos na vida política, realçando que um militante do partido movido pelo “carreirismo” e “oportunismo” político faria aumentar o número de independentes. Episódios que aconteceriam através de campanhas contra a democracia e pela “arrogância anti partidária de alguns candidatos a governantes”. Continuando a

---

<sup>450</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 584-589, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

<sup>451</sup>MOREIRA, Vital – *Diário da Assembleia da República*, p. 372-375, Lisboa, 04 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 05 de dezembro 1978.

<sup>452</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 584-589, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

<sup>453</sup>PENA, Rui – *Diário da Assembleia da República*, p. 375-377, Lisboa, 04 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 05 de dezembro 1978.

narrativa de apoio ao IV Governo Constitucional lembrou os duros confrontos entre o Primeiro-Ministro Mota Pinto e o PCP, realçando o comportamento contrário do executivo de Nobre da Costa, deixando prevalecer implicitamente a ideia de que o terceiro governo teria o apoio e seria constituído em parte por homens simpatizantes do Partido Comunista Português. Desta forma, Amaro da Costa declarou que o CDS reprovava a Moção de Rejeição ao Programa do Governo apresentando algumas condições que mereceram a avaliação positiva da bancada centrista ao executivo de Mota Pinto: capacidade de resolução dos problemas ligados ao emprego, habitação, saúde e educação, cumprimento e regulamentação de leis, prosseguimento da política de estabilização da economia, política de desenvolvimento a médio prazo e respeito pela propriedade privada e cooperativa.<sup>454</sup>

José Luís Nunes desafiou as forças partidárias a assumirem uma solução. Lembrou que a Assembleia da República continuava a ser o único órgão competente para a resolução da crise governamental e anunciou que não temia eleições gerais antecipadas. Face a um governo sem qualquer filiação partidária, defendeu uma maior fiscalização por parte do parlamento à governação do executivo de Mota Pinto. Perante a apresentação da Moção de Rejeição ao Programa por parte do PCP, o PS esclareceu que qualquer decisão sobre a sua posição face ao documento só seria tomada em conformidade com o esclarecimento das dúvidas apresentadas pela bancada socialista.<sup>455</sup> Mário Soares no encerramento do debate declarou que o governo de Mota Pinto não o satisfazia porque não era representativo de expressão popular e por ser constituído à margem dos partidos políticos. O Partido Socialista declarava-se opositor ao governo de Mota Pinto por possuir características marcadamente conservadoras, mas, para evitar o ónus da responsabilidade de inviabilizar um governo sem apresentar qualquer alternativa, o PS entendeu que não faria qualquer tipo de obstrução ao Programa do Governo. Aliás, Mário Soares lembrou que até foram dadas algumas satisfações requeridas pelo partido: continuação da política financeira e económica dos dois primeiros governos constitucionais, “atuação serena” no cumprimento da Lei de Bases da Reforma Agrária, aplicação da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde, política de integração na CEE e a hipótese da convocação de eleições antecipadas. Para

---

<sup>454</sup>COSTA, Amaro – *Diário da Assembleia da República*, p. 589-592, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

<sup>455</sup>NUNES, José Luís – *Diário da Assembleia da República*, p. 378-380, Lisboa, 04 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 05 de dezembro 1978.

a oposição, a não rejeição do Programa do IV Governo por parte do PS prendia-se com o receio da antecipação de eleições, hipótese recusada pelo próprio Mário Soares, devido à responsabilização de que o Partido Socialista seria alvo sobre a “indefinição e degradação progressiva das instituições democráticas” a que o país vinha assistindo desde a queda do segundo governo. Por isso, Mário Soares recusou jogar na estratégia “quanto pior, melhor” declarando o apoio da bancada socialista ao governo de Mota Pinto.<sup>456</sup>

Coube a Francisco Sá Carneiro encerrar o debate por parte do PSD enumerando um conjunto de diferenças entre o executivo de Nobre da Costa e de Mota Pinto para realçar um conjunto de preceitos que poderia levar os sociais-democratas a rejeitar o Programa do IV Governo Constitucional: o terceiro governo apresentou-se como transitório e o de Mota Pinto pediu investidura parlamentar até 1980, isto é, até ao fim da legislatura; Nobre da Costa assumiu apresentar uma Moção de Confiança, Mota Pinto não; Nobre da Costa governaria com uma Assembleia sem maioria até apresentar a Moção de Confiança, o governo de Mota Pinto estava disposto a funcionar sem maioria e com acordos “flutuantes e pontuais”. O líder social-democrata concluiu que as diferenças não eram lá muito positivas e que os aspetos realçados do governo de Mota Pinto representavam um “reco e uma falta de clarificação política.” O debate sobre o Programa do IV Governo Constitucional revelou-se pouco esclarecedor para Francisco Sá Carneiro sobre qual o enquadramento político que o executivo daria à sua governação e se daria ou não continuidade aos governos de Mário Soares ou optaria por uma nova linha política de reconstrução de Portugal. Face a estas condicionantes o apoio do PSD ao executivo de Mota Pinto estaria condicionado, mas declarou que os sociais-democratas não votariam favoravelmente a Moção de Rejeição do Partido Comunista, viabilizando dessa forma a passagem do governo na Assembleia da República.<sup>457</sup>

Tendo obtido por parte do plenário da Assembleia da República a passagem do Programa, Mota Pinto lembrou que um cenário contrário implicaria o aprofundamento da crise, uma crescente pauperização do povo, o descrédito das instituições democráticas e o agravamento da debilidade do país nas suas relações externas. Depois,

---

<sup>456</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 595-599, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

<sup>457</sup>CARNEIRO, Sá – *Diário da Assembleia da República*, p. 592-595, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

defendeu que a composição do governo apartidário era a melhor solução face a um executivo constituído através de uma coligação assente com base partidária da Assembleia da República onde privada de “homogeneidade” face ao afastamento democrático entre partidos poderia resultar em mais uma crise no seio do governo. Apelou à defesa e valorização do produto nacional, ao trabalho e ao aumento da produção e riqueza para que Portugal pudesse libertar-se do auxílio externo, leia-se, do FMI. Propôs a recuperação económica através do investimento e no aumento da produção para que se pudesse efetivar a justiça social. Por isso, recordou àqueles que promovem a anarquia, a indisciplina e a paralisação laboral que estariam a obstar a justiça social que tanto apregoavam e a consequente melhoria das condições de vida.<sup>458</sup>

No final do debate parlamentar sobre o Programa do IV Governo Constitucional, a Moção de Rejeição do PCP ao Programa foi rejeitada com 109 votos contra do PSD e CDS, 97 abstenções do PS e do deputado independente Galvão de Melo e 45 votos a favor do PCP, UDP, e dos deputados independentes Aires Rodrigues, Carmelinda Pereira, Lopes Cardoso, Brás Pinto e Vital Rodrigues.<sup>459</sup>

### **3.3.4. Plano e Orçamento Geral do Estado para 1979 e a Demissão do IV Governo Constitucional**

Após a passagem do Programa no parlamento, Mota Pinto iniciou um conjunto de negociações com os partidos para o Plano e Orçamento Geral do Estado para 1979. Cogitavam-se apoios e cada vez mais os partidos pesavam quanto custaria o seu apoio ou não a um governo de iniciativa presidencial, o seu apoio ou não a um orçamento que continuaria a conter algumas medidas de austeridade. O não apoio do PSD ao orçamento significaria colocar o Partido Socialista entre a espada e a parede: ou o PS declarava nitidamente o seu apoio ao orçamento e ao governo de Mota Pinto, aderindo em demasia a um governo de iniciativa presidencial e às propostas com cariz negativo ou derrubava o governo com a rejeição do orçamento na Assembleia da República sendo também o Partido Socialista julgado por uma desestabilização que levaria às eleições intercalares. Mas a aposta de um total descomprometimento por parte do PSD

---

<sup>458</sup>PINTO, Mota – *Diário da Assembleia da República*, p. 600-604, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

<sup>459</sup>SANTOS, Teófilo Carvalho – *Diário da Assembleia da República*, p. 607-608, Lisboa, 12 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 13 de dezembro 1978.

ao governo acarretaria igualmente alguns riscos nas suas bases tendo os “Inadiáveis” manifestado a intenção de não contestarem Mota Pinto.<sup>460</sup>

O problema com o escalonamento da Lei das Finanças Locais poderia levar à rejeição do Plano e Orçamento para 1979. Mota Pinto considerava difícil aplicar este diploma por considerar que colocaria em causa a recuperação do défice orçamental. Esta posição do executivo de Mota Pinto era recusada pelo PSD e pelo PS, embora pudesse vir a ser admitida pelos centristas.<sup>461</sup> O próprio gabinete de comunicação do Primeiro-Ministro colocava pressão sobre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, fazendo circular uma notícia de que, caso o orçamento não passasse ou sofresse alterações essenciais, Mota Pinto convocaria um Conselho de Ministros extraordinário para colocar a questão ao Presidente da República quanto à sua continuidade no cargo de Primeiro-Ministro e consequentemente a convocação de eleições intercalares que o PS tanto recearia. Mas o Primeiro-Ministro chegou a declarar não acreditar que o Plano e Orçamento fossem rejeitados pelas “forças democráticas” em aliança com o PCP.<sup>462</sup>

Dias antes da discussão do Plano e Orçamento Geral para 1979, demitia-se o secretário de Estado da Estruturação Agrária, Augusto Ferreira Amaral. Este episódio levou o PSD a retirar o seu apoio ao executivo e entendeu que a crise estava a ser provocada pelo Presidente da República e pelo Conselho da Revolução.<sup>463</sup> A apresentação do Plano e Orçamento para 1979 decorreu em março do mesmo ano, tendo sido rejeitado. O executivo de Mota Pinto empreendeu uma segunda tentativa de debate do Plano e Orçamento em maio para que fosse aprovado. Tal veio a acontecer, tendo no horizonte a apresentação de duas Moções de Censura ao governo no parlamento. Ramalho Eanes antecipou-se e demitiu o executivo de Mota Pinto.<sup>464</sup>

---

<sup>460</sup>ANUNCIACÃO, Pedro – Assembleia da República: Novo teste ao Governo e temas quentes em debate. *Expresso*. Lisboa, nº 323, 06 de janeiro 1979, p. 3.

<sup>461</sup>Assembleia da República: Plano e Orçamental em dúvida por causa de Finanças Locais. *Expresso*. Lisboa, nº 325, 20 de janeiro 1979, p. 3.

<sup>462</sup>Novo imposto: Governo "não faz questão fechada" mas poderá pedir exoneração se o Orçamento não passar. *Expresso*. Lisboa, nº 328, 10 de fevereiro 1979, p. 1.

<sup>463</sup>Demissão de F. Amaral detona crise política que pode conduzir a eleições antecipadas. *Expresso*. Lisboa, nº 333, 17 de março 1979, p. 1.

<sup>464</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 213.

Coube ao Ministro das Finanças e Plano e simultaneamente Vice Primeiro-Ministro Jacinto Nunes apresentar o Plano e Orçamento para 1979. Apesar de algumas melhorias na economia, o ministro lembrou que a crise ainda era “profunda” e que a deterioração em algumas áreas económicas potenciaria efeitos negativos vindouros. Esta advertência serviria para lembrar à oposição e aos portugueses que a austeridade estava longe de terminar. O défice previsto para o orçamento de 1978 era prova disso mesmo quando antevisto inicialmente para cerca de 7,7% o que depois da retificação em dezembro de 1978 se iria cifrar em cerca de 11% do PIB. Outro argumento apresentado pelo ministro foi a queda do crescimento que se verificou desde 1977, passando dos 6,5% para os 3,4% em 1978. O investimento refletia os números negros apresentados pelo governante tendo impacto no desemprego ao atingir uma taxa de 13,7% da população ativa. A única melhoria apontada por Jacinto Nunes prendeu-se com o equilíbrio da balança de pagamentos, cujo desequilíbrio anterior teria provocado os constantes financiamentos externos. O combate à inflação era prioritário e a fixação do teto salarial nos 18% e a diminuição da taxa da desvalorização do escudo prendiam-se com esse objetivo de estabilidade. Quanto às negociações para um putativo acordo para mais um programa com o Fundo Monetário Internacional, o Ministro das Finanças afirmou que não aceitaria qualquer acordo e que o executivo seria “intransigente no sentido de atenuar algumas das cláusulas” de 1978. Uma das medidas mais polémicas apresentadas pelo governo para o Orçamento de 1979 relacionava-se com o imposto extraordinário que se destinava a equilibrar o orçamento. Aliás, como mais à frente veremos, este imposto será um dos pretextos para o PSD não aprovar a proposta do orçamento. Quanto às despesas correntes não haveria qualquer aumento sendo que os acréscimos mais significativos se situavam ao nível do pessoal e nos encargos com os juros da dívida. As opções ligadas ao Plano eram desenvolvimentistas, mas, face a vários condicionalismos, Jacinto Nunes propôs uma revisão prioritária dos projetos atendendo à sua rentabilidade económico-social, dando prioridade ao sector da habitação e turismo.<sup>465</sup> Mas, quando o projeto foi reapresentado, Jacinto Nunes apresentou algumas alterações. Retirou a proposta dos aumentos previstos nos descontos para a segurança social e estimou que o atraso provocado pela rejeição do Plano e Orçamento para 1979 tenha provocado uma diminuição das receitas correntes

---

<sup>465</sup>NUNES, Jacinto – *Diário da Assembleia da República*, p. 1334-1338, Lisboa, 19 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de março 1979.

na ordem dos 2 milhões de contos. Este atraso trouxe algumas consequências apresentadas pelo vice-Primeiro-Ministro: um agravamento do défice no orçamento pois as despesas estariam a processar-se em duodécimos a níveis mais elevados do que no ano de 1978. Em comparação com o orçamento apresentado em março, o sector público administrativo apresentava uma diminuição das receitas correntes em 5,3 milhões de contos e um aumento de despesas em 1 milhão e meio agravando o saldo corrente em cerca de 6,8 milhões de contos. O atraso da execução do Orçamento Geral para 1979 levou também ao adiamento da conclusão das negociações com o Fundo Monetário Internacional o que por conseguinte não terá permitido uma acentuada desvalorização do escudo e um abaixamento das taxas de juro, diminuindo por isso a probabilidade de conter a taxa de inflação nos 18%. Mas as negociações com o Fundo não terão cessado tendo Jacinto Nunes apresentado algumas das linhas gerais: para combater a inflação e reduzir a taxa de desemprego pretendia-se proceder à redução da taxa de desvalorização mensal do escudo de 1% para 0,75% e descer a taxa de juro em 2%, de 20% para os 18%. A celebração do acordo estava prevista após aprovação do Orçamento.<sup>466</sup>

Acácio Barreiros apresentou mais do mesmo que tinha feito em debates anteriores quanto a medidas para saída da crise. Mas deixou no ar algumas inquietações, algumas delas quanto à possibilidade de congelamento do projeto do Serviço Nacional de Saúde, e medidas que serviriam de engodo, tal como o aumento do teto salarial que poderia ser abatido com o corte do 13º mês. Continuou a defender a antecipação das eleições como um meio para retirar a iniciativa política do seio dos gabinetes presidenciais.<sup>467</sup> Para fazer face à dependência ao “imperialismo” através do acordo com o FMI, Acácio Barreiros defendeu que somente o combate à evasão fiscal aumentaria as receitas em 50%, apresentando o deputado um estudo de um especialista norte-americano em finanças públicas. Por conseguinte, o deputado desafiou o executivo a não pagar as indemnizações aos acionistas das empresas nacionalizadas, propôs uma diminuição do excesso das deslocações ao estrangeiro, uma redução das despesas para a GNR e PSP e limitação das despesas militares. Criticou a proposta contida no orçamento quanto ao aumento de 14,5% do salário para a função pública face a uma inflação superior aos 20% e por fim arguiu contra a Lei das Finanças Locais

---

<sup>466</sup>NUNES, Jacinto – *Diário da Assembleia da República*, p. 2416-2419, Lisboa, 29 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 30 de maio 1979.

<sup>467</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 1494-1495, Lisboa, 22 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 23 de março 1979.

como um dos motivos que levava a UDP a rejeitar mais uma vez o orçamento para 1979, tal como o tinha feito em março.<sup>468</sup>

O Partido Comunista Português criticou as diferenças entre a proposta do Programa de Governo e a proposta do Plano e Orçamento quanto à política de desenvolvimento. Se no primeiro o executivo se comprometia com medidas conducentes ao aumento da produção, no segundo admitia-se a possibilidade de estagnação. Neste sentido, o executivo de Mota Pinto propôs no Programa expandir o consumo, mas com o orçamento aventava-se a possibilidade de diminuir essa expansão consumista.<sup>469</sup> Carlos Carvalhas criticou o imposto extraordinário sobre o 13º mês, a diminuição de despesas no sector da saúde, educação e habitação e um corte de 4,5 milhões no orçamento destinado aos desempregados. Depois cogitou que os principais responsáveis pelos prejuízos das empresas públicas seriam os próprios administradores, que na sua maioria seriam do PSD e do CDS e que propositadamente praticariam uma política de preços discriminatória, não pagando dívidas das empresas nem lhes aumentando o capital para as obrigar a recorrer ao crédito externo.<sup>470</sup> Criticaram o governo por não cumprir a Constituição ao não incluir no orçamento a Lei das Finanças Locais. Tal como a UDP, Carlos Brito defendeu o recurso a eleições intercalares como saída para a crise política e económica.<sup>471</sup>

O Centro Democrático Social advertiu que a questão da banca privada seria vital para a saída da crise. Pela voz de Lucas Pires<sup>472</sup>, criticou o sentimento de “imortalidade”

---

<sup>468</sup>BARREIROS, Acácio – *Diário da Assembleia da República*, p. 2491-2492, Lisboa, 30 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 31 de maio 1979.

<sup>469</sup>Ibidem.

<sup>470</sup>CARVALHAS, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 2492-2494, Lisboa, 30 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 31 de maio 1979.

<sup>471</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 1496-1499, Lisboa, 22 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 23 de março 1979.

<sup>472</sup>Aderiu ao CDS em 1974. Foi deputado à Assembleia da República entre 1976-1986. Foi coordenador geral da coligação Aliança Democrática constituída pelo PSD e CDS, que viria a ganhar as eleições intercalares em 1979 e depois as eleições legislativas de 1980. Foi Ministro da Cultura e Coordenação Científica no VIII Governo Constitucional, entre 1982-1983. Entre 1983-1985, foi presidente do CDS. Quando foi deputado europeu, entrou em discórdia com o CDS devido à posição negativa que o partido estaria a tomar face à CEE, sendo o partido expulso do Partido Popular Europeu. Nas eleições Europeias de 1991, integrou as listas do Partido Social Democrata tendo aderido formalmente ao partido em 1997, após adesão dos sociais-democratas ao Partido Popular Europeu. Faleceu em maio de 1998, vítima de morte súbita.

no sector público que, tomado sem qualquer custo, se dispensava de trabalhar para obtenção de lucro e, por essa razão, usando o deputado da ironia, compreendia porque ainda não se tinha pago qualquer indemnização, cobrando-se cada vez mais impostos. Atacou a política do subsídio que escondia o agravamento de impostos caracterizando esta política do “jogo de rapa, tira e põe”. Depois, não conseguiu entender a política de desenvolvimento proposta pelo executivo, estando invertidas as prioridades de desenvolvimento. Para o deputado, antes do desenvolvimento social, dever-se-ia dar prioridade ao desenvolvimento económico e, antes deste, ao desenvolvimento político, esclarecendo questões como referendo, presidencialismo, revisão da Constituição e a marcação de eleições antecipadas. Defendeu uma “nova ordem económica” para Portugal colocando o sector privado como “pivot” da economia. Apesar das críticas e dos reparos colocados pelo deputado centrista, declarou que o CDS votaria a favor do Plano e Orçamento porque o contrário colocaria em risco a continuidade do executivo abrindo um vazio face à falta de perspectivas de aliança entre os partidos.<sup>473</sup> Com a reapresentação do documento em maio, Amaro da Costa declarava que o que se discutiria não seriam as propostas apresentadas no Plano e Orçamento, mas a “dialética entre um governo de iniciativa presidencial e um Parlamento onde esse governo não” dispunha de “apoio maioritário”. Para o deputado a situação política e institucional do país não consentia que um governo com as características do executivo de Mota Pinto pudesse explanar verdadeiras reformas estruturais para o país, por isso, mais do que uma “amalgama” de propostas do Plano e Orçamento, o que se discutiria no debate de maio, era o futuro do IV Governo Constitucional. Aliás, o agravamento da crise económica, para o deputado, só se devia ao agravamento da crise política e institucional, por isso, a “ausência do poder político” deveria ser tratada primeiramente, isto é, a convocação de eleições intercalares o quanto antes como forma de esclarecer a política institucional para depois atacar a crise económica e financeira do país. Mas a crítica incidiria também na ausência de qualquer Plano de médio a longo prazo na proposta, o que para o deputado seria um incentivo à economia clandestina que era reflexo de “ausência de poder político”. Sem este plano, Amaro da Costa considerava que o Estado não teria um papel de “promotor” na economia, mas um papel de “Estado Patrão”, sem qualquer preocupação social, gerindo de modo avarento o seu património

---

<sup>473</sup>PIRES, Lucas – *Diário da Assembleia da República*, p. 1501-1504, Lisboa, 22 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 23 de março 1979.

“revolucionário”. Reclamou que a austeridade não teria sido acompanhada por medidas estruturais. Face ao aumento das tensões sociais, o deputado Amaro da Costa apontou para o perigo do “ciclo infernal” ao recorrer ao esforço utilizado na austeridade para depois no ano seguinte se recorrer mais uma vez às políticas de austeridade. Mas, tal como no debate em março, Amaro da Costa declarou que o CDS votaria a favor na generalidade o Plano e Orçamento para 1979 para auxiliar a “construir um poder político democrático, estável e europeu” em Portugal.<sup>474</sup>

O PSD advertiu o executivo que poderia vir a aprovar o Plano e Orçamento desde que não incluísse o imposto extraordinário sobre o 13º mês e que se desse cumprimento à Lei das Finanças locais. Mas haveria outras questões fundamentais que pesariam no voto favorável ou não no Plano e Orçamento: o equilíbrio financeiro do orçamento e a questão da limitação do aumento de salários a 18%. Neste sentido, Francisco Sá Carneiro, durante o seu discurso de encerramento do debate de março, apresentou uma proposta de aditamento de novas opções fundamentais do Plano: fixação de um teto salarial compatível com as restantes medidas económicas e financeiras, reconversão de trabalhadores atingidos pelos sectores em crise, atualização do salário mínimo e uma política que reformasse o sistema de Previdência. Quanto ao equilíbrio que Sá Carneiro exigiu para que o PSD votasse favoravelmente a proposta, deixou um sério aviso ao parlamento que, perante uma dívida total do Estado a rondar os 723 milhões de contos, a hipótese de uma rutura financeira lá para o ano de 1983 seria bem real. Tal prognóstico seria assertivo com mais um programa *Stand By* entre 1983-1985. Por isso, o líder social-democrata apelou ao executivo de Mota Pinto que enveredasse por uma política de verdade e que, face a essa possível rutura, seria necessário ao governo aplicar uma política de compressão nas despesas. Perante as razões demonstradas, o presidente do PSD anunciou que a sua bancada não votaria favoravelmente a proposta do executivo de Mota Pinto.<sup>475</sup> Em maio, o voto do partido seria determinado exatamente pelas mesmas razões. Meneres Pimentel criticou a má elaboração das receitas previstas e que as despesas fixadas no orçamento nunca seriam cumpridas. Do ponto de vista da estabilização conjuntural, o PSD admitiu que os últimos orçamentos teriam contribuído para a diminuição da taxa de desemprego, mas

---

<sup>474</sup>COSTA, Amaro – *Diário da Assembleia da República*, p. 2495-2500, Lisboa, 30 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 31 de maio 1979.

<sup>475</sup>CARNEIRO, Sá – *Diário da Assembleia da República*, p. 1504-1508, Lisboa, 22 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 23 de março 1979.

interrogava-se a que custo, e se não seria possível atingir esse objetivo mas com a diminuição da despesa. Quanto à política fiscal, deveria direcionar-se para os seguintes objetivos: diminuição das desigualdades sociais, controlo da procura agregada e correção social do cálculo económico privado. Assim como estaria prescrito na Constituição dever-se-ia caminhar para a simplificação dos impostos, reunindo a tributação num só imposto e estabelecendo um imposto geral sobre a despesa, tal como se fazia no Mercado Comum. Referiu que a evasão e a fraude fiscal assumiam cada vez mais proporções que poriam em risco a credibilidade da administração fiscal e o próprio Estado. Contrariando as teses de austeridade quanto à política de poupança como solução para a crise, o deputado Meneres Pimentel achou esta via comprometedora para o nível de investimento e para o próprio emprego.<sup>476</sup>

António Guterres declarou que o PS como partido da oposição votaria contra a proposta do Plano por achar o diagnóstico à crise incorreto e não concordar com a criação do imposto extraordinário sobre o 13º mês. Face às eventuais consequências com o chumbo do Orçamento no parlamento – impedimento das câmaras disporem de verbas necessárias para satisfazerem as necessidades da população e a falta de instrumentos financeiros para assegurar a vida administrativa do país perante uma crise política – o Partido Socialista abster-se-ia da proposta do orçamento.<sup>477</sup> Embora o executivo de Mota Pinto tenha esgotado o capital de dúvida na bancada socialista, António Guterres declarou no final do debate da reapresentação do Plano e Orçamento a viabilização da proposta pelos mesmos motivos apresentados anteriormente. Mas mostrou-se disponível para durante o debate na especialidade introduzir algumas alterações que considerava indispensáveis para a defesa dos trabalhadores: votaria contra o imposto extraordinário sobre o 13º mês e apresentaria propostas de alteração ao 8º artigo que assegurava o normal funcionamento das câmaras municipais. Foram inúmeros os argumentos que o Partido Socialista apresentou para demonstrar a falta de estabilidade política do executivo: a falta de apoio do PSD, cujo partido tinha aprovado favoravelmente o Programa do Governo; atuação “nociva” do executivo pondo em causa a estabilidade democrática e a “dignidade das instituições” e a não revisão dos preços dos serviços públicos. Para António Guterres, era importante o Orçamento Geral

---

<sup>476</sup>PIMENTEL, Meneres – *Diário da Assembleia da República*, p. 2502-2505, Lisboa, 30 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 31 de maio 1979.

<sup>477</sup>GUTERRES, António – *Diário da Assembleia da República*, p. 1508-1509, Lisboa, 22 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 23 de março 1979.

do Estado ser aprovado para ficarem assegurados os instrumentos necessários à regularidade da vida administrativa e depois desafiou o IV Governo Constitucional a apresentar uma Moção de Confiança na Assembleia da República ou que fosse demitido.<sup>478</sup>

Mota Pinto avisou que não poderia continuar a iludir o povo português relativamente aos sacrifícios que se protelaram e que eram mais que necessários para a recuperação económica. Perante a discussão se sim ou não à redução drástica das despesas, Mota Pinto não aceitava que estas fossem cobertas por empréstimos ou que se pudesse proceder a um corte drástico perante a iminência de despedimentos de funcionários públicos, porque 43% dessas despesas correspondiam a pagamentos a funcionários. Mesmo face ao problema das despesas, Mota Pinto previu um aumento para os funcionários públicos elevando as despesas em 11 milhões de contos. Mas o Primeiro-Ministro continuava a defender a contenção de despesas e a disciplina financeira através da cobertura de receitas correntes para consolidação da ideia de “independência nacional”. Para se defender quanto à possibilidade da rejeição do Plano e Orçamento, Mota Pinto exortou que uma crise governativa, juntando às anteriores, seria um elemento de “combustão” que ia queimando a “chama da democracia”.<sup>479</sup> Na reapresentação da proposta, Mota Pinto lembrou aos deputados que, face a uma rejeição da proposta do Plano e Orçamento, o executivo teria até noventa dias para apresentar uma nova proposta, prazo mais que cumprido em cinquenta e quatro dias. A modificação introduzida pela alteração da percentagem do imposto extraordinário do 13º mês que tocava o equilíbrio orçamental obrigou a novos cálculos e ajustamentos, o que levou todo este período para apresentar uma nova proposta do Plano e Orçamento. Uma das primeiras alterações que se verificaram foi o desequilíbrio presente no segundo orçamento apresentando um défice de 6,7 milhões de contos. Estas alterações para o Primeiro-Ministro eram bem a prova da flexibilidade do executivo que tudo estaria a fazer para que houvesse um orçamento, em vez da inexistência do mesmo.<sup>480</sup>

---

<sup>478</sup>GUTERRES, António – *Diário da Assembleia da República*, p. 2505-2507, Lisboa, 30 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 31 de maio 1979.

<sup>479</sup>PINTO, Mota – *Diário da Assembleia da República*, p. 1510-1514, Lisboa, 22 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 23 de março 1979.

<sup>480</sup>PINTO, Mota – *Diário da Assembleia da República*, p. 2508-2510, Lisboa, 30 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 31 de maio 1979.

O Plano foi rejeitado nas duas tentativas apresentadas, mas o Orçamento viria a ser aprovado à segunda com a colaboração dos deputados independentes do PSD ligados ao grupo das “Opções Inadiáveis” perante a imposição de Sá Carneiro à bancada social-democrata em abster-se tentando provocar a rejeição do Orçamento.<sup>481</sup> Quase no final do primeiro semestre de 1979, Portugal tinha finalmente um Orçamento aprovado com 77 votos a favor do CDS, dos deputados independentes do PSD, e dos deputados independentes Galvão de Melo e Vasco da Gama Fernandes, com 45 votos contra do PCP, da UDP e dos deputados independentes Brás Pinto, Vital Rodrigues, Lopes Cardoso, Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira e com abstenção do PS e PSD.<sup>482</sup>

Mas a aprovação do Orçamento não evitou a queda do IV Governo Constitucional. Face à iminente apresentação de uma Moção de Censura ao executivo por parte do Partido Socialista e perante a eventualidade da aprovação da mesma passando a constituir uma leitura política de censura ao próprio Presidente da República, Ramalho Eanes antecipou-se demitindo o executivo de Mota Pinto. Perante esta conjuntura, o Presidente da República colocou-se numa situação de impasse, perspetivando-se dois cenários possíveis para a saída da crise: nomear um V Governo Constitucional com aval socialista ou dissolução da Assembleia da República com a convocação de eleições intercalares.<sup>483</sup>

### **3.3.5. Apresentação do Programa do V Governo Constitucional: “A Marcha dos Cem dias”<sup>484</sup>**

Entre a queda do IV Governo Constitucional e a formação do terceiro governo de iniciativa presidencial, havia movimentações para se formar uma coligação constituída pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM, denominada Aliança Democrática. Freitas do Amaral terá pensado nesta coligação agregando mais alguns grupos dissidentes presentes na Assembleia da República para dessa forma formar uma maioria

---

<sup>481</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 212-213.

<sup>482</sup>*Diário da Assembleia da República*, p. 2511, Lisboa, 30 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 31 de maio 1979.

<sup>483</sup>Eanes espera oito dias pelo Congresso do PSD. *Expresso*. Lisboa, nº 344, 09 de junho 1979, p. 1.

<sup>484</sup>PINTASSILGO, Maria de Lurdes – *Diário da Assembleia da República*, p. 3585-3587, Lisboa, 13 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 14 de agosto 1979.

parlamentar e propor um governo ao Presidente da República. Mas Francisco Sá Carneiro terá pensado numa proposta mais ampla, englobando o Partido Socialista, e, caso não se concretizasse, certamente não seria por sua responsabilidade. Mário Soares não aceitou e tentou chegar a acordo com dissidentes do Partido Social Democrata que se preparavam para formar uma nova força partidária: Ação Social-Democrata Independente (ASDI). O Partido Socialista sabia que as eleições antecipadas eram desfavoráveis ao partido, por isso, terá proposto um executivo com o apoio dos 37 dissidentes do PSD.<sup>485</sup> O Serviço Nacional de Saúde e algumas alterações introduzidas na Reforma Agrária estariam a ser os principais obstáculos para que esta coligação se concretizasse e também a demasiada aproximação entre o PS e o PCP estaria a contribuir para um desfecho negativo. Uma demarcação por parte do Partido Socialista face ao Partido Comunista seria fundamental para que houvesse uma aproximação real entre o PS e a ASDI.<sup>486</sup> Além desta hipótese, supunha-se um executivo liderado por um militar e os nomes que circulavam como ministeriáveis eram os do Tenente-Coronel Loureiro dos Santos e do Tenente-Coronel Vítor Alves. Estas escolhas justificar-se-iam caso o Presidente da República dissolvesse a Assembleia da República para poder contar com a cobertura do Conselho de Revolução.<sup>487</sup>

A dissolução da Assembleia da República veio a acontecer com a marcação de eleições intercalares para alguns meses depois<sup>488</sup>, mas a escolha não recairia num militar, mas numa mulher, aquela que viria a ser a única Primeiro-Ministro do sexo feminino em 114 anos de República. Maria de Lurdes Pintassilgo<sup>489</sup> formou o V

---

<sup>485</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 214-215.

<sup>486</sup>SNS e Reforma Agrária poderão dificultar V Governo PS-ASDI. *Expresso*. Lisboa, nº 345, 16 de junho 1979, p. 1.

<sup>487</sup>Vítor Alves: nova hipótese de P.M. militar. *Expresso*. Lisboa, nº 345, 16 de junho 1979, p. 16.

<sup>488</sup>Após a formação de novo Governo (de gestão) haverá dissolução "au ralenti" e eleições intercalares. *Expresso*. Lisboa, nº 350, 14 de julho 1979, p. 1.

<sup>489</sup>Licenciou-se em Engenharia Químico-Industrial, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, em 1953. Católica fervorosa, presidiu entre 1952-1956 á Juventude Universitária Católica Feminina. Entre 1954-1960, dirigiu o Departamento de Estudos e Projetos da CUF. Entre 1964-1969, foi coordenadora de programas de formação e de projetos-piloto no domínio da emancipação da mulher e da ação sociocultural. Em 1969, recusou o convite de Marcelo Caetano para integrar a lista de deputados à Assembleia Nacional. Entre 1970-1973, trabalhou como consultora junto do secretário de Estado do Trabalho e Previdência. Presidiu, a convite de Marcelo Caetano, ao Grupo de Trabalho para a

Governo Constitucional com algumas dificuldades. Uma notícia do jornal *Expresso* avançada durante o mês de julho terá dado conta da reação do executivo de Mota Pinto face à nomeação de Maria de Lurdes Pintassilgo para o cargo. Alguns dos ministros que teriam manifestado disponibilidade para prosseguir com as suas funções no executivo seguinte terão reagido negativamente à escolha de Ramalho Eanes manifestando-se prontamente indisponíveis para prosseguir as suas funções.<sup>490</sup> Numa entrevista realizada recentemente a Ramalho Eanes sobre o porquê da escolha de Maria de Lurdes Pintassilgo para Primeiro-Ministro, justificou-a com a “experiência governativa” passada nos Governos Provisórios e com a “determinação” que tinha para enfrentar “o momento especial” que Portugal atravessava. Segundo outras teses que circulavam na comunicação social da época, nomeadamente no *Expresso*, a escolha teria a ver somente com uma decisão “enigmática” de Ramalho Eanes, outros pensavam que seria a confirmação de “uma estratégia presidencial de desertificação progressiva da vida política portuguesa” e que face ao isolamento do Presidente da República não restaria outra alternativa do que “recorrer aos amigos”. Mas, para o próprio Ramalho Eanes, a escolha em Maria de Lurdes Pintassilgo justificava-se num “quadro de manifesta e interatuante perversidade económica e política, a crise social, já de si justificável, não deixaria de se adensar. Justificável, desde logo, porque eram muitos os desiludidos, desesperados mesmo, com a revolução e a democracia”.<sup>491</sup> Desmentindo um mito que teria sido por proposta de Melo Antunes que o Presidente da República a teria

---

participação da Mulher na Vida Económica e Social. No exercício dessas funções, integrou a Delegação Portuguesa à Assembleia Geral da ONU. A sua experiência governativa não ficou ligada somente ao V Governo Constitucional, tendo sido Secretária de Estado da Segurança Social no I Governo Provisório, Ministra dos Assuntos Sociais nos II e III Governo Provisório. Em 1975, tomou posse como embaixadora junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Em 1986, foi candidata independente à Presidência da República e, entre 1987 e 1989, foi deputada independente no Parlamento Europeu integrada no grupo do Partido Socialista. Viria a falecer com 74 anos, em julho de 2004.

<sup>490</sup>Muitos membros do Governo cessante poem sérias reticências à aceitação de convites para o V Governo Constitucional. *Expresso*. Lisboa, nº 351, 21 de julho 1979, p. 1.

<sup>491</sup>SOARES, Manuela Goucha – Ramalho Eanes conta porque nomeou Maria de Lurdes Pintassilgo há 36 anos. *Expresso* [Em Linha] [Consult. 17AGO2015]. Disponível em internet: <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-08-12--Ramalho-Eanes-conta-porque-nomeou-Pintassilgo-para-primeira-ministra-ha-36-anos>.

escolhido,<sup>492</sup> o general Ramalho Eanes lembrou nessa recente entrevista que teriam sido “camaradas” seus do Porto, “homens mais ligados à Igreja” que terão a apresentado a Ramalho Eanes.<sup>493</sup>

No debate para o Programa de Governo estreava-se um novo deputado substituindo Acácio Barreiros por dissidência. Manuel Monteiro começou por criticar o V Governo Constitucional de pouco ter mudado relativamente à política económica prosseguida por governos anteriores. Face à intenção do executivo de incentivar a iniciativa privada e de perspetivar o pagamento das indemnizações, as pequenas e médias empresas para o deputado continuavam a ser arruinadas e o custo de vida a aumentar. Para Manuel Monteiro, este Programa seria uma espécie de cartilha ditada pelo Fundo Monetário Internacional. Durante o discurso teve tempo para atacar a coligação que se cozinhava entre o PSD e o CDS, a qual, segundo o deputado da UDP, seria uma espécie de reedição da União Nacional proferindo dessa forma um discurso “salazarento” na Assembleia da República. Respondendo ao apelo da Primeiro-Ministro quanto à manutenção de uma “paz social” durante a campanha para as eleições intercalares, Manuel Monteiro apelou a uma maior “intensificação das lutas populares”. Aproveitando esta deixa, o deputado ainda dirigiu algumas críticas ao PCP pela sua incapacidade de desenvolver estas lutas contra as políticas de direita mantendo um constante apoio ao Presidente da República.<sup>494</sup>

Esta estratégia por que enveredou o Partido Comunista foi confirmada durante a preleção do deputado Carlos Brito, confirmando o seu aval ao executivo por promover “um clima de serenidade” com o processo eleitoral. Mas demonstrou preocupação pela possibilidade de prosseguir a política ditada pelo FMI e pelo risco que essas políticas colocariam no abrandamento das tensões sociais e políticas. Depois, enumerou uma série de consequências que teriam sido provocadas pelo governo de Mota Pinto: agravamento das dificuldades económicas e financeiras, degradação das condições de

---

<sup>492</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 215.

<sup>493</sup>SOARES, Manuela Goucha – Ramalho Eanes conta porque nomeou Maria de Lurdes Pintasilgo há 36 anos. *Expresso* [Em Linha] [Consult. 17AGO2015]. Disponível em internet: <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-08-12--Ramalho-Eanes-counta-porque-nomeou-Pintasilgo-para-primeira-ministra-ha-36-anos>.

<sup>494</sup>MONTEIRO, Manuel – *Diário da Assembleia da República*, p. 3751-3753, Lisboa, 18 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de agosto 1979.

vida, aumento do desemprego, violação da Constituição e repressão contra os trabalhadores. Face ao argumento de um possível equilíbrio na balança de transações, Carlos Brito contrapôs a subida do défice da balança comercial e o abrandamento verificado nessa subida não significaria para o deputado qualquer êxito da política de austeridade, mas sim a redução do crescimento no produto interno, a quebra do investimento e do poder de compra e a desvalorização do dólar. Prosseguindo com a desconstrução do êxito da austeridade, o deputado comunista apresentou a dívida externa do país que ultrapassava os 300 milhões de contos, o aumento do número de falências das pequenas e médias empresas e o agravamento da taxa de desemprego. Face a estes resultados, o PCP propôs uma nova política económica e financeira, uma alteração na política comercial e uma nova política agrícola. Que fossem desbloqueados os contratos coletivos e que os salários acompanhassem a subida de preços. Carlos Brito defendeu a rápida implementação do Serviço Nacional de Saúde e uma adequação do ensino ao desenvolvimento económico. Apesar de algumas reservas da bancada comunista face ao executivo, Carlos Brito declarou que o seu grupo parlamentar viabilizaria o Programa de Governo de Maria de Lurdes Pintassilgo.<sup>495</sup>

Freitas do Amaral começou a sua intervenção final do debate declarando que o CDS no quadro da coligação da Aliança Democrática apresentaria uma Moção de Rejeição ao Programa. Para o deputado não tinha sentido passar um Programa que não seria controlado pelo próprio parlamento face à sua dissolução. O deputado centrista considerou a fórmula do V Governo Constitucional análoga à dos governos Provisórios, marcadamente de esquerda. Outras das críticas ao executivo de Maria de Lurdes Pintassilgo estariam relacionadas com uma estrutura hierárquica que se tinha estabelecido no governo, violando, segundo Freitas do Amaral, a própria noção de “colegialidade” no Conselho de Ministros. Não se previa igualmente a aplicação da Lei das Finanças Locais, afirmando por isso o Presidente do CDS que ainda não seria com “este Governo” que as autarquias conheceriam finalmente o “impulso descentralizador”. Freitas do Amaral não compreendia um Programa de Governo tão vasto para um tão curto período de tempo, em que os principais objetivos do executivo seriam a gestão da coisa pública e a preparação das eleições intercalares. Enumerou uma série de consequências face a um executivo que governaria sem o parlamento e com o Programa

---

<sup>495</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 3753-3757, Lisboa, 18 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de agosto 1979.

apresentado. Para o executar seria necessário requerer autorizações legislativas, mas, com Assembleia da República dissolvida, todas essas autorizações caducariam. Por isso, Freitas do Amaral lembrou que o país estaria perante um governo de gestão para preparar eleições e não para aplicar um Programa de Reformas. E, face à falta de garantia por parte do governo de que após as eleições se demitiria, o deputado do CDS prometia apresentar após o ato eleitoral uma Moção de Censura ao governo na Assembleia da República.<sup>496</sup>

Após a curta duração do executivo de Nobre da Costa, Ramalho Eanes prometera a marcação de eleições intercalares antecipadas e a constituição de um governo para as preparar. Francisco Sá Carneiro lembrou na reta final do debate que esse compromisso ainda não tinha sido cumprido com o prolongamento da crise a favor, segundo o deputado do PSD, a um “alargamento dos poderes do próprio general Ramalho Eanes”. Para o líder social-democrata a desvalorização do parlamento e dos partidos através da atuação do Presidente da República teria como objetivo conquistar o poder pelo setor político-militar e instaurar dessa forma uma ditadura de cariz comunista. O Partido Social Democrata criticou igualmente a presença de alguns membros no governo que seriam dirigentes de um “pré-partido” que se estaria a formar para participarem nas próximas eleições. Essas críticas seriam dirigidas a homens como Sousa Franco, que era o Ministro das Finanças do executivo de Pintassilgo, sendo um dissidente do PSD e fazendo parte do grupo “Opções Inadiáveis”, que se aprontava para formar a ASDI. Por isso, Sá Carneiro declarou, que tal como o CDS, o PSD rejeitaria o governo e defendia a rápida marcação de eleições antecipadas.<sup>497</sup>

Mário Soares na sua declaração final proferiu palavras curiosas de apoio à introdução de aperfeiçoamentos na Constituição na altura “própria” que “prescreve” mas permanecendo “fiel ao sistema instituído”. Este tema da Constituição não seria descabido no discurso do secretário-geral do Partido Socialista porque no momento o tema era decorrente por iniciativa do PSD. Os “aperfeiçoamentos” sugeridos por Mário Soares não estariam relacionados com alterações na doutrina económica instituída na Constituição, mas com a alteração de alguns poderes por parte do Presidente da República e neste ponto tanto o PS como o PSD estariam de acordo. Para estes dois

---

<sup>496</sup>AMARAL, Freitas – *Diário da Assembleia da República*, p. 3757-3762, Lisboa, 18 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de agosto 1979.

<sup>497</sup>CARNEIRO, Sá – *Diário da Assembleia da República*, p. 3762-3765, Lisboa, 18 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de agosto 1979.

partidos, o cerne da crise já não seria a crise económica ou financeira, com FMI ou sem FMI, mas a própria atuação do Presidente da República durante a crise. Esta ideia estaria patente nas palavras do deputado Mário Soares declarando que o Presidente da República não deveria ser chefe de um partido e nem de uma maioria parlamentar, deveria possuir um papel discreto na intervenção política e no próprio sistema para que ele funcionasse. Para o secretário-geral do Partido Socialista a dissolução da Assembleia da República foi uma opção errada da parte do general Ramalho Eanes. Apesar de algumas reservas que a composição do executivo de Maria de Lurdes Pintassilgo mereceria da parte do PS, o V Governo Constitucional daria a Mário Soares algumas garantias de isenção e democraticidade. Preocupou-se com algumas questões relativas à preparação das eleições: qual seria a isenção da comunicação social durante a campanha, como iria decorrer e como estaria a ser preparado o processo eleitoral nas Regiões Autónomas da Madeira e nos Açores... Grande parte da intervenção de Mário Soares na reta final do debate parlamentar prendeu-se com questões eleitorais. O secretário-geral do PS declarava que não votaria favoravelmente a Moção de Rejeição conjunta do PSD-CDS e nem a proposta do Programa de Governo deixando no ar a possibilidade de abstenção. Apesar de um mero executivo de gestão, Mário Soares pediu que reformas como o Serviço Nacional de Saúde deveriam ser prosseguidas e dava a total cooperação do Partido Socialista para o cumprimento das mesmas.<sup>498</sup>

No discurso de abertura, a Primeiro-Ministro declarou que o seu governo da “marcha dos cem dias” não estaria somente para preparar eleições, não para fazer a “rutura” com anteriores governos, mas prometeu um executivo de “transição”, deixando transparecer a ideia de que o seu governo estaria disposto a aplicar um conjunto de reformas que fossem necessárias para o país. Além da preparação das eleições, comprometeu-se a criar um clima de serenidade necessário para que o ato eleitoral se realizasse dentro de um espírito de reflexão possível. Fora o processo eleitoral, Maria de Lurdes Pintassilgo comprometeu-se a responder aos direitos fundamentais dos cidadãos afirmados pela Constituição e seria este compromisso que conduziria toda a ação governamental do executivo. Depois, referindo-se organicamente ao governo, realçou o aparecimento pela primeira vez das áreas social e cultural. Aludindo à área social, lembrou que este não só incluiria o sector da saúde e segurança social, mas também o

---

<sup>498</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 3766-3769, Lisboa, 18 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de agosto 1979.

trabalho, habitação e obras públicas, transportes e comunicações.<sup>499</sup> Na declaração final proferida no termo do debate, a Primeiro-Ministro constatou durante o plenário um conflito latente entre dois órgãos de soberania, isto é, entre o Presidente da República e Assembleia da República, perante os quais o governo seria responsável. O debate foi marcadamente violento quanto aos ataques que alguns partidos fizeram ao executivo e nomeadamente à própria Primeiro-Ministro, tendo até sido vítima de alguns ataques pessoais, tal como afirmou o general Ramalho Eanes em recente entrevista ao *Expresso*.<sup>500</sup> Em resposta a essas ofensivas, Maria de Lurdes Pintassilgo terá provocado o momento mais quente do debate, onde, de forma populista, afirmou que o seu “desprendimento” ao poder punha a “nu a desonestidade moral e intelectual de alguns” que a tinham “habituaado a julgar como homens dignos e sérios, mas que fabricam mentiras e afirmam calúnias”. Estas palavras provocaram protestos bastantes ruidosos da bancada social-democrata e dos democratas-cristãos que por sinal foram os grupos parlamentares que lançaram as mais acérrimas críticas ao executivo e à própria Maria de Lurdes Pintassilgo. Perante a possibilidade de recusa de algumas autorizações legislativas para governar e o consequente “bloqueio governativo” dessa decisão, interrogava a Primeiro-Ministro como iria proceder ao pedido de empréstimos externos necessários e à atualização do Orçamento Geral do Estado e mostrava-se “perplexa” que certos grupos de deputados não quereriam “que o governo” tomasse “as decisões necessárias à vida normal” do país.<sup>501</sup>

A Moção de Rejeição apresentada pelo PSD e pelo CDS contou com 79 votos a favor, com 33 votos contra dos deputados independentes sociais-democratas e dos deputados independentes Vasco da Gama Fernandes, Cunha Simões, Vital Rodrigues, Brás Pinto, e Lopes Cardoso e com 125 abstenções do Partido Socialista, do PCP, da UDP e do deputado independente Galvão de Melo.

---

<sup>499</sup>PINTASSILGO, Maria de Lurdes – *Diário da Assembleia da República*, p. 3585-3587, Lisboa, 13 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 14 de agosto 1979.

<sup>500</sup>SOARES, Manuela Goucha – Ramalho Eanes conta porque nomeou Maria de Lurdes Pintassilgo há 36 anos. *Expresso* [Em Linha] [Consult. 17AGO2015]. Disponível em internet: <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-08-12--Ramalho-Eanes-counta-porque-nomeou-Pintassilgo-para-primeira-ministra-ha-36-anos>.

<sup>501</sup>PINTASSILGO, Maria de Lurdes – *Diário da Assembleia da República*, p. 3769-3773, Lisboa, 18 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de agosto 1979.

Podemos constatar que a crise económica e financeira era cada vez menos debatida no plenário da Assembleia da República. Quando usada servia de narrativa tanto para derrubar governos como para realçar os efeitos positivos dos respetivos executivos como também para desgastar a imagem política. Se os resultados económicos fossem negativos, as forças reacionárias representavam um perigo para a democracia face à falta de eficácia de combate à crise, se os resultados económicos fossem positivos, estes contribuiriam para a crescente estabilização democrática graças aos governos. A partir desta narrativa e perante a perspectiva de uma vitória eleitoral, o PSD e o CDS desejavam a marcação rápida de eleições, enquanto o PS desejava retardar ao máximo a marcação das legislativas. A partir do V Governo Constitucional, pouco se falou do Fundo Monetário Internacional. Também pouco se falou da crise económica e financeira. A partir do executivo de Mota Pinto, são as políticas de desenvolvimento que contrabalançam com as políticas de austeridade. Os tempos eram outros. Para o PSD e CDS, era urgente a resolução da crise política. Essa passava pela marcação de eleições antecipadas. Foram marcadas. No dia 21 de dezembro, a Alternativa Democrática alcançava a sua vitória eleitoral com a primeira maioria absoluta da jovem democracia. No outono seguinte alcançaria idêntico resultado. Quanto ao Partido Socialista pagou o preço de ter ficado associado aos acordos com o FMI e pelas medidas de austeridade terem afetado nomeadamente o seu próprio eleitorado. Face à ausência de um “ciclo político-económico” perante executivos de tecnocratas, o PS não teve meios de influenciar outro clima económico a curto prazo. O Partido Socialista perdera 6,9% dos votos.<sup>502</sup>

A crise política acabara. A crise económica e financeira era uma miragem. O Ministro das Finanças e Plano era um dos destacados técnicos do Banco de Portugal: Aníbal Cavaco Silva. Uma das condições para a aceitação do cargo era o controlo absoluto da política económica e financeira e a sua principal preocupação seria o relançamento da atividade económica através das políticas keynesianas.<sup>503</sup> O pior já tinha passado. Havia um governo forte com uma maioria parlamentar. Tudo se encarrilhava para o país crescer. Nem o choque do petróleo de 1979 parecia deter o

---

<sup>502</sup>LOBO, Marina Costa – A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. 31 (1996) 1107.

<sup>503</sup>TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2007, p. 218-219.

novo Ministro das Finanças e a restante equipa executiva de dar novos sonhos e novos horizontes aos portugueses. O mote para uma política de expansão económica estava dado. Mas até quando?

### 3.4. As conversações com o FMI

O reatamento das negociações com o Fundo Monetário Internacional em março de 1978 aconteceu após a revisão do orçamento e das propostas de lei da política económica a prosseguir pelo II Governo Constitucional.<sup>504</sup> Durante o debate para o Programa do Governo PS/CDS, o Primeiro-Ministro Mário Soares tentou demonstrar que o executivo não estava disposto a abraçar facilmente as “receitas” prescritas pelo Fundo nas negociações decorridas até novembro de 1977, declarando que todas elas seriam sujeitas a negociação. Prometia que o governo não iria para a mesa das conversações de “mãos atadas” e prova disso mesmo, segundo Mário Soares, seria o Programa do próprio executivo. O Primeiro-Ministro explicou que a suspensão temporária das negociações com o Fundo deveu-se à necessidade do parlamento se pronunciar sobre elas.<sup>505</sup>

As conversações entre o FMI e as autoridades portuguesas terão recomeçado em finais de fevereiro ou em princípios de março. Inicialmente o Fundo terá feito sentir que a proposta portuguesa quanto à redução do défice da balança de pagamentos era insuficiente, que a compressão das despesas públicas era diminuta e que a desvalorização do escudo deveria atingir um valor acima dos 30%.<sup>506</sup> Em finais de março, terão acordado um limite do défice da balança de pagamentos a rondar os 900 milhões de dólares entre abril de 1978 e 1979, um crescimento anual do Produto Nacional em cerca de 3% e que se reduzisse em 6% o valor das importações. A 29 de

---

<sup>504</sup>FMI só em Março porque "não poderia ter sido antes". *Expresso*. Lisboa, nº 276, 11 de fevereiro 1978, p. 1. C. Ministros: salário mínimo e rendas de casa. *Expresso*. Lisboa, nº 277, 18 de fevereiro 1978, p. 10.

<sup>505</sup>SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 1191-1199, Lisboa, 02 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 03 de fevereiro 1979. SOARES, Mário – *Diário da Assembleia da República*, p. 1484-1491, Lisboa, 11 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 13 de fevereiro 1979.

<sup>506</sup>Delegação do FMI partiu descontente. *Expresso*. Lisboa, nº 279, 04 de março 1978, p. 1.

março, esperava-se um entendimento total entre o Fundo e as autoridades portuguesas, o que deveria conduzir o governo português a endereçar a *letter of intent* ao FMI.<sup>507</sup>

Mas as negociações ainda não tinham terminado. O Ministro das Finanças Vítor Constâncio terá pedido em Conselho de Ministros um mandato negocial da parte do executivo com o objetivo de concluir as negociações que poderiam estar em causa face aos resultados do primeiro trimestre da balança de pagamentos cujo défice iria cifrar-se nos 12 a 14 milhões de contos. Usando a regra três simples chegava-se facilmente à conclusão que Portugal não cumpriria o défice estipulado com o Fundo ao chegar aos 1,2 biliões de dólares ultrapassando os 800 milhões de dólares estipulados.<sup>508</sup> Enquanto decorria um boato nos bastidores das negociações quanto a uma rutura entre as partes, o FMI continuou a insistir na desvalorização brusca da moeda terminando dessa forma com o sistema de desvalorização deslizante pré-programada substituindo-a por um sistema de ajustamento trimestral.<sup>509</sup>

Entretanto, durante o debate para o Plano e Orçamento Geral do Estado para 1978, o Ministro das Finanças Vítor Constâncio explicou o estado das negociações, apontando alguns aspetos que distanciavam as partes, entre os quais, o Fundo exigia que se aumentasse brutalmente as taxas de juro e o executivo propunha uma ligeira subida. Para Vítor Constâncio este desacordo não podia levar ao rompimento das conversações com consequências que daí viriam: a falta de fontes de financiamento, a desconfiança internacional da comunidade financeira e dos bancos estrangeiros, exigências de pagamento da dívida externa a curto prazo e a maior utilização das reservas de ouro.<sup>510</sup>

Apesar dos esforços prestados pelas autoridades portuguesas para que o Fundo reajustasse a sua posição, durante o mês de abril era crescente a sensação que as conversações não chegariam a bom porto. Por isso, numa tentativa de desbloqueamento do impasse, Vítor Constâncio tomou a iniciativa de suspender as negociações para que o

---

<sup>507</sup>Negociações Portugal-FMI entram na fase decisiva depois de interregno complexo. *Expresso*. Lisboa, nº 282, 23 de março 1978, p. 1.

<sup>508</sup>Subida nos juros: FMI quer mais 7% - Governo contrapõe subida de 3%. *Expresso*. Lisboa, nº 283, 01 de abril 1978, p. 1.

<sup>509</sup>Negociações com o FMI: Rutura pode ser (hábil) pressão - desacordo em 3 pontos essenciais. *Expresso*. Lisboa, nº 284, 08 de abril 1978.

<sup>510</sup>CONSTÂNCIO, Vítor – *Diário da Assembleia da República*, p. 2131-2137, Lisboa, 06 de abril 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 07 de abril 1978.

responsável da equipa do Fundo, Hans Schmidt,<sup>511</sup> regressasse aos Estados Unidos para dar conhecimento do estado das conversações às autoridades competentes.<sup>512</sup>

Provavelmente terá sido o Governador do Banco de Portugal Silva Lopes a desbloquear o impasse negocial com a sua visita a Bona flexibilizando a posição mais rígida da Alemanha Federal neste processo, cujo país emprestaria uma das verbas mais avultadas no Grande Empréstimo. O responsável pela equipa técnica do Fundo terá recebido novas instruções do Conselho da Administração do FMI para uma maior flexibilização havendo concessões de parte a parte: o Fundo Monetário Internacional aceitava um défice externo até 1 bilião de dólares quando o objetivo inicialmente proposto se fixava nos 800 milhões de dólares,<sup>513</sup> a taxa de desconto do Banco de Portugal estabelecia-se nos 18%, no domínio da política cambial prevaleceu a posição portuguesa evitando a desvalorização bruta do escudo e a taxa de crescimento do Produto Nacional ficou estabelecida entre os 3 e os 4%. O FMI acompanharia o programa com visitas trimestrais para avaliar a economia portuguesa e a aplicação das “intenções” da política económica e financeira do governo português.<sup>514</sup>

O acordo alcançado entre as partes viria a ser aprovado pelo Conselho de Ministros enquanto a Carta de Intenções endereçada junto das autoridades do Fundo só teria uma resposta em finais de maio.<sup>515</sup>

Como tínhamos discutido no capítulo anterior, as negociações para um acordo com o Fundo Monetário Internacional destinavam-se a avalizar o Grande Empréstimo numa operação avaliada nos 750 milhões de dólares. Mas alguns países iam adiantando a sua quota-parte enquanto decorriam as conversações. Um dos fatores que terão contribuído para este adiantamento foi a estabilização política que ficou estabelecida com a coligação governamental entre PS e CDS e a consequente maioria parlamentar obtida. Para os países credores estavam desta forma reunidas as condições para que Portugal aplicasse as reformas impostas pelo FMI. Depois da Venezuela, Noruega,

---

<sup>511</sup>Concessões do FMI promete acordo para breve - austeridade será "suavizada". *Expresso*. Lisboa, nº 286, 22 de abril 1978, p. 1.

<sup>512</sup>Soares nos EUA e Amaral na Europa se pararem negociações com FMI. *Expresso*. Lisboa, nº 285, 15 de abril 1978, p. 1.

<sup>513</sup>Concessões do FMI promete acordo para breve - austeridade será "suavizada". *Expresso*. Lisboa, nº 286, 22 de abril 1978, p. 1.

<sup>514</sup>Governo prepara carta de intenções a enviar ao FMI após o acordo desta semana. *Expresso*. Lisboa, nº 287, 29 de abril 1978, p. 1.

<sup>515</sup>...e aprovado, na quinta acordo com o FMI. *Expresso*. Lisboa, nº 288, 06 de maio 1978, p. 12.

Suíça e Canadá, os Estados Unidos adiantaram 200 milhões de dólares dos 300 milhões<sup>516</sup> da sua quota-parte. Mas, as condições do empréstimo continuavam dependentes do sucesso das conversações entre Portugal e o FMI.<sup>517</sup> A Inglaterra também adiantaria a sua quota-parte com 20 milhões de dólares.<sup>518</sup> No entanto, ainda havia quem colocasse vários obstáculos para que esses adiantamentos se efetivassem. Por exemplo, as autoridades portuguesas tentavam obtê-los junto dos bancos comerciais da República Federal da Alemanha e com o aval do seu governo continuavam a condicionar as negociações para a concessão de 200 milhões de dólares face ao resultado das conversações entre Portugal e o Fundo.<sup>519</sup> No início do mês de abril e longe de qualquer conclusão das conversações entre Portugal e o FMI, as autoridades portuguesas fechavam o acordo com o Japão mas sem qualquer adiantamento dos 75 milhões de dólares relativos ao Grande Empréstimo.<sup>520</sup>

O Fundo Monetário Internacional anunciou nos primeiros dias de junho o acordo alcançado com as autoridades portuguesas, declarando que estaria à disposição de Portugal uma linha de crédito de 70 milhões de dólares nos doze meses seguintes. A partir desse momento as autoridades portuguesas podiam negociar com os bancos privados a concessão de empréstimos e concretizar o Grande Empréstimo.<sup>521</sup> Este acordo permitiu à República Federal da Alemanha conceder prontamente os restantes 200 milhões de dólares, mas além deste empréstimo os bancos alemães iriam emprestar mais 150 milhões de dólares.<sup>522</sup> As autoridades norte-americanas também estariam

---

<sup>516</sup>EUA creditaram 200 milhões de dólares no Banco de Portugal. *Expresso*. Lisboa, nº 290, 20 de maio 1978, p. 12.

<sup>517</sup>12 Milhões de contos dos EUA: Menos de um quarto do défice de 1977. *Expresso*. Lisboa, nº 279, 04 de março 1978, p. 14.

<sup>518</sup>Empréstimo britânico assinado no Banco de Portugal. *Expresso*. Lisboa, nº 280, 11 de março 1978, p. 13.

<sup>519</sup>Grande empréstimo: negociações para breve com a RFA. *Expresso*. Lisboa, nº 282, 23 de março 1978, p. 12.

<sup>520</sup>Japão Contribui com 75 milhões de dólares no "grande empréstimo". *Expresso*. Lisboa, nº 284, 08 de abril 1978, p. 12.

<sup>521</sup>70 milhões de dólares do FMI em Portugal. *Expresso*. Lisboa, nº 293, 09 de junho 1978, p. 12.

<sup>522</sup>Bancos Alemães concedem-nos créditos de 150 milhões de dólares. *Expresso*. Lisboa, nº 293, 09 de junho 1978, p. 12.

dispostas a contribuir com mais 350 milhões de dólares além do Grande Empréstimo para que Portugal pudesse financiar o défice da balança de pagamentos em 1978.<sup>523</sup>

Este foi o segundo programa estabelecido entre Portugal e o Fundo. Em maio de 1978, quando foi celebrado o Programa *Stand By*, não se concluía um primeiro e único acordo de um conjunto de negociações que se arrastavam há um ano, tal como defendem alguns autores. A 6 de maio de 1978 foi assinada a segunda Carta de Intenções entre o executivo português e o Fundo Monetário Internacional, foi estabelecido o segundo Programa *Stand By* quando estava a terminar o primeiro que fora estabelecido em abril de 1977. Segundo as regras estabelecidas pelo Fundo quanto à durabilidade do acordo, este pode ter uma duração de 12 a 24 meses.<sup>524</sup> O caso português na década de 70 poderia caber exatamente na durabilidade de 24 meses, o que não é o caso. Como verificámos no capítulo anterior, o FMI aprovou um programa *Stand By* para um ano, desde abril de 1977 até 1978:

*The Government of Portugal has requested a stand by arrangement for a period of one year from April, 1977, and for the equivalent of SDR 42.4 million. The Fund approves the stand-by arrangement attached to EBS/77/100 and grants any necessary waiver of the conditions of Article V, Section 3(a) (iii), of the Articles of Agreement.*<sup>525</sup>

Como o objetivo do primeiro programa *Stand By* se prendia com a redução do défice da balança de pagamentos, o Ministro das Finanças Vítor Constâncio e o Governador do Banco de Portugal Silva Lopes começaram a Carta de Intenções endereçada ao diretor do FMI, Witteveen, declarando que o objetivo não tinha sido atingido no final do programa,<sup>526</sup> solicitando por isso mais um Programa *Stand By* até 1979:<sup>527</sup>

---

<sup>523</sup>Novo crédito dos EUA: 350 milhões de dólares. *Expresso*. Lisboa, nº 294, 17 de junho 1978, p. 1.

<sup>524</sup>Fundo Monetário Internacional [Em Linha] [Consult. 21AGO2015]. Disponível em internet: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/sbap.pdf>.

<sup>525</sup>Relatório FMI: *Portugal – Request for Stand-By Arrangement*, 1977, 12 de abril. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>526</sup>Relatório FMI: *Portugal – Request for Stand-By Arrangement*, 1978, 09 de maio. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>527</sup>Anexo nº 12, p. 202.

*Accordingly, the Government of Portugal authorizes the Banco de Portugal to request a stand-by arrangement from the Fund, under which the Banco de Portugal will have for a period of one year the right, after making full use of any reserve tranche it may have to purchase from the Fund the currencies of other members in exchange for escudos up to an amount equivalent to SDR 57.35 million.*<sup>528</sup>

Segundo os relatórios do Fundo Monetário Internacional, este programa incluiria visitas regulares para avaliar o desenvolvimento do programa enquanto o anterior não comportou estas vistorias por parte de uma equipa de técnicos do Fundo. Esta medida prendia-se cada vez mais com a necessidade de Portugal cumprir as metas acordadas com o FMI e também pelas exigências da parte dos países que constituíam o consórcio para o Grande Empréstimo.

Face ao fracasso do primeiro programa, com a contínua pressão na balança de pagamentos e com o acréscimo das exigências dos países do consórcio para o Grande Empréstimo, Portugal recorreu a mais um acordo. O primeiro programa *Stand By* terminou ao final de um ano e nunca se prolongaria para o seguinte. Por isso, entre 1977 e 1979, Portugal não teve um programa *Stand By* com o FMI, mas dois. Na página oficial do Fundo Monetário Internacional sobre os programas económicos estabelecidos entre Portugal e o Fundo são considerados três: 1977-1979, 1983-1985 e, mais recentemente, em 2011-2014. Mesmo aqui o FMI comete um erro. Se refere que o programa estabelecido em 1983 equivaleu a um programa *Stand By*<sup>529</sup> e cruzando esta informação com a Carta de Intenções do governo português dirigida ao FMI em setembro de 1983, solicitando um programa *Stand By* desde outubro de 1983 a fevereiro de 1985<sup>530</sup>, então, entre 1977 e 1979 houve dois acordos *Stand By* que não tiveram qualquer prolongamento entre si e tiveram como finalidade diminuir o défice da balança de pagamentos. Na Carta de Intenções de 1978 subscrita por Vítor Constâncio e Silva Lopes, referiram que o conjunto de créditos recebidos no ano anterior teriam sido frutos do “anterior” programa *Stand By*, declarando logo de seguida que o “atual” programa

---

<sup>528</sup>Relatório FMI: *Portugal – Request for Stand-By Arrangement*, 1978, 09 de maio. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

<sup>529</sup>Fundo Monetário Internacional [Em Linha] [Consult. 21agost 2015]. Disponível em internet: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/countryfacts/prt/>.

<sup>530</sup>Relatório FMI: *Portugal – Request for Stand-By Arrangement*, 1983, 09 de setembro. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

Anexo nº 13, p. 204.

iria direcionar-se para o fortalecimento da balança de pagamentos e para a redução das pressões inflacionárias. Cai assim por terra a teoria que Portugal teve somente um programa *Stand By* entre 1977 e 1979.

Debrucemo-nos definitivamente no segundo acordo. A acompanhar a Carta de Intenções das autoridades portuguesas ao Fundo Monetário Internacional foi um relatório dos técnicos a explicar a evolução da economia portuguesa. Começou por referir que as medidas de austeridades aplicadas em 1977 não travaram o crescimento de 6% do Produto Interno Bruto, mas não terá conseguido diminuir a taxa de desemprego. O relatório explicou a combinação de políticas escolhidas pelas autoridades portuguesas que se destinava a flexibilizar as taxas de câmbio e juros, conter o aumento salarial e a política de crédito apoiada por uma contenção fiscal. Face a muitas incertezas na conjuntura internacional e nacional, os técnicos do Fundo mencionaram que as autoridades portuguesas estariam dispostas a rever o acordo estabelecido em janeiro de 1979. O Fundo Monetário Internacional aprovava o segundo acordo *Stand By* num valor de 57 milhões e 350 mil dólares,<sup>531</sup> e não os 70 milhões anunciados no *Expresso*.

Em agosto, o Ministro das Finanças Vítor Constâncio fazia uma primeira avaliação do programa declarando que nos primeiros três meses do acordo o objetivo fixado quanto à redução do défice da balança comercial tinha sido atingido, com uma taxa superior das exportações face às importações.<sup>532</sup> Após o acordo estabelecido relativamente ao segundo programa *Stand By*, Portugal recebeu os 750 milhões de dólares do Grande Empréstimo e conseguiu colocar no mercado dois empréstimos no valor de 450 milhões de dólares. Ainda o programa estava no início e era vinculada a hipótese de o FMI efetuar novo acordo com Portugal a 3 anos numa operação avaliada nos 500 milhões de dólares através da *Witteveen facility*.<sup>533</sup>

Além daqueles que defendiam a suspensão imediata do acordo com o FMI, tese normalmente defendida pela oposição dos partidos à esquerda do Partido Socialista, os ditos partidos do arco da governabilidade debatiam entre as condições da renegociação

---

<sup>531</sup>Relatório FMI: *Portugal – Request for Stand-By Arrangement*, 1978, 23 de maio. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx). Anexo nº, 14, p. 205.

<sup>532</sup>Vítor Constâncio: acordo com o FMI está a ser cumprido. *Expresso*. Lisboa, nº 303, 19 de agosto 1978, p. 10.

<sup>533</sup>De Vítor Constâncio a Silva Lopes, sob a vigilância do FMI: Esvaziar o planeamento e planear o adiamento? *Expresso*. Lisboa, nº 304, 26 de agosto 1978, p. 11.

do acordo em janeiro de 1979 ou um novo acordo *Stand By* que coincidisse com o ano civil a partir do mesmo mês, mas neste caso desde que fosse aprovado na Assembleia da República o Plano e Orçamento Geral do Estado para 1979.<sup>534</sup>

No debate parlamentar sobre o Programa do Governo de Nobre da Costa, o Ministro das Finanças Silva Lopes respondeu às críticas da oposição face à dependência de Portugal aos empréstimos e ao Fundo e rebateu os argumentos daqueles que defendiam um rompimento do acordo. Lembrou o antigo Governador do Banco de Portugal que foi esse acordo com o Fundo que permitiu a Portugal receber os 750 milhões de dólares do Grande Empréstimo e mais os 450 milhões de um consórcio de bancos privados norte-americanos e alemães. Depois, recordou algumas consequências que poderiam advir do rompimento do acordo com o FMI, aclarando o caso do Peru e os efeitos negativos que teve ao retomar o acordo com o Fundo acarretando medidas drásticas tais como demitir 3000 funcionários públicos. Por fim, moderando os entusiásticos da revisão do acordo previsto para janeiro de 1979, Silva Lopes lembrou que a redução da austeridade dependeria muito do comportamento da economia portuguesa.<sup>535</sup>

Entre fins de outubro e inícios de novembro, uma equipa do FMI liderada por Hans Schmidt aterrou em Lisboa para avaliar o andamento do programa *Stand By*. Mesmo com instabilidade política, continuava em aberto a possibilidade de renegociar o programa. Quanto à hipótese de um programa a médio prazo para três anos estava posto de parte dada à natureza do III Governo Constitucional.<sup>536</sup>

Sem aprovação do Orçamento e do Plano para 1979 e com a curta duração do executivo de Nobre da Costa, Mota Pinto e o seu Ministro das Finanças comprometeram-se a renegociar o acordo com o Fundo Monetário Internacional em janeiro,<sup>537</sup> mas também se mostraram disponíveis para negociar um novo acordo *Stand By* para 1979 substituindo o acordo que estava em vigor. Mas, anteriormente, numa carta datada de 28 de novembro de 1978, o Ministro das Finanças Jacinto Nunes e o Governador do Banco de Portugal não propunham um novo acordo, mas sim uma

---

<sup>534</sup>FMI em Lisboa: 2 hipóteses em aberto. *Expresso*. Lisboa, nº 314, 04 de novembro 1978, p. 1.

<sup>535</sup>LOPES, Silva – *Diário da Assembleia da República*, p. 3622-3629, Lisboa, 13 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 14 de setembro 1978.

<sup>536</sup>FMI em Lisboa: 2 hipóteses em aberto. *Expresso*. Lisboa, nº 314, 04 de novembro 1978, p. 1.

<sup>537</sup>PINTO, Mota – *Diário da Assembleia da República*, p. 384, Lisboa, 04 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 05 de dezembro 1978.

revisão de alguns objetivos propostos na Carta de Intenções de 1978. Uma dessas mutações prendia-se com a redução do passivo externo líquido do sistema bancário, um limite máximo ao crédito interno líquido e diminuição do crédito líquido do sistema bancário do sector público.<sup>538</sup>

Como podemos verificar, desde a carta de novembro de 1978 até ao debate sobre o Programa do IV Governo, a posição do executivo encaminhou-se da revisão do acordo *Stand By* para um novo acordo a vigorar desde 01 de janeiro de 1979. Por isso, a visita da equipa técnica do FMI efetuada nos primeiros dias de fevereiro de 1979, para além da inspeção às medidas que ficaram estabelecidas em maio de 1978, vinham também com a missão de principiar conversações para um novo programa. Este novo acordo *Stand By* trazia uma nova *tranche* no valor a rondar os 50 milhões de dólares e ficava pendente da aprovação no parlamento do Orçamento e Plano para 1979, o qual ainda no segundo mês do ano era uma mera miragem. A vantagem que se retiraria de mais um programa *Stand By* não estaria no valor em si mas no “aval automático” que significaria junto das instâncias financeiras internacionais.<sup>539</sup>

Durante o debate para o orçamento, o Ministro das Finanças Jacinto Nunes prometeu ao Parlamento intransigência nas negociações para atenuar algumas cláusulas do anterior acordo e referindo-se à menor flexibilidade do FMI face aos outros aspetos, o entendimento das autoridades portuguesas coincidiria em parte com as mesmas:<sup>540</sup> o défice orçamental não poderia ultrapassar os 6% e o ritmo da desvalorização do escudo poderia ser reduzido a partir do segundo semestre. Para aliviar a pressão financeira de muitas empresas sugeria-se uma diminuição da taxa de juro dos 20 para os 18%. Por fim, previa-se que a equipa do Fundo só regressaria a Portugal para concluir as negociações após a aprovação do Orçamento Geral do Estado e Plano para 1979.<sup>541</sup>

Mas foram os elementos do Banco de Portugal que se deslocaram a Washington na tentativa de fechar o quanto antes um novo acordo *Stand By* no valor a rondar os 50 milhões de dólares para que, quando o Orçamento e Plano para 1979 fosse aprovado no

---

<sup>538</sup>Relatório FMI: *Portugal – Review of Stand-By Arrangement*, 1978, 26 de dezembro. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx). Anexo nº 15, p.208.

<sup>539</sup>FMI em Lisboa negocea novo acordo em vésperas de Orçamento. *Expresso*. Lisboa, nº 327, 03 de fevereiro 1979, p. 1.

<sup>540</sup>NUNES, Jacinto – *Diário da Assembleia da República*, p. 1334-1338, Lisboa, 19 de março 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 20 de março 1979.

<sup>541</sup>FMI: Negociação continua. *Expresso*. Lisboa, nº 333, 17 de março 1979, p. 3.

parlamento, o executivo de Mota Pinto pudesse fechar prontamente as negociações. A reunião efetuada na capital dos EUA entre as duas delegações prendeu-se, no domínio técnico, com a discussão do limite máximo do défice da balança de pagamentos para 1979. Aproveitaram essa reunião para avaliar o último programa *Stand By* que tinha sido concluído em março. O défice comercial teria atingido um resultado substancialmente melhor do que o previsto, atingindo os 2,3 biliões de dólares e não os 2,4. Antevia-se que a equipa do FMI pudesse regressar a Portugal logo após a aprovação do Orçamento e que a Carta de Intenções fosse enviada pelas autoridades portuguesas até ao final do mês de maio ou no máximo em princípio de junho. Por último, aventava-se que uma das condições para a concretização desse acordo seria a implementação da fábrica da Ford em Portugal.<sup>542</sup>

Estas conversações foram prejudicadas pela reprovação do orçamento na Assembleia da República<sup>543</sup> e era cada vez mais forte a probabilidade de não se celebrar qualquer acordo até se conhecerem as principais linhas políticas económicas e financeiras contidas na proposta do Orçamento Geral do Estado para 1979.<sup>544</sup>

Na reapresentação do orçamento o Ministro das Finanças Jacinto Nunes confirmou que a não aprovação da proposta atrasou as negociações com o FMI<sup>545</sup> e prejudicou uma redução mais drástica da desvalorização do escudo e das taxas de juro diminuindo a possibilidade de conter a inflação nos 18% e contribuindo para que a inflação atingisse os 20%.<sup>546</sup> Mas declarou que estariam praticamente concluídas as negociações apresentando alguns traços gerais: combater a inflação, diminuir a taxa de desemprego e relançar a economia, a taxa de desvalorização mensal do escudo teria uma redução de 1% para 0,75% e a taxa de juro desceria 2%, dos 20% para os 18%. Quanto à evolução do crédito ficaria ajustada ao crescimento da economia.

A apresentação do orçamento no parlamento em maio foi bem-sucedida, mas o desgaste provocado pelo debate e pela conjuntura referida anteriormente neste capítulo

---

<sup>542</sup>Delegação portuguesa no FMI: Garantir financiamento de défice de 1 bilião de dólares. *Expresso*. Lisboa, nº 338, 21 de abril 1979, p. 1.

<sup>543</sup>Otimismo moderado quanto a acordo com FMI. *Expresso*. Lisboa, nº 339, 28 de abril 1979, p. 16.

<sup>544</sup>FMI pressiona Governo para aumentar combustíveis e transportes. *Expresso*. Lisboa, nº 340, 05 de maio 1979, p. 1.

<sup>545</sup>NUNES, Jacinto – *Diário da Assembleia da República*, p. 2432-2435, Lisboa, 29 de maio 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 30 de maio 1979.

<sup>546</sup>Ibidem, p. 2416-2419.

levou o segundo governo de iniciativa presidencial a cair e a agudizar ainda mais o pântano político. As negociações com o Fundo Monetário Internacional ficaram suspensas e nunca mais foram concluídas. O próximo executivo e último de iniciativa presidencial viu a sua legitimidade diminuída para prosseguir essas negociações: o seu programa contou com muitos votos desfavoráveis no parlamento, sendo a sua principal missão preparar as eleições intercalares num curto período. Apesar das promessas do Ministro das Finanças Sousa Franco em prosseguir com as negociações com o Fundo Monetário Internacional para aceder a novos recursos externos,<sup>547</sup> estas nunca chegaram a ser cumpridas e não continuaram com o executivo da Aliança Democrática liderada por Francisco Sá Carneiro. O líder democrata sabia que a vitória alcançada com as eleições intercalares fora alimentada pelo descontentamento da austeridade e por isso era mais do que necessário fomentar políticas que fizessem a diferença face aos últimos executivos que pautaram a sua governação pelos programas estabelecidos com o FMI. Era preciso governar para vencer as eleições legislativas que se realizariam em 1980, vitória que alcançou com uma nova maioria ainda mais reforçada. Todos pensaram que o “túnel” das tormentas tinha finalmente terminado. Mas passados três anos chegavam à conclusão que nunca de lá tinham saído e que seria preciso continuar a procurar uma nova “luz ao fundo do túnel”.

---

<sup>547</sup>FRANCO, Sousa – *Diário da Assembleia da República*, p. 3704-3708, Lisboa, 17 de agosto 1979, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 18 de agosto 1979.

## Conclusão

Após a Segunda Guerra Mundial, o Fundo Monetário Internacional recuperou a economia dos países com trauma de guerra através da “cooperação monetária internacional e a expansão do comércio” favorecendo a “estabilidade das trocas” evitando a “corrida” à sua “depreciação”.<sup>548</sup>

Nesta conjuntura, Portugal, juntamente com a vizinha Espanha, continuou sob a égide de um regime totalitário, ajustando-se nos momentos que se seguiram ao panorama político internacional, tendo Salazar o intuito de permanecer no poder político. Relativamente ao recuo sobre o Plano *Marshall*, Salazar aceitou-o mais tarde mas com menos dinheiro do que o previsto inicialmente. Em 1948, Portugal foi alvo de um relatório do FMI a descrever o real quadro da economia portuguesa marcadamente rural e pouco industrial. Passada quase uma década, as autoridades portuguesas negociaram a adesão ao Fundo Monetário Internacional, instituição especializada das Nações Unidas. Depois de vários adiamentos, Portugal tornou-se membro do FMI em março de 1961.

Os estatutos do FMI foram alvo de três emendas, duas das quais em 1969 e 1978. A primeira emenda permitiu o Fundo subdividir-se em duas contas: Conta Saque Especial e Conta Geral. As alterações efetuadas na segunda emenda terão permitido a passagem do FMI para uma nova fase da sua história. A política keynesiana tinha marcado os fundamentos originários do pensamento económico da instituição, mas durante a década de setenta foi sendo substituída por uma nova ordem económica mundial denominada por neoliberalismo.

O pensamento neoliberal foi difundido por um grupo intitulado de *Mont Pelerin Society* cujo principal fundador foi o filósofo e economista austríaco Friedrich von Hayek. Constituído em 1947, os seus mentores agarraram na teoria do mercado da “mão invisível” de Adam Smith que anos mais tarde fez escola na Universidade de Chicago.

As primeiras experiências neoliberais aconteceram após o golpe de Estado em 1973, no Chile, a partir de um grupo apelidado por “rapazes de Chicago” que terão posto em prática todas as ideias que beberam enquanto estudaram na Universidade de Chicago.

---

<sup>548</sup>FEIO, Noronha – *O que é a ONU*. Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, p. 23.

A partir da atribuição do prémio Nobel da Economia a Hayek e a Milton Friedman em 1974 e 1976, respectivamente, a política neoliberal ganhou credibilidade e predominância durante a presidência de Ronald Reagan. Na Europa, Margaret Thatcher, conhecida por Dama de Ferro, abraçou o neoliberalismo como se de uma “fé” se tratasse. Depois de alguma resistência, o Fundo Monetário Internacional enveredou definitivamente por esta nova política económica depois de Ronald Reagan ter ameaçado no início dos anos oitenta retirar o apoio dos EUA ao FMI.

Portugal foi alvo da intervenção do Fundo a partir de 1977, durante uma época em que o keynesianismo se tinha tornado num pensamento moribundo na elite económica mundial enquanto o neoliberalismo cavalgava de forma vitoriosa toda a opinião pública dominante.

O FMI não negociou com Portugal um programa *Stand By* entre 1977-1979, mas sim dois programas independentes um do outro numa operação avaliada em 99 milhões de dólares. Estes acordos serviram sobretudo para avalizar uma operação cognominada de Grande Empréstimo, suportada por um consórcio de países, desde os Estados Unidos da América, passando pela República Federal da Alemanha – os grandes tributários – o Japão, mais alguns países da Europa e da América do Sul tal como a Venezuela. O valor previsto do empréstimo era de 1,5 biliões de dólares, fixando-se no valor final de 750 milhões.

Ambos os programas promoveram duras medidas de austeridade, provocando uma instabilidade política, dado que o partido vencedor das eleições não dispunha de maioria absoluta no parlamento para suportar o governo obrigado a aplicar medidas impopulares.

O primeiro grande pacote de medidas de austeridade aprovado pelo governo de Mário Soares foi o Plano de 25 de fevereiro. A medida que provocou mais celeuma foi a desvalorização do escudo em 15%, sendo considerada uma “desvalorização à americana” pelo deputado Aires Rodrigues do próprio Partido Socialista. Este Plano foi aprovado em Conselho de Ministros mesmo antes do primeiro acordo *Stand By*. Estas medidas foram trunfos assegurados à mesa das negociações entre as autoridades portuguesas e os técnicos do FMI.

Após o célebre discurso do Presidente da República Ramalho Eanes durante as comemorações do 25 de abril, no qual direccionou duras críticas ao governo minoritário do PS, o executivo chefiado por Mário Soares ficou mais perto do precipício. Face às medidas duras de austeridade e às reformas necessárias por aplicar o general Ramalho

Eanes advertiu para a necessidade de se constituir um governo suportado por uma maioria parlamentar.

Mesmo nestas circunstâncias o governo “só, só PS” passou incólume durante a revisão do orçamento. Mas as fragilidades eram evidentes face a um documento aprovado somente com os votos da bancada parlamentar socialista.

Perante os apelos do Presidente da República, o PSD e o CDS trabalharam com o PS para um entendimento para uma maioria parlamentar. O CDS e o PSD mostraram-se disponíveis para integrar um executivo com o PS, mas sem o PCP ou qualquer outro entendimento parlamentar com o mesmo, enquanto o Partido Socialista desejou cumprir a promessa de governar sozinho prolongando o máximo possível as negociações com os seus partidos opositores. Face à proximidade dos debates para o orçamento de 1978 e com ameaça de apresentação das moções de censura da parte dos partidos da direita parlamentar caso as negociações não chegassem a bom porto até ao final do mês de novembro, Mário Soares contra atacou com um “ultimato” e caso não houvesse qualquer entendimento entre os três principais partidos, o I Governo Constitucional apresentaria uma Moção de Confiança antecipando-se às moções de censura. Mário Soares durante uma entrevista à jornalista Maria João Avillez confidenciou que não acreditava que tanto o PSD como o CDS rejeitassem a Moção de Confiança empurrando o executivo de Mário Soares para o precipício a que tinha chegado após o discurso do Presidente da República.

O II Governo Constitucional constituiu-se através de uma coligação improvável comparada pelo deputado do PSD Magalhães Mota ao sabor do “óleo de fígado de bacalhau”. Quebrou o PS o seu compromisso com o eleitorado aproveitando o CDS a primeira experiência governativa para conquistar algum espaço político do PSD. Aprovaram o Programa do Governo e o orçamento para 1978 sem qualquer dificuldade. Com o crescente défice da balança de pagamentos, aliado às crescentes exigências por parte dos países do consórcio para o Grande Empréstimo, a coligação negociou o segundo programa *Stand By* avaliado em 50 milhões de dólares.

As medidas de austeridade e mais uma vez o discurso proferido por Ramalho Eanes no 25 de abril de 1978 acossaram os dirigentes do CDS e perante o desgaste a que o partido estava sujeito aproveitaram o pretexto da instabilidade dentro do Ministério da Agricultura e Pescas para promover a saída dos elementos do CDS no governo durante o “Verão Cinzento de 1978”. A consequência direta foi a exoneração de Mário Soares do cargo de Primeiro-Ministro.

Numa atitude sem precedentes, o Presidente da República nomeou um Primeiro-Ministro sem qualquer filiação partidária dando início ao período dos governos de iniciativa presidencial. Nobre da Costa governou sensivelmente três meses, tendo o executivo sido derrotado com a rejeição do Programa do Governo. Mota Pinto foi o senhor que se seguiu; só conseguiu aprovar o orçamento para 1979 no final do mês de maio, acabando por ser substituído no início de agosto. Durante as visitas técnicas do FMI, começou a construir-se um eventual novo acordo *Stand By* face à necessidade de Portugal continuar a recorrer a empréstimos externos. Houve a possibilidade do novo acordo entrar mais cedo a partir de janeiro de 1979, substituindo os três últimos meses do último programa, mas perante a necessidade de aprovar em primeiro lugar o orçamento para esse ano e nele incluir algumas medidas desse novo acordo, a conclusão das conversações ficou para depois da aprovação do orçamento. Podemos constatar que Portugal não teve um terceiro programa com o FMI devido à rejeição do orçamento em março de 1979. Este episódio fragilizou o executivo chefiado por Mota Pinto e quando o IV Governo Constitucional levou pela segunda vez o orçamento ao parlamento a sua legitimidade estava diminuída face à natureza do próprio executivo e perante a possibilidade de ser confrontado com uma Moção de Censura apresentada pelo Partido Socialista. Caso fosse aprovada, uma das leituras políticas que se poderia retirar, além da censura ao governo, seria também uma advertência ao próprio Presidente da República. Por isso, não lhe restou outra alternativa do que se antecipar demitindo o governo após aprovação do orçamento.

O terceiro e último governo de iniciativa presidencial trouxe mais uma novidade com a nomeação da primeira e única mulher para Primeiro-Ministro. Maria de Lurdes Pintassilgo foi nomeada com a missão de preparar as eleições intercalares e gerir os assuntos correntes do Estado. Com 30% de deputados que votaram a rejeição do seu Programa de Governo, a chefe de governo ficou sem qualquer legitimidade de aplicar qualquer reforma profunda para o país ou de retomar as negociações com o Fundo. Mesmo assim, Maria de Lurdes Pintassilgo “marchou” os “cem dias” aplicando reformas de âmbito social fazendo cair lentamente as medidas de austeridade, mas nunca chegou a retomar qualquer tipo de negociação com o Fundo Monetário Internacional tendo em vista outro programa.

Embora não tenha cumprido o desenvolvimento dos temas conforme o plano inicialmente previsto não poderia deixar de referi-los nas minhas considerações finais. Durante o ano de 1977, os dirigentes do organismo europeu demonstraram alguma

preocupação face à situação política económica portuguesa advertindo para a necessidade de Portugal estabelecer um programa de estabilização económica a curto prazo<sup>549</sup>, apesar de o país naquele momento estar sob alçada do primeiro programa *Stand By*. Seria importante estabelecer um paralelo entre as negociações do Fundo Monetário Internacional e os avanços e recuos das conversações com a Comunidade Económica Europeia.

Também ao longo do trabalho houve um tema tratado de forma superficial. Segundo Florian Schui, a austeridade foi debatida sob perspetiva cristã ou económica desde Aristóteles, passando por São Tomás de Aquino, Mandeville, Voltaire, Adam Smith a Weber, Keynes e Hayek. Sob a perspetiva cristã, homens como São Tomás de Aquino propugnavam a austeridade no consumo e na riqueza. Do ponto de vista económico, Aristóteles defendia que a austeridade passaria por um nível de consumo de acordo com o estatuto social.

O conceito de austeridade sofreu uma mutação de séculos. A partir dos anos 60, a sua narrativa serviu para propagar uma perspetiva neoliberal, derrotando a política keynesiana. O neoliberalismo não teve qualquer presença parlamentar durante a I Legislatura, mas, segundo o autor António José Telo, estaria bem presente nas bases do CDS, sendo Francisco Lucas Pires um rosto dessa ala mais extremista do partido. Mas a austeridade esteve bem presente em Portugal entre 1977-1979. O Partido Socialista, enquanto foi governo, teve de usar uma narrativa que convencesse as pessoas “que o único remédio” e o “único caminho” seriam o corte de salários e o aumento de impostos. Havia também a necessidade de “apertar o cinto” para “estabilizar a democracia” contra os “reacionários” que “ameaçavam a própria liberdade”. Com a austeridade era necessário lançar algumas palavras de esperança, por isso, Mário Soares viria “uma luz ao fundo do túnel” com as medidas impopulares tomadas. Face a esta narrativa os partidos da oposição tinham de desconstruir este discurso através de palavras e conceitos conforme a estratégia de cada um. O CDS enquanto oposição afirmou-se como o partido mais “responsável” tentando colaborar com o governo, enquanto o PSD classificou a austeridade de perigosa alimentando o “radicalismo” dos partidos de esquerda e o risco de uma “ditadura comunista”. O Partido Comunista Português e a União Democrata Popular advertiam para a “perda de independência”

---

<sup>549</sup>CEE, Portugal: não há (em princípio) alterações ao calendário. *Expresso*. Lisboa, nº 268, 17 de dezembro 1977, p. 1.

face ao “imperialismo norte-americano” com aplicação das medidas de austeridade. Estes foram alguns exemplos que foram sendo apontados ao longo do texto como estratégias das narrativas de austeridade.

Por fim, outras questões não mereceram um tratamento mais aprofundado, deixando-as no ar para que possam merecer um trabalho mais aprofundado. Realço a Lei das Finanças Locais, que tão longamente foi sendo discutida durante os debates dos orçamentos de Estado sem merecer a sua aplicação tal como obrigava a Constituição. O Serviço Nacional de Saúde foi um projeto de lei apresentado, debatido e aprovado durante a execução dos programas *Stand By* em Portugal. Entre avanços e recuos da sua discussão e aprovação que teriam por base a constante instabilidade governativa, qual terá sido o papel do FMI no andamento desse projeto de lei?

Pensamos modestamente que este trabalho representou um enorme esforço por apresentar de modo mais aprofundado a história do Fundo Monetário Internacional em Portugal durante 1977-1979. Não pondo de lado alguns aspetos da história económica aqui tratados, este trabalho esforçou-se por representar de forma mais minuciosa possível a história política do período tendo como pano de fundo o impacto do FMI nos debates parlamentares.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Arquivísticas

Debates Parlamentares (1977-1979) – Arquivo digital da Assembleia da República

Relatórios do FMI (1948-1979) – Arquivo digital do Fundo Monetário Internacional

### Fontes Hemerográficas

*Expresso*, 1977-1979 – Fundo da Biblioteca Municipal do Porto

### Bibliografia

BARRETO, António – *Três décadas de Mudança Social*. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996.

BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas – *Indicadores da Evolução Social*.

BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996.

BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, 1996.

BEAUD, Michel – *História do Capitalismo*. Trad. José Vasco Marques. Lisboa: Editorial Teorema, 1981.

BEAUREGARD, André - Le risque d'un discours sur le pauvre sans le pauvre. De l'interprétation des théologies de libération en contexte de néolibéralisme. In. *Cahiers d'éthique sociale et politique*. Nº 64, (1999).

CHAMBAT, Pierre - Service public et néolibéralisme. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Nº3, (1990).

CHOSSUDOVSKY, Michel – *A Globalização da Pobreza e a nova ordem mundial*. Lisboa: Caminho, 2003.

CONFRARIA, João - *Política Económica*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira - *História Económica de Portugal 1700-2000*. Vol 3. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2005.

COSTA, Leonor Freire; MIRANDA, Susana Munch; LAINS, Pedro – *História Económica de Portugal 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

- CROMBOIS, Jean-François - Le Fonds Monétaire International, le plan Marshall et la reconstruction des économies européennes 1946-1951. *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tomo 82, fasc. 4, (2004).
- CRUZ, Manuel Braga – O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais de Lisboa. Vol. 29 (1994).
- DELFAUD, Pierre - *Keynes e o Keynesianismo*. 2ª ed. Lisboa: Europa-América, 1988.
- DUPEUX, Georges – *Guerras e Crises 1914-1947*. In. LEÓN, Pierre – *História Económica e Social do Mundo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, Vol., V, Tomo II, 1977.
- FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe 1974-1985*. In. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- FEIO, Noronha – *O que é a ONU*. Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.
- FOCSANEANU, Lazar – La modification des statuts du Fonds Monétaire International et la création des droits de tirage spéciaux. *Annuaire français de droit international*. Vol. 15, (1969).
- GILBERT, Martin – *História do Século XX*. Coleção Expresso, Vol. IV, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2009.
- HARVEY, David – *Breve Historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007.
- HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX, 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- JALALI, Carlos – *Partidos e Democracia em Portugal 1974-1975: Da Revolução ao Bipartidarismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.
- JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Coimbra: Edições 70, 2006.
- LAGUEUX, Maurice – Le néolibéralisme comme programme de recherche et comme idéologie. In: *Cahiers d'économie politique*. Le libéralisme économique. Interprétations et analyses. N° 16-17, (1989).
- LAINS, Pedro – *Os progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- LELART, Michel – L'Assemblée général du «Fonds monétaire international. *Tiers-Monde*. Vol. 18, n° 70, (1977).
- LELART, Michel – Les Statuts du FMI. *Revue d'économie financière. Bretton Woods: mélanges pour un cinquantenaire*, (1994).

- LELART, Michel – Les directeurs généraux du FMI. In *Revue d'économie financière*. Bretton Woods: mélanges pour un cinquantenaire. Hors-série, 1994.
- LOBO, Marina Costa – A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais de Lisboa. Vol. 31 (1996).
- LOPES, José Silva - *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- LOPES, José da Silva – *A economia portuguesa no século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2004.
- LOUÇÃ, Francisco – *Portugal Agrilhado: a economia cruel na era do FMI*. Lisboa: Bertrand, 2011.
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma Perspetiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno - *Moedas e Bancos*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira - *História Económica de Portugal 1700-2000*. Vol 3. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2005.
- NUNES, Manuel Jacinto – *Memórias Soltas*. Lisboa: Alêtheia, 2009.
- PALA, Gianfranco – *O Funcionamento do Fundo Monetário Internacional*.
- PAWEL, Majda – L'importance du Fonds Monétaire Internationale pour la Pologne et les autres pays de l'Europe orientale. In. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*. Vol. XIII, nº4, 1982.
- POUCHIN, Dominique – *Mário Soares: Memória Viva*. Trad: Helena Serrano. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2003.
- RAMOS, Rui – *Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)*. In RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História de Portugal*. Coleção Expresso, Vol. VIII. Lisboa: Esfera dos Livros.
- ROBINSON, Richard – Do CDS ao CDS-PP: O Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais de Lisboa. Vol. 31 (1996).
- RODRIGUES, H. Nascimento – *Os Acordos de Concertação Social*. In. BARRETO, António – *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- ROLLO, Fernanda – *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra: O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

- ROMÃO, António – *A Inserção da Economia Portuguesa na Economia Mundial: Evolução Recente e Perspectivas*. In FERREIRA, Eduardo de Sousa; OPELLO, Walter – *Conflitos e Mudanças em Portugal*. Lisboa: Teorema, 1985.
- ROSAS, Fernando – *O Estado Novo*. In. MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. VII.
- SILVA, Álvaro Ferreira; LAINS, Pedro – *História Económica de Portugal 1700-2000: o século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005, vol. III.
- SCHUI, Florian – *Austeridade: Breve História de um Grande Erro*. Trad. António Sousa Ribeiro. Lisboa: Editorial Presença, 2015.
- TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal: do 25 de abril à atualidade*. Vol I. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- TER-MINASSIAN, Teresa - *FMI: Os acordos com Portugal, 1977 - 1983 - 1984*. Bnomics: 2011.
- THÉVENIN, Chantal - *Le rôle du Fonds monétaire international dans la politique économique péruvienne (1975-1978)*. In. *Revue française d'histoire d'outre-mer*. Vol. 66, n° 244-245.
- ZAMAGNI, Vera – *Historia Económica de la Europa Contemporânea*. Barcelona: Editorial Crítica, 1999.

## **Anexos**

## Índice de Anexos

Anexo 1 – Relatório FMI: <i>Portugal joins Fund and Bank, 1961</i> .....	181
Anexo 2 – Relatório FMI: <i>Portugal – Use of Fund Resources – Compensatory Financing, 1976</i> .....	182
Anexo 3 – Relatório FMI: <i>Portugal Recent Economic Developments, 1976</i> .....	183
Anexo 4 – Relatório FMI: <i>Statement by Mr. Dini on Portugal, 1976</i> .....	189
Anexo 5 – Relatório FMI: <i>Request for Stand-by Arrangement, 1977</i> .....	192
Anexo 6 – Memorando aos partidos e aos parceiros sociais .....	193
Anexo 7 – Moção de Rejeição do PSD ao Programa do II Governo Constitucional ...	200
Anexo 8 – Moção de Rejeição do PCP ao Programa do II Governo Constitucional ...	201
Anexo 9 – Moção de Rejeição do PS ao Programa do III Governo Constitucional.....	202
Anexo 10 – Moção de Rejeição do PCP ao Programa do III Governo Constitucional	203
Anexo 11 – Moção de Rejeição do PCP ao Programa do IV Governo Constitucional	204
Anexo 12 – Relatório FMI: <i>Request for Stand-by Arrangement, 1978</i> .....	205
Anexo 13 – Relatório FMI: <i>Request for Stand-by Arrangement, 1983</i> .....	207
Anexo 14 – Relatório FMI: <i>Request for Stand-by Arrangement, 1978</i> .....	208
Anexo 15 – Relatório FMI: <i>Portugal – Review of Stand-by Arrangement, 1978</i> .....	210

**Anexo 1:** Relatório FMI: *Portugal joins Fund and Bank*, 1961<sup>550</sup>

Joint Press Release

INTERNATIONAL MONETARY FUND  
and  
INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

FOR THE PRESS

March 29, 1961

Fund Press Release No. 346

Bank Press Release No. 678

SUBJECT: Portugal joins Fund and Bank

Portugal today became a member of the International Monetary Fund and the International Bank for Reconstruction and Development (World Bank) when the Articles of Agreement of these institutions were signed in Washington on behalf of the Government of Portugal by the Ambassador, His Excellency Luis Esteves Fernandes.

The quota of Portugal in the International Monetary Fund is \$60,000,000 and its subscription to the capital stock of the Bank is 800 shares with a total par value of \$80,000,000.

Sixty-nine nations are now members of the Fund, and 67 nations are members of the Bank. Admission of Portugal brought the total of members' quotas in the Fund to \$14,800,700,000, and the total subscribed capital of the Bank to \$19,996,200,000.

---

<sup>550</sup>Relatório do FMI: *Portugal joins Fund and Bank*. 1961, 29 de março. [Consult. 09setembro2015].

Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/detail.aspx?parentpreref=125031199>.

**Anexo 2:** Relatório FMI: *Portugal – Use of Fund Resources – Compensatory Financing, 1976*<sup>551</sup>

CONFIDENTIAL

INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal--Use of Fund Resources, Compensatory Financing

Prepared by the Research Department and the European Department

(In consultation with the Exchange and Trade Relations Department, the Legal Department, and the Treasurer's Department)

Approved by L.A. Whittome and Charles F. Schwartz

June 16, 1976

The Managing Director has been informed that the Portuguese authorities will shortly request a purchase of the equivalent of SDR 58.5 million (or 50 per cent of quota) under paragraphs 2, 3, and 4 of the 1975 Compensatory Financing Decision. The request is being made with respect to an export shortfall for calendar year 1975. A waiver of the conditions of Article V, Section 3(a)(iii) of the Articles of Agreement will be required.

This paper is being circulated in advance of the formal request from Portugal in order to give the Executive Directors time to consider the matter.

The staff appraisal and recommended decision appear in the last section of this paper. The following sections deal with (1) relations of Portugal with the Fund, (2) the balance of payments position, (3) the estimation of the export shortfall, (4) circumstances responsible for the shortfall, and (5) export prospects.

---

<sup>551</sup>Relatório FMI: *Portugal - Use of Fund Resources - Compensatory Financing, 1976*, 18 de junho.

[Consult. 21maio2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

**Anexo 3:** Relatório FMI: *Portugal Recent Economic Developments*, 1976<sup>552</sup>

CONTAINS CONFIDENTIAL  
INFORMATION

August 31, 1976

To: Members of the Executive Board  
From: The Secretary  
Subject: Portugal - Recent Economic Developments

This paper provides background information to the staff report on the 1976 Article XIV consultation discussions with Portugal, which was circulated as SM/76/186 on August 20, 1976.

---

<sup>552</sup>MITCHELL, A; STUART, B; BIBBEE – *Portugal Recent Economic Developments*, 1976, 31 agosto. [Consult. 21maio2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

INTERNATIONAL MONETARY FUND

PORTUGAL

Recent Economic Developments

Prepared by a staff mission consisting of Mrs. A. Mitchell (ETR),  
Mr. B. Stuart (EUR), and Ms. A. Bibbee (EUR)

Approved by the European and  
Exchange and Trade Relations Departments

August 25, 1976

	<u>Contents</u>	<u>Page</u>
Basic Data		v
I. The Domestic Economy		1
1. Introduction		1
2. Production		2
3. Demand		3
4. Wages, prices and productivity		4
a. Wages		4
b. Prices		5
c. Unit labor costs and the underlying rate of inflation		7
5. Population, labor force, and unemployment		8
a. Population		8
b. Unemployment and refugee relief		9
II. Money and Credit		23
1. Introduction		23
2. Monetary survey		24
3. The monetary authority		25
4. Deposit money banks		26
a. Deposits and lending operations		26
b. Liquidity position		27
5. Interest rate structure		28
6. Other financial institutions		29
a. Banco de Fomento Nacional		29
b. The Sociedade Financeira Portuguesa		30
c. Stock and bond markets		30

	<u>Contents</u>	<u>Page</u>
III.	Public Finance	37
	1. The public sector	37
	2. The central government	37
	a. Expenditures	37
	b. Receipts	38
	3. Financing the budget deficit	39
	4. The rest of the public sector	41
	Appendix--Overview of Portuguese Tax System	51
	1. Income taxes	51
	a. Rental income tax	51
	b. Professional income tax	51
	c. Capital income tax	51
	d. Complementary income tax	51
	2. Social security taxes	51
	3. Internal taxes on goods and services	51
	a. Transaction tax	51
	b. Excise taxes	52
	4. Taxes on international trade	52
	a. Customs duties	52
IV.	The Balance of Payments	62
	1. The trade balance	62
	a. Exports	63
	b. Imports	64
	c. Terms of trade	65
	d. Direction of trade	66
	2. Services and transfers	66
	a. Services	66
	b. Private transfers	67
	3. Capital movements	67
	4. Reserves, foreign aid, and debt	68
	5. The escudo area	69
	Appendix--Current Account Forecasts	84
	1. Exports	84
	a. Underlying model	84
	b. Forecasts	85

	<u>Contents</u>	<u>Page</u>
	Appendix (cont.,)	
	2. Imports	86
	a. Calculation of the effects of the 1975 surcharge	86
	b. Forecasts for 1976	87
	3. Services and transfers	88
	4. Current account forecasts	88
V.	Exchange and Trade System	92
	1. Summary of recent developments	92
	2. Exchange rate system	92
	3. Trade	94
	a. Imports	94
	b. Agreement with the EEC	95
	c. Exports	96
	4. Current invisibles	96
	5. Capital	97
	6. Changes during 1975	97
	7. Changes in 1976	100

TABLES

I.	1. Origin of Gross Domestic Product	10
	2. Agricultural Output--Continental Portugal	11
	3. Output of Manufacturing Industry	12
	4. National Accounts	13
	5. Income Distribution and Consumption	14
	6. Gross Fixed Investment	15
	7. Selected Wage Indices	16
	8. Real Wages	17
	9. Consumer Price Indices--Lisbon, 1970-75	18
	10. Wholesale and Imported Prices 1970-75	19
	11. Components of Inflation	20
	12. Comparison of Actual and Underlying Rate of Inflation	20
	13. Population, Emigration and Employment	21
	14. Unemployment Indicators	22
II.	1. Monetary Survey	31
	2. Money Multiplier Ratios and Annual Growth Rate of the Money Supply and the Monetary Base 1972 I - 1976 I	32
	3. Monetary Authority	33
	4. Maturity of Deposits and Credits of Monetary Institu- tions	34
	5. Commercial Banks' Liquidity Position	35
	6. Maximum Interest Rates	36

	<u>Contents</u>	<u>Page</u>
TABLES (cont.)		
III.	1. Consolidated Accounts of the Public Sector	43
	2. Original Budget Estimates	44
	3. Budget Outcome	45
	4. Central Government Expenditure	46
	5. Government Budget Receipts	47
	6. Central Government Debt	48
	7. Social Security Institutions	49
	8. Credit to the Public Sector Extended by the Banking System	50
	9. Central Administration Tax Revenue (State) 1973	61
IV.	1. Summary Balance of Payments	71
	2. International Reserves	72
	3. Exchange Rates	73
	4. Growth of Exports and Export Markets, 1971-75	74
	5. Relative Wage Movements--Portugal and Major Trading Partners 1973-75	75
	6. Exports by Commodity Group	76
	7. Imports by Commodity Group	77
	8. Terms of Trade	78
	9. Imports and Exports of Oil and Oil Products in Portugal	79
	10. Direction of Trade	80
	11. Capital Movements	81
	12. Private Medium-Term and Long-Term Capital Transactions	82
	13. Balance of Payments with Foreign Countries and with Former Territories of the Escudo Area	83
	14. Relative Prices for Exports	90
	15. Imports by Category of Use	90
	16. Import Relative Prices	91
	17. Services and Transfers Account	91
 <u>CHARTS</u>		
	1. Quarterly Index of Industrial Production, 1968-75	2a
	2. Lisbon Consumer Prices	6a
	3. Velocity of Circulation 1968-75	24a
	4. Growth of Base Money and M2	26a
	5. Exchange Rate Indices	62a

Basic Data

Population (end-1975)	9,049 million		
Area	35,400 square miles		
GNP per capita (end-1975)	US\$1,621		
<u>National accounts (1975)</u>	<u>Per cent of GDP</u>	<u>Billions of escudos</u>	
GDP	100	374	
Private consumption	85	316	
Public consumption	17	65	
Investment	10	38	
Total domestic expenditure	112	419	
Exports	19	72	
Imports	31	-117	
<u>Gross domestic product and working population by sector (1975)</u>	<u>Per cent of GDP</u>	<u>Per cent of working population</u>	
Agriculture, forestry, and fishing	18	28	
Industry and construction	43	36	
Services, etc.	39	36	
<u>Selected economic data (annual percentage increases)</u>	<u>1973</u>	<u>1974</u>	<u>1975</u>
GDP (at constant prices)	10	4	-4
Private consumption (at constant prices)	11	7	3
Public consumption (at constant prices)	8	16	15
Gross fixed investment (at constant prices)	12	-3	-39
Money and quasi-money (end of year)	28	14	13
Bank credit to private sector (end of year)	33	15	8
Retail prices in Lisbon	13	25	15
Industrial wages in Lisbon	14	32	19
Central government budget expenditure	20	30	38
<u>Balance of payments</u>	<u>(In millions of SDRs)</u>		
Exports f.o.b.	1,546	1,903	1,997
Imports f.o.b.	2,303	3,557	2,921
Trade balance	-757	-1,654	-1,324
Current account balance (including transfers)	291	-685	-691
Capital movements	-24	207	-192
Overall balance (including errors and omissions)	267	-478	-884
	<u>(In millions of SDRs; end of year)</u>		
External reserves of the Bank of Portugal	2,282	1,848	1,271
Fund quota	117	117	117
Fund holdings of escudos as a percentage of quota	100	100	100
Central rate	Esc 30.76 = SDR 1		

**Anexo 4:** Relatório FMI: *Statement by Mr. Dini on Portugal, 1976*<sup>553</sup>

**DOCUMENT OF INTERNATIONAL MONETARY FUND AND NOT FOR PUBLIC USE**

September 16, 1976 - 76/117

Statement by Mr. Dini on Portugal  
Executive Board Meeting 76/141  
September 17, 1976

The Portuguese authorities are in broad agreement with the analysis of Portugal's economic situation presented in the staff report on the 1976 Article XIV consultation, and wish to congratulate the Fund on this excellent work of its staff. The Portuguese authorities have some minor comments on the staff documents which will be communicated separately.

The Portuguese economic situation has not changed significantly since the staff report was issued on August 20, 1976. There is evidence of some recovery in productive activity, especially in the building sector. During the summer tourism flows showed a rather marked improvement over 1975, although they remained far below the level attained in the preceding years. Meanwhile the Government has announced the planned policy measures which it intends to adopt to meet the current economic problems.

On September 10, 1976 the Prime Minister made an important speech where the main intentions of his Government regarding short-term economic and social policy were fully stated. In the short run the Government's main objectives are to stimulate productive activity and to reduce the balance of payments deficit. The recovery of production shall be obtained essentially through a more flexible price policy which will improve enterprises profitability, the adoption of more realistic rules as regards labor policy, and the intensification of public investment namely in the housing sector.

Within the policy of reducing balance of payments imbalances and of fighting inflationary pressures it is the Government's intention to avoid any further increase in the budgetary deficit for 1976. To this end several measures have been introduced, such as a freezing of expenditure increases which do not have a counterpart in receipt, a limitation on the amount of State Guarantees, and a reduction of certain current expenditures. In order to reduce subsidies to enterprises showing a deficit, the increase of the prices practiced by such enterprises is contemplated. Moreover, an increase in contributions to social security and a tighter discipline of benefits are envisaged in order to reduce the social security deficit in 1976.

The Government shall seek to carry out as far as possible the planned investments in the fields of public works and housing as well as other projects in charge of the administration. Large investments are planned for the production of electric energy and for heavy industries required for industrial reconversion. Furthermore, smaller-sized projects are being started and are expected to create a great number of jobs.

---

<sup>553</sup> Relatório FMI: *Statement by Mr. Dini on Portugal, 1976*, 16 setembro. [Consult. 21 maio 2015].

Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

Monetary policy will also aim at putting to better use the resources available for investment. New credit facilities will be created to foster agriculture and housing, to support small and medium enterprises, and to stimulate exports. It is not the intention of the authorities to follow a very restrictive monetary and credit policy in order not to aggravate the depressive pressures already evident in certain productive sectors. Consequently, the rate of credit expansion will in principle follow the growth of national product at current market prices since inflation has not stemmed up to now from monetary factors or excessive demand.

The new National Council for Income and Prices shall soon begin to operate. Its main objective shall be to revise prices so that they reflect the increase in costs, and to seek to stabilize as much as possible the prices of those products essential to lower income groups. Next year the establishment of national guidelines for the regulation of the wage bill increase and for the establishment of maximum wage increases, are envisaged, based upon agreement between the Government, the Unions and enterprises.

Moreover, the Government has recently announced several measures concerning labor relations and the private sector of the economy, designed to increase productivity and to stimulate private investment. National working hours shall be established and the law which allows justified dismissals shall be reviewed in order to make it effective. It also announced that there will be no further nationalizations in economic sectors, that the number of enterprises under State intervention shall not increase, and that there will soon be a clearer definition of the rules under which private enterprises may operate and of the incentives from which these enterprises may benefit. Enterprises under State intervention shall either be returned to the private sector or be transformed into mixed-economy enterprises or into cooperatives unless they are not economically viable, in which case they will be declared bankrupt.

In order to reduce the balance of payments deficit, which for 1976 is estimated to reach 30-35 billion escudos, the Government announced several measures which it proposes to adopt to foster exports and reduce imports. Among the latter there is the increase to 30 per cent of the import surtax, the establishment of foreign exchange budget included in the Government budget, restrictions on credit for purchases of consumer durables, increases in the sales tax on these goods, and restrictions to the consumption of fuels. A limited range of finished consumer goods may be made subject to quantitative restrictions.

Portugal is well aware of the unfavorable effects of these latter measures for its own economy and shall endeavor to use such measures sparingly. However, in its present balance of payments and external reserves situations, it will not be possible to avoid the introduction of some restrictions. In any case it is the intention of the Portuguese authorities that the restrictions to be adopted will be of a limited and temporary nature. The authorities are also considering more adequate

measures of balance of payments adjustment to be introduced when the necessary conditions are created. In particular the problems of export development will receive careful attention.

The Portuguese authorities are convinced that the country's balance of payments situation can be improved in the short run. At present many export industries still have unused capacity, and they consider it possible to shift foreign currency resources from consumption to investment provided that appropriate measures are taken in due time.

### III. The Program

The program described in the attached letter aims at reducing the deficit of the balance of payments and at laying the groundwork for the development of the economy on a sound basis. It consists of measures taken by the Portuguese Government which took office in July 1976 (some of them building on earlier measures introduced by the Sixth Provisional Government) culminating in the comprehensive package announced on February 25, 1977 (see Appendix), as well as of understandings specific to the stand-by arrangement.

The authorities' economic strategy is to reduce the balance of payments deficit by containing consumption and imports and to stimulate investment and exports. The former objective is to be achieved by limiting wage increases, by allowing prices to reflect cost developments and by fiscal policy; the latter is to be sought through stepped-up public capital expenditure and measures to improve the financial position of enterprises, particularly changes in labor legislation designed to improve productivity and to contain labor costs. The depreciation of the escudo is an essential part of the program: by raising the domestic cost of imports and restoring the competitiveness of Portuguese exports it can be expected to make a substantial contribution, in combination with the restraints placed on credit expansion, to the desired reduction in the balance of payments deficit. However, financing constraints have called for the introduction of fast-acting measures in the form of the temporary import restrictions described in the preceding section.

Staff estimates of the impact of the program on the main macroeconomic aggregates and the balance of payments are summarized in Table 7.

---

<sup>554</sup>Relatório FMI: *Portugal - Request for Stand-By Arrangement, 1977*, 12 abril. [Consult. 21maio 2015].

Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

## Memorando aos partidos e aos parceiros sociais

### I — Nota prévia

As considerações que se seguem são tópicos de reflexão que não se considera-se como prévios à elaboração de uma ou várias plataformas de acordo. Dirigem-se aos partidos e aos diferentes parceiros sociais para melhor precisarem e explicitarem as suas posições recíprocas em face da alternativa ora proposta pelo Governo Constitucional.

Embora o Governo saiba já, pelas conversações até agora realizadas e pelas diferentes declarações públicas de intenção dos partidos e dos parceiros sociais, que não é possível chegar à constituição de uma plataforma única — dada a irreductibilidade dos pontos de vista expressos, a sua contradição e até a incapacidade manifestada para, entre si, estabelecerem um diálogo mínimo —, continua empenhado na concretização de um ou vários acordos globais, parcelares ou pontuais (conforme os casos e as possibilidades que se abram), com a condição de não serem, obviamente, contraditórios.

A elaboração de tal acordo ou acordos tem como objectivo clarificar a situação presente, que se reconhece estar a deteriorar-se, com perigo manifesto para a democracia, em virtude da gravidade dos problemas financeiros e económicos e também devido à pressão política constante das oposições de sinal contrário e intransigentes.

Importa, pois, admitir a necessidade urgente de:

Criar um clima de estabilidade indispensável ao regular funcionamento das instituições democráticas, à recuperação económica do País e à superação das graves dificuldades financeiras da actual conjuntura;

Evitar que se difundam entre os Portugueses a desorientação e o indiferentismo, com o consequente descrédito das instituições democráticas, bem como que aumentem as tensões

<sup>555</sup>*Diário da Assembleia da República*, p. 257-263, Lisboa, 17 de novembro 1977, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 18 de novembro 1977.

sociais e regionais existentes e os estímulos à violência e a pseudo-soluções de tipo autoritário, que nada resolvem nem resolverão;

Desenvolver um ambiente social de paz civil, de tolerância e de compreensão perante as dificuldades, que a todos afectam, baseado no exacto conhecimento da realidade, no diálogo, na concertação e no respeito mútuo, e na busca de soluções que levam ao restabelecimento da confiança, entre os diferentes parceiros sociais, e propiciem o trabalho de todos — condições que se julgam absolutamente indispensáveis à superação da crise actual;

Dar novo relevo e impulso à definição de um projecto nacional, claro, que possa ser bem compreendido e aceite pelo povo português — e que o venha a mobilizar na tarefa exaltante da reconstrução nacional —, no momento preciso em que se lhe exigem pesados sacrifícios.

Tem-se em conta a situação relativa dos diferentes partidos com assento na Assembleia da República, tal como resultou do sufrágio popular, a sua desigual implantação nacional e regional e ainda a complexa relação de forças sociais existente na sociedade portuguesa, que continua em busca de um equilíbrio que ainda não adquiriu, bem como as diversas dinâmicas de transformação e de conservação, segundo as diferentes regiões do País.

Tudo isso aconselha um reforço de paciência e de determinação para se chegar a um ou vários acordos, através dos quais se possa superar a crise, evitar o prolongamento do *impasse* actual, os quais nas circunstâncias presentes necessariamente seriam de trágicas consequências para o País. Não basta criticar ou denunciar uma situação difícil. Interessa muito mais oferecer saídas que mereçam um consenso mínimo para a superação das dificuldades, sem que nos enquistemos em posições rígidas e sectárias.

O Governo Constitucional aceita o diálogo com todos os partidos e parceiros sociais, sem excepção, e não persiste na mera repetição dos seus pontos de vista de sempre. Está aberto a todas as sugestões construtivas e deseja ir mais longe na busca do diálogo e dos acordos possíveis. Daí as reflexões que se seguem, que procuram abrir caminho para a elaboração da plataforma de momento exequível com o objectivo de arrancar o País à situação difícil em que se encontra.

## II — Objectivo principal da plataforma

A consolidação e a estabilização da democracia pluralista existente, tal como resulta da Constituição, são o principal objectivo da plataforma. Destina-se esta ainda a criar condições de funcionamento regular e de operacionalidade aos diferentes Órgãos de Soberania e designadamente à Assembleia da República e ao Governo. Sente-se a necessidade de passar das confrontações políticas estereótipas — que têm caracterizado o autêntico diálogo de surdos a que temos assistido — para uma fase construtiva da vida nacional, em que acima de tudo se procurem equacionar e resolver os problemas concretos que afligem os por-

tugueses. Sem isso a democracia estará condenada, a prazo mais ou menos curto.

## III — Duração

Em princípio o acordo deverá ter como duração o período da actual legislatura (1978-1980), com possibilidade de ser revisto anualmente (em Novembro-Dezembro de cada ano, até 1980).

## IV — Pontos a esclarecer

1 — Parte-se do princípio de que a delicada situação financeira que o País atravessa (com a inevitabilidade de contracção de empréstimos externos, única forma de evitar, a curto prazo, uma interrupção de pagamentos que comprometeria por completo a situação económica nacional), torna altamente perigosa e mesmo problemática a realização de eleições antecipadas, pelo menos durante o ano de 1978. Com efeito, o recurso a eleições antecipadas forneceria o pretexto ideal para que os países já dispostos a adiantar tais empréstimos, assim como o FMI, os não concretizassem ou então adiassem por tempo indeterminado a sua realização. Contudo, se não houver um entendimento mínimo entre os partidos, a nível pelo menos parlamentar, não haverá outra solução no quadro democrático, para além do recurso a novas eleições.

É uma primeira contradição, que importa conhecer e não perder de vista antes de buscar as soluções para o problema português.

Além de que um novo acto eleitoral — que seria o quinto sucessivo em menos de três anos — não seria certamente bem acolhido pelo povo português nem constituiria para o mundo uma prova suplementar da nossa maturidade democrática.

2 — Os partidos da oposição afirmam que consideram esgotada a fórmula do governo homogéneo socialista (com independentes), fórmula que vigora há quase dezasseis meses e em que se baseia o Governo Constitucional. Todos propõem uma coligação:

- A três, PS, PSD e CDS (proposta conjunta do PSD e do CDS);
- A dois, PS e PSD (admitida, em princípio, pelo PSD);
- A dois, PS e PCP (maioria de esquerda, proposta primeiro pelo PCP e depois por grupos de esquerda);
- A quatro, PS, PSD, CDS e PCP (aventada recentemente pelo PCP).

Nota fundamental: em todas estas hipóteses de coligação figura sempre o PS.

Contudo, o PS não aceita entrar em nenhum Governo de coligação. Por duas razões, fundamentalmente:

Porque tal posição representa um compromisso tomado perante o eleitorado e resulta inequivocamente da moção de orientação política geral aprovada no seu último Congresso. Aliás uma coligação interpartidos não pode ser uma

decisão de cúpula, devendo antes resultar de algo sentido e vivido pelas bases dos partidos interessados. O que não é manifestamente o caso;

Porque considera que um governo de coligação, ainda que pudesse ajudar a vencer certas dificuldades no plano parlamentar, não teria operacionalidade e viria ainda agravar as tensões sociais e regionais já existentes, radicalizando perigosamente a política nacional. Bastará atentar em qualquer das formas de coligação propostas para se compreender que assim é. Qualquer delas viria agravar as divisões já existentes na sociedade portuguesa e anular o papel de intermediário, dialogante entre os extremos, que o PS tem desempenhado nos últimos dezassete meses. Por outro lado, o PC isolado na oposição (numa espécie de *ghetto*, que lhe seria no plano social altamente propício) ou associado ao poder (a quatro ou a dois) seria sempre um factor ultracontroverso e de perturbação nas actuais circunstâncias político-militares.

Ao contrário do que se tem pretendido, dada a representação actual dos diversos partidos na Assembleia, um governo minoritário (embora com algum consenso parlamentar) é a única forma capaz de obter um certo acordo, mesmo negativo, e alguma estabilidade democrática, assim política como social. Como aliás sucede em vários outros países da Europa.

Chega-se assim a uma situação de verdadeiro *impasse*: os partidos da oposição querem coligar-se com o PS, mas propondo formas incompatíveis entre si; e o PS recusa participar em toda e qualquer coligação.

Deste *impasse*, obviamente, só se poderá sair, no quadro democrático e sem recurso a situações autoritárias, por duas vias:

Ou recorrendo a novas eleições, com os perigos que comportam (indicados acima) e a consequente paragem ou indefinição, por mais três a seis meses, da vida nacional, com a agravante muito provável dos resultados poderem vir a confirmar, com alterações insignificantes, os dados parlamentares e as posições recíprocas dos diversos partidos;

Ou aceitando um acordo (político, económico e social) ou vários, desde que não contraditórios (visto haver partidos e parceiros sociais que se recusam a dialogar entre si e até a sentar-se em conjunto à mesma mesa), que não implique ou impliquem partilha do Poder a nível do Executivo (isto é, um governo de coligação).

Esta última é a via proposta pelo Governo Constitucional e pelo PS. Adiantando, desde logo, o seguinte:

Uma vez acordada a plataforma, o PS compromete-se a respeitá-la, com as necessárias e eventuais adaptações, quer seja Governo quer seja oposição;

O PS recusa a chamada maioria de esquerda, quer seja Governo quer seja oposição.

## V — Termos da plataforma

### A) No plano político

1 — Acordo quanto ao respeito absoluto pela Constituição e pelo ordenamento político-jurídico democrático que dela resulta.

[Pôr em causa a Constituição, no momento presente, e uma vez que só pode ser revista numa nova legislatura, representa recusar o sistema em bloco e colocar-se à margem da legalidade democrática. Pode discordar-se da Constituição ou ter-se votado contra ela, em tempo oportuno; não se pode deixar de a cumprir e fazer cumprir.]

2 — Acordo quanto ao respeito absoluto pelos Órgãos de Soberania, desde que legitimamente constituídos, como é o caso.

[Reconhece-se a posição de particular relevância do Presidente da República como garante principal da Constituição, árbitro e moderador essencial da vida política, sem intervenção directa nas orientações governativas. Tal posição não pode ser posta em causa sem grave risco para a estabilidade das instituições.

O mesmo se reconhece em relação aos demais Órgãos de Soberania. No que se refere ao Governo, insiste-se em que poderá, evidentemente, ser contestado e criticado pelas suas acções e omissões, em concreto, mas que tem de ser respeitado e prestigiado como órgão legítimo da soberania, que é. Ora não tem sido essa a prática de certas personalidades da oposição.]

3 — Acordo quanto à aceitação prática das leis fundamentais votadas pela Assembleia da República que ajudam a definir o sistema político-institucional português e lhe conferem viabilidade. Nomeadamente: lei da separação dos sectores público e privado; lei das indemnizações; lei de bases da Reforma Agrária; leis sociais e lei das competências das autarquias locais.

[O sistema institucional português é complexo e implica, nos termos da própria Constituição, a coexistência concorrencial entre os sectores público e privado, com o reconhecimento de formas de propriedade social (cooperativas, empresas em autogestão, unidades de exploração colectiva). Reafirma-se o interesse fundamental da iniciativa privada na reconstrução económica do País, coexistindo com um sector público que se pretende forte, dinâmico e desburocratizado.

Importa acima de tudo dinamizar cada um destes sectores, tornando-os ao máximo produtivos, nos seus actuais limites, sem outras transformações, o que terá de se compreender como condição de paz e do progresso possível.]

Acordo igualmente quanto à opção europeia do Governo, expresso no pedido de adesão de Portugal à CEE, aprovado maioritariamente pela Assembleia da República.

4 — O Programa do Governo Constitucional poderá manter-se em vigor, mas seria completado e explicitado nos termos da plataforma a acordar, que dele passaria a fazer parte integrante.

[Admite-se, contudo, a constituição de um segundo governo constitucional, o qual teria de se apresentar de novo na Assembleia da República e ver aprovado o seu programa actualizado. Nesta hipótese, exigir-se-ia a votação de uma moção de confiança ao novo governo para lhe dar, positivamente, uma mais larga base de apoio.

A outra hipótese seria discutir apenas a reestruturação do actual Governo para lhe conferir maior operacionalidade, o que não implicaria nova discussão do Programa na Assembleia da República e tão-só a ratificação da plataforma.

Em qualquer dos casos, porém, aceita-se discutir as estruturas mas não a composição do Governo, nem muito menos as pessoas que eventualmente o venham a integrar, que deverão de resultar da escolha do Primeiro-Ministro, a propor ao Presidente da República.]

5 — *Reforma administrativa* — Acordo quanto à constituição de uma comissão para estudar e propor ao Governo e à Assembleia da República, em curto prazo, a reforma das estruturas administrativas do Estado e da função pública, de forma a dar-lhes maior eficácia (desburocratizar, economizar e despartidarizar, criando serviços e um corpo de funcionários altamente competentes, especializados e responsáveis, independentes das flutuações políticas próprias da vida democrática).

6 — *Política de informação* — Acordo quanto à lei de imprensa (nova versão a apresentar à Assembleia da República) e quanto às leis da radiodifusão e da televisão, igualmente a apresentar à Assembleia da República.

Reconhece-se a responsabilidade dos meios de informação na criação de um clima de desorientação e de golpismo político que visa levar o povo a descreer da própria democracia. Tal circunstância aconselha a adopção de regras deontológicas estritas, por forma a assegurar objectividade informativa e a máxima liberdade compatível com a máxima responsabilização.

Acordo, também a estabelecer, quanto ao estatuto da informação, incluindo o estatuto da Imprensa estatizada ou intervencionada, oral e escrita, por forma a assegurar tempo e espaço proporcionais ao Governo, aos partidos e aos diferentes parceiros sociais.

7 — *Conteúdo do acordo político* — A plataforma que se propõe implica necessariamente um acordo mínimo de âmbito parlamentar e pode ou não implicar um acordo extraparlamentar.

No plano parlamentar:

a) Na hipótese de simples reestruturação do actual Governo, acordo quanto à votação do Orçamento para 1978 e Plano para o mesmo ano (embora,

naturalmente, qualquer das duas propostas de lei, a primeira das quais já apresentada na Assembleia, fique sujeita a discussão e a eventuais emendas). Retirada para posterior acordo, a estabelecer em 1979, da proposta do Plano a médio prazo pendente na Assembleia da República. Consenso quanto ao acordo a estabelecer com o FMI.

[Quanto ao Orçamento para 1978, ao Plano para o mesmo ano e ao acordo com o FMI, far-se-ão adiante as explicitações necessárias quando se abordarem os aspectos económico-sociais da plataforma.]

b) Na hipótese de constituição de um segundo governo constitucional, admite-se que o novo programa (integrando e explicitando o actual e a estabelecer por acordo) não seja votado positivamente (como sucedeu em Agosto de 76); mas então exigir-se-ia a votação positiva e consequente de uma moção de confiança ao governo para alargar a sua base de apoio.

Em qualquer dos casos, prevê-se a elaboração em comum de projectos e de propostas de lei e uma planificação acordada da sessão parlamentar de 1978, segundo as grandes orientações políticas e económico-sociais inscritas na plataforma.

Para tanto, prevê-se a criação de uma comissão mista onde tenham assento representantes dos partidos signatários da plataforma, os líderes parlamentares e o ministro encarregado das relações com a Assembleia. Uma tal comissão reuniria semanalmente e terá como função principal velar pelo cumprimento da plataforma a nível parlamentar.

No plano extraparlamentar:

Sugere-se um acordo entre os partidos signatários da plataforma de informação recíproca e, sempre que possível, de cooperação no âmbito das autarquias e em todos os assuntos de relevante interesse nacional. Para tanto, sugerem-se encontros regulares entre o Primeiro-Ministro e os presidentes ou os secretários-gerais dos partidos signatários, se necessário acompanhados por delegações, de modo a dinamizar a cooperação interpartidária e a fornecer uma regular troca de informações sobre as grandes orientações e o modo prático de aplicação das políticas externa, de defesa nacional, económica, financeira e social.

O acordo ou acordos serão obviamente extensivos a todo o território nacional, em as adaptações que a especificidade das regiões autónomas dos Açores e da Madeira imponham.

Acordo quanto ao âmbito da autonomia dos Açores e da Madeira como forma de acelerar a construção democrática do novo ordenamento regional, designadamente através da transferência dos serviços periféricos do Estado. Deverá ser estabelecido um calendário para a rápida adopção, através das assembleias regionais e da Assembleia da República, de estatutos definitivos que desenvolvam e concretizem os princípios consignados no título VII da Constituição, sobre o regime próprio das regiões autónomas. A reafirmação do repúdio expresso em relação ao separatismo pelas assembleias regionais e pela Assembleia da República contribuirá para clarificar

o sentido da profunda descentralização político-administrativa que está a ser levada a cabo nos Açores e na Madeira e permitirá pôr fim a práticas de centralismo que ainda não foi possível eliminar.

#### B) No plano económico e financeiro

A situação económica e financeira do País traduz-se fundamentalmente pelo agravamento do défice da balança de pagamentos e pela persistência de níveis elevados de inflação e de desemprego.

Qualquer estratégia de ataque a esta situação, sem pôr em causa o sistema democrático, é fortemente condicionada no imediato, pela necessidade de financiar o défice externo e deverá visar a oriação das condições indispensáveis para a recuperação e o desenvolvimento do País.

Nas circunstâncias actuais, as alternativas imediatas que se nos põem reduzem-se à obtenção de apoio financeiro internacional, através da contracção de um ou vários empréstimos de vulto (o chamado grande empréstimo), ou à delapidação total das nossas reservas de ouro, através de vendas maoiças (que, aliás, não dariam para mais de um ano). Exclui-se esta hipótese, por não constituir senão um adiamento inevitável da decisão impensável de infectar a curto prazo a situação do défice crónico da balança de pagamentos. Contudo, a obtenção de empréstimos externos só é de admitir dentro de um quadro económico minimamente coerente e, por outro lado, só é viável respondendo a severas exigências (aliás justificadas), designadamente as que decorrem do acordo a estabelecer com o FMI.

A situação exige, pois, o estabelecimento de um clima de consenso e de responsabilização a nível político e social quanto aos objectivos e orientações básicas de política conjuntural de austeridade, sem prejuízo do entendimento subjacente de que os sacrifícios no imediato são a condição indispensável para garantir no futuro a recuperação e o desenvolvimento capazes de concretizar as aspirações populares de maior bem-estar e mais justiça social.

Assim, tendo em conta as condicionantes conhecidas e os objectivos a médio prazo, em 1978 o Orçamento e o Plano para o mesmo ano deverão respeitar um programa de estabilização económica em que seja dada prioridade aos seguintes objectivos:

- a) Redução do défice de transacções correntes com o exterior de um terço em relação a 1977;
- b) Redução significativa do actual nível de inflação;
- c) Crescimento positivo, embora moderado, do produto interno (3,5% a 4%);
- d) Manutenção do nível global do emprego e minimização dos custos sociais daí decorrentes (subsídios de desemprego e outras garantias e benefícios sociais, nomeadamente em matéria de previdência, saúde e habitação).

Segundo a redução do défice externo o objectivo de maior prioridade (até porque faz parte das condições do FMI, para as quais se requer o consenso

dos partidos signatários da plataforma), não é possível prosseguir metas mais ambiciosas em matéria de expansão e de emprego, pois teriam sempre reflexos negativos na balança de pagamentos. Pretender o contrário significa ignorância ou mero irrealismo.

A linha de austeridade acordada para 1978 será uma condição indispensável para assentar em bases sólidas uma política de expansão a médio prazo, único contexto em que se reconhece possível corrigir as graves deficiências estruturais e as assimetrias regionais da economia portuguesa, lançando o País, numa segunda fase, numa via de rápido desenvolvimento e progresso social.

As medidas de política económica e financeira que o Governo terá de levar a cabo para tornar compatíveis os objectivos enunciados e as condicionantes existentes deverão ainda permitir:

Reorientar os recursos para o investimento e para as actividades de exportação, admitindo ainda um crescimento muito moderado do consumo privado e a manutenção do consumo público, em termos reais, ao nível de 1977;

Reduzir o défice global do sector público para cerca de 5% do produto nacional bruto em 1978, pelo que o Orçamento corrente deverá apresentar-se equilibrado, obrigando a um esforço fiscal adicional;

Limitar a expansão do crédito interno, por forma que o acréscimo da massa monetária seja sensivelmente inferior ao crescimento do produto interno, e adequar selectivamente, no âmbito da política global do crédito, as taxas de juro;

Realizar uma política selectiva de investimento, por forma a dar preferência a projectos com menor intensidade de capital e menor conteúdo importado e diferenciando alguns projectos com maior dependência externa;

Promover a progressiva eliminação das restrições directas à importação (depósito prévio, sobretaxa e contingentação), transferindo as protecções existentes para a promoção da competitividade externa.

Não obstante as limitações acima indicadas, a possibilidade de não se exceder um défice de cerca de 800 milhões de dólares na balança de transacções correntes está condicionada a um decréscimo das importações de bens e serviços e ao aumento significativo das exportações.

Uma política dinâmica de exportações constituirá assim uma das actuações de prioridade absoluta em 1978 e anos seguintes, procurando ultrapassar os obstáculos que se deparam nos mercados tradicionais de exportação em parte ligados à própria situação de crise económica mundial. Igualmente continuará a ser dada prioridade ao aumento da produção nacional, nomeadamente na agricultura e pescas, sectores onde são mais salientes as nossas carências, e nos sectores industriais voltados para a exportação.

Sem dúvida que as condicionantes estruturais internas da economia portuguesa, a crise económica internacional, bem como os compromissos decorrentes do acordo com o FMI, impõem vínculos e limita-

ções rigorosas a uma política de expansão que seria desejável, mas não impedem contudo que se defina uma política económica coerente que, compatibilizando todas as variáveis, não renuncie aos objectivos de desenvolvimento e transformação que nos permitam a construção de uma democracia moderna numa sociedade de progresso, mais justa e mais igualitária.

Os sacrifícios que serão exigidos no curto prazo poderão assim contribuir decisivamente para a estabilização da situação económica portuguesa, permitindo ainda conseguir as mudanças estruturais de mais longo prazo que são necessárias à nossa integração na Comunidade Económica Europeia.

Nestes termos, e para a prossecução da política financeira e económica delineada, importa conseguir acordo quanto:

- a) Ao orçamento para 1978 (já presente na Assembleia da República);
- b) Ao Plano para 1978, a enviar à Assembleia da República até 26 de Novembro;
- c) As grandes linhas da negociação a estabelecer com o FMI (que decorrem naturalmente dos documentos atrás referidos).

#### C) No plano social

O futuro democrático das instituições exige que, a par do consenso no plano político e económico, se estabeleça um consenso no plano social.

Em efeito, impõe-se criar um clima de confiança para o qual muito concorrerá uma maior transparência das regras de funcionamento do sistema.

A clarificação das regras do jogo a que tem vindo a proceder-se é particularmente necessária ao nível das relações de trabalho, de política de salários e rendimentos e da política de emprego.

- a) No que respeita às relações de trabalho, a salvaguarda do essencial das conquistas democráticas que são o direito à greve, o controlo de gestão, os direitos sindicais e o reconhecimento da existência de comissões de trabalhadores obriga à aceitação por parte dos trabalhadores de maior disciplina nas relações laborais, redução do absentismo, adequação dos horários de trabalho, incluindo o trabalho por turnos, e a clarificação das normas relativas a despedimentos. Tudo isso terá de ser acordado não somente com os partidos como com os parceiros sociais.
- b) A política de estabilização económica requer que a política salarial não agrave os custos unitários de produção e não concorra para o agravamento da inflação. Assim, o crescimento máximo da massa salarial bruta nas empresas terá de se situar entre os 15% e 20%, de acordo com normas específicas a definir pelo Conselho Nacional de Rendimento e Preços (o qual terá de ser devidamente activado). Igualmente se deverão adoptar critérios claros no estabelecimento de uma norma

salarial que permita uma política de progressivo nivelamento das diferenças hoje verificadas, quer no plano intersectorial quer no plano interprofissional.

- c) No campo do emprego, apesar das fortes condicionantes impostas pela redução do défice externo e pelo combate à inflação, procurar-se-á seguir uma política de manutenção do nível global do emprego e de minimização dos custos sociais decorrentes do actual volume de desemprego (subsídios de desemprego e outros benefícios sociais).

#### VI — Considerações finais

O Governo Constitucional, rem-no dito sempre, não se demite das suas responsabilidades enquanto tiver a confiança do Presidente da República e não for derrubado na Assembleia da República através dos mecanismos constitucionais normais. Mas não está disposto a permanecer no Poder sem concitar um certo consenso activo dos Portugueses, ficando sujeito ao desgaste constante provocado por uma situação de crise e de mal-estar evidente, que vem de trás e de longe e para a qual não contribuiu, apesar de os partidos da oposição agora lha pretenderem imputar.

Durante dezasseis meses, o Governo Constitucional deu coerência a um sistema económico que a não tinha, assegurou as liberdades e a paz, trouxe confiança à maioria dos portugueses e suscitou uma recuperação económica manifesta e que ninguém, em Agosto de 1976, ousava sequer prever, num clima de verdadeira tranquilidade (sem excessivas greves e com um mínimo de agitação social).

É evidente, contudo, que as dificuldades, em muitos casos, não estão resolvidas, designadamente no plano financeiro, que há muito por fazer em variados domínios, que a máquina administrativa herdada do fascismo não teve capacidade para responder com eficiência e que as tensões não desapareceram como por encanto da sociedade portuguesa, embora se tenham consideravelmente atenuado. Mas há um rumo que está definido — a Revolução de Abril foi balizada aos seus parâmetros essenciais e não há mais lugar na sociedade portuguesa para o medo ou para a angústia do que nos reservará o futuro, uma vez que o nosso projecto colectivo passa pela integração na Europa e se baseia na democracia.

Estão em curso, por outro lado, complexas negociações internacionais com a CEE, com o FMI, com outros países aliados e amigos, com os novos países africanos de expressão portuguesa, abrindo-se-nos perspectivas de um enorme interesse, se tivermos o bom senso suficiente para evitar o regresso a novas formas de ditadura, ou a confrontações violentas, ou ainda à anarquia. Na cena internacional Portugal não é — nem será — um país de somenos importância.

Contudo, o próximo ano será um ano difícil para todos os portugueses, apesar do aumento previsível, e para níveis nunca atingidos antes, do turismo, das remessas dos emigrantes e dos investimentos internos e externos. Não temos, pois, que estar excessiva-

mente preocupados quanto ao futuro, embora tenhamos que lhe fazer frente corajosamente e que o preparar com determinação e amor em relação ao que é português. Os problemas nacionais — dos quais o prioritário e o mais agudo é o financeiro — têm solução, como o Governo sempre afirmou, falando a linguagem da verdade e não a da demagogia. Com a condição de haver um mínimo de solidariedade entre os Portugueses e de os interesses nacionais passarem à frente dos interesses partidários ou sectoriais. Não podemos é deixarmo-nos diminuir pela descrença, pelo catastrofismo inconsequente e doentio, pela desorientação ou pelo indiferentismo.

O Governo não se demite, mas exige da oposição igual sentido da responsabilidade. A crítica é fácil e abundante, quase sempre contraditória e muitas vezes irresponsável, injusta ou inconsequente. Mais difícil e realizar, resolver os problemas, respeitando o direito dos outros, com espírito de tolerância, de equidade e sem violências. Se não houver um consenso para que o Governo PS, nas alternativas propostas no memorando ora apresentado, possa governar, com um acordo político mínimo, pois que a oposição se disponha a ser ela governo, como lhe cumpre. Será a altura de mostrar ao País o que vale e de se ver o que consegue no plano das negociações internacionais em curso, e bem assim o consenso que suscita entre a população portuguesa e designadamente no mundo do trabalho.

O Governo Constitucional tem vindo a ser ameaçado pela oposição com a apresentação de moções de censura, que nunca até agora se concretizaram, não havendo sequer, como resulta claríssimo, condições objectivas para virem a ser aprovadas alguma vez. O Governo poderia, pois, constitucionalmente, manter-se no Poder enquanto merecesse a confiança do Presidente da República. Mas não é isso que deseja, tendo em conta apenas os superiores interesses do povo português. Chegou, assim, a altura de pôr os partidos da oposição, que aliás entre si se não entendem, perante as suas responsabilidades próprias. O Governo não aceita continuar a ser passivamente o alvo permanente de ataques intempestivos, ao mesmo tempo que os seus críticos mais severos se põem de fora, se demitem das suas responsabilidades ou só visam governar com o apoio e à custa do partido que tão gravemente acusam de incompetência. É uma situação absurdamente ridícula que não se pode perpetuar.

O Governo viu-se obrigado a pedir a suspensão das negociações com o FMI — apesar da sua grande urgência e importância —, dada a situação de indefinição política existente e as contraditórias declarações de política económica feitas pelos responsáveis oposicionistas. Ora é urgentíssimo clarificar a situação e assegurar ao País uma saída que o poupe a sacrifícios tremendos. Teremos que nos decidir sobre se aceitamos ou não as negociações com o FMI, e dentro de que limites, até ao final do corrente mês. Se optarmos pela negativa, teremos que saber qual a alternativa que nos resta. Deixar passar o tempo sem tomar opções de fundo — que não podem ser adiadas por mais tempo — com a consequente deterioração psicológica do clima político.

Assim, se ao memorando ora apresentado se não seguirem, até ao dia 30 do corrente mês de Novembro, negociações que viabilizem concretamente um ou vários acordos, nos termos e com as condições propostas, o Governo apresentar-se-á à Assembleia da República, solicitando-lhe a aprovação de um voto de confiança. Dão-lhe ou não os partidos nela representados, positivamente, os meios de governar? E se o não fizerem, dispor-se-ão a assumir as responsabilidades do Poder? A moção de confiança terá, nessa hipótese, os efeitos indicados no artigo 198.º da Constituição, ou seja, implicará a imediata demissão do Governo no caso de a confiança ser recusada.

A situação ficará assim clarificada. A cada partido ou homem público caberá então a sua responsabilidade perante o País.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Segue-se agora um intervalo de trinta minutos, findo o qual, e conforme foi ontem deliberado na reunião dos grupos parlamentares, poderão apresentar ao Sr. Primeiro-Ministro as observações ou perguntas que entenderem pertinentes. O Sr. Primeiro-Ministro responderá, se assim o entender, na reunião de hoje ou numa próxima reunião.

A reunião está portanto suspensa durante trinta minutos.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Declaro reaberta a reunião.

*Eram 18 horas e 45 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Lopes Cardoso interpelou há pouco a Mesa no sentido de ser informado se poderia usar da palavra na sua qualidade de Deputado independente. Como oportunamente comuniquei à Assembleia, é meu entendimento que o Regimento não lhe permite usar da palavra neste momento. Depois de ouvidos os grupos parlamentares, mantenho esta decisão. Além de razões que já oportunamente aduzi e que me dispense de repetir, chamo a atenção para o disposto no artigo 89.º do Regimento, que estabelece os casos em que a palavra será concedida aos Deputados. Em meu entendimento, nenhum desses casos se verifica. Na verdade, e para além dos outros que não são manifestamente pertinentes, não se trata de um debate [alínea d], nem se trata de fazer perguntas ao Governo, porque o processo das perguntas está regulado no artigo 205.º do Regimento.

Nestas circunstâncias, o Sr. Deputado Lopes Cardoso e os demais colegas independentes não poderão usar da palavra.

Tem V. Ex.ª a palavra, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (Indep.):** — Sr. Presidente, eu queria usar da palavra para interpor recurso para o Plenário da decisão tomada.

**O Sr. Presidente:** — O recurso está interposto, Sr. Deputado. Poderá V. Ex.ª fundamentá-lo.

## Anexo 7: Moção de Rejeição do PSD ao Programa do II Governo Constitucional<sup>556</sup>

9 DE FEVEREIRO DE 1978

1253

O Sr. **Sérvulo Correia** (PSD): — Sr. Presidente Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Do ponto de vista do Partido Social-Democrata, a avaliação de fundo que temos de fazer em relação à fórmula política que ora nos é proposta assenta em três parâmetros. Esses parâmetros são: em primeiro lugar, a própria natureza da fórmula política subjacente a este Governo, isto é, um Governo de base PS com personalidades, ou, como hoje aqui foi dito, com dominância PS e coadjuvância CDS; em segundo lugar, a composição do Governo, que agora conhecemos na sua esmagadora maioria; em terceiro lugar, o texto do próprio Programa do Governo que tivemos ocasião de analisar ao longo dos últimos dias.

Estes são para nós os parâmetros fundamentais. É certo que os termos do debate que ora está em curso poderão influir ainda, de algum modo, na nossa decisão e fundamentalmente essa influência poderia surgir se algo de inesperado, mas que de momento não prevemos, viesse ainda a acontecer.

Por outro lado, a nossa posição, já marcada na Assembleia Constituinte, foi a de que não seria conveniente que os governos que se apresentassem a esta Câmara requerendo a sua investidura dela pudessem sair investidos em funções sem que a Câmara praticasse um acto positivo, através de uma votação.

Por estas razões, entendemos, desde este momento, apresentar à Câmara uma moção de rejeição do Programa do Governo, do seguinte teor:

Considerando que o Programa do I Governo não foi objecto de qualquer votação e que tal ambiguidade não deverá continuar a ser permitida;

Considerando que, embora directamente perguntado, o Governo não esclareceu se apresenta ou não uma moção de confiança;

Considerando que é imperioso tornar claro quem apoia e se compromete neste Programa do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD) propõe a rejeição do Programa do Governo (artigos 20.º, N.º 1, alínea c) e 198.º do Regimento).

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Simultaneamente, apresentamos, e vamos fazer chegar à Mesa, um outro requerimento, nos seguintes termos:

Ao abrigo do N.º 2 do artigo 109.º do Regimento desta Assembleia, requerem os deputados do PSD abaixo-assinados a votação nominal da proposta de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos portanto que obedecer, e façam favor de verificar se estará certo, à regra do artigo 198.º do Regimento, que diz:

«1. Até ao encerramento do debate, e sem prejuízo deste, poderá qualquer grupo parlamentar apresentar uma moção de rejeição do Programa do Governo.

2. Encerrado o debate, proceder-se-á na mesma reunião e após um intervalo de uma hora, à votação.

3. Até à votação, a moção de rejeição pode ser retirada.»

Os três restantes números pouco interessam já. Portanto, parece-me que temos que abrir um debate, desde já e em primeiro lugar, quanto à moção de rejeição. Vamos portanto cumprir a regra do artigo 198.º do Regimento.

Está aberto o debate.

O Sr. **Sérvulo Correia** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. **Sérvulo Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nos termos do Regimento, a moção de rejeição, se não vier a ser retirada, será votada depois do encerramento do presente debate, havendo uma hora de intervalo. Portanto não vejo, Sr. Presidente, que haja neste momento lugar à abertura de qualquer debate. Há, isso sim, um segundo requerimento no sentido de que essa moção de rejeição venha a ser votada por voto nominal. Af, em nosso entender, está ao critério da Mesa pôr já esse segundo requerimento à votação ou deixá-lo também para a altura do encerramento do debate. Deixamos, portanto, esse segundo aspecto ao critério da Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tenho a impressão, salvo o devido respeito, que o Sr. Deputado **Sérvulo Correia** disse precisamente o que eu estava a dizer...

*Risos do PSD.*

... Eu disse que ia dar cumprimento ao artigo 198.º do Regimento e é o que vou fazer.

Vamos então abrir a debate, que obedecerá às regras do artigo 198.º do Regimento, e depois, no fim, com certeza, será objecto de votação o requerimento que foi apresentado.

Está aberto o debate.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Parece que há aqui uma dúvida. Como é uma matéria de certo modo nova, vou ler novamente o artigo 198.º do Regimento para tirar essa mesma dúvida. O artigo 198.º diz: «1. Até ao encerramento do debate, e sem prejuízo deste...» Está certo — e peço desculpa —, pois o artigo diz: «...e sem prejuízo deste...»

Continua então o debate sobre o Programa do Governo.

Tem a palavra o Sr. **Ministro António Arnaut**.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Sociais** (**António Arnaut**): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se estranhará que as minhas primeiras palavras sejam de sincera homenagem à Assembleia da República, à qual me honro de pertencer. Órgão democrático por excelência, reflexo natural das nossas esperanças e ansiedades, estou certo que esta Assembleia, cuja actuação tem constituído importante factor de pacificação da vida política, como ainda recentemente o reconheceu o Sr. Presidente da República, continuará a assumir a sua responsabilidade histó-

<sup>556</sup>CORREIA, Sérvulo — *Diário da Assembleia da República*, p. 1253, Lisboa, 08 de fevereiro 1978, I

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Requeri, Sr. Presidente, autorização para que me seja permitido apresentar à Câmara o texto de uma moção de rejeição do Programa do Governo...

*Risos.*

... que é a seguinte:

#### MOÇÃO DE REJEIÇÃO

Considerando a apresentação à Assembleia da República do Programa do Governo, cuja fórmula governativa é a de uma coligação PS-CDS;

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), nos termos dos artigos 195.º da Constituição e 198.º do Regimento da Assembleia da República, propõe a rejeição do Programa do Governo, porque tal Programa não se conforma com o projecto constitucional nem serve a resolução dos grandes problemas nacionais, designadamente a recuperação económica e financeira do País.

*Aplausos do PCP.*

---

<sup>557</sup>BRITO, Carlos – *Diário da Assembleia da República*, p. 1373, Lisboa, 10 de fevereiro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 11 de fevereiro 1978.

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — Vou ler a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo meu partido:

Considerando que o Governo Nobre da Costa foi constituído numa lógica de marginalização dos partidos políticos, altamente inconveniente numa democracia pluripartidária como a nossa, e que não serve o País nem a democracia;

Considerando que a equipa heterogénea que se conseguiu formar, com personalidades ditas independentes, não dá ao País quaisquer garantias de uma política governativa coerente nem, portanto, de eficácia;

Considerando que o Programa apresentado constitui, no essencial, um decalque, sem novidade nem imaginação, dos Programas dos Governos Constitucionais anteriores — os quais foram elaborados num contexto partidário e para governos de legislatura, quando o Governo Nobre da Costa não dispõe de qualquer apoio parlamentar e tem, à partida, um horizonte temporal muito limitado;

Considerando, finalmente, que as poucas notas inéditas do referido Programa são meras concessões oportunistas, à direita ou à esquerda, sem coerência global nem pensamento próprio:

O Grupo Parlamentar do PS propõe à Assembleia da República a rejeição do Programa do Governo Nobre da Costa, nos termos e com as consequências do artigo 195.º da Constituição.

*Aplausos do PS e da Deputada independente Carmelinda Pereira.*

---

<sup>558</sup>PIRES, Herculano — *Diário da Assembleia da República*, p. 3482, Lisboa, 11 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de setembro 1978.

**O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passo a ler a proposta do PCP de uma moção de rejeição do Programa do Governo:**

1 — Considerando que na composição do Governo do Primeiro-Ministro Nobre da Costa vários dos mais importantes departamentos, designadamente o MAP, foram confiados a personalidades cujas filiações e posições políticas ou ligação directa a interesses económicos de classe provocam sérias dúvidas acerca da orientação democrática e da isenção na sua acção governativa;

2 — Considerando que tal Governo anuncia no seu Programa a aceleração da recuperação capitalista, latifundista e imperialista (*risos*), salientando-se medidas contra os interesses dos trabalhadores e demais classes laboriosas, as indemnizações, medidas contra a Reforma Agrária e as nacionalizações e a submissão passiva às exigências do FMI;

Nestes termos, apreciada a composição e o Programa:

Ao abrigo e para os efeitos do disposto nos artigos 195.º e 198.º da Constituição, a Assembleia da República delibera rejeitar o Programa do Governo apresentado pelo Primeiro-Ministro Nobre da Costa.

*Aplausos do PCP.*

Assembleia da República, 11 de Setembro de 1978. — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, *Carlos Brito*.

---

<sup>559</sup> BRITO, Carlos — *Diário da Assembleia da República*, p. 3485, Lisboa, 11 de setembro 1978, I Série, I Legislatura, II Sessão Legislativa, 12 de setembro 1978.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para apresentar a proposta de uma moção de rejeição do Programa do Governo, que é do seguinte teor:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português propõe à Assembleia da República a seguinte moção de rejeição do Programa do Governo:

Considerando que, tanto pela sua fórmula e composição, como pelas posições programáticas e previsível actuação prática, o Governo do Prof. Mota Pinto não só não pode resolver qualquer dos grandes problemas nacionais como inevitavelmente os agravará a todos:

A Assembleia da República, ao abrigo e para o efeito do disposto nos artigos 195.º e 198.º da Constituição, delibera rejeitar o Programa do Governo do Primeiro-Ministro Mota Pinto.

Assembleia da República, 11 de Dezembro de 1978. — Pelo Grupo Parlamentar do PCP: *Carlos Brito — Vital Moreira — Veiga de Oliveira — Maria Alda Nogueira.*

*Aplausos do PCP.*

---

<sup>560</sup> BRITO, Carlos — *Diário da Assembleia da República*, p. 518, Lisboa, 11 de dezembro 1978, I Série, I Legislatura, III Sessão Legislativa, 12 de dezembro 1978.

## Anexo 12: Relatório FMI – *Request for Stand-By Arrangement*, 1978<sup>561</sup>

CONFIDENTIAL

Lisbon, Portugal

May 9, 1978

Dear Mr. Witteveen:

1. The pressures on Portugal's balance of payments have continued strong this past year, as internal and external disequilibria proved considerably more intractable than had earlier been expected, complicated as they are by serious structural maladjustments in the economy. In fact, it is mainly through a policy directed to overcome these structural problems of the economy that the external imbalance can be controlled on a more permanent basis. A medium-term strategy to restructure and increase productivity in industry and modernize agriculture will be implemented by the authorities to achieve that aim.

2. Meanwhile a substantial stabilization effort is clearly called for to provide a solid foundation for long-term economic reconstruction and development in Portugal. Accordingly, the Government of Portugal authorizes the Banco de Portugal to request a stand-by arrangement from the Fund, under which the Banco de Portugal will have for a period of one year the right, after making full use of any reserve tranche it may have, to purchase from the Fund the currencies of other members in exchange for escudos up to an amount equivalent to SDR 57.35 million. Before making purchases under this stand-by arrangement, the Banco de Portugal will consult with the Managing Director on the particular currencies to be purchased.

3. The purpose of this request is to support the stabilization program recently adopted by the Government of Portugal, to strengthen the balance of payments and reduce inflationary pressures while maintaining a positive rate of growth of the economy to keep unemployment in check. These objectives are to be achieved through fiscal, monetary, and wage restraint combined with an exchange rate policy as outlined below. By these means the external current account deficit is to be reduced from about US\$1,500 million in the period April 1977-March 1978 to about US\$1,000 million in the period April 1978-March 1979. Net non-monetary capital inflows are expected to increase from US\$150 million to US\$200 million. This improvement in the external balance is to provide the main source of economic growth in the program period.

4. After a decline in real gross domestic product of nearly 4 per cent in 1975, the Portuguese economy recovered sharply in 1976, with real growth estimated at close to 6 per cent. It is estimated that a comparable expansion was achieved in 1977, despite a major decline in agricultural production. A shift of resources from consumption to investment and exports accompanied that expansion. Nevertheless, unemployment remained at about 7 per cent of the labor force at end-1977. At the same time, the rate of wage increases which moderated substantially in 1976 declined further in 1977, in line with the ceiling of 15 per cent placed upon it by law. Real wages appear to have been reduced in the course of 1977 by at least 7 per cent, as the rate of domestic price increases accelerated in late 1976, peaking at a very high level in May 1977 before moderating somewhat later in the year.

---

<sup>561</sup> Relatório FMI: *Portugal - Request for Stand-By Arrangement*, 1978, 09 de maio. [Consult. 21 agosto 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

20. The Government of Portugal believes that the policies set forth in this letter are adequate to achieve the objectives of the program but will take any further measures that may become appropriate for this purpose. During the period of the stand-by arrangement, the Government will consult with the Fund on the adoption of any measures that may be appropriate at the initiative of the Government or whenever the Managing Director requests consultation because any of the criteria in paragraph 19 above have not been observed or because he considers that consultation on the program is desirable. In addition, after the period of the stand-by arrangement and while any Fund holdings of escudos above the first credit tranche include currency resulting from purchases under the stand-by arrangement, the Government will consult the Fund from time to time, at the initiative of the Government or at the request of the Managing Director, concerning Portugal's balance of payments policies.

Sincerely yours,

Dr. Vitor Constancio  
Minister of Finance  
and Planning

Dr. Jose da Silva Lopes  
Governor  
Banco de Portugal

CONFIDENTIAL

INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal--Request for Stand-by Arrangement

Prepared by the European and Exchange and  
Trade Relations Departments

(In consultation with the Legal  
and Treasurer's Departments)

Approved by L. A. Whittome and Subimal Mookerjee

September 9, 1983

I. Introduction

In the attached letter dated September 9, 1983 to the Managing Director from the Minister of Finance and Planning and the Governor of the Bank of Portugal, the Portuguese authorities request a stand-by arrangement to cover the period October 7, 1983 to February 28, 1985 in the amount of SDR 445 million (37 1/2 percent of present quota for 1983 and 135 percent of present quota for 1984). The stabilization program that forms the basis for this request was discussed with the Portuguese authorities in Lisbon during the period July 18 to August 8 by a staff mission consisting of Mrs. T. Ter-Minassian, Messrs. D. Lachman, E. Spitaeller, T. Catsambas (all EUR), Mr. E. Kalter (ETR) and as secretary Miss P. Emerson (EUR). The Portuguese authorities have also requested a purchase under the Compensatory Financing Facility in the amount of SDR 258 million or 100 percent of present quota. This request is dealt with in a separate document (EBS/83/197, 9/9/83) which is circulated jointly with this paper.

In June 1983, Portugal purchased the balance of its reserve tranche and the Fund's holdings of Portuguese escudos stand at present at 100 percent of Portugal's quota of SDR 258 million (Annex I provides a fuller description of the Fund's relations with Portugal). Full utilization of the requested stand-by arrangement would raise the Fund's holdings of escudos to the equivalent of SDR 703 million or 272.5 percent of quota. Including the full purchase requested under the Compensatory Financing Facility, the Fund's total holdings of escudos would amount to 372.5 percent of Portugal's present quota. The last stand-by arrangement with Portugal in the amount of SDR 57.35 million expired in May 1979. The last consultation with Portugal was concluded on June 13, 1983 (SM/83/88, 5/18/83).

---

<sup>562</sup> Relatório FMI: Portugal - Request for Stand-By Arrangement, 1983, 09 de setembro. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

Stand-By Arrangement - Portugal

1. Attached to EBS/78/228 (5/9/78) and Correction 1 (5/22/78), is a letter dated May 8, 1978 from the Minister of Finance and Planning and the Governor of the Bank of Portugal setting forth the objectives and policies which the Portuguese authorities will pursue.
2. The International Monetary Fund grants this stand-by arrangement to support these objectives and policies.
3. Portugal will remain in close consultation with the Fund during the period of the stand-by arrangement and, in particular, will consult with the Fund in accordance with paragraphs 18 and 20 of the letter of letter. These consultations may include correspondence and visits of officials of the Fund to Portugal or of representatives of Portugal to the Fund. For the purposes of these consultations, Portugal will provide the Fund, through reports at intervals on dates requested by the Fund, with such information as the Fund requests in connection with Portugal's objectives and policies set forth in the annexed letter.
4. For a period of one year from \_\_\_\_\_ 1978, Portugal will have the right, after making full use of any reserve tranche that it may have at the time of making a request for a purchase under the stand-by arrangement, to make purchases from the Fund in an amount equivalent to SDR 57.35 million, provided that
  - (i) purchases under the stand-by arrangement shall not, without the consent of the Fund, exceed the equivalent of SDR 14.35 million until July 1, 1978; the equivalent of SDR 24.35 million until October 1, 1978; the equivalent of SDR 34.35 million until January 1, 1979; and the equivalent of SDR 44.35 million until April 1, 1979; and
  - (ii) the right of Portugal to make purchases under this stand-by arrangement shall be subject to paragraph 19 of the letter of intent to the extent that such purchases would increase the Fund's holdings of escudos beyond the first credit tranche.

If at any time any limit in (i) above would prevent a purchase under the stand-by arrangement that would not increase the Fund's holdings of escudos beyond the first credit tranche, the limit will not apply to that purchase.

5. Purchases under the stand-by arrangement shall be made in the currencies of other members selected in accordance with the policies and procedures of the Fund, and may be made in special drawing rights if, on the request of Portugal, the Fund agrees to provide them at the time of the purchase. Purchases shall be made in exchange for escudos.

6. Portugal will pay a charge for this stand-by arrangement in accordance with the decisions of the Fund.

---

<sup>563</sup> Relatório FMI: *Portugal - Request for Stand-By Arrangement*, 1978, 23 de maio. [Consult. 21 agosto 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

7. Subject to paragraph 4 above, Portugal will have the right to engage in the transactions covered by this stand-by arrangement without further review by the Fund. This right can be suspended only with respect to requests received by the Fund after (a) a formal ineligibility, or (b) a decision of the Executive Board to suspend transactions, either generally or in order to consider a proposal, made by an Executive Director or the Managing Director, formally to suppress or to limit the eligibility of Portugal. When notice of a decision of formal ineligibility or of a decision to consider a proposal is given pursuant to this paragraph 7, purchases under this stand-by arrangement will be resumed only after consultation has taken place between the Fund and Portugal and understandings have been reached regarding the circumstances in which such purchases can be resumed.

8. (a) Repurchase of the outstanding amount of escudos that results from a purchase under this arrangement and is subject to charges under Article V, Section 8(b):

(i) may be made at any time;

(ii) will be expected normally as the balance of payments and reserve position of Portugal improves;

(iii) shall be made in accordance with the representation of the Fund if, after consultations with Portugal, the Fund represents that under its policies at the time of the repurchase Portugal should repurchase because of an improvement in its balance of payments and reserve position; and

(iv) shall be completed five years after the date of the purchase, provided that the repurchase shall be made in equal quarterly installments during the period beginning three years and ending five years after the date of the purchase unless the Fund approves a different schedule.

(b) Any reductions in escudos held by the Fund shall reduce the amounts subject to repurchase under (a) above in accordance with the principles applied by the Fund for this purpose at the time of the reduction.

(c) Repurchase shall be made with special drawing rights, or with the currencies specified by the Fund at the time of the repurchase at the time of the repurchase in accordance with the policies and procedures of the Fund at the time of the repurchase.

CONFIDENTIAL

INTERNATIONAL MONETARY FUND

PORTUGAL

Review of Stand-by Arrangement

Prepared by the European and the Exchange  
and Trade Relations Departments

(In consultation with the Legal and Treasurer's Departments)

Approved by L.A. Whittome and Ernest Sturc

December 22, 1978

I. Purpose of the Review

Effective June 5, 1978, the Executive Board granted Portugal a one-year stand-by arrangement in the second credit tranche, for an amount equivalent to SDR 57.35 million (EBS/78/228, Supplement 1, 5/23/78, and Supplement 2, 6/6/78). In paragraph 18 of the letter of intent the Portuguese authorities stated an intention to review the evolution of the policy program with the Fund in January 1979, and at that time to reach such understandings with the Fund as may be necessary. An intention is also stated in paragraph 16 to review, also in January, Portugal's quantitative import restrictions with a view to reaching understandings on steps to reduce or eliminate their restrictiveness in 1979. At the request of the Portuguese authorities the staff team that visited Lisbon in November 1978 to conduct Article IV consultation discussions also performed the two reviews required under the stand-by.

The Portuguese representatives informed the staff team that, in view of the impending change of government, they were not in a position to reach new understandings for the remaining period of the stand-by arrangement. Though the objectives of the stand-by program are in process of being attained, compliance with performance criteria has been incomplete as described below. Accordingly, Portugal is not at this time able to request any purchases under the stand-by arrangement which will raise the Fund's holdings of escudos beyond the first credit tranche, until new understandings are reached regarding the circumstances in which it may resume such purchases. Meanwhile the Portuguese authorities have requested revisions of certain ceilings in the stand-by arrangement to reflect statistical improvements, and a decision by which this would be achieved is proposed at the end of this paper.

Thus far no purchases have been made under the stand-by arrangement. Since Portugal paid part of its quota increase in the Fund in foreign exchange earlier this year, and is repurchasing in full the two gold tranche drawings of 1975, the Fund's holdings of escudos, excluding those arising

---

<sup>564</sup> Relatório FMI: *Portugal – Review of Stand-By Arrangement, 1978*, 26 de dezembro. [Consult. 21agost 2015]. Disponível em [http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB\\_IS4/brief.aspx](http://www.imf.org/EXTERNAL/ADLIB_IS4/brief.aspx).

from purchases under the oil facility and the compensatory financing facility, will decline to within the reserve tranche by the end of 1978. Thus, despite the 1977 purchase in the first credit tranche, Portugal will be able to purchase up to SDR 43.60 million before the Fund's holdings of escudos rise above 125 per cent of quota; this compares with a maximum that could be drawn until April 1, 1979 of SDR 44.35 million under the phasing specified in the stand-by arrangement.

In a communication from the Governor of the Bank of Portugal dated December 5, 1978, the new Portuguese government which took office on November 22, 1978 confirmed its intention to begin negotiations with the Fund in the latter half of January for a new stand-by arrangement, based on a program covering calendar 1979, to replace the existing arrangement. For future reference the present paper reviews the provisions of the existing stand-by arrangement in the light of developments since May 1978. Section II presents a summary of Portugal's record with respect to the performance clauses of the arrangement. Section III offers an evaluation of the way in which the policy program that forms the basis for the existing arrangement was formulated.